

Quesler Fagundes Camargos
Fábio Bonfim Duarte
(Orgs.)



DESCRIÇÃO E ANÁLISE GRAMATICAL DE LÍNGUAS INDÍGENAS AMAZÔNICAS

Coleção Pós-Graduação da UNIR

Descrição e análise gramatical de línguas indígenas amazônicas

Quesler Fagundes Camargos

Fábio Bonfim Duarte

(Orgs.)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Reitora Marcele Regina Nogueira Pereira
Vice-Reitor José Juliano Cedaro

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

CONSELHO EDITORIAL

Presidente Lou-Ann Kleppa
 Ariana Boaventura Pereira
 Carlos Alexandre Trubiliano
 Eliane Gemaque Gomes Barros
 Gean Carla Silva Sganderla
 Leandro Soares Moreira Dill
 Márcio Secco
 Marli Lúcia Tonatto Zibetti
 Pedro Ivo Silveira Andretta
 Ricardo Gilson da Costa Silva
 Xênia de Castro Barbosa

COMISSÃO CIENTÍFICA

Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Patrícia Goulart Tondineli
Quesler Fagundes Camargos
Auxiliadora dos Santos Pinto



Editora Filiada



Edufro - Editora da Universidade Federal de Rondônia

BR 364, Km 9,5
Campus Unir
76801-059 - Porto Velho - RO
Tel.: (69) 2182-2175
www.edufro.unir.br
edufro@unir.br

Descrição e análise gramatical de línguas indígenas amazônicas

Quesler Fagundes Camargos
Fábio Bonfim Duarte
(Orgs.)

Coleção Pós-Graduação da UNIR



Porto Velho - RO

© 2021 by Quesler Fagundes Camargos e Fábio Bonfim Duarte, (Organizadores)
Esta obra é publicada sob a Licença Creative Commons Atribuição-Não
Comercial 4.0 Internacional.



Capa:
Rosivan Diagramação & Artes Gráficas

Revisão:
Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Projeto gráfico:
Edufro - Editora da Universidade Federal de Rondônia

Diagramação:
Rosivan Diagramação & Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UNIR

F981 Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Descrição e análise gramatical de línguas indígenas amazônicas / organização –
Quesler Fagundes Camargos, Fábio Bonfim Duarte. - Porto Velho, RO: Coleção Pós-
Graduação da UNIR - EDUFRO, 2021.

346 p.; il.

ISBN: 978-65-87539-62-1 (digital)

DOI: 10.47209/978-65-87539-62-1

1. Análise Gramatical. 2. Língua indígena. 3. Linguística. 4. Literatura – Amazônia. I.
Camargos, Quesler Fagundes. II. Duarte, Fábio Bonfim. III. Título. IV. Fundação Universidade
Federal de Rondônia.

CDU 81'36:81'282(811)

Sumário

- 7 **APRESENTAÇÃO**
- 11 **CAPÍTULO I**
PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE A ESTRUTURA
SILÁBICA E ACENTUAL DO MANXINERU
Fábio Pereira Couto
- 58 **CAPÍTULO II**
FONOLOGIA DA LÍNGUA TUKANO
Braulio Brandão de Oliveira Lopes
- 87 **CAPÍTULO III**
ESTATUTO GRAMATICAL DO MORFEMA CAUSATIVO {MU-} NA
LÍNGUA TENETEHÁRA-GUAJAJÁRA (TUPÍ-GUARANÍ)
Quesler Fagundes Camargos
- 132 **CAPÍTULO IV**
O COMPORTAMENTO DO NÚCLEO VOICE NO CURSO DA DERI-
VAÇÃO SINTÁTICA DE SENTENÇAS CAUSATIVAS E ANTICAU-
SATIVAS NA LÍNGUA TENETEHÁRA
Ana Claudia Menezes Araujo
- 154 **CAPÍTULO V**
ESTRUTURAS ANTIPASSIVAS-DESIDERATIVAS EM TENE-
TEHÁRA (TUPÍ-GUARANÍ)
Ricardo Campos Castro
- 181 **CAPÍTULO VI**
A CISÃO ERGATIVO/ACUSATIVA E A REFERÊNCIA REMIS-
SIVA NÚMERO-PESSOAL NOS PREFIXOS VERBAIS DA
LÍNGUA AMONDAWA
Wany Bernardete de Araujo Sampaio

- 205 **CAPÍTULO VII**
A MANIFESTAÇÃO DA ERGATIVIDADE EM MAXAKALI NO PERÍODO SIMPLES E NO PERÍODO COMPOSTO
Carlo Sandro de Oliveira Campos
- 230 **CAPÍTULO VIII**
PREDICAÇÃO NÃO VERBAL EM LÍNGUAS JÊ (MACRO-JÊ): UMA PERSPECTIVA TIPOLOGICA
Maxwell Miranda
- 271 **CAPÍTULO IX**
ESTRUTURA DA ORAÇÃO EM PYKOBJÊ
João Henrique Santos de Souza
- 299 **CAPÍTULO X**
VERBOS AVALENTES E MONOVALENTES NA LÍNGUA AIKANÃ: RELAÇÕES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS
Patrícia Goulart Tondineli
- 321 **CAPÍTULO XI**
MARCADORES DE PERCEPÇÃO, COGNIÇÃO E SENSAÇÃO EM ORO WARAM, WARI', TXAPAKURA: REFLEXÕES INICIAIS A PARTIR DA POLIVALÊNCIA DO MARCADOR PA?
Selmo Azevedo Apontes
- 343 **SOBRE OS AUTORES**

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que disponibilizamos à comunidade científica esta coletânea de trabalhos dedicados exclusivamente ao estudo gramatical de línguas indígenas brasileiras, afiliadas a diferentes famílias linguísticas. O volume contém textos que cobrem temas gramaticais que se inserem nos componentes fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-pragmáticos. Neste sentido, o conjunto de trabalhos reunidos neste volume tem dois objetivos complementares: o primeiro visa contribuir com a descrição e documentação das línguas examinadas, de modo a fornecer ao leitor uma análise detalhada de aspectos gramaticais pré-selecionados e o segundo busca testar assunções teóricas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito de teorias linguísticas recentes, no intuito de averiguar até que ponto os dados dessas línguas confirmam ou não essas hipóteses.

De maneira geral, consideramos que a proposta de edição deste livro atende a um chamado que vem sendo feito aos linguistas brasileiros para que se desenvolvam pesquisas avançadas de descrição, documentação e valorização das línguas indígenas faladas no Brasil, tendo em vista a diversidade linguística existente no Brasil e na América do Sul. Conforme Duarte (2016), “pesquisas recentes demonstram que 90% das línguas do mundo podem desaparecer até o final deste século”. Consoante Legère (2015), estima-se que haja cerca de 6.500 línguas faladas no mundo, sendo que dois terços dessas línguas estão seriamente ameaçadas de extinção. Em relação à América do Sul, pesquisadores estimam que haja cerca de 500 línguas sendo faladas atualmente no continente. Todavia, 420 dessas correm sérios riscos de desaparecer seja em virtude da forte pressão que sofrem das línguas majoritárias seja em razão de o número de falantes ser muito reduzido. Já em relação ao Brasil, dados indicam que há cerca de 180 línguas nativas faladas em nosso território. Dentre estas, cerca de 45 a 60 línguas pode desaparecer nas próximas décadas, visto que muitas possuem número muito reduzido de falantes. Tais observações sinalizam para a importância de que as universidades brasileiras desenvolvam e

promovam ações concretas, de modo a promover a documentação, a preservação e a revitalização das línguas nativas brasileiras. É, portanto, neste cenário que se insere a produção deste material. Nossa expectativa é a de que os resultados alcançados com as pesquisas apresentadas neste volume contribuam para as pesquisas desenvolvidas no campo da linguística indígena. Esperamos ainda que o conteúdo dos trabalhos ajude a despertar o interesse de professores e de estudantes para o trabalho científico com as línguas minoritárias faladas no Brasil e na América do Sul.

O livro contém onze capítulos. O capítulo 1 investiga a estrutura da sílaba e do acento na língua Manxineru. Destaca-se que o ritmo da fala e a posição de acento da palavra promovem vários fenômenos linguísticos, muitos deles motivando a reorganização rítmica e silábica das palavras do Manxineru. Propõe-se que o acento ocorre na penúltima sílaba. Todavia, se isto não ocorrer, o sistema métrico da língua se reorganiza.

O capítulo 2 fornece um panorama da fonologia da língua Tukano. Para tal, levanta-se o inventário fonêmico e busca-se estabelecer o padrão silábico que prevalece na língua. Em seguida, investigam-se alguns dos processos fonotáticos mais recorrentes, com o propósito de delimitar as principais restrições de coocorrência dos fonemas. Por fim, exploram-se as propriedades do tom e acento.

O capítulo 3 analisa o estatuto gramatical do morfema causativo {*mu-*} na língua Tenetehára, acompanhando a proposta teórica de Pylkkänen (2002, 2008). Evidencia-se que a introdução do argumento externo não é uma propriedade inerente da causativização por meio dessa morfologia. Assim, propõe-se que o Tenetehára pertence ao conjunto de línguas naturais que projeta os núcleos de VoiceP e de vP_{CAUSE} de forma cindida e não sincrética.

O capítulo 4 discute o comportamento do núcleo Voice no curso da derivação sintática de sentenças causativas e anticausativas em Tenetehára, à luz do modelo de derivação por fases. Apura-se que as sentenças causativas em Tenetehára possuem um núcleo Voice fásico que aciona o *spell-out* de seus complementos. Já as sentenças anticausativas instanciam um núcleo Voice expletivo, com propriedades defectivas que não possibilitam o encerramento de

uma fase, pois seus complementos continuam ativos para a derivação sintática em etapas subsequentes.

O capítulo 5 descreve as propriedades das estruturas antipassivas em Tenetehára. A proposta delineada pelo autor é a de que essas construções são ativadas quando a sentença codifica o aspecto desiderativo. Assume-se ainda que o verbo transitivo antipassivizado apresenta redução de valência, já que o sujeito engatilha concordância absoluta e o objeto direto é promovido a oblíquo. Finalmente, o autor evidencia a gramaticalização do morfema {*puru-*} e aponta uma curiosa mudança linguística em relação às construções desiderativas.

O capítulo 6 tem por objetivo investigar a cisão no sistema de alinhamento ergativo-absolutivo na língua Amondawa. Propõe-se que, embora esta não seja uma língua com morfologia rica de caso nos sintagmas nominais, há uma cisão no sistema de marcação de caso dos argumentos nucleares, a qual é condicionada pela ordem dos constituintes (A), (S) e (O) em orações independentes. Esta proposta é reforçada pelo sistema de concordância sujeito-verbo em orações intransitivas, visto que os prefixos pessoais, que codificam o sujeito (S) de verbo intransitivo, são obrigatórios e sua distribuição está regulada pela propriedade semântica [+/-controle].

O capítulo 7 investiga o fenômeno da ergatividade na língua Maxakali. Para compreender seu alinhamento morfossintático, examina-se inicialmente a relação entre a semântica do sujeito e a marcação da ergatividade. Embora a ergatividade do sujeito esteja conectada com a marcação ergativa, sujeitos experienciadores e afetados também podem ser distinguidos por meio desse expediente gramatical. Com relação aos períodos, são fornecidas evidências de que, apesar de a marcação ergativa ser preponderante nos períodos simples, sua realização nos períodos compostos sugere que a cisão no sistema ergativo-absolutivo não é plena.

O capítulo 8 examina as propriedades morfossintáticas e semânticas dos predicados não verbais (nominais, atributivos, possessivos e existenciais) em línguas Jê (Macro-Jê). Em uma perspectiva tipológica, os dados linguísticos revelam a existência de quatro estratégias gramaticais principais: oração sem verbo (justaposição), partícula predicativa, verbo auxiliar e verbo existencial. Ademais, a regularidade dos padrões oracionais e os graus de variação

nessas construções refletem a divisão da família Jê nos ramos setentrional, central e meridional.

O capítulo 9 apresenta uma descrição gramatical sobre a estrutura das orações independentes da língua Pykobjê. Assume-se que esta é uma língua que apresenta um sistema de alinhamento cindido, visto que o subsistema ergativo-absolutivo emerge quando o aspecto da sentença é o perfeito, enquanto o subsistema nominativo-acusativo figura nos contextos em que o aspecto da sentença é o imperfectivo. Propõe-se que a ordem dos constituintes nas orações transitivas é SOV, enquanto, nas orações intransitivas, a ordem é SV. Demonstra-se ainda que partículas de tempo ocorrem antes ou depois do sujeito, mas sistematicamente acima do objeto e do verbo; enquanto auxiliares ocorrem após o verbo principal.

No capítulo 10, abordam-se aspectos morfológicos da língua Aikanã. O objetivo é descrever a estrutura sintático-semântica de verbos avalentes e monovalentes, no intuito de compreender as propriedades gramaticais das raízes que carregam os traços centrais que restringem as estruturas sintáticas de cada núcleo verbal.

No capítulo 11, por fim, investiga-se o marcador polivalente *paʔ* da língua Oro Waram (Wari', Txapakura). A partir de uma perspectiva tipológica, o autor mostra que essa partícula comporta-se como: (i) verbo pleno com o sentido de “bater”, “ferir” e “matar”; (ii) concordância na função de primeira pessoa do singular oblíquo; (iii) “preposição”, que recebe um marcador de gênero neutro; (iv) marcador de experienciador; e, por fim, (v) marcador de verbo de cognição.

Quesler Fagundes Camargos
Fábio Bonfim Duarte

CAPÍTULO I

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS SOBRE A ESTRUTURA SILÁBICA E ACENTUAL DO MANXINERU

Fábio Pereira Couto

Como todas as demais, as línguas dos povos indígenas do Brasil são inteiramente adequadas à plena expressão individual e social no meio físico e social em que tradicionalmente têm vivido esses povos. Embora diferentes, elas compartilham do que todas as quase seis mil línguas do mundo têm em comum: são manifestações da mesma capacidade de comunicar-se pela linguagem. Essa capacidade é uma qualidade desenvolvida pela espécie humana e se caracteriza por princípios e propriedades que, presentes em todo homem, facultam a qualquer criança desenvolver do domínio de qualquer língua, sempre que exposta ao contato com falantes dessa língua. Da mesma forma, permitem a qualquer adulto, com maior ou menor esforço, aprender línguas diferentes da sua própria. (Rodrigues, 2002, p. 17).

1 INTRODUÇÃO

Os estudos linguísticos de línguas indígenas, que foram negligenciadas por muito tempo, possibilitam descobertas de muitas questões linguísticas, pois grande parte dessas línguas têm fenômenos linguísticos que só são verificados em suas estruturas. Mesmo assim, e apesar dos avanços nesta área, ainda há muito para ser investigado e para ser descrito sobre as línguas indígenas sul-americanas, como já afirmava o saudoso e renomado linguística Aryon Rodrigues. Nesse sentido a língua Manxineru é, sem sombra de dúvidas, um bom exemplo de língua com fenômenos linguísticos ricos. A esse respeito, Rodrigues (2002) afirma:

As línguas indígenas constituem um dos pontos para os quais os linguistas brasileiros deverão voltar a sua atenção. Tem-se aí, sem dúvida, a maior tarefa da linguística no Brasil. Por outro lado, cada nova língua que se investiga traz novas contribuições à linguística; cada nova língua é outra manifestação de como se realiza a linguagem humana. [...] Cada nova estrutura linguística que se descobre pode levar-nos a alterar conceitos antes firmados e pode abrir-nos horizontes novos para a visualização geral do fenômeno da linguagem humana. (Rodrigues, 2002, p. 5).

Neste sentido, a proposta principal, entre as várias que podíamos investigar, deste capítulo consiste na análise e na descrição da estrutura silábica, sob várias óticas teóricas, da língua indígena Manxineru, variante do complexo Yine (Piro-Manxineru), sendo que o Manxineru é a variedade falada no Brasil e o Piro é a variedade falada no Peru.

A língua Manxineru compõe, juntamente com outras 43 línguas, a família linguística denominada Aruák (Rodrigues, 2002; Matteson, 1965; Aikhenvald, 1999; Ramirez, 2001; Campbell, 2012; Campbell; Grandona, 2012; Couto, 2012, 2015, 2016), sendo que 19 delas têm ou já tiveram representação no território brasileiro.

Para a descrição e discussão dos dados linguísticos aqui exposto, foi fundamental não só a verificação ampla da teoria fonológica, mas também foi muito importante, para reflexões, clareza e descrição detalhada e mais clara dos dados, a contribuição da fonética acústica experimental, que permite uma otimização da visualização dos correlatos acústicos, em desenvolvimento e no acionamento da formação de palavras em Manxineru, inclusive facilitando a comprovação desses correlatos, como: acento, alongamento, redução, curva de *pitch* e entoação melódica, que em menor ou em maior grau, influenciam nas estruturas e realizações das palavras.

A variedade Manxineru, pertencente ao complexo Yine (Piro-Manxineru), falada no Brasil, que conta com cerca de 1.106 falantes que vivem em 12 aldeias na Terra Indígena Mamoadate, localizada no sudoeste do estado do Acre, Brasil.

Para tanto, neste trabalho, contamos com dados gerados desde 2012, com a fundamental participação de três colaboradores indígenas, falantes nativos da língua indígena e todos com um bom domínio da língua portuguesa, sendo dois do sexo masculino e um do sexo feminino, com média de idade que variam de 21 a 31 anos.

Contamos, para este trabalho, com mais de 1.700 dados gravados em aparelho digital Zoom H4, e analisados em *software* PRAAT de análise acústica para melhor verificação dos correlatos acústicos dos sons e fenômenos linguísticos da língua.

Este trabalho consiste em pesquisas realizadas ao longo de vários anos, à luz, entre outras, das teorias que versam sobre a sílaba e questões adjacentes, que nos permitiram, após várias análises e discussão, propor hipótese sobre o padrão silábico e acentual da língua Manxineru. Para isso, foram importantes não só a análise dos dados por nós coletados, mas também a investigação e comparação de metadados de outros trabalhos sobre essa língua e sua variante peruana.

Desta forma, com esse trabalho, pretendemos não só compartilhar resultados de nossas pesquisas como também contribui de forma significativa para os estudos e descrição das línguas indígenas brasileiras e também para a discussões sobre os fenômenos linguísticos aqui verificados.

2 DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA SILÁBICA E ACENTUAL DA LÍNGUA MANXINERU

Com o estudo e análise da língua Manxineru, desenvolvidos ao longo de várias pesquisas, foi possível refletir, à luz de várias óticas teóricas, sobre a estrutura da palavra e da sílaba desta língua. Dessa forma foi possível identificamos, como padrões silábicos fonéticos do Manxineru as seguintes estruturas: [V, CV, CCV, CVC], sendo que a realização de estrutura silábica com apenas uma vogal [V] não se configura em realização fonológica, pois é, na verdade, realização fonética motivada por questões morfofonológicas (ver Couto, 2012, 2015, 2016) e de adequação rítmica, conforme veremos mais à frente. Dessa forma, as realizações tipologicamente fonológicas são as seguin-

tes: /CV, CVC e CCV/. Nesse sentido, tem-se com molde (padrão) silábico, na perspectiva fonológica da língua Manxineru, a seguinte estrutura: C(C) V(C). Sendo que as realizações CCCV ou CCVC, como descritas em outros trabalhos sobre o Yine (Piro-Manxineru), como Matteson (1965), Sebastián (2006), Sebastián (2006) que propõem para o Piro uma estrutura silábica com os seguintes moldes: CV, CVC, CCV e CCCV.

O acento em Manxineru é fixo e sempre ocorre na penúltima sílaba da palavra e não é fonológico, mas apenas ocorre na superfície.

Diferentemente do que foi postulado por Matteson (1965) e Sebastián (2006), Lin (1997) afirma, para o Piro (variante Yine falada no Peru), que todas as sílabas são abertas e que a posição de *onset* só pode ser ocupada por uma consoante, assim o padrão do Piro, para esse autor, é apenas CV, sendo que sílabas com padrões CCV e/ou CCCV, como o proposto, por exemplo, por Matteson (op. cit.), são consideradas, para Lin (op. cit.), de padrão fonológico CV. Para sustentar seu argumento, Lin (op. cit.) afirma que as outras consoantes que formam estrutura silábica, na superfície, são eminentemente fonéticas, sendo que fonologicamente, essas consoantes são extrassilábicas, mas que são licenciadas pelo pé métrico.

Ainda sobre o padrão silábico, mas especificamente sobre as línguas da família Aruák, estudos tipológicos sobre as línguas indígenas da América do Sul (por exemplo, Aikhenvald, 1999), afirmam que a estrutura máxima das línguas da família Aruák pode ser genericamente descrita seguindo o padrão (C)V(V)(C), com a ressalva de que a posição de *coda* é limitada às aproximantes, às nasais, e, raramente, às líquidas e à fricativa glotal. Segundo Lin (1997, p. 415), uma comparação do vocabulário de base do Proto-Arawakan (Aruák) em Noble (1965) e em Matteson (1965) indicam que, historicamente, as consoantes extrassilábicas (*extrasyllabic* em inglês) não derivadas são resultados de apagamento de vogal, o que permitiu descrições, conforme afirma o autor, como exemplificadas em (1).

- | | | | |
|-----|----------------|----|------|
| (1) | Proto-Arawakan | CV | CVCV |
| | Piro | C | CCV |

Para a variante Manxineru, os estudos que realizamos levaram em direção hipotética distintas, em alguns casos, do que afirma Lin (1997) para o Piro, no sentido de que o padrão fonológico canônico é CV para sílaba, porém, mesmo que em menor número, entendemos que há realizações CCV, o que diferencia nossa análise de Matteson (1965) ou de Silva (2013), conforme verificado nos dados ao longo de vários estudos que realizamos (Couto, 2012, 2016), sendo que nesta estrutura, todas as consoantes podem ocorrer em posição de *onset* e a posição nuclear fonológica, diferentemente do postulado por Matteson (1965), só pode ser ocupada pelas vogais. Já a posição de *coda*, além de /j/ e /w/, e desde que não estejam na posição final de palavra seguida de silêncio ([__ #]), podem ocorrer fonologicamente as consoantes: glotal /h/, as fricativas /ç/, /s/ e /ʃ/.

Como se verá mais detalhadamente, ainda neste trabalho, postulamos, com os dados analisados até o momento, que o Manxineru tem um modelo fonológico silábico canônico mínimo, como ocorre tipologicamente na maioria das línguas do mundo, CV, e máximo C(C)V(C).

Lin (1997, p. 405), ao discutir este assunto, corrobora em parte nossa hipótese, quando ele afirma que “The distribution of three-consonant clusters is limited, however: they result only from morphological concatenations that involve monoconsonantal affixes”.

Outro ponto importante para nossa discussão é a noção de mora, que na versão clássica de Trubetzkoy (1969 [1939]) se refere a unidades de peso, e se faz necessária de ser mencionada neste trabalho, uma vez que propomos que a mora é um fator importante para a estrutura rítmica, silábica e para a formação do sistema de pé métrico e obviamente para a definição de acento na língua indígena Manxineru. Além disso, a teoria sobre a mora é importante para a análise e definição de alongamento compensatório (doravante AC¹), que ocorre com boa frequência nesta língua. Assim, a duração, como pro-

¹ Alongamento compensatório (AC), em termos moraicó, preserva a contagem de mora subjacente (cf. Hock, 1991; Hayes, 1989). Ou seja, o alongamento compensatório preserva o subjacente número de posições esqueléticas. Praticamente todos os casos de alongamento compensatório têm em comum sua origem derivacional de uma perda de peso do segmento potencialmente moraicó, isto é, perda de qualquer consoante em posição de coda ou uma vogal (Hayes, 1989).

priedade independentemente de outras propriedades do segmento, é essencial, pois no Manxineru há comumente esse processo.

Conforme dados desta pesquisa, o AC ocorre, conforme nossa análise, seguindo a proposta de que a duração pode permanecer inalterada, mesmo quando um segmento é deletado, pois, por regra fonológica, a mora é associada a outro segmento adjacente (Hayes, 1995, 1981, 1989; Lin, 1997), consoante exemplificamos em seguida com dados do Manxineru.

(2)	Ciclo 1		Ciclo 2		Ciclo 3
	ni.ka	→	ni- + ni.ka	→	[ni:.ka]
	“comer”		1S + comer		“eu como”

Os dados acima (2) evidenciam que a derivação no ciclo 2 (dois), onde ocorre o acréscimo do prefixo pessoal de primeira pessoa do singular {*ni-*}, a qual já possui uma estrutura homorgânica com a base temática, é deletada (Ciclo 3), mas a mora não, acarretando, desta forma, o AC (cf. Hayes, 1989; Lin 1997; Couto, 2016) da sílaba inicial como recurso rítmico da língua, engatilhado também pela estreita relação morfofonológica dos elementos constitutivos da palavra.

2.1 O molde silábico

2.1.1 A sílaba fonética

No que tange à estrutura silábica (V), identificamos que ela pode ocorrer em início de palavra (3-4 e 6) ou em meio de palavra (5), porém, a ocorrência de sílaba de padrão (V) é mais produtiva em início de palavra, principalmente por questões morfofonológicas que provocam a vocalização e ressilibificação das aproximantes [w e j] (5). Sílabas com esse padrão só ocorre em início e meio de palavra, ou seja, nunca ocorre no final de palavra seguida de silêncio ([/ __ #]). Os exemplos como (3-4) evidenciam que o /j/ da palavra fonológica é considerado extrasilábico, mas licenciado pelo pé-métrico, como afirma também (Lin, 1997), quando se refere à variedade Piro.

Sílaba de padrão [V]:

(3)	[ˈĩma]	(V.CV)	/-jma/	“com”
(4)	[i.ˈhõ.li.tʃĩ]	(V.CV.CV.CV)	/-jhaletʃi/	“olho”
(5)	[hõ.ʃi.ˈu.le]	(CV.CV.V.CV)	/hoʃiwe/	“gambá”
(6)	[u.pa.fũ.ˈnẽ.ne]	(V.CV.CV.CV.CV)	/wipahonene/	“nossas cuias”

A sílaba mais prototípica do Manxineru, seja fonética seja fonológica, como já dissemos anteriormente é a de padrão CV, como exemplificado nos dados (7-10). Sílaba com essa estrutura ocorre em qualquer posição da palavra.

Sílaba de padrão [CV]:

(7)	[ˈso.ti.li]	(CV.CV.CV)	/sotili/	“pedra”
(8)	[ko.ˈʃi.ru]	(CV.CV.CV)	/kotʃiro/	“faca”
(9)	[pi.ˈʃẽ.nɐ]	(CV.CV.CV)	/piʃana/	“seu”
(10)	[ˈsa.p ⁹ .nɐ]	(CV.CV.CV)	/sapana/	“banana”

A sílaba de padrão VC (11-13) é menos produtiva, podendo ocorrer em início e no meio de palavra, mas nunca ocorre na parte final da palavra, seguida de silêncio ([/___#]). No início de palavra esse padrão ocorre pelo apagamento de consoantes iniciais de prefixos pessoais (11-12) ou por processo de ressilabificação (13).

Sílaba de padrão [VC]:

(11)	[is.ˈta.ʃi]	(VC.CV.CV)	/histaʃi/	“tórax”
(12)	[is.ˈki.tɐ]	(VC.CV.CV)	/hiskita/	“gancho”
(13)	[mi.ˈuʃ.ʃi]	(CV.VC.CV)	/mjotʃi/	“dedo”

Sílaba de padrão CVC (14-21) ocorre somente em início e na parte interna da palavra, mas não ocorre no final de palavra seguida de silêncio ([/___#]), uma vez que não há palavras, em Manxineru, com sílaba fechada em contexto final. As consonantes sibilantes [s], [ʃ] e [ç], as nasais [m] e [n], as aproximantes /j/ e /w/ e a glotal /h/ são as que podem ocupar a posição de *coda* em sílabas de padrão CVC.

Sílaba de padrão [CVC]:

(14)	['no:s.pə]	(CVC.CV)	/nospa/	“meu lábio”
(15)	['su:f.ʃi]	(CVC.CV)	/soʃʃi/	“joelho”
(16)	['noç.pa]	(CVC.CV)	/noçpa/	“minha sopa”
(17)	[maj.'ʃa.kə]	(CVC.CV.CV)	/majʃaka/	“erro”
(18)	[kih.'lɛ.ri]	(CVC.CV.CV)	/kihileri/	“bom, bonito”
(19)	[pa.'mɛn:.di]	(CV.CVC.CV)	/pamanari/	“você colhe”
(20)	[ʔəm.'ka.tɛ]	(CVC.CV.CV)	/ramakata/	“ele mastigou”
(21)	[.mi.ʃi.'kaw.ni]	(CV.CV.CVC.CV)	/miʃʃikawni/	“antigamente”

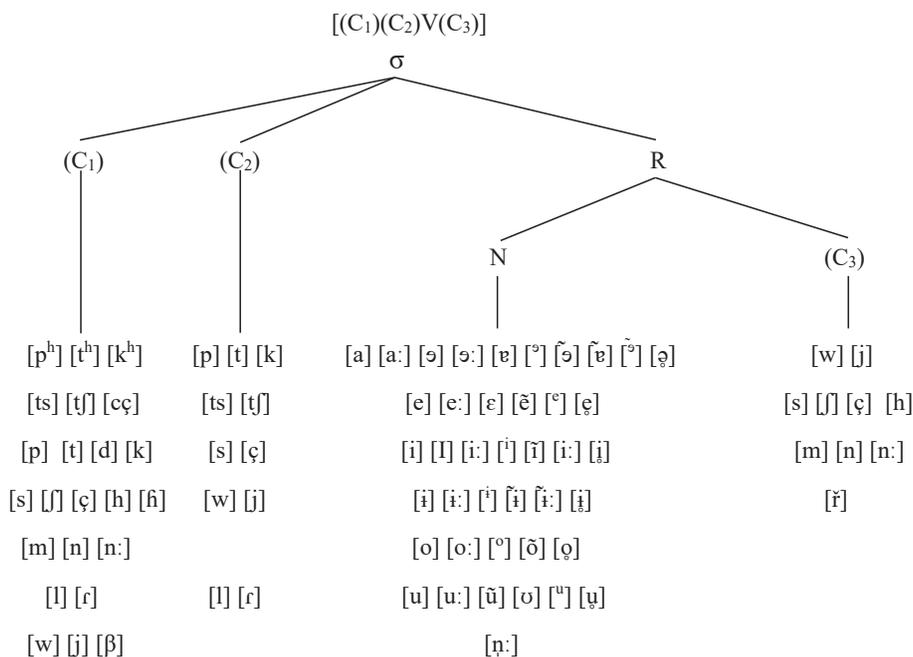
Com a exceção de /j/ e /w/, todas as ocorrências de sílabas de estrutura CCV só acontecem por questões de concatenação morfofonológicas, que provoca a deleção da vogal em fronteira morfofonológica, como se pode verificar nos dados abaixo (22-24).

Sílaba de padrão [CCV]:

(22)	['tspa.tɛ]	(CCV.CV)	/tsapata/	“goiaba”
(23)	['no.pçi]	(CV.CCV)	/nopaçi/	“minha casa”
(24)	[p ^h tu.'kɛ:.nɛ]	(CCV.CV.CV)	/pitokana/	“sua voz”

As realizações fonotáticas podem ser verificadas também de forma mais concisa no diagrama abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Molde da sílaba fonética do Manxineru



O molde silábico fonético (C₁)(C₂)V(C₃)(Figura (1)) deve ser entendido da seguinte forma:

C₁ = É representado por qualquer consoante, quando se forma *onset* simples. Quando em *onset* complexo, só as consoantes oclusivas surdas, oclusivas surdas aspiradas, as nasais, a fricativa glotal, o tepe e a fricativa palatal podem ocupar esta posição.

C₂ = É a segunda consoante em *onset* complexo, que só pode ser preenchida pelas obstruentes, pela fricativa palatal, pela fricativa alveolar ou pelas aproximantes.

N = É a posição de núcleo da sílaba, que só pode ser preenchida pelas vogais, com a exceção da nasal alveolar longa [n:], que também pode ocupar essa posição, quando há o apagamento do elemento vocálico da sílaba, o que provoca AC, mantendo-se o peso silábico.

C₃ = É a posição de *coda* da sílaba, que pode ser preenchida pelas fricativas, nasais, aproximantes e pela vibrante, desde que não esteja em sílaba final, pois nessa posição só ocorre as aproximantes.

2.1.2 A sílaba fonológica

Como já mencionamos anteriormente, em Manxineru, há somente as sílabas de padrão CV, CVC e CCV, pois as demais realizações possíveis, como as descritas na seção anterior, são de caráter fonético.

Sílaba de padrão CV:

Assim como ocorre no padrão fonético, a sílaba de padrão fonológica CV é a mais prototípica na estrutura das palavras da língua Manxineru. O padrão silábico CV pode ocorrer em qualquer posição da palavra, tendo em posição de *onset* com qualquer consoante pertencente ao sistema fonológico do Manxineru. Nessa estrutura, podemos ter palavras monossilábicas (25), dissilábicas (26), trissilábicas (27) e polissilábicas (28), conforme exemplificamos em seguida.

(25)	[ˈja]	(CV)	/ja/	“já”
(26)	[ˈreta]	(CV.CV)	/re.ta/	“ele vê”
(27)	[raˈsikə]	(CV.CV.CV)	/ra.si.ka/	“ele corre”
(28)	[nˈt˞oːloːloˈtēne]	(CV.CV.CV.CV.CV.CV)	/no.to.lo.lo.te.ne/	“meus sapos”

Sílaba de padrão CVC:

Apesar de pouco produtivo e pouco atestado, há, em Manxineru, evidências fonológicas de sílaba de padrão CVC. Sendo que, juntamente com as consoantes, realização com esse padrão silábico se realizam com maior frequência em sílaba inicial e medial, mas pode ocorrer no final de palavra, principalmente em palavras monossilábicas (29). Além disso, somente as consoantes sibilantes /s/, /ʃ/ e /ç/ e as aproximantes /j/ e /w/ podem ocorrer na posição de *coda* das palavras, conforme exemplificamos em seguida.

Sílaba de padrão CVC:

(29)	[ˈmuːj]	(CVC)	/moj/	“anu”
(30)	[ˈtospə]	(CVC.CV)	/tos.pa/	“lábio dela”
(31)	[risˈtakə]	(CVC.CV)	/ris.ta.ka/	“morder”
(32)	[ˈhĩçpə]	(CVC.CV)	/hĩç.pa/	“sopa”
(33)	[ˈsewtʃi]	(CVC.CVC)	/sew.tʃi/	“pulga”
(34)	[raʃˈkatə]	(CVC.CV.CV)	/raʃ.ka.ta/	“ele morde”

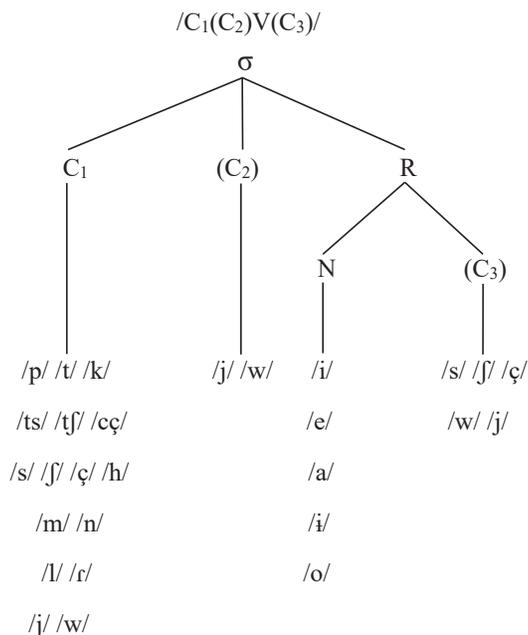
Sílaba de padrão CCV:

A sílaba fonológica mais rara da língua Manxineru é a de estrutura CCV, pois ela ocorre somente com as aproximantes /j/, mais comum, e /w/, mais restrita, na posição de (C₂), juntamente com uma das consoantes /t/, /k/, /h/ ou /r/ na posição de (C₁), o que levou outros trabalhos anteriores, como Couto (2012), para o Manxineru, e Lin (1997), para o Piro, não considerá-las como sílaba fonológica.

(35)	['tje]	(CCV)	/tje/	“isto”, “este”
(36)	[wa' rjɐ]	(CV.CVC)	/wa.rja/	“farinha”
(37)	[tʰ laɦwɐ]	(CV.CV.CCV)	/ta.la.hwa/	“sapo de chifre”
(38)	[re'mɛtjɔ]	(CV.CV.CCV)	/re.me.tjo/	“remédio”
(39)	[,kjoçɪ' p̃ɛnɛ]	(CCV.CV.CV.CV)	/kjo.çi.pa.na/	“emborcado”

Para sintetizar o que descrevemos sobre o padrão da sílaba fonológica, descrevemos as possibilidades de estrutura da sílaba fonológica do Manxineru na figura a seguir (Figura 2).

Figura 2 – Molde da sílaba fonológica do Manxineru



O molde silábico fonológico $C_1(C_2)V(C_3)$ (Figura (2)) deve ser entendido da seguinte forma:

C_1 = É a posição de *onset* simples, que pode ser preenchida por qualquer consoante. Já na formação de *onset* complexo, só ocorre as oclusivas, nasais, fricativa glotal e tepe desde que na posição de C_2 esteja uma consoante aproximante.

C_2 = É a segunda consoante em *onset* complexo, que só pode ser preenchida pelas aproximantes.

N = É a posição de núcleo da sílaba, que só pode ser preenchida pelos segmentos vocálicos.

C_3 = É a posição de *coda* da sílaba, que pode ser preenchida somente pelas fricativas e aproximantes, desde de que não esteja seguida de silêncio ([_#]), pois essa posição só pode ser ocupada por uma aproximante.

2.1.3 Considerações sobre as restrições Fonotáticas

Em aspectos gerais, as línguas são organizadas por regras fonotáticas que permitem ou não certos arranjos ou sequências de sons em uma mesma sílaba. Assim, é um passo essencial, na investigação linguística, compreender as restrições que regem dada língua, o que permite compreender a organização tanto das unidades menores, como sílabas, assim como as unidades maiores, como as palavras. Dessa forma, neta seção, procuramos descrever o padrão fonotático do Manxineru.

Apesar de trabalhos anteriores (Matteson, 1965; Sebastián, 2006; Silva, 2013) preverem a possibilidade fonotática de ocorrência de até três consoantes na mesma sílaba, a nossa hipótese é que essa estrutura silábica não ocorre no nível fonológico, pois há restrições fonotáticas, motivadas por aspectos rítmicos e fonológicos que não permitem essas realizações no nível fonológico. Dessa forma, argumentamos que o sistema da língua evita encontros entre quaisquer outras consoantes e em qualquer ordem, caso ocorra, assim como afirma Lin (1997), para este caso, elas são consideradas extrassilábicas.

Outro ponto importante nessa discussão é que também sempre, em Manxineru, há forte restrição de ocorrência de segmentos idênticos ou ho-

morganicamente muito próximos, inclusive com segmentos vocálicos, salvo nas realizações ideofônicas. Por isso afirmamos, com base em nossas análises dos dados, que não há a possibilidade de ocorrência de padrão silábico de estrutura *VV, inclusive com vogais com articulações diferentes. Quando isso ocorre, por decorrência de concatenação, uma das vogais é deletada, ou há a dissimilação (cf. Hock, 1991) e/ou assimilação total, ou, como afirmam Clementes e Hume (1995, p. 261-262), há o Princípio do Contorno Obrigatório (PCO) (em inglês *Obligatory Contour Principle* (OCP)). Nessa perspectiva, muitas línguas não permitem, na mesma sílaba, encontros de segmentos idênticos, inclusive vogais, como é o caso do Manxineru. Por esse ponto de vista, interpretamos os fonemas /j/ e /w/, nesses casos, como consoantes e não como vogais, como diferentemente se faz, por exemplo, para a língua portuguesa, salvo em raras realizações em que, por questões concatenativas de ordem morfofonológica e rítmica, que força a realização e interpretação dessas consoantes como vogais.

Em Manxineru, não há palavras que se iniciem fonologicamente com segmentos vocálicos, pois o que há são temas iniciados por vogais, mas que não são formas fonologicamente livres. As sílabas são normalmente abertas, ou seja, terminam com um segmento vocálico, com a exceção de realizações que ocorrem principalmente com os aproximantes /j/, /w/ (40-41). Em seguida, exemplificamos as ocorrências com sílabas abertas (42-43).

- | | | |
|------|----------------|----------|
| (40) | /ka.pa.jo/ | “mamão” |
| (41) | /cçi.jo.çi.ri/ | “jacaré” |
| (42) | /wa.lo/ | “coelho” |
| (43) | /ka.na.wa/ | “canoa” |

Além das restrições supracitadas, podemos elencar outras restrições importantes e evidenciadas em nossa pesquisa, como as que descrevemos em seguida:

- (i) Os fonemas /ç/, /cç/, /j/, /h/, /tʃ/, /ts/ não se combinam com a vogal alta central (/ *çĩ/, *cçi/, /*jĩ/, /*hi/, /tʃĩ/, /tsi/);

- (ii) Os fonemas /ç/ e /cç/ não se combinam com a vogal /o/ (/ *ço/, / *cço/);
 (iii) Os fonemas /r/ e /l/ não podem ocorrer precedidas, de /n/ ou /m/ [**ml*,
**mr*, **nl* e **nr*], como se verifica abaixo, nos exemplos (44-45).

- (44) **[niʝla' t̃ɔnli]*, **[niʝla' t̃ɔnri]* → *[niʝla' t̃ɔndi]* /*niʝlatanari*/ “eu vou matá-la (onça)”
 (45) **[pi' ra:nli]*, **[pi' ra:nri]* → *[pi' ra:ndi]* /*piranari*/ “beba água”

(iv) a aproximante /j/, mesmo que de forma rara, é a única que ocorre em posição de *coda* silábica e em final de palavra seguida de silêncio [__ #], conforme exemplificamos em (46-47):

- (46) [*'poj*] /*poj*/ “boi”
 (47) [*'moj*] /*moj*/ “anu”

(v) Como já descrito anteriormente, os fonemas aproximantes /j/ e /w/ e os fricativos /ç/, /s/, /ʃ/, /h/ podem ocupar a posição de *coda* de sílaba, assim como as nasais /n/ e /m/, sendo que as fricativas ocorrem raramente e normalmente por motivações concatenativas e de ressilabificação das palavras, principalmente o /h/, que só ocorre por questões de deleção (apagamento) de vogais.

Em seguida, para se verificar o que afirmamos acima, descrevemos alguns exemplos desses processos (48-52):

- (48) [*kas' ta.ka*] /*kas.ta.ka*/ “cortar”
 (49) [*kih.le.ri*] /*ki.hi.le.ri*/ “bom”, “bonito”, “gostoso”
 (50) [*' haf.tʃi*] /*ha.ʃi.tʃi*/ “coração”
 (51) [*' hiç.pa*] /*hiç.pa*/ “sopa”
 (52) [*' nos.pa*] /*nos.pa*/ “meu rosto”

(vi) Também, como acontece com as vogais, sempre vai ocorrer o PCO quando há encontros entre consoantes homorganicamente idênticas ou muito próximas como: /**tt*/, /**tp*/, /**pp* /**ss*/, /**tʃt*/, /**nn*/ entre outras;

(vii) Os encontros evidenciados neste trabalho são motivados, normalmente, por fatores de adequação rítmica e de processos de concatenação morfológicas, que, em muitos casos, provocam o apagamento de vogais. Nesse processo, ocorre, com certa frequência, *clusters* heterossilábicos,

como exemplificado em seguida com palavras dissilábicas, trissilábicas e tetrassilábicas em realizações fonéticas, sendo que a separação silábica entre parêntese representa a silabação fonética.

(53)	[¹ no. <u>pci</u>]	(CV.CCV)	/no.pa.çi/	“minha casa”
(54)	[¹ hĩç. <u>pa</u>]	(CVC.CV)	/hiç.pa/	“sopa”
(55)	[¹ noj. <u>hĩ</u>]	(CVC.CV)	/noj.hi/	“meu dente”
(56)	[¹ nõn. <u>di</u>]	(CVC.CV)	/no.na.ri/	“minha língua”
(57)	[¹ haf. <u>tfi</u>]	(CVC.CV)	/ha.ʃi.tʃi/	“coração”
(58)	[¹ t ^o kẽn. <u>tfi</u>]	(CV.CVC.CV)	/to.ka.na.tʃi/	“voz”
(59)	[¹ nõm. <u>ka</u>]	(CVC.CV)	/na.ma.ka/	“eu dormi”
(60)	[¹ pẽn. <u>tfi</u>]	(CVC.CV)	/pa.na.tʃi/	“casa”
(61)	[poj. ¹ ʔe. <u>n.di</u>]	(CVC.CVC.CV)	/poj.ta.na.ri/	“enrolar algo”
(62)	[kih. ¹ le.ri]	(CVC.CV.CV)	/ki.hi.le.ri/	“bom”
(63)	[n. ¹ ʔi.w. <u>le</u>]	(Ç.CVC.CV)	/no.tʃi.w.le/	“meu pulmão”

Como se pode observar, não foi possível comprovar a existência de *onset* complexo com [l] ou [r], nem com a ajuda e observação do aparato físico da fonética acústica experimental, pois a aparente ocorrência de *clusters* e/ou sílaba com ataque em CC como /*pl, *tl, *kl, *pr, *tr, *kl/, como descrito em outros trabalhos sobre o Piro (Matteson, 1951, 1953, 1965; Sebastián, 2006) e sobre o Manxineru (Silva, 2013), assim postulamos aqui que se trata de realizações com redução da qualidade vocálica nesses ambientes, conforme exemplificas em seguida (64-67).

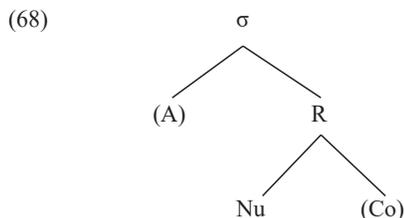
(64)	a. [*kla. 'ta.le]	b. [k ² .la 'ta.le]	/ka.la.ta.le/	“branco”
(65)	a. [* 'tlo.lo] ~ [* 'tlo.ro] ~ [* 'tro.ro]	b. [t ^o .lo.lo]	/to.lo.ro/	“sapo”
(66)	a. [* 'tla.fwa]	b. [t ^o .la.fwa]	/ta.la.hwa/	“sapo de chifre”
(67)	a. [*pla. 'ʔi.ne] ~ [*pra. 'ʔi.ne]	b. [p ² .la 'ʔi.ne]	/pa.la.ʔi.ne/	“animal de estimação”

Assim, argumentamos que não há o padrão subjacente CCV, a não ser com as aproximantes na posição de C₂, porque a hipótese que sustentamos aqui é que sempre há vogais nessas sílabas, mesmo que haja mudança na sua qualidade, pois as vogais podem ocorrer na superfície de forma alongadas, breves, com conservação da mora, de forma de aspiração ou ainda deletada.

O que ajuda a sustentar a hipótese que se sustenta aqui é de que há proibição de realizações de consoantes idênticas, por exemplo, como /nn/, /pp/, /ll/ /rr/, /pp/, /ss/, /ʃʃ/, /tt/ entre outras.

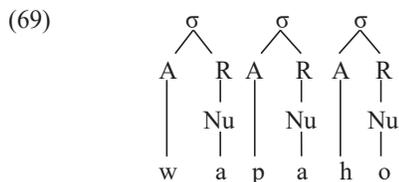
2.2 A estrutura interna da sílaba em Manxineru

Na proposta de alguns autores, como Selkirk (1974, 1984a, 1984b) e também Itô (1986), a sílaba é constituída de uma estrutura interna, que contém ataque (A) e rima (R), por sua vez, a rima é ramificada em núcleo (Nu) e *coda* (Co) (cf. também Clements; Hume, 1995). Nessa configuração, a sílaba apresenta a seguinte estrutura interna:

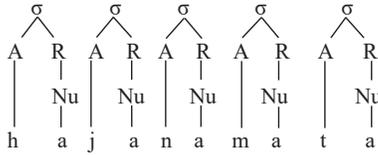


Nessa configuração, a sílaba deve ser constituída no mínimo de núcleo, que normalmente é ocupado por elemento [+silábico].

Tomando como base o modelo arbóreo, e o aplicado às palavras do Manxineru: *wapaho* “algodão” e *hajanamata* “ele falou”, a estrutura fica configurada conforme exemplificado em (69-70).



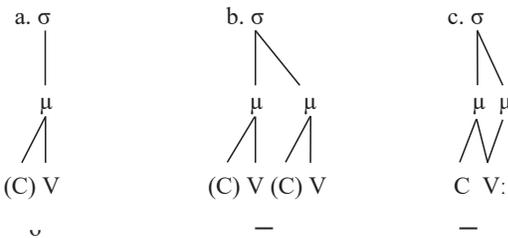
(70)



Como na língua Manxineru não há palavras iniciadas por vogais, a não ser no tema, que não se realiza sozinho, ou por questões de junções morfofonológicas e de silabificação e ressilabificação, interpretamos, neste trabalho, as aproximantes /j/ e /w/ como consoantes. Assim elas não podem ocupar a posição fonológica de núcleo silábico, que, só pode ser ocupado por um segmento vocálico. Porém, ao analisarmos essa estrutura, e no que se refere à mora, verifica-se que a melhor configuração para a árvore é considerar os dois como possuidores de mora, pois, segundo Hayes (1995), os ditongos e vogais longas possuem duas moras, ou seja, são sílabas pesadas.

Nessa mesma perspectiva, as sílabas de padrão CVC ou CV: (71b e 71c) são consideradas para Hayes (1995, p. 53-54) como sendo sílabas pesadas (—), que contêm, por exemplo, duas moras (μμ), enquanto que sílabas de estrutura CV (71a) são consideradas leves (∪), ou seja, contêm apenas uma mora (μ), conforme exemplificamos nas ilustrações seguintes.

(71)



2.3 A sílaba e a formação do pé métrico (Σ): a estrutura silábica e moraica do Manxineru

A notação clássica da teoria da Fonologia Métrica é a noção de acento que ocorre com proeminência entre as sílabas de uma palavra. Assim, o acento não é mais considerado como uma propriedade intrinsecamente ligada ao segmento.

Nessa perspectiva, a ideia de acento é introduzida a partir dos pressupostos teóricos de Liberman e Prince (1977) (cf. também Bisol, 2010). Esses autores afirmam que o acento, que até então era tido por outros autores, inentemente algo relacionado apenas às vogais, numa perspectiva linear, passa a ser concebido como uma perspectiva não linear, como resultado da estruturação hierárquica dos constituintes prosódicos, em que as unidades básicas são as sílabas, os pés e as palavras.

Nesse padrão, o acento é algo com qual as sílabas se organizam, que são descritos como pés métricos. Nessa nova formulação, o fenômeno de atribuição de acento das línguas fica melhor descrito em termos de estrutura relacional. Um dos objetivos centrais da Fonologia Métrica é determinar e descrever os tipos de pés possíveis nas línguas, de forma que possa formular explicações sobre o acento, buscando, para isso, princípios universais das várias línguas particulares existentes ao redor do mundo.

Com base nos pressupostos teóricos postulados, inicialmente, por Liberman (1975) e Liberman e Prince (1977), Hayes (1995), que propuseram os princípios da Fonologia Métrica, os autores propõem dois princípios básicos, os quais resumidamente descrevemos aqui, a saber: (i) princípio de culminatividade – é aquele em que cada palavra ou frase só possui uma única sílaba portadora de acento principal. Assim, por esse princípio, fica estabelecido que cada sequência só poderá ter um único acento principal; (ii) o segundo princípio proposto é o relacionado à distribuição do ritmo das línguas – esse princípio diz respeito à alternância rítmica no qual os acentos ocorrem em distâncias iguais.

Para a análise da estrutura métrica do Manxineru, é importante também lançar mão de outro princípio importante da teoria proposta por Hayes (1995), que é a proposta da extrametricidade (sinalizada com $< >$). Nas palavras de

Hayes (1995, p. 105-106), extrametricidade tem funções em dois níveis prosódicos. No nível segmental, regra de consoante extramétrica descreve o padrão comum pelo qual uma sílaba deve conter mais segmentos para contar como pesada na posição de regra final. No nível autosssegmental, extrametricidade é responsável por casos em que um pé é construído adicionalmente a partir das extremidades da palavra do que o esperado, ou onde a regra da camada da palavra seleciona um acento principal na forma final do pé; esses resultam de sílabas ou pé extrassilábicos, respectivamente, conforme exemplificamos nos exemplos (72). Nesse sistema, que usa o modelo de grade e não de árvore, o (x) marca a sílaba forte e o (•) marca a sílaba fraca (cf. Hayes, 1995).

A noção de extrametricidade permite descrever o fenômeno do acento para o Manxineru, evitando interpretações equivocadas, como a de postular que o caso (72) do Manxineru poderia ser tratado como sendo acento lexical, já que o acento, normalmente ocorre na penúltima sílaba da palavra. Porém, quando essa palavra recebe outro afixo, ela tem o acento primário na penúltima sílaba, o que elimina a tese de acento lexical, pois esta sílaba não pode ser mais considerada extramétrica, nos moldes de Hayes (1981, 1991, 1986, 1995) e Selkirk (1984).

A condição de perifericidade extramétrica é uma das formas de se explicar posição canônica de acento na penúltima sílaba da língua Manxineru, como ilustrado em (72b).

(72)	/pi.ha.le/	“olho”	→	[pi.hə̃:.li.tʃi]	“olho” (absoluto, genérico)		
	a. (x)	→	b. (x)
	(x)	(x	•)		(•)	(x	•) < >
	σ	σ	σ		σ	σ	σ
	μ	μ	μ		μ	μμ	μ μ
	/pi.	ha.	le/		[pi.	hə̃:. li.	tʃi]

O exemplo (72b) evidencia que, na construção de pé métrico da língua Manxineru, nessa palavra, a última sílaba é invisível para a regra de acento, o que se configura, na teoria de Hayes (1995), como um caso de sílaba extramétrica. Para Lin (1997), esse também é um caso de licenciamento do pé

métrico, pois o sufixo absolutivo {-tʃi}, nesse caso específico, é licenciado pelo pé métrico e assim sucessivamente até chegar a domínios hierárquicos mais altos (cf. Nespor; Vogel, 1986), conforme podemos evidenciar também nos exemplos seguintes (73-74).

(73) /-ʃa.ha-/ tema para “sobrancelha” → [ʃa:.hə.tʃi] “sobrancelha” (absoluto, genérico)
 (x)
 (x •) < >
 σ σ σ
 μμ μ μ
 [ʃa:. hə. tʃi]

(74) /no/ 1S + /-na.ma-/ tema para “boca” [nõ.nə.mə] + /-tʃi/ → [nõ:.ma.tʃi] “boca” (absoluto, genérico)

a. (x)	→	b. (x)
(x) (x •)		(x •) < >
σ σ σ		σ σ σ
μ μ μ		μμ μ μ
/no. na. ma/		[nõ:. ma. tʃi]

Porém, com se observa nos dados, esse mesmo morfema {-tʃi}, que é extramétrico em palavras trissilábicas, se torna métrico em palavras dissilábicas (75) ou com palavras com mais de três sílabas (76).

(75) /-sa.ti-/ tema para “barriga” + /-tʃi/ ABS → [sa:.tʃi] “barriga” (absoluto, genérico)
 (x)
 (x •)
 σ σ
 μμ μ
 [sa:. tʃi]

(76) /-çi.ri.pa-/ tema para “nariz” + /-tʃi/ ABS → [çi.ri.pə.na:.tʃi] “nariz” (absoluto, genérico)

a. (x)	→	b. (x)
(x •) (x •)		(•) (x •) (x •)
σ σ σ σ		σ σ σ σ σ
μ μ μ μ		μ μ μ μμ μ
/no. çi. ri. pa/		[çi. ri. pə. na:. tʃi]

Além do conceito de extrametricidade, outra proposição postulada por Hayes (1995), que nos ajuda a explicar os fenômenos do Manxineru, é a no-

ção de pé degenerado, que conceitualmente diz respeito à uma sequência de sílabas que na divisão em pé métrico, algumas podem ficar sobrando. Segundo essa teoria, isso acontece com sequências que possuem um número ímpar de sílabas. Assim, se a língua optar por formar pés métricos sobre as sílabas que sobraram, os pés são nomeados como degenerados. Contudo, conforme ressalta o autor, em algumas línguas, este tipo de pé é extremamente proibido.

Realizações de pés degenerados, com palavras do Manxineru, são dadas nos exemplos (77-78). No caso, as sílabas iniciais dos dois exemplos são pés degenerados, pois esses pés são formados por apenas uma sílaba.

(77) *ri/fali* “ele procura algo”

(x)
(x)	(x	•)
σ	σ	σ
μ	μ	μ
/ri.	fa.	li/

(78) *mitsawa* “cego”

(x)
(x)	(x	•)
σ	σ	σ
μ	μ	μ
/mi.	tsa.	wa/

Outra questão importante, para a análise da Fonologia Métrica e aplicada a nossa análise sobre os dados do Manxineru, é a noção de licenciamento prosódico, que prevê, conforme formulado por Itô (1986. p. 2), que todas as unidades prosódicas de um determinado nível devem pertencer a estruturas prosódicas superiores hierarquicamente. Dessa forma, nenhum segmento poderia aparecer em uma estrutura hierárquica, como o pé métrico, sem estar ligado à sílaba, por exemplo. Nessa teoria, a hipótese de licenciamento de consoantes extrassilábicas proposta por Lin (1997) para o Piro estaria rompendo essa regra.

Seguindo a teoria da hierarquia fonológica, há, nesses moldes, duas formas de manter hierarquicamente o sistema. A primeira diz respeito à inser-

ção de vogais na sílaba, fonologicamente denominado de epêntese. A segunda diz respeito ao processo de apagamento de vogais na sílaba. Esse último é o que adotamos para este trabalho. Posição essa que difere a de outros trabalhos sobre o Yine (Piro-Manxineru) como Matteson (1965) e Silva (2013), que postulam que o recurso adotado pela língua é o epêntese, como exemplificado pelas autoras, como pode ser verificado nos exemplos (79-84).

- | | | | | | |
|------|-----------|-------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| (79) | /pto/ | “grupo” | → | [p ^h to] | (Matteson, 1965, p. 129) |
| (80) | /tnika/ | “ela come” | → | [t ^h nika] | (Matteson, 1965, p. 129) |
| (81) | /retmaka/ | “ela poderia ver” | → | [ret ^h maka] | (Matteson, 1965, p. 129) |
| (82) | /sapna/ | “banana” | → | [ˈsap ^h na] | (Silva, 2013, p. 25) |
| (83) | /troro/ | “sapo” | → | [ˈt ^h loro] | (Silva, 2013, p. 25) |
| (84) | /patlapa/ | “galinha” | → | [paˈt ^h lapa] | (Silva, 2013, p. 25) |

A nossa hipótese se diferencia da apresentada por essas autoras, pois postulamos (cf. Lin, 1997) que as vogais sofrem mudanças fonéticas e que elas, fonologicamente, já existem em palavras como as listadas acima, ou seja, as vogais ocupam uma posição fonológica nas palavras, mas podem se realizar, na superfície, de maneiras variadas (aspirada, alongada, surda, reduzida, por exemplo), principalmente pela relação concatenativa e pela manutenção do ritmo e de acento da língua.

Entre os modelos métricos postulados pela fonologia métrica, o modelo de estrutura de grade, postulado, entre outros, por Hayes (1991, 1995), nos permite analisar e verificar a estrutura métrica do Manxineru de forma significativa.

Nesse modelo, de baixo para cima, temos inicialmente o nível da silabificação, e seguida o nível de formação do pé métrico e da palavra e no topo temos a regra final, conforme exemplificamos em seguida com a palavra do Manxineru ra.po.ka.na “eles chegaram” (85).

- | | | | | | |
|------|------|-----|-----|-----------------------------|------------------------|
| (85) | (| x |) | Regra final | |
| | (| x |) | Nível da palavra fonológica | |
| | (x | •) | (x | •) | Nível do pé métrico |
| | /ra. | po. | ka. | na/ | Nível da silabificação |

Para nossa discussão, é de importância fundamental a fonologia métrica que aborda também a noção de peso silábico. Nessa perspectiva teórica, há três possibilidades básicas de peso silábico (cf. Hayes, 1991, 1995): (i) sílabas que tenham consoantes na posição de *coda*; (ii) sílabas com ditongo e (iii) sílabas com vogal longa. Nos moldes da teoria autosegmental de Clementes e Hume (1995), essas sílabas são as que têm rima ramificada.

Segundo as teorias linguísticas que versam sobre o assunto, sílabas pesadas têm a propriedade de atraírem o acento para elas. Assim, podemos afirmar, e foi essa a hipótese que adotamos, que o acento é sensível ao peso silábico.

Na perspectiva gerativa, a noção de peso silábico é discutida, entre outros, por Halle e Vergnaud (1997). Para esses autores, as sílabas pesadas projetam um asterisco sobre a linha (1) antes de se iniciar a formação da grade métrica, sendo que a formulação da grade métrica deve respeitar essa configuração, criando, assim, um constituinte para cada cabeça, conforme exemplificadas com a palavra em Manxineru *nopojte* “meu boi”.

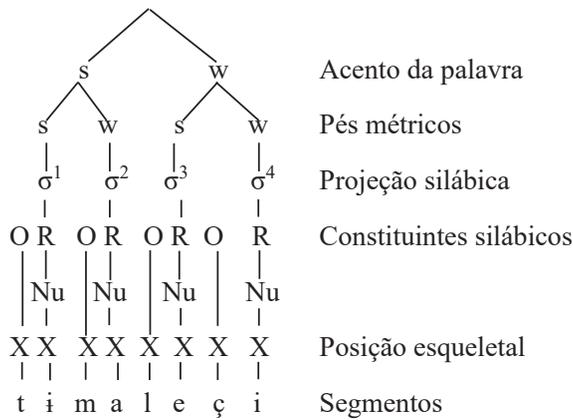
(86)	Sílabas pesadas	Linha 0	Linha 1
	x	x	x •
	x	x x x	x x x
	/no. poj.te/	→ /no. poj. te/	→ /no. poj.te/

Nos moldes da Fonologia Métrica de Hayes (1995), a configuração acima fica mais bem descrita na forma vertical, conforme o esquema abaixo, cujos limites são indicados por parêntese (cf. Halle; Vergnaud, 1987; Bisol, 2010). Em seguida, para exemplificação, aplicamos a teoria² na análise da palavra do Manxineru *timaleçi* “flauta” (87b).

(87)	a.	Modelo em grade:	Níveis
		Linha 2 (x)	Regra final
		Linha 1 (x • x •)	Projeção
		Linha 0 (x x) (x x)	Formação de constituintes
		t i . m a . l e . ç i	Nível da silabificação
		t i m a l e ç i	Nível segmental

² Nesse modelo, o S (sigla para a palavra do inglês *Strong*) significa uma sílaba forte e o W (sigla para palavra do inglês *Weak*) significa uma sílaba fraca.

b. Modelo em árvore:



Cabe ressaltar que, no modelo de Halle e Vergnaud (op. cit.), a construção da grade métrica das palavras aceita tanto pés binários como terciários, o que não ocorre na análise de Hayes (1981, 1995).

No modelo de Hayes³ (op. cit.), a grade métrica apresentada em (87) pode ser entendida como uma sequência de espaços, um para cada sílaba, em que: (i) na linha 0, tem a indicação de cada espaço feito com o uso de (x), formando-se um constituinte; (ii) na linha 1, estão identificados somente as cabeças de constituinte e (iii) na linha 2, somente a cabeça de toda sequência recebe um (x). Assim, no exemplo (87), as sílabas *tĩ.* e *ma.* formam um constituinte, de mesma forma que *le.* e *çi.* As cabeças destes constituintes são *tĩ.* e *le.* respectivamente (cf. também afirma Bisol, 2010). Assim, na linha (1), forma-se um constituinte, a partir das cabeças *tĩ.* e *le.*, que foram projetados a partir da linha (0), que tem, por sua vez, o sua cabeça projetada na linha (2). A direção dos constituintes, que é fator essencial dessa teoria, pode variar da

³ A nossa pesquisa tem como base para a análise métrica do acento em Manxineru o trabalho de Lin (1997) e principalmente a teoria de Hayes (1995, 1981, 1986, 1991), porém, como pretendemos evidenciar a forte interação do peso silábico para composição rítmica do acento e as relações morfofonológicas, fizemos adaptações, inserindo mora (μ) à configuração clássica de Hayes, que é mais comum no modelo de árvore, para ilustrar o peso das sílabas na composição do acento da língua Manxineru.

direita para a esquerda ou da esquerda para a direita. Essa posição é importante para definir também o tipo de sistema de pé métrico.

Nas afirmações de Hayes (1991), podemos definir universalmente o sistema de acento de três tipos, a saber: (i) sistemas insensíveis ao peso silábico; (ii) sistemas sensíveis ao peso, mas com constituintes binários de cabeça à esquerda e (iii) sistemas com constituintes binários de cabeça à direita. Hayes (1981, 1991) afirma ainda que cada sistema desses corresponde a um tipo de pé métrico, conforme a teoria clássica: (a) iambo (ou iâmbico), (b) troqueu (ou trocaico) silábico e troqueu mórico (ou moraico). Em relação aos pés trocaicos, a diferença entre eles se baseia no fato de que o pé moraico conta as alternâncias rítmicas pela mora, enquanto o pé silábico conta as alternâncias pela sílaba.

Exemplos dos pés métricos nesse modelo teórico:

(i) Iâmbico: o elemento mais forte fica à direita, como veremos em seguida.

(88)	a. (• x)	ou	b. (x)
	σ σ		σ
	μ μ		μμ
	w s		s

(ii) Troqueu silábico: é o sistema de pé dissilábico que ignora a estrutura interna da sílaba para contagem das sílabas, com o elemento mais forte à esquerda, como representamos abaixo:

(89)	(x •)
	σ σ
	s w

(iii) Troqueu mórico (ou moraico): é o sistema de pé dissilábico que leva em consideração a estrutura interna da sílaba, como representamos abaixo:

(90)	(x •)
	σ σ
	μ μ
	s w

Para Hayes (1995, p. 54-55), os parâmetros relevantes para a escolha do tipo de pé métrico incluem: (i) tamanho (único, binário, ternário); (ii) sensibilidade à quantidade de sílaba, onde as sílabas pesadas devem ocupar a posição de núcleo do pé métrico e (iii) posição do núcleo do pé métrico (esquerda/direita).

A definição tipológica de apenas três pés para descrever as línguas do mundo, como o proposto pela teoria de Hayes (1981, 1995), gera certa dificuldade para a nossa análise acerca do Manxineru, pois, apesar do peso silábico (estrutura interna da sílaba) ser importante nesta língua para a atribuição de acento, e obviamente para a constituição do pé métrico, nem sempre o peso é o fator que define o acento principal, pois o acento nem sempre recai em sílabas pesadas, ou seja, há sílabas acentuadas que são leves, o que o diferencia, por exemplo, do que ocorre no sistema métrico do Latim⁴, onde as sílabas proeminentes ao acento são mais pesadas, ou seja, o peso é condição atrativa de acento nesta língua. Dessa forma, se em Manxineru tivéssemos acento sempre nas sílabas mais pesadas, a palavra *tij.la.ti* “ela a (onça) matou” deveria ter o acento na antepenúltima sílaba e não na penúltima, ou o sistema deveria compensar o peso, o que não ocorre, conforme exemplificamos em (91).

(91) (x)
 (x) (x •)
 (x) (x x)
 σ σ σ
 μμ μ μ
 [tij. la. ti]
 w s w

Mesma analogia pode ser aplicada aos exemplos (92) *kow.tfo.ha.ta.ka* “pescar” e (93) *ti.ma.le.çi* “flauta” em Manxineru.

⁴ Cabe salientar que acento é uma categoria abstrata que pode se realizar de 3 maneiras: (i) intensidade, (ii) tom ou (iii) duração, ou mesmo por combinação desses elementos com um predominando. No caso do Latim, o correlato físico do acento é a duração, expressa no tempo da vogal.

Nesses exemplos, observamos que a língua Manxineru reduz muito a vogal da sílaba pós-tônica, de forma que o sistema provoca a ressilabificação dessa vogal e a interpreta como sendo *onset* dessa sílaba, ignorando o peso silábico no domínio da sílaba. Porém como as teorias que utilizamos não contemplam essa opção, podemos postular que o exemplo (92a) seja mais plausível conforme Hayes (1981, 1995) e Lin (1997). Nesse caso, o exemplo (*92b) não é possível na língua.

(92) a. (x) ou *b. (x)
 (x) (x) () (x)
 (x •) (x •) < > (x •) (x •)
 σ σ σ σ σ σ σ
 μμ μ μ μ μ μμ μ μ μμ
 [kow. tʃu. h̃ə. tʰ. ka] [kow. tʃu. h̃ə. tʰka]

(93) (x)
 (x •) (x •)
 (x x) (x x)
 μ μ μ μ
 [t̃i. ma. le. ç̃i]
 s w s w

Já que esta teoria não prevê um sistema misto ou que abarque as duas possibilidades para a mesma língua, a hipótese que propomos, para esta análise, é que o sistema, no caso específico do Manxineru, de pé métrico da língua é o troqueu silábico não coerente e binário, com possibilidade de sílabas extrassilábicas e pé degenerado, mas com a ressalva de que o peso (mora) é muito importante para a definição de acento, pois o contraste entre sílabas pesadas, principalmente no que se refere às vogais longas, e sílabas leves é muito importante, assim como a posição do acento que, da direita para esquerda terá sílabas leves e pesadas sequencialmente, conforme exemplificamos abaixo, com a projeção da palavra dissilábica *ni.ka* “comer” > *ni.ka.li* > *ni:.ka*. Esta última é formada pela junção do prefixo *ni-* (1S) +

ni.ka “comer” que resulta em uma única sílaba com vogal alongada *ni:.ka* “eu comi”, conforme exemplificado em (94).

(94)	a.	(x)		b.	(x)		c.	(x)
		(x •)			(•) (x •)			(x •)
		σ σ			σ σ σ			σ σ
		μ μ			μ μ μ			μμ μ
		/ni. ka/			[ni. ka. li]			[ni:. ka]
		s w			w s w			s w

Observamos que na primeira e segunda palavras dos exemplos supracitados (94a e 94b), temos uma mora apenas na posição de acento, enquanto que na terceira (94c) a estrutura interna da sílaba conta com duas moras na sílaba que tem o alongamento compensatório (ver também Kager, 1995, p. 396-398).

Com base nessa análise, sugerimos que em Manxineru, a contagem de mora tem sido mantida, ou seja, as moras só são perdidas, como diz Lin (1997, p. 21), se referindo ao Piro, quando a consoante for ressilabificada no início de um palavra, como *p-* (de *pi- ~ pa- 2S*) + *pa.wa.ta* “fazer fogo” > *pa.wa.ta* “você faz fogo”.

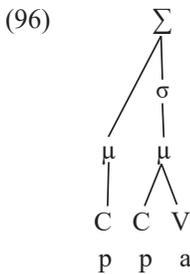
(95)	*a.	(x)	→	b.	(x)
		(x •) (x •)			(•) (x •)
		σ σ σ σ			σ σ σ
		μ μ μ μ			μ μ μ
		/pi. pa. wa. ta/			/pa. wa. ta/
		s w s w			w s w

Nesse caso (95a), com elisão da vogal criaria um *cluster* não permitido. Assim a consoante é eliminada no início da palavra, pois não há mais a vogal para preservar a mora da sílaba.

Outro ponto importante é verificar como as consoantes morais são organizadas em níveis prosódicos maiores, como o proposto por Nespor e Vogel (1986). Devemos verificar ainda se todas as unidades fonológicas de-

vem ser prosodicamente licenciadas ou se as moras extrassilábicas (cf. Hayes, 1995, p. 105) serão dominadas pelas unidades prosódicas maiores.

O que propomos para esta análise é que as moras extrassilábicas estão mais intimamente ligadas ao pé ou palavra fonológica do que propriamente com a sílaba. Uma vez que elas parecem ter uma ligação sistemática com a sílaba, mas constituem parte do pé e da palavra prosódica que desempenham um papel na determinação do acento e do agrupamento rítmico frasal. Assim, no exemplo (96), uma mora não silabificada é licenciada pelo pé métrico (cf. também afirma Lin, 1997).



Pelo exposto, parece viável que a proposta de que o sistema acentual da língua Manxineru sinaliza estar também governado por fatores morfológicos e cíclicos. Dessa forma, temos no ciclo 1 o acento se manifestando inicialmente na raiz, no ciclo 2, há o deslocamento em direção à borda direita da palavra, quando se acrescenta sufixos morais e silábicos como {-li, -lo, -ri, -ro, -na, -ka, -kaka, -taka, -ne, -ni entre outros} e por fim há sufixos, ciclo 3, como o {-tî} que é, em algumas palavras, normalmente com três sílabas, extrassilábico. Nespor e Vogel (1986, p. 17, tradução nossa) corroboram essa proposta quando elas afirmam que “um dos aspectos centrais da fonologia prosódica é a interação entre a fonologia e os outros componentes da gramática.”

Como já mencionado anteriormente é importante, para a presente pesquisa, a noção de mora, pois, constantemente, movimentos de alongamento compensatório (AC) ocorre na língua, o que se configura (cf. Clementes; Hume, 1995) como processo de ramificação de núcleo da sílaba. No alonga-

mento compensatório, uma sílaba pesada é formada para se ajustar ao padrão rítmico da língua, principalmente por questões de concatenação morfofonológica, como já evidenciado anteriormente.

Também é importante verificar como as consoantes moraicas são organizadas em níveis prosódicos maiores, como o proposto por Nespor e Vogel (1986). Cabe ainda verifica se todas as unidades fonológicas devem ser prosodicamente licenciadas ou se as moras extrassilábicas (cf. Hayes, 1995, p. 105) serão dominadas pelas unidades prosódicas maiores.

Assim a proposta para esta análise é que as moras extrassilábicas estão mais intimamente ligadas com o pé ou palavra fonológica do que propriamente com a sílaba, conforme afirma também Lin (1997) ao analisar a variante Piro, uma vez que elas parecem ter uma ligação sistemática com a sílaba, mas constituem parte do pé e da palavra prosódica que desempenham um papel na determinação do acento e do agrupamento rítmico frasal.

Nesse contexto, podemos postular que a língua Manxineru possui um pé métrico troqueu silábico, pois possui o pé dominante à esquerda (cf. Hayes, 1991, 1995), mas com forte interação, em muitos casos, com a estrutura interna e moraica da sílaba.

Sustentamos ainda que em Manxineru há licenciamento prosódico como postulado por Selkirk (1984), Nespor e Vogel (1986) e principalmente por Lin (1997), em que cada unidade fonológica é licenciada por uma unidade prosódica superior, por estarem hierarquicamente interligadas, assim: (i) cada segmento é licenciado por uma mora (μ); (ii) cada mora é licenciado por uma sílaba (σ); (iii) cada sílaba é licenciada por um pé (Σ); (iv) cada pé é licenciado por uma palavra fonológica (ω); e (v) cada palavra fonológica é licenciada por uma frase fonológica (ϕ) e assim sucessivamente. Nessa configuração, em Manxineru, pode ter a representação exemplificada em (97), com a palavra *wa.le re.ta* “ele vê” (97):

(97)	(x)	ϕ					
	(x)	(x)	ω				
	(x	•)	(x	•)	Σ				
	(x	x)	(x	x)	σ				
	μ	μ	μ	μ					
	/wa.	le.	re.	ta/	Silabificação				
	w	a	l	e	r	e	t	a	Segmento

Podemos observar que, em Manxineru, só há um acento principal na palavra (ω) e na frase fonológica (ϕ). Esse é um padrão prosódico e rítmico inerente ao Manxineru. Isto é, os elementos mais baixos da hierarquia prosódica se juntam para formar elementos de domínios mais altos na hierarquia prosódica, formando, assim, um só grupo prosódico (cf. Nespor; Vogel, 1986; ver também Hayes, 1995, p. 367-388; Lin, 1997).

2.4 Ressilabificação, deslocamento de acento e readequação rítmica em Manxineru

Diferentemente do postulado por Matteson (1965) e Sebastián (2006) para o Piro e por Silva (2013) para o Manxineru, sustentamos a hipótese, como já mencionada anteriormente, de que há mudança na qualidade do segmento vocálico, pois sustentamos que a vogal já existe na palavra, ao contrário do que foi postulado por esses autores, uma vez que eles afirmam que há inserção de vogais nas sílabas, configurando-se em caso de epêntese.

Dessa forma, a nossa hipótese é que fatores morfofonológicos e morfossintáticos, assim como a manutenção do padrão de acento provocam fenômenos como: apagamento, ensurdecimento, redução, enfraquecimento, alongamento compensatório, vocalização e harmonização dos segmentos vocálicos. Em alguns casos, esses fenômenos provocam a ressilabificação e deslocamento de acento nas palavras do Manxineru.

A junção morfofonológica provoca, entre outros fenômenos, a ocorrência de vogais muito reduzidas, como uma vogal bem curta, ou como uma aspiração, em algumas ocorrências, principalmente em contexto que as vogais estejam entre *e/ou* seguida de consoantes obstruintes surdas. Por enquanto, daremos exemplos dentro dos moldes da Fonologia Métrica (Hayes, 1995, 1981).

Descrevemos em seguida, algumas palavras que evidenciam o processo de ressilabificação, adequação rítmica e deslocamento de acento na língua Manxineru à luz de Hayes (1981, 1995). Processos esse que são muito comuns nessa língua, principalmente pela sua tipologia polissintética e aglutinante (cf. Aikhenvald, 1999b; Campbell; Grandona, 2012). Nesse sentido, verificamos que:

- (i) Os fonemas /j/ e /w/ se ressilabificam, se realizando como núcleo silábico da sílaba seguinte, respectivamente, como [i] (107) ou da sílaba precedente [u] (108);
- (ii) O fone /j/ passa da posição de *coda* para a *onset* da sílaba seguinte (108);
- (iii) Os fonemas / h, m, n, ç, ʃ/ passam da posição de *onset* para a posição de *coda* silábica da sílaba anterior (101, 102, 104, 105, 107, 109);
- (iv) O fonema nasal /n/ se alonga e se torna núcleo de sílaba (99 e 106);
- (v) Consoante oclusiva /t/ se funde à sílaba seguinte (103);
- (vi) O fonema /w/ passa da posição de *onset* simples para *onset* complexo superficial (110).

Exemplos:

(98) /ha.po.ka/ “chegar”, “ele chegou” + /-na/ PL → *[ra.pu.kə̃nə] “eles chegaram”
 → [ra.pu.kə̃nə] “eles chegaram”. Assim temos:

a. (x) (•) (x •) σ σ σ μ μ μ /ha. po. ka/	b.* (x) (•) (x •) σ σ σ μ μ μμ [ra. pu. kə̃na]	c. (x) (•) (x •) < > σ σ σ μ μ μ μ [ra. pu. kə̃ na]
---	--	---

(99) /ni-/ “1S”, + /-ni.ka/ “comer” + /ja/ LOC → [ni:kja] “eu comi lá”. Assim temos:

a. (x) → (x •) σ σ μ μ /ni. ka/	b. (x) (x •) σ σ μμ μμ [ni:. kjə]
---	---

(100) /ka.na.ma.ta.ʃa/ “magro” + /ka.ka/ intesificador “muito” → [ka.nə̃m.taʃ.ka.kə̃]
 “muito magro”, “magérrimo”. Assim temos:

a. (x) (•) (x •) (x •) σ σ σ σ σ μ μ μ μ μ /ka. na. ma. ta. ʃa/	b. (x) (•) (x •) (x •) σ σ σ σ σ μ μμ μμ μ μ [ka. nə̃m. taʃ. ka. kə̃]
---	---

(101) /hi-/ 3S.M + /-makahi-/ tema do verbo “continuar” → [hõm.ka.hĩ] “ele continua”. Assim temos:

a. (x)	b. (x)
(•) (x •)	(•) (x •)
σ σ σ	σ σ σ
μ μ μ	μμ μ μ
/ma. ka. hi/	[hõm. ka. hĩ]

(102) /ha.ha.mi.na/ “árvore” + /çe.pi-/ tema para “orelha” → [hãh.mĩ.na.çe.pi] “orelha-de-pau”. Assim temos:

a. (x)	b. (x)
(x •) (x •)	(x) (x •) (x •)
σ σ σ σ	σ σ σ σ σ
μ μ μ μ	μμ μ μ μ μ
/ha. ha. mi. na/	[hãh. mĩ. na. çe. pi]

O exemplo (98) serve para demonstrar, não necessariamente um processo de ressilabificação, mas sim que a realização de vogais reduzidas poderia nos levar a interpretação e/ou configuração descrita em (98b), como postulado em outros trabalhos, por exemplo, Matteson (1965), Hanson (2010) e Silva (2013), que consideram essas realizações invisíveis para a formação da sílaba. Entretanto, à luz da teoria métrica que adotamos, pensamos que é melhor interpretar essas realizações como descrito em (98c) (cf. também afirma Lin, 1997).

O exemplo (99) mostra que o acréscimo do morfema locativo {ja} à base verbal, acarreta a queda da vogal /a/ da última sílaba da palavra base, formando, assim, uma sílaba complexa (kja.). Além disso, há o alongamento da vogal da primeira sílaba, que aumenta o seu peso como forma de se manter o acento nesta sílaba.

No exemplo (100), ocorreram duas ressilabificações, pois há o apagamento da vogal da sílaba (ma.), o que faz o /m/ deixar de ser *onset* da sílaba da palavra base para ser *coda* da sílaba anterior, provocando a realização de uma sílaba de padrão superficial (CVC). O mesmo processo ocorre com a consoante /ʃ/ da sílaba (ʃa.). A palavra derivada, por regra morfológica e rítmica, cria um pé degenerado (cf. Hayes, 1995, 1981). O mesmo processo ocorre no exemplo (101) com a consoante /m/, porém o que provoca essa mudança é o acréscimo do

prefixo pessoal monossilábico {hi-} e não o acréscimo de um sufixo dissilábico, como em (100). O exemplo (102) mostra que a junção de dois temas provoca a queda da vogal /a/, da primeira palavra, acarretando a ressilabificação do /h/, que passa de *onset* da segunda sílaba para *coda* da primeira sílaba, formando, assim, um pé métrico degenerado. Como se trata de palavras com acento próprio, na composição, o acento principal se mantém na penúltima sílaba da segunda palavra, pois o sistema prosódico do Manxineru não permitiria acento em sílaba antes da penúltima sílaba, pois mesmo que a última sílaba fosse invisível para Métrica, o acento não ficaria na antepenúltima sílaba.

(103) /to-/ “3S.F” + /ʃi.ma/ “peixe” + /-ne/ PL → *[t.ʃi.m^o.ne] → [tʃi.m^o.ne] “peixe dela”. Assim temos:

<p>a. *(x)</p> <p>(x •) (x •)</p> <p>σ σ σ σ</p> <p>μ μ μ μ</p> <p>[t. ʃi. m^o. ne]</p>	<p>b. (x) < ></p> <p>(x •)</p> <p>σ σ σ</p> <p>μ μ μ</p> <p>[tʃi. m^o. ne.]</p>
---	---

(104) /pa.na.tʃi/ “casa” + /ja/ Locativo que indica “direção a” → [pə̃n.tʃjɐ] “em direção a casa”. Assim temos:

<p>a. (x)</p> <p>(x •) < ></p> <p>σ σ σ</p> <p>μ μ μ</p> <p>/pa. na. tʃi/</p>	<p>b. (x)</p> <p>(x •)</p> <p>σ σ</p> <p>μμ μμ</p> <p>[pə̃n. tʃjɐ]</p>
---	--

O exemplo (104) mostra que, ao acrescenta dois afixos (prefixo e sufixos) simultaneamente, acarreta, no caso específico, a queda da vogal da sílaba inicial do prefixo possessivo (genitivo), o que promove a fusão da obstruente /t/ com a soante /ʃ/ da sílaba seguinte, formando assim um som africado, em posição de *onset* da sílaba, promovendo ainda um pé métrico com sílaba extrassilábica, pois o acento permanece na sílaba inicial. A posição nesta sílaba também é possível pela redução do tempo da vogal da penúltima sílaba, que normalmente tem a preferência para receber o acento principal.

No exemplo (104), podemos verificar que duas sílabas são ressilabificadas, havendo o apagamento da vogal [a] da segunda sílaba (na.), que é res-

Podemos verificar em (106) que a vogal /o/, da primeira pessoa possessivo do singular, é eliminada na juntura da fronteira morfológica, o que promove a passagem do /n/, que é *coda*, para a posição nuclear ([n̩.]) da nova sílaba. Também, com o acréscimo de dois sufixos à palavra base, ocorre a ressilabificação do /a/, que formava na sílaba precedente o padrão (CV), que passa agora a compor uma outra sílaba sozinha, e de forma raríssima, de padrão (C:). Há ainda não só a vocalização da consoante /w/, que se realiza como /u/, agora na posição nuclear da sílaba, como também o deslocamento do acento para a penúltima sílaba da palavra derivada, provocando ainda o alongamento da vogal ([e:]) dessa sílaba, o que evidencia que as sílabas em posição de acento tendem a serem mais longas que em outras posições. Ou seja, o sistema tende a manter o acento nessa sílaba, e para isso ele aumenta a mora nessa posição para marcar esse padrão (cf. Lin, 1997).

(107) /-mjo-/ tema para “mão” + /no-/ 1S.POSS → [nõ.mju] “minha mão” + /-tʃi/ → [mi.oʃ.tʃi]. Assim temos:

a. (x)	b. (x)
(x •)	(• (x •)
σ σ	σ σ σ
μμ μμ	μ μ μ
[nõ. mju]	[mi. oʃ. tʃi]

No exemplo (107), ao se juntar novos morfemas à base, ocorre a ressilabificação, evidenciado em (107b), em que o ditongo é desfeito, assim a sílaba que era ramificada (cf. Clements; Hume, 1995), ou seja, padrão CVC passa a se realizar como CV, na primeira sílaba e o segmento [o] forma uma nova sílaba juntamente com a inserção da consoante [ʃ] para evitar que ocorra uma sílaba (V), que foneticamente tem realização muito restrita e que inexistente fonologicamente. Assim, essa consoante assume a posição de coda da sílaba (VC), formando, ainda, na derivação, um encontro consonantal heterossilábico. Além disso, a ressilabificação promove uma estrutura silábica em (VC), que é raro na língua, como podemos verificar na penúltima sílaba de (b). Também podemos verificar que o /j/ da sílaba (mjo.) do exemplo (107a) passa de posição de *coda* para a posição nuclear da palavra ressilabificada, se realizan-

do foneticamente como [i]. Verificamos ainda, no exemplo (107a), que há o alongamento do [o:] da primeira sílaba para manter o acento em sílaba pesada, uma vez que a última sílaba também é pesada, assim é possível manter o acento canônica do Manxineru.

(108) /kaj.we/ “cachorro” + /ho.ʃa.ha/ “floresta” → [ka.ju.hõ.ʃa.hẽ] “lobo”. Assim temos:

a. (x)	b. (x) < >
(x •)	(x •) (x •)
σ σ	σ σ σ σ σ
μμ μ	μ μ μ μ μ
/kaj. we/	[ka. ju. hõ ʃa hẽ]

O exemplo (108) mostra que, com a junção de duas palavras livres, ocorre a mudança de /j/, em posição de *coda*, para posição de *onset* da sílaba seguinte. Além disso, a consoante /w/, em posição de *onset*, que compõe a estrutura da última sílaba da primeira palavra, no processo de ressilabificação, passa a compor, agora em posição de núcleo, a sílaba imediatamente à esquerda. Esse processo provoca ainda uma sílaba invisível para a contagem métrica.

(109) /ra-/ ~ /ha-/ 3S.M + /-ʃi-/ tema para “coração” → [ra.ʃi] “coração dele”. Porém na formação /-ʃi-/ + /-tʃi/ ABS + /-ne/ PL → [hẽʃ.tʃi.ne]. Assim temos:

a. (x)	b. (x)
(x •)	(•) (x •)
σ σ	σ σ σ
μ μ	μμ μ μ
/ra. ʃi/	[hẽʃ. tʃi. ne]

O exemplo (109a) evidencia que o acréscimo do prefixo não altera a sílaba do tema na derivação, porém, ao se acrescentar os sufixos {-tʃi} e {-ne} (109b), há o processo de ressilabificação da sibilante /ʃ/, que se une à sílaba imediatamente anterior, formando com ela uma sílaba pesada, mas agora em posição de *coda* e não de *onset*. Além disso há o deslocamento do acento para a penúltima sílaba da palavra, para manter o padrão acentual canônico da língua.

(110) /re.ta/ “ele vê” + /-wi/ 1PL.O → [rɛ:.twi] “ele nos vê”. Assim temos:

a. (x)	b. (x)
(x •)	(x •)
σ σ	σ σ
μ μ	μ μμ
/re. ta/	[rɛ: twi]

No exemplo (110), à base /re.ta/, tem acrescentado a ela o sufixo com função de objeto direto de primeira pessoa do plural {-wi}, provocando, dessa forma, a ressilabificação de (ta.), em decorrência do apagamento da vogal, resultando em uma sílaba com *onset* ramificado (cf. Clements; Hume, 1995), formando um padrão superficial CCV.

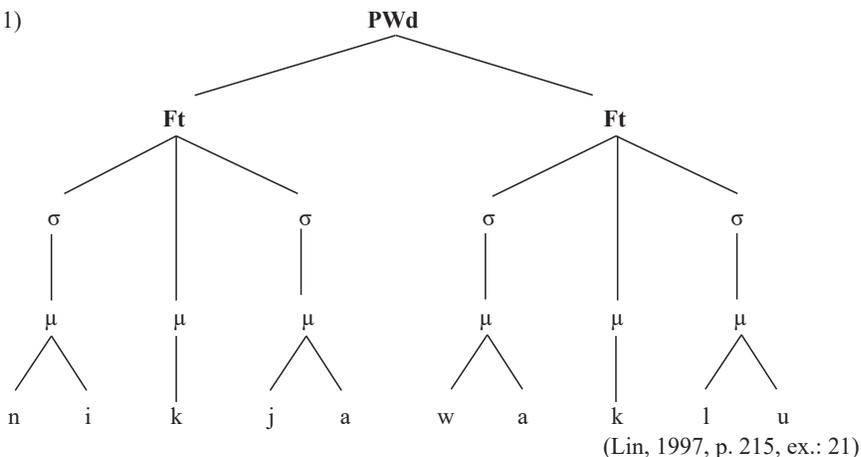
2.5 A Teoria de Hayes (1981, 1995): o problema para a análise da estrutura métrica do Manxineru

Como já apontado anteriormente, a teoria métrica proposta por Hayes (1981, 1995) traz dois problemas a serem solucionados quando se analisa o Manxineru: o primeiro diz respeito ao caráter geral de apenas três pés métricos como únicos para descrever as línguas do mundo, como sendo um tipo de universal linguístico; o segundo diz respeito tanto ao conceito de extrametricidade e licença métrica, pois, como já postulado anteriormente, Hayes (1995) afirma que só pode haver sílabas extrassilábicas nas margens. O que dificulta, por esse viés, a descrição e explicação de alguns fenômenos que ocorrem com o Manxineru.

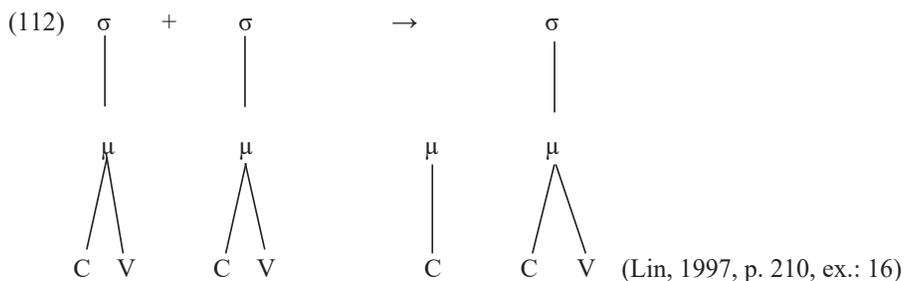
Uma solução encontrada para esse empasse, pelos menos para a extrametricidade, está em Lin (1997), pois o autor elabora, para a variedade Piro, uma análise de licenciamento do pé métrico. Como exemplificado⁵ em (111) com palavra da variedade Piro *ni.kja.wa.klu* “local onde se come”.

⁵ PWD (*prosodic word*); Ft (*foot*). Em português, respectivamente: palavra prosódica e pé métrico.

(111)



Essa representação arbórea é a solução encontrada pelo autor para que não haja sílabas fechadas e/ou para manter o padrão canônico CV. Estrutura defendida pelo autor para o Yíne (variedade Piro). Nesse contexto as consoantes conservam a mora, mas não são ligadas ao domínio da sílaba, mas sim ao pé-métrico, como exemplificado em (112).



Como se pode observar, o pé métrico licencia a ocorrência de consoantes extrassilábicas. O que, segundo Lin (1997), evita a construção de sílabas do tipo CCV, CVC e/ou CCCV, como postulado por Matteson (1954, 1955, 1965) e Hanson (2010), por exemplo.

Outro ponto importante na investigação, na perspectiva de Lin (1997), acerca da estrutura silábica do Yíne (Piro), é a consideração de consoantes silábicas nessa língua, como descrito por Matteson (1954, 1965) e Sebastián

(2006). A nossa hipótese a respeito dessa afirmação vai ao encontro de que foi postulado por Lin (1997, p. 406), quando o autor afirma que:

[...] É claro que Matteson considera que a silabidade das consoantes é diferente das vogais fonêmicas. Baseado em um levantamento de várias línguas do mundo exibindo vogais excrescentes, Levin (1987) argumentou que a consoante de Piro, a silabidade envolve coarticulação universal de baixo nível e efeitos. Eu também sugeri em outro lugar (1993) que estas consoantes “silábicas” não constituem picos silábicos fonológicos, uma vez que nunca são sensíveis a quaisquer sílabas relacionadas com os processos fonológicos [...]. Portanto, o que é descrito como uma consoante “silábica” é melhor tratado como fenômeno fonético.⁶

A nossa hipótese é de que não há consoantes fonologicamente silábicas, mas sim realizações fonéticas motivadas por juntura morfofonológicas e sintáticas e estas com a adequação acentual da língua Manxineru.

Dessa forma, o sistema trocaico do Manxineru se configura, como já apontávamos, hipoteticamente, como não tendo coesividade métrica, uma vez que em alguns casos o que parece definir o acento principal, e consequentemente a estrutura do pé métrico, é o peso silábico. Assim, a nossa análise sugere que o Manxineru tem o padrão de sistema métrico trocaico silábico, mas, de certa forma, sensível à quantidade, isto é, em alguns casos se configura como trocaico-moraico, o que o configura, em muitos casos, como um sistema misto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos, de forma reflexiva, descrever e discutir, com dados concretos, e à luz de várias linhas teóricas, a nossa análise e proposta para o padrão silábico e acentual da língua Manxineru. Assim, o uso de várias

⁶ Do original: “It is clear that Matteson considers syllabicity of consonants to be different from that of phonemic vowels. Based on a survey of various languages exhibiting excrescent vowels, Levin (1987) has argued that Piro consonant syllabicity involves low-level universal and language-particular coarticulation effects. I have also suggested elsewhere (1993) that these ‘syllabic’ consonants do not constitute phonological syllabic peaks, since they are never sensitive to any syllable-related phonological processes [...]. Therefore, what is described as a ‘syllabic’ consonant is best treated as a phonetic phenomenon (Lin, 1997, p. 406).”

propostas teóricas, que discutem o assunto, foi muito importante e ponto fundamental para reflexões e proposições da presente pesquisa. Dessa forma os dados analisados, à luz desses teóricos, possibilitaram verificar e demonstrar alguns fenômenos do caso específico do Manxineru, na perspectiva da fonologia métrica, entre elas destaca-se a análise interna da sílaba, os processos de ressilabificação, de reestruturação silábica e do pé métrico, além da proeminência acentual e reorganização rítmica. Muitas das questões analisadas e discutidas neste trabalho têm muita a ver com a estrutura específica do sistema da língua do Manxineru, entre elas a característica aglutinante e polissintética que essa língua tipologicamente é estruturada.

Na análise do Manxineru, destacamos ainda a discussão do ritmo da fala e a posição de acento da palavra, que promove vários fenômenos linguísticos, muitos deles motivando a reorganização rítmica e silábica das palavras do Manxineru, pois como observamos, o acento eminentemente ocorre na penúltima sílaba, mas caso isso não ocorra, o sistema métrico da língua se reorganiza, considerando, em muitos casos, a última sílaba como extrassilábica, ou há ressilabificação dos fonemas nas derivações das palavras, formando, por exemplo, sílabas complexas e/ou pesadas (ramificadas, cf. Clements; Hume, 1995), apagamentos ou mudança da qualidade de certos fonemas para se manter o padrão rítmico e acentua da língua. Dessa forma, concordo com Lin (1997), quando o autor propõe, à luz de Hayes (1981, 1986, 1989, 1991, 1995), que em Piro as sílabas com vogais breves mantêm a mora, se tornando extrassilábica, mas sendo licenciadas pelos domínios mais altos da Hierarquia Fonológica, conforme proposto na teoria de Nespor e Vogel (1986). Porém acrescentamos que na ressilabificação, advinda da juntura morfofonológica e sintática, há reestruturação silábica motivada por regra rítmica e morfofonológica da língua.

Neste trabalho, postulamos a hipótese de que, em Manxineru, o padrão fonológico canônico é C(C)V(C), mas argumentando e reconhecemos que outros padrões superficiais (fonéticos) são possíveis, porém isso ocorre principalmente em situações de ressilabificação e/ou de junção morfofonológica, como já afirmado ao longo deste trabalho.

Outro ponto importante para discussão teórica e prática deste estudo foi a proposta que o pé métrico para a língua Manxineru é o troqueu (ou trocaico) silábico, mas ressaltando a forte interação da mora (peso) para formação do pé e do acento, ou seja, a mora tem forte influência na construção rítmica do Manxineru, o que configura a língua como um sistema incoerente em relação ao padrão do pé métrico.

Vale ressaltar, a título de esclarecimento, que todos os dados analisados e descritos neste trabalho foram verificados também com o auxílio da fonética acústica experimental, que nos ajudou a entender e verificar, de forma mais clara e com melhor riqueza de detalhes a interação e descrição dos fenômenos fonéticos e fonológicos do Manxineru.

Por fim, podemos afirmar que o presente trabalho, que é fruto de vários anos de pesquisa e discussão (Couto, 2012, 2015, 2016) e com fundamental participação de indígenas Manxineru, como Lucas Artur Brasil Manchineri e sua família. Essas participações foram essenciais para uma reflexão ampla e dialética sobre a língua e sobre os fenômenos linguísticos verificados e descritos neste trabalho.

Assim, com já afirmava Aryon Rodrigues, a línguas indígenas apresentam possibilidades de fenômenos linguísticos inéditos ou raros, para as quais, muitas vezes, a teoria linguística geral não dá conta, o que obriga a novas hipóteses e interpretações para que a língua possa ser descrita e analisada e nesse sentido, penso que a língua Manxineru é um bom exemplo desses ricos e diversificados fenômenos linguísticos, muitos deles, extremamente raros e nem sempre fáceis de serem explicados sem lançar mão de várias possibilidades analíticas e teóricas.

ABREVIATURAS

Σ	Pé métrico/zeugma
σ	Sílaba
ϕ	Frase fonológica
Ω	Palavra fonológica

C	Grupo clítico/consoante
I	Frase entoacional
μ	Mora
M	Média
N	Quantidade de dados
U	Enunciado fonológico
x	Cabeça do constituinte
~	Alternância
*	Agramatical/proibição/acento principal
#	Silêncio
()	Separação silábica
/ /	Transcrição fonológica
[]	Transcrição fonética
{ }	Descrição morfológica
.	Fronteira silábica/sílaba fraca
+	Fronteira de morfema/adição
=	Fronteira sintática
:	Oposição
:	Alongamento
1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
C	Consoante
CL	<i>Compensatory lengthening</i> (AC – alongamento compensatório)
V	Vogal

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, Alexandra Y. *The Arawak language family of The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 65-106.

BARBOSA, Plínio Almeida; MADUREIRA, Sandra. *Manual de fonética acústica experimental: aplicações a dados do português*. São Paulo: Cortez, 2015.

BISOL, Leda (org.). *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010.

CAMPBELL, Lyle. Typological characteristics of South American indigenous languages. In: *The indigenous languages of South America: a comprehensive guide*. Berlin/Boston: Radboud University Nijmegen, 2012.

CAMPBELL, Lyle; GRANDONA, Verónica. *The indigenous languages of South America: a comprehensive guide*. Berlin/Boston: Radboud University Nijmegen, 2012.

CLEMENTS, G. N.; HUME, Elizabeth V. The Internal Organization of Speech Sounds. In: GOLDSMITH, John A. *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge: Blackwell, 1995.

COUTO, Fábio Pereira. Análise e descrição da fonologia segmental do Manxineru. *Fragmentum*, Santa Maria: Editora Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 46, jul./dez. 2015.

COUTO, Fábio Pereira. *Conexões entre processos morfofonológicos e acento em Manxineru: A variedade Yine (família Aruák) falada no Brasil*. Brasília, UnB, 2016.

COUTO, Fábio Pereira. *Contribuições para a Fonética e fonológica da língua Manxineru (Aruák)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

HALLE, Morris; VERGNAUD, J. R. *An essay on stress*. Cambridge: MIT Press, 1987.

HANSON, M. A Rebecca. *A Grammar of Yine (Piro)*. Tese de Doutorado. Bundoora: La Trobe University, 2010.

HAYES, Bruce. *A Metrical Stress Theory the Stress Rules*. Tese de Doutorado. Cambridge: MIT, 1981.

HAYES, Bruce. Compensatory lengthening in moraic phonology. *Linguistic Inquiry*, v. 20, n. 2, p. 253-306, 1989.

HAYES, Bruce. Inalterability in CV phonology. *Language*, Baltimore, MD, v. 62, n. 2, p. 321-352, 1986.

HAYES, Bruce. *Metrical Stress Theory*. Chicago: The University of Chicago, 1995.

HAYES, Bruce. *Metrical Stress Theory: principles and case studies*. Los Angeles: University of California, 1991.

HOCK, Hans Henrich. *Principles of Historical Linguistics*. 2. ed. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1991.

ITÔ, Junko. *Syllable theory in Prosodic Phonology*. Tese de Doutorado. Amherst: University of Massachusetts, 1986.

KAGER, René. The Metrical Theory of Word Stress. In: GOLDSMITH, John (Org.). *The Handbook of Phonological Theory*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1995.

LADEFOGED, Peter. *Phonetic Data Analysis: An Introduction to Fieldwork and Instrumental Techniques*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003.

LADEFOGED, Peter. *Vowels and Consonants: an Introduction to the Sounds of Languages*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2001.

LADEFOGED, Peter; MADDIESON, Ian. *The Sounds of the World's Languages*. Cambridge: Blackwell, 1996.

LIBERMAN, Mark. *The intonational system of English*. Tese de doutorado. Cambridge: MIT, 1975.

LIBERMAN, Mark; PRINCE, Alan. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, v. 8, n. 2, p. 249-336, 1977.

LIN, Yen-Hwei. Syllabic and Moraic Structures in Piro. *Phonology*, v. 14, n. 3, p. 403-436, 1997.

MATTESON, Esther. Analyzed Piro text: a boy and a jaguar. *Kroeber Anthropological Society Papers*, Berkeley, v. 12, p. 22-44, 1955.

MATTESON, Esther. Piro myths. *Kroeber Anthropological Society Papers*, Berkeley, v. 4, p. 37-87, 1951.

MATTESON, Esther. Piro phonemes and morphology. *Kroeber Anthropological Society Papers*, Berkeley, v. 11, p. 17-59, 1954.

MATTESON, Esther. *The Piro (Arawakan) language*. California: University of California, 1965.

NESPOR, Marina; VOGEL, Irene. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

RAMIREZ, Henri. *Línguas Arawak da Amazônia Setentrional: comparação e descrição*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SEBASTIÁN, Rittma Urquía. *Yine: Ilustraciones fonéticas de lenguas ameríndias*. In: MARLETT, Stephen A. Lima: SIL International y Universidad, 2006.

SELKIRK, Elisabeth. *On prosodic structure and its relation to syntactic structure*. In: FRETHEIM, T. (Ed.). *Nordic prosody*. Vol. 2. Trondheim: TAPIR, 1978. p. 111-140.

SELKIRK, Elisabeth. On the major class features and syllable theory. In ARONOFF, M.; OEHRLE, R. T. (Eds.). *Language Sound Structures*. Cambridge: MIT Press, 1984a. p. 107-136.

SELKIRK, Elisabeth. *Phonology and Syntax: the relation between sound and structure*. Cambridge: MIT Press, 1984b.

SILVA, Edineide dos Santos. *Aspectos gramaticais da língua indígena Manxinéri (Aruák)*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

TRUBETZKOY, N. S. *Principles of Phonology*. Translated by Christiane A. M. Baltaxe. Los Angeles: University of California Press, 1969 [1939].

CAPÍTULO II

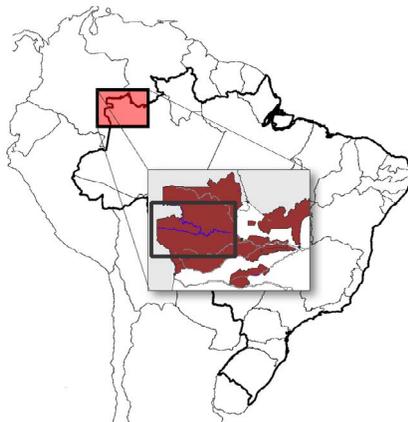
FONOLOGIA DA LÍNGUA TUKANO

Braulio Brandão de Oliveira Lopes

1 INTRODUÇÃO¹

As línguas da família Tukano são tradicionalmente divididas em três ramos principais. Dois desses ramos, o oriental e o central, são falados na região da bacia do rio Uaupés, tributário do Rio Negro, perto da borda entre Brasil e Colômbia, ao passo que as línguas do ramo ocidental são faladas ao longo dos rios Putamayo, Caquetá e Napo, localizados no sudoeste da Colômbia, na região de fronteira entre Colômbia, Equador e Peru. A Figura 1 abaixo marca em vermelho as áreas onde línguas da família Tukano são faladas no Brasil (ISA, 2020) enquanto a Figura 2 marca em verde² os locais onde as línguas Tukano são faladas na Colômbia, no Equador e no Peru (Barnes, 1999).

Figura 1 – Mapa das línguas Tukano no Brasil



Fonte: ISA (2020)

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² As línguas do ramo ocidental da família Tukano estão marcadas com verde escuro, as do ramo oriental com verde claro e as línguas do ramo central estão marcadas com uma tonalidade intermediária de verde.

Figura 2 – Mapa das línguas Tukano na Colômbia, Equador e Peru



Fonte: Davius (2009)

Segundo dados estatísticos, a etnia Tukano³ tem uma população de 10.325 indivíduos, dos quais 4.075 residem em território colombiano (Dane, 2005) e 6.250 vivem em território brasileiro (IBGE, 2010). Contudo, as estimativas acerca do número total de falantes da língua Tukano são de cerca de 20.000 indivíduos (ISA, 2020). Uma das razões para o elevado número de falantes de Tukano não pertencentes à etnia Tukano está no fato de que o Tukano é umas das línguas francas da região do Alto Rio Negro (Aikhenvald, 1999).

Este capítulo se dedica a dar um panorama da fonologia desta língua em particular. Para isso, ele será dividido da seguinte maneira: na primeira seção se apresenta o inventário fonêmico da língua; na segunda seção se aborda o padrão silábico, com uma breve discussão das restrições de ocorrência dos

³ Dentre as diversas etnias da família Tukano, há uma que carrega o mesmo nome da família.

fonemas a certas posições silábicas; a terceira seção lida com assuntos relativos a tom e acento; a quarta seção explora os diferentes processos fonológicos que ocorrem em Tukano; a quinta seção finaliza o capítulo com algumas considerações finais.

2 FONEMAS

Welch e West (1967) descreveram a língua Tukano como possuindo 18 fonemas, enquanto Ramirez (1997) identificou 16. Todavia, ambas as análises concordam que o Tukano possui 6 vogais. Portanto, a diferença entre elas reside no número total de consoantes⁴.

2.1 Vogais

Como mencionado acima, os estudos prévios concordam que o Tukano possui 6 fonemas vocálicos, com um duplo contraste de altura (alto versus baixo) e um triplo contraste de posição da língua quanto a fronteamto (anterior, central e posterior). As vogais fonêmicas estão demonstradas no quadro⁵ abaixo:

Quadro 1 – Vogais Fonêmicas

	Anterior	Central	Posterior
Alta	i	ɨ	u
Baixa	e	a	o

Fonte: West e Welch (1967) e Ramirez (1997)

Vale mencionar que as vogais baixas grafadas como /e/ e /o/ no quadro acima correspondem, respectivamente, aos símbolos /ɛ/ e /ɔ/ do alfabeto fonético internacional (IPA). Os exemplos⁶ de (1) a (4) abaixo ilustram os contrastes entre os fonemas apresentados no Quadro 1:

⁴ Um inventário fonêmico ainda mais reduzido poderia ser postulado baseando-se em Salinas (2014), uma vez que a sua proposta acerca dos traços laríngeos (conforme veremos a seguir) implica que /h/ não é fonêmico.

⁵ O quadro em si foi adaptado de Welch and West (1967) utilizando-se a ortografia proposta por Ramirez (1997). A única diferença significativa entre as propostas ortográficas, nesse caso, é que a vogal central alta (ɨ) é grafada por alguns como u.

⁶ Uma vez que o alvo desses exemplos é demonstrar as distinções de altura e posterioridade em segmentos vocálicos, as transcrições fonéticas em (1)-(4) foram relativamente simplificadas, especialmente em relação a tonalidade, alongamento, laringalização e desvozeamento. Essas questões serão abordadas em seções posteriores do capítulo.

- (1) a. *bi'í* [mb̥i'í] 'mouse'
 b. *bi'í* [mb̥i'í] 'piranha'
 c. *bu'ú* [mb̥u'ú] 'peacock bass'
 d. *ba'á* [mb̥a'á] 'to eat'
- (2) a. *ehá* [ɛhá] 'to hit'
 b. *ohá* [ɔhá] 'to paint'
 c. *uhá* [uhá] 'to curse'
 d. *ihá* [ihá] 'hunger'
- (3) a. *misá* [m̥isá] 'you (pl.)'
 b. *mosá* [m̥osá] 'annatto'
 c. *masá* [m̥asá] 'people'
 d. *mesa* [m̥esa] 'pile (of something)'
- (4) a. *wí* [vi] 'to whistle'
 b. *wí* [vi] 'to fly'
 c. *weé* [vɛɛ] 'to do'
 d. *waá* [váá] 'to withdraw'

Os dados acima são uma mera amostra dos dados extensivos oferecidos por ambas as análises citadas para legitimar o inventário fonológico de seis vogais. Além disso, esse mesmo inventário tem sido atestado em diversas línguas da família (Barnes, 1999). Portanto, não é controverso assumir que o quadro vocálico apresentado acima está condizente com a realidade da língua. Contudo, embora seja correto defender que altura e anterioridade (assim como arredondamento, a depender das pressuposições teóricas assumidas) são traços fonologicamente distintivos para as vogais em Tukano, existem outros fatores que afetam as vogais, tais como: alongamento, tom, laringalização, desvozeamento e nasalização. Cada um desses traços fonéticos é relevante, de uma forma ou de outra, para a compreensão da fonologia da língua Tukano. Todavia, nenhum deles tem sido considerado intrínseco às vogais por nenhum dos trabalhos anteriormente mencionados. Por isso, tais fenômenos serão dis-

cutidos em seções posteriores do capítulo. Vale a pena destacar, porém, que uma análise diferente do papel desses traços pode levar a um inventário fonológico de vogais muito maior do que o apresentado no Quadro 1.

A próxima seção tem por objetivo investigar as propriedades fonológicas das consoantes da língua Tukano.

2.2 Consoantes

Conforme mencionado anteriormente, Tukano possui entre 10 e 12 fonemas consonantais contrastantes, a depender da análise (Ramirez, 1997; Welch; West, 1967).⁷ Os traços contrastivos relevantes incluem [labial], [coronal], [velar], [dorsal], [voz], [continuante], [sonorante] e [glote estendida] (Hall, 2007). Os fonemas consonantais podem ser resumidos no seguinte quadro:

Quadro 2 – Consoantes fonêmicas

		Labial	Alveolar	Velar	Glotal
Oclusiva	Desvozeada	p	t	k	
	Vozeada	b	d	g	
Fricativa			s		h
Aproximante		w	y		

Fonte: Ramirez (1997)

A aproximante labial /w/ corresponde ao símbolo IPA /v/ (sendo mais precisamente descrito como uma aproximante labiodental), ao passo que a aproximante alveolar /y/ corresponde ao símbolo /j/. Os dados de (5) a (7) destacam os contrastes fonológicos entre as consoantes apontadas pelo Quadro 2:

- (5) a. *pi'i* [p̚i'i] 'basket'
 b. *bi'i* [ᵐb̚i'i] 'mouse'
 c. *wi'i* [v̚i'i] 'house'
 d. *tii* [t̚ii] 'this'

⁷ Esses números não levam em consideração as implicações das diferentes análises do comportamento dos traços laríngeos, uma vez que isso será discutido em uma seção posterior deste capítulo. Se a proposta de Salinas (2014) for aceita, a fricativa glotal /h/ seria removida do inventário fonológico, resultando em total de 9 consoantes, enquanto a revisão de West e Welch (2000), acerca do fenômeno da aspiração, adicionaria um conjunto de oclusivas desvozeadas aspiradas /p^h, t^h, k^h/ que expandiria o inventário consonantal para 15 consoantes no total.

	e. <i>di'i</i>	[ⁿ dɨʔi]	'meat'
	f. <i>sī</i>	[sɨi]	'that'
	g. <i>yĩru</i>	[jɨiɾu]	'cricket (sp.)'
	h. <i>ki'i</i>	[kɨʔi]	'to have curly hair'
(6)	a. <i>sa'kâ</i>	[sâʔká]	'beetle (sp.)'
	b. <i>sa'gá</i>	[sâʔgá]	'to be loose'
	c. <i>sa'bá</i>	[sâʔbá]	'to be muddy'
(7)	a. <i>pekâ</i>	[pèkâ]	'firewood'
	b. <i>pesâ</i>	[pèksâ]	'to be placed upon'
	c. <i>petâ</i>	[pètâ]	'harbor'

Welch e West (1967) propõem uma análise diferente do inventário consonantal do Tukano, incluindo dois segmentos adicionais: a oclusiva glotal /ʔ/ e o vibrante alveolar /ɾ/. Contudo, Ramirez (1997) discorda do status fonêmico desses dois segmentos por argumentar que a laringalização é um fenômeno tonal, conforme será discutido em uma seção posterior do capítulo, e que o vibrante simples é um alofone da oclusiva alveolar vozeada, como será demonstrado na seção de processos fonológicos.

Assim, baseando-se na análise do Ramirez (1997), esse capítulo assumirá que a língua Tukano possui 16 fonemas, dos quais 10 são consoantes e 6 são segmentos vocálicos.

3 PADRÃO SILÁBICO

Ramirez (1997) propõe que o padrão silábico do Tukano é (C)V(V). Essa notação significa basicamente que: (i) Tukano permite sílabas sem onset; (ii) somente uma consoante é permitida por onset; (iii) codas são opcionais; (iv) somente vogais podem ocupar a coda da sílaba. Consequentemente, esse padrão implica que não há encontros consonantais em Tukano e que todos os encontros vocálicos intramorfêmicos devem ser considerados monossilábicos⁸ Os dados em (8) abaixo ilustram as possibilidades:

⁸ Aparentemente, não há restrições quanto a encontros vocálicos que ocorram em fronteiras de morfemas, mas Ramirez (1997) não menciona a questão.

- (8) a. V.CV *ogé* [õ.gé] ‘speak without clarity’
 b. CVV *tií* [tíí] ‘this’
 c. VV *íá* [iá] ‘want’

O leitor deve ter notado, pelos dados expostos anteriormente no capítulo, que existem exceções à proposta de Ramirez (1997). Por essa razão, é útil comparar a proposta do autor com a análise de Welch e West (1967). Segundo essas autoras, a língua Tukano possui três padrões silábicos possíveis: CV, V e CV?. Sendo assim, elas concordam com Ramirez (1997) sobre a estrutura dos onsets, mas diferem na análise das codas. Duração vocálica, por exemplo, é tratada com uma consequência da posição na qual a sílaba ocorre dentro da palavra (se no início, meio ou fim) e da interação entre acento e tom. Em Ramirez (1997), porém, vogais longas são interpretadas como duas vogais consecutivas em uma mesma sílaba, uma ocupando o núcleo e a outra ocupando a coda.⁹ Além disso, Welch e West (1967) tratam todos os encontros vocálicos como polissilábicos (i.e. hiatos), diferentemente de Ramirez (1997). Para ilustrar as diferenças nas análises tanto de duração vocálica quanto de encontros vocálicos, compare a análise de Welch e West ilustrada em (9) com a análise do Ramirez em (10):

- (9) a. /dí/ [ᵀdíːʰ] CV: ‘meat’
 b. /diápõã/ [ᵀdi.á.põ.ãʰ] CV.V.CV.V ‘head’
- (10) a. /dií/ [ᵀdíí] CVV ‘meat’
 b. /diâpoa/ [ᵀdiá.pòà] CVV.CVV ‘head’

A diferença mais significativa entre ambas as propostas é que Welch e West (1967) defendem que a única coda permitida em Tukano é quando esta posição é ocupada pela oclusiva glotal /ʔ/, ao passo que Ramirez (1997) propõe que a coda só pode ser preenchida por vogais. Compare os exemplos em (11), derivados segundo a proposta de Welch e West (1967) com os dados em (12), que seguem Ramirez (1997):

⁹ Um dos fatores por trás dessa proposta do Ramirez (1997), sua hipótese de que as raízes possuem uma estrutura bimoraica, será discutida em uma seção posterior do capítulo.

- (11) a. /yàʔpí/ [jàʔ.pí] CVʔ.CV ‘slick’
 b. /pũdĩʔbò/ [pũ.nĩʔ.mò] CV.CVʔ.CV ‘hammock rope’
- (12) a. ya’pí [jà.à.pí] CVV.CV ‘slick’
 b. pũú ni’mo [pũ nĩ. mò] CV CVV.VV ‘hammock rope’

A coda é comumente restritiva em muitas línguas do mundo (cf. Biondo, 1993; Burquest, 2006; Prince; Smolensky, 1993). Todavia, a proposta de Welch e West levanta uma séria dificuldade: a consoante que elas permitem na coda (?) nunca ocorre em contextos nos quais não possa ser interpretada como consequência da laringalização da vogal.¹⁰ Nesse aspecto, a forma como Ramirez (1997) trata a questão, defendendo que a oclusiva glotal é uma consequência da laringalização da vogal e não um fonema distinto, tem uma clara vantagem em relação a alternativa. Contudo, essa questão será explorada de forma mais detalhada na próxima seção do capítulo.

4 TOM

Em Tukano, tom é contrastivo. Há, pelo menos, dois tons de registro (alto [H] e baixo [L]) e um tom de contorno (ascendente [LH]). Em termos fonéticos, obviamente, é possível encontrar uma variedade maior de tons. No entanto, o contraste dos três tons mencionados anteriormente pode ser facilmente verificado em exemplos como os registrados abaixo de (13) a (16):¹¹

- (13) a. ãyú [ũjũ] ‘avocado’
 b. ãyú [ũjũ] ‘jeju’

¹⁰ Essa crítica se baseia na abordagem funcionalista da análise fonológica (e.g. BURQUEST, 2006) que trata a sequência (C)Vʔ como ambígua, no sentido de que pode ser interpretada como uma vogal laringalizada (V̤). De fato, muitos funcionalistas consideram a sílaba de onset simples (CV) como o único contexto não-ambíguo. O uso dessa terminologia aqui nesse capítulo não deve ser tida como uma defesa do funcionalismo. Antes, uma vez que a análise de Welch e West (1967) é claramente funcionalista, a crítica aqui postulada deriva da tentativa de avaliar o trabalho das autoras dentro do seu próprio arcabouço teórico.

¹¹ A transcrição fonética é baseada em Ramirez (1997).

- (14) a. *weré* [v^ér^é] ‘to warn’
 b. *weré* [v^èr^è] ‘to clean’
- (15) a. *omâ* [ô^âm^â] ‘frog (sp.)’
 b. *omá* [ô^ãm^ã] ‘to run’
- (16) a. *baâ* [m^âb^âáá] ‘to soar’
 b. *baá* [m^âb^âãã] ‘to swim’
 c. *baa* [m^âb^âàà] ‘DBT’

Conforme demonstrado nos dados acima, Tukano tem um sistema tonal relativamente simples (em contraste com, por exemplo, línguas como o Tikuna, que possui dez tons distintos cf. Bertet, 2018). Contudo, a verdadeira complexidade do sistema tonal Tukano advém da sua interação com acentuação e com traços laríngeos.

4.1 Tom e acento

O leitor, ao observar os dados apresentados em (13) a (16), pode perceber algumas lacunas significativas. Primeiramente, todos os exemplos acima estão restritos a palavras bivocálicas.¹² Em segundo lugar, assumindo que cada vogal seja uma unidade tonal (doravante TBU – Tone Bearing Unit), como parece estar implícito pela notação fonética, apenas três padrões de marcação tonal são atestados: [H,H], [L,LH] e [L,L]; enquanto, logicamente, se cada TBU puder receber qualquer um dos tons, a lista de padrões atestados deveria ser pelo menos três vezes mais longa. Aliás, por que não há nenhuma ocorrência de tom descendente [HL]?¹³ De fato, embora existam mais possibilidades atestadas, ao menos foneticamente, os exemplos em (13) a (16) são, surpreendentemente, suficientes para expor o comportamento da marcação tonal nas raízes. Isso se dá porque a associação entre tons e TBUs é consideravelmente restrita em Tukano.

¹² Mais precisamente, raízes bivocálicas, uma vez que as raízes verbais não são livres. A escolha de apresentá-las aqui sem os afixos necessários é puramente didática (i.e. a fim de apresentar ao leitor a complexidade do assunto paulatinamente).

¹³ Adicionando-se o tom descendente [HL] à fórmula da nota de rodapé anterior resultaria em um total de 16 possibilidades distintas.

Para explicar adequadamente a tonologia Tukano, é necessário definir a TBU de forma mais precisa. A unidade tonal do Tukano é a mora (μ) (Ramirez, 1997), que é uma unidade de peso silábico. Basicamente, uma sílaba sem coda e com um núcleo simples (i.e. que consiste de apenas uma vogal curta) é considerada monomoraica (leve), ao passo que uma sílaba com coda ou qualquer tipo de núcleo complexo (e.g. vogal longa, ditongo, etc.), é considerada bimoraica (pesada) (Crystal, 2008). Em Tukano, não parece existir nenhuma raiz monomoraica (Ramirez, 1997). De fato, todas as raízes monossilábicas sofrem um alongamento na sua vogal nuclear (Ramirez, 1997; Welch; West, 1967). Isso conduz à conclusão de que todas as raízes em Tukano são bimoraicas, conforme defende Ramirez (1997).

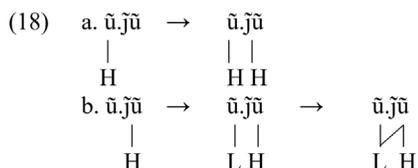
Entretanto, conforme mencionado anteriormente, uma raiz bimoraica ainda oferece mais possibilidades de associação do que aquelas exemplificadas em (13) a (16). Todavia, esses exemplos apresentados são consideravelmente representativos dos dados atestados. Ramirez (1997) se refere aos três padrões mencionados como melodias tonais, conforme apresentadas em (17) abaixo.

- (17) Melodias tonais em Tukano, segundo Ramirez (1997):
- a. Melodia alta – [H,H]
 - b. Melodia ascendente – [L,LH]
 - c. Melodia baixa – [L,L]

Contrastes entre palavras de melodia alta e ascendente são muito comuns. A melodia baixa, porém, não é tão prevalente em Tukano e parece estar restrita a morfemas (fonológica e/ou morfológicamente) dependentes (Ramirez, 1997). Ramirez a chama de melodia átona, o que aponta para uma das possíveis formas de explicar a distribuição restrita de tons: a proposta de que Tukano é uma língua de acento tonal (pitch-accent).

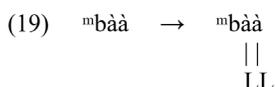
A proposta teórica de que o Tukano é uma língua de acento tonal, basicamente defende que o contraste tonal é um reflexo da marcação acentual. Um elemento acentuado é aquele que é mais proeminente, sendo que proeminência, nesse caso “é uma propriedade relativa, baseada na correlação de diferentes elementos fonéticos, como duração, intensidade e tom” (Chacón, 2009, p. 4). Assim, em Tukano, o tom alto (H) é atribuído à mora acentuada e as três melodias tonais são apenas consequência das regras de espalhamento tonal e de atribuição do tom não marcado (L) às demais moras. Colocando de outra forma, existem duas melodias tonais tônicas, porque só existem duas

possibilidades de atribuição de acento na raiz. A melodia alta surge quando a primeira mora é tônica e a melodia baixa é o resultado da acentuação da segunda mora. Os processos fonológicos necessários para derivar as melodias tonais a partir da acentuação estão ilustrados em (18) abaixo, na derivação do par contrastivo ãyũ “abacate” (18a) e ãyú “jeju” (18b):



A derivação em (18a) é mais simples, uma vez que ela só requer um único processo: o espalhamento progressivo do tom alto para a segunda mora. A derivação em (18b), contudo, implica que o tom baixo tem um status de default ou não marcado e a derivação acontece em três etapas: (i) marcação da mora tônica com tom alto; (ii) atribuição do tom baixo para todas as moras que não tiverem recebido tom alto; (iii) espalhamento progressivo do tom baixo produzindo uma dupla associação e, conseqüentemente, um tom ascendente.

No caso da melodia baixa, entretanto, não há necessidade de se postular nenhum tipo de processo fonológico, uma vez que ela é meramente a consequência da não atribuição de tom alto, conforme ilustrado em (19), para a derivação do exemplo (16c):



A hipótese defendida aqui, de que o Tukano é uma língua de acento tonal, é baseada em Ramirez (1997), onde ela foi apresentada como uma de três alternativas analíticas. Apesar do autor decidir não se comprometer com nenhuma das alternativas que ele mesmo apresenta, o fato de que outras línguas da família Tukano são descritas em termos semelhantes concede credibilidade a essa hipótese (e.g. Gomez-Imbert; Kenstowicz, 2000).

Contudo, ainda existem exceções ao paradigma das três melodias demonstrado até aqui. Tais exceções podem ser demonstradas por palavras com uma melodia descendente, como aquelas em (20) abaixo:

- (20) a. *yiiru* [jírù] ‘cricket’
 b. *paátu* [pátù] ‘coca’
 c. *úhuri* [úhùri] ‘tortoise’
 d. *peêru* [pêrù] ‘manioc beer’

Exemplos como esses em (20) são relativamente escassos e, em sua maioria, ou são palavras oriundas de outras línguas ou são palavras polimorfêmicas. (20a), por exemplo, provavelmente vem do português “grilo” (ou do espanhol grillo) e (20b) deve vir do Nhengatu ipadu (cf. Navarro, 2011). (20c), ao que tudo indica, deve ser considerado polimorfêmico, dada a existência da palavra uû “quelônio”.

Outra exceção notável ao paradigma pode ser encontrada em palavras nas quais a atribuição de tom interage com traços laríngeos. Isso já foi brevemente aludido em seções anteriores do capítulo e será discutido em detalhes na seção abaixo.

4.2 Interação com traços laríngeos

Tukano possui dois traços laríngeos, [glote estendida] e [glote constrita], que não apenas estão presente nas consoantes glotais, /ʔ/ e /h/, mas também influenciam as oclusivas desvozeadas, /p/, /t/ e /k/, bem como as vogais, produzindo variantes desvozeadas e laringalizadas de cada uma das seis vogais fonológicas. Uma vez que as distinções tonais também são produzidas na mesma área do sistema articulatorio que esses dois traços laríngeos, não é surpresa o fato de que uma questão influencie a outra. Considere os exemplos de (21) a (25), extraídos de Ramirez (1997):

- (21) a. *petá* [pèḡtã] ‘bullet ant’
 b. *petâ* [pèḡtá] ‘harbour’

- (22) a. *mipí* [mĩĩpĩ] ‘coati’
 b. *mipí* [mĩĩpĩ] ‘açai’
- (23) a. *ohó* [òhǎ]~[òhǎ]~[hǎ] ‘dive’
 b. *ohó* [òhǎ]~[òhǎ]~[hǎ] ‘banana’
- (24) a. *we’é* [vǎ]~[vǎ] ‘genipap fruit’
 b. *we’é* [vǎ]~[vǎ] ‘knead’
- (25) a. *tu’kú* [tùkù]~[tùkù] ‘to be angled’
 b. *tu’kú* [tùkù]~[tùkù] ‘a certain fruit (sp.)’

O fator comum a todos esses exemplos é o fato de que a primeira mora tem o tom baixo. Poderíamos, diante desses exemplos, propor uma quarta melodia tonal ([L,H]). Contudo, além das complicações teóricas que surgiriam de uma proposta assim, ela não responderia a um problema em particular: para esses exemplos não há contraparte alta. Não há [péǎ] ou [vǎ]. Além disso, esses casos são previsíveis. Sempre que houver uma consoante desvozeada em posição intervocálica, intramorfemicamente, a primeira mora se torna [L], independentemente da melodia tonal original,¹⁴ conforme ilustrado nos exemplos em (21) a (23). Adicionalmente, sempre que a vogal da primeira mora for laringalizada (ou sempre que ela for sucedida por uma oclusiva glotal /ʔ/, a depender da análise) ela também se torna [L], independentemente da melodia tonal da raiz, conforme evidenciado pelos dados em (24) e (25). Uma vez que o efeito é o mesmo (i.e. o abaixamento do tom da primeira mora), suspeita-se que a causa também seja a mesma, como Salinas (2014) vai propor. Contudo, o fenômeno é suficientemente complexo para justificar que se investigue cada contexto separadamente antes de se propor uma análise unificadora.

¹⁴ Além do fato de que a última mora é ascendente [LH], existem outras formas de verificar que as raízes em (a) são todas de melodia ascendente (i.e. com acento na segunda mora), como, por exemplo, observando o comportamento delas diante da sufixação. Contudo, dada a natureza introdutória desse capítulo, a questão do deslocamento tonal não será investigada aqui. O leitor pode conferir Ramirez (1997) para mais informação sobre esse processo em particular.

4.2.1 Aspiração, desvozeamento e o status da fricativa glotal

Conforme mencionado anteriormente, tanto Ramirez (1997) quanto Welch e West (1967) tratam a fricativa glotal /h/ como um fonema. O tratamento do processo de desvozeamento por cada um desses autores também é semelhante. Resumidamente, afirma-se que, em certos contextos, uma consoante desvozeada vai desencadear um desvozeamento parcial na vogal que a precede. Inicialmente, Welch e West (1967) propuseram que havia uma variante fonética do padrão silábico CV na qual um “onset desvozeado mais um núcleo silábico simples seguido de um glide desvozeado (CVh) [...] ocorre precedendo uma sílaba acentuada cujo onset seja ocupado por uma consoante desvozeada”¹⁵ (Welch; West, 1967, p. 20). Contudo, em um trabalho posterior, Welch e West (2000) concordam com Ramirez (1997) que o contexto em questão é intramorfêmico (sem mencionar nenhuma questão adicional relacionada a acento ou tom) e que o resultado é, na realidade, uma vogal parcialmente desvozeada e não um glide desvozeado (i.e. [V̥V̥] ao invés de [Vh]).

Seu tratamento da aspiração em oclusivas, contudo, é bem distinto. Na sua primeira proposta, Welch e West (1967) afirmaram, essencialmente, que as oclusivas aspiradas eram variantes livres das oclusivas desvozeadas. Em sua análise mais recente, contudo, Welch e West (2000) defendem que /p^h/, /t^h/ e /k^h/ são, na realidade, contrastivos com /p/, /t/ e /k/. Como evidencia empírica para sua afirmação, as autoras apresentam os dados abaixo (Welch; West 2000):

- | | | |
|------|----------------------------|----------------|
| (26) | a. /wii-p ^h i/ | b. /wiʔi-pi/ |
| | fly-CLS | house-LOC |
| | ‘airplane’ | ‘in the house’ |
| | c. /t ^h a/ | d. /tá/ |
| | ‘repetition’ | ‘grass’ |
| | e. /pahi-k ^h i/ | f. /biki/ |
| | ‘big-CLS’ | ‘old man’ |

¹⁵ Tradução livre. Original: “voiceless consonant onset plus simple vowel peak with low pitch plus voiceless offglide (CVh) [...] occurs preceding a stressed syllable with voiceless consonant onset”.

Como apontado por Salinas (2014), os supostos pares mínimos em (26) são, no mínimo, bem suspeitos. Dois dos três exemplos têm a contraparte aspirada ocorrendo em um sufixo (ambos sufixos classificadores, inclusive, o que é ainda mais específico).¹⁶ Isso significa que a aspiração pode muito bem ser resultado de um processo morfofonológico. De fato, essa é a proposta feita por Salinas (2014).

Ramirez (1997), por sua vez, oferece uma explicação distinta de Salinas (2014). Segundo o autor, sempre que a consoante desencadeadora do processo de desvozeamento mencionado acima for a fricativa glotal /h/, aquela consoante “assume a qualidade da vogal precedente dando a metátese” (Ramirez, 1997, p. 29). Sempre que isso acontece em uma sílaba cujo onset é preenchido por uma consoante, o resultado será um encontro consonantal (CVhV→Ch-VV), como ilustrado pelos exemplos abaixo:

- (27) a. *pahí* [pàhí]~[pháí] ‘to be big’
 b. *pehá* [pèhà]~[pèhâ]~[phèá] ‘to put’

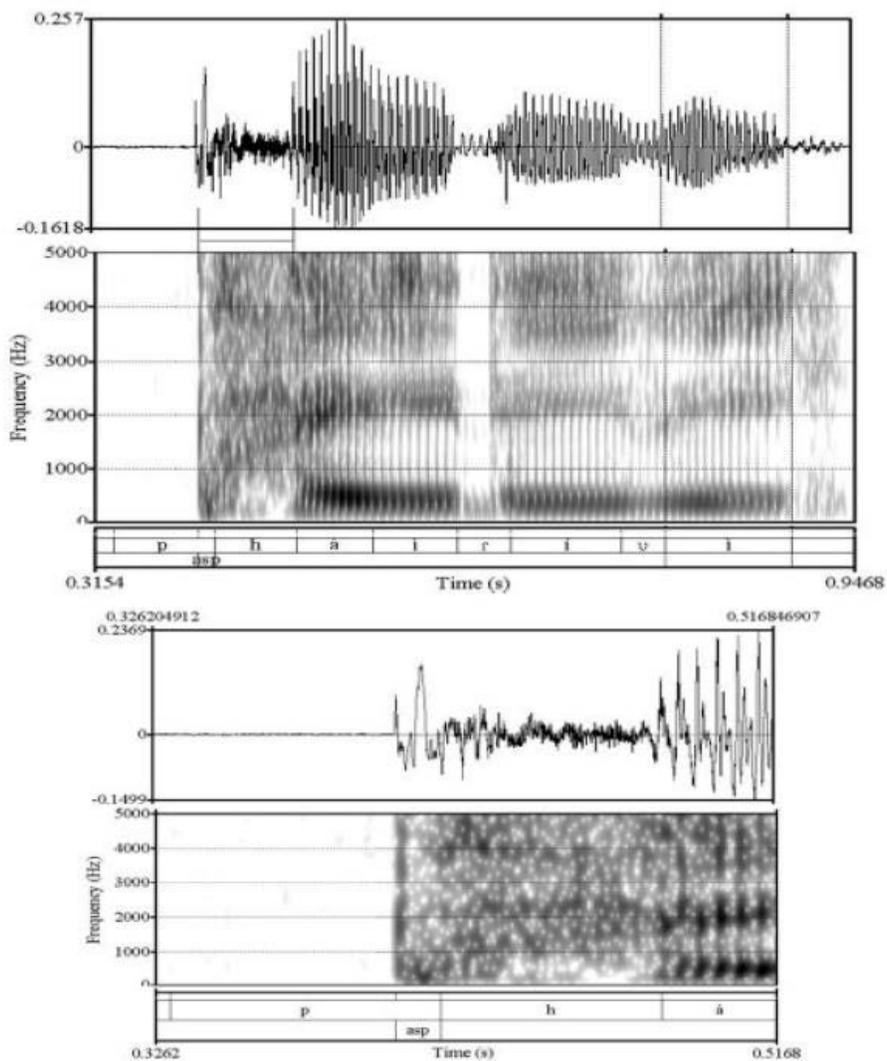
Ramirez (1997), então, vai lidar com dados como os apresentados em (26) simplesmente postulando a existência de uma vogal idêntica dentro do morfema (i.e. /wii-phí/ seria na verdade wii^hpihí, “repetição” seria taha e “grande” seria pahikihí). Salinas (2014) confirma essa análise registrando diversas instâncias nas quais a mesma variação encontrada em (27) pode ser observada em situações nas quais a vogal que precede /h/ é a mesma que a vogal que a sucede. Segundo os falantes de Tukano consultados por Salinas (2014), a causa de tal alternância é a questão da formalidade, como demonstrado em (28) abaixo:

- | | | | |
|------|----------------|------------------|-------------|
| (28) | Quick speech | Formal speech | |
| a. | [ɔʔ'sɔ-phà'kí] | [ɔʔ'hso-pàhà'kí] | ‘big bat’ |
| b. | [pháhirívi] | [páhirívi] | ‘big house’ |

Além disso, a análise de Salinas (2014) da variante rápida de (28b) prova que aquele [ph] é de fato um cluster consonantal (e não uma única consoante aspirada [p^h]), conforme demonstrado pelo espectrograma abaixo:

¹⁶ O terceiro exemplo de aspiração contrastiva está na marca morfológica de iteração. Em outras palavras, nenhum dos exemplos é de morfemas lexicais.

Figura 3 – Espectrograma da variante rápida de (28b)



Fonte: Salinas (2014)

Embora Salinas (2014) ratifique a afirmação de Ramirez (1997) sobre metátese, ela não concorda com sua análise. De fato, ela propõe a existência de um suprassegmento laríngeo, que, segundo a autora:

[...] se realiza num subconjunto de morfemas de raiz com padrões silábicos do tipo (C)VhV e (C)Vh(C)V. Este segmento é assinalado à primeira mora

da raiz e deve ser representado com o conjunto de traços [-stf][+sg][-cet]. Quando assinalado, são ativados processos de silabificação, fazendo com que [sic] gesto laríngeo ocorra em posição de coda ou ataque dependendo do formato da raiz. Em qualquer caso, quando o gesto ocorre a vogal V1 é realizada em tom baixo. (Salinas, 2014, p. 136)

Embora essa proposta tenha a evidente vantagem de alinhar a análise de /h/ com o comportamento de /ʔ/, algumas questões descritivas precisam ser consideradas.

A divergência entre a análise de Salina (2014) com as propostas anteriores de Ramirez (1997) e Welch e West (1967, 2000) está primariamente baseada no tratamento que esses autores deram ao processo de desvozeamento. Segundo Salinas (2014), as hipóteses teóricas de Ramirez (1997) e Welch e West (1967, 2000) não podem estar corretas porque (i) nem todas as consoantes desvozeadas são precedidas por uma vogal desvozeada e (ii) as sequências VV não devem ser analisadas como uma única vogal alongada, mas antes como duas vogais distintas idênticas exceto pelo vozeamento. Salinas (2014) justifica a primeira afirmativa com os dados empíricos mostrados em (29):

- (29) a. [pi'ká-gà] 'biribá'
b. ['pátù-gì] 'coca branch'

Todavia, esses são os únicos dois exemplos citados em Salinas (2014) e eles não são suficientes para sustentar sua proposta. O primeiro exemplo é listado no dicionário do Ramirez (1997) como pi'kâga, o que implica na transcrição fonética [pi̠kâgà] e prontamente explica a falta de desvozeamento pela presença da laringalização. Uma vez que não há nenhum espectrograma para (29a) em nenhum dos dois trabalhos, qualquer um dos autores poderia estar correto em sua análise desse lexema em particular.¹⁷ No entanto, Salinas (2014) oferece um espectrograma para (29b) no qual ela prova que de fato

¹⁷ Vale destacar, porém, que os dados coletados pelo autor desse capítulo corroboram a análise do dicionário do Ramirez (1997), no sentido de que há, nitidamente, uma laringalização na vogal [i]. Contudo, não é impossível imaginar que alguns falantes possam pronunciar da forma que Salinas (2014) transcreveu. Não obstante, a mera existência de uma variante laringalizada torna essa palavra em particular uma prova não confiável enquanto suporte para a afirmação da autora.

não há desvozeamento naquele morfema. Porém, isso não auxilia a proposta de Salinas (2014), uma vez que (29b) é um empréstimo do Nhengatu (cf. Navarro, 2011) e esse processo de desvozeamento, bem como alguns outros processos fonológicos, claramente não é aplicado a empréstimos de outras línguas, como demonstram os exemplos em (30):

- (30) a. *mutúru* [mùtùrù] ‘engine’ (from Portuguese *motor*)
b. *dutúru* [ʰdùtùrù] ‘doctor’ (from Portuguese *doutor*)
c. *pisána* [pìsánà] ‘cat’ (from Portuguese *bichano*)

A segunda razão dada por Salinas é sustentada de forma muito mais sólida, uma vez que a autora prova que a segunda vogal da sequência VV tem basicamente a mesma duração que a primeira (cf. Salinas, 2014, p. 135). O problema é que o postulado feito pela autora depende demasiadamente da primeira afirmação, uma vez a proposta do suprasegmento glotal é baseada na afirmação de que tanto as vogais desvozeadas [V̥] quanto a fricativa glotal [h] aparecem sempre no mesmo contexto, a saber: depois da primeira vogal em um subgrupo de morfemas. Sem dados que apoiem sua afirmação de que algumas consoantes desvozeadas não são precedidas por vogais desvozeadas, a proposta de que tanto [V̥] quanto [h] são variantes do mesmo suprasegmento, a primeira ocorrendo em codas e a segunda em onsets, não faz sentido.

Isso não significa, contudo, que a proposta de Salinas (2014) está completamente equivocada. Antes, isso indica que, atualmente, ela carece de dados confiáveis que apoiem sua teoria. Tal como está, é uma hipótese promissora que ainda não foi comprovada.

4.2.2 Laringalização e o status da oclusiva glotal

Conforme mencionado anteriormente, Welch e West (1967) tratam a oclusiva glotal /ʔ/ como fonêmica. Para dar suporte a sua proposta, elas oferecem os seguintes exemplos¹⁸:

¹⁸ Os exemplos foram adaptados para a notação do alfabeto fonético internacional (IPA), uma vez que em Welch e West (1967) esses dados seguiam o padrão APA. A adaptação foi feita apenas para facilitar a transcrição e a compreensão.

- (31) a. /bàsá/ ‘people’
 b. /bàhá/ ‘macaw’
 c. /bà?á/ ‘trail’

Welch e West (1967, p. 22) mencionam que “a laringalização pode ocorrer em vogais que precedem ? ou que são separadas por ?”.¹⁹ Portanto, para as autoras, a laringalização nas vogais é uma consequência opcional da interação com a oclusiva glotal.

Ramirez (1997), contudo, opta pelo posicionamento oposto e defende que “em estilo formal pode aparecer uma oclusão glotal depois da laringalização” (Ramirez, 1997, p. 66). Essa hipótese é, de fato, confirmada na interação com falantes de Tukano²⁰ que frequentemente corrigem o uso da oclusiva glotal nas conversas cotidianas dizendo que “não precisa ser tão formal assim.”²¹ Para Ramirez (1997), a laringalização deve ser considerada, tal como a nasalização (conforme veremos em uma seção posterior), como suprasegmental.

Salinas (2014), nesse ponto, concorda com Ramirez ao tratar a laringalização como suprasegmento. Na proposta da autora ainda há o benefício de alinhar o tratamento da laringalização com o do desvozeamento,

4.2.3 Um tratamento unificado para os suprasegmentos laríngeos

Depois de demonstrar que concorda com a proposta feita por estudos prévios de que a laringalização em Tukano tem uma natureza suprasegmental, Salinas (2014) vai um passo além e propõe que tanto [h/V̥] quanto [ʔ] são variantes de um mesmo suprasegmento laríngeo cuja “função é a de marcar fronteira prosódica: limite bimoraico no interior da sílaba e limite silábico em padrões bissilábicos” (Salinas, 2014, p. 165). Contudo, dizer que eles não são contrastivos é exagerar na generalização, considerando dados²² como aqueles em (32) a (34) abaixo:

¹⁹ Tradução livre. Original: “Laryngealization may occur on vowels preceding ? or separated by ?”.

²⁰ Pelo menos aqueles com os quais o autor desse capítulo teve contato.

²¹ O que implica que não é errado usar /ʔ/ após uma laringalização, mas é demasiadamente formal para uma conversa cotidiana.

²² Os exemplos a seguir foram transcritos segundo o padrão de Ramirez (1997).

- (32) a. *weé* [vèě] ‘to do’
 b. *we’é* [vèě] ‘genipap’
 c. *wehé* [vèěhě] ‘to fish’
- (33) a. *waá* [vää] ‘to scoop’
 b. *wa’á* [vää] ‘to leave’
 c. *wahá* [väähã] ‘to row’
- (34) a. *oá* [ǝã] ‘possum’
 b. *o’á* [ǝã] ‘to sweep’
 c. *ohá* [ǝhã] ‘to go through the jungle’

Diante de exemplos como esse, uma proposta como a que Silva (2015) fez para o Desano melhora a hipótese de Ramirez (1997). Segundo Silva (2015), em Desano, há dois suprasegmentos laríngeos, distintos e contrastivos, um que carrega o traço [+glote constrita] e outro [+ glote estendida] (Silva, 2015, p. 301).

Uma proposta para o Tukano baseada em Silva (2015) é muito mais adequado do que o que fora proposto por Salinas (2014), mas tal proposta ainda requer dados suficientes para sustentá-la, especialmente no tocante ao suprasegmento [+glote estendida]. Investigações mais detalhadas desse assunto ainda são necessárias.

5 PROCESSOS FONOLÓGICOS

Como mencionado anteriormente, a fim de compreender a composição do inventário fonológico do Tukano, faz-se necessário explicar vários processos fonológicos. Desvozeamento e laringalização foram trabalhados na seção anterior, demonstrando a razão de se considerar a fricativa glotal /h/ como fonêmica, embora a oclusiva glotal /ʔ/ não o seja, bem como explicando por que o inventário vocálico não inclui vogais desvozeadas ou laringalizadas. Contudo, uma análise adequada da nasalização ainda é necessária para explicar por que não há nem consoantes nasais nem vogais nasalizadas no inventário

fonêmico da língua Tukano, embora elas claramente ocorram na língua. Adicionalmente, é preciso explicar o processo de lenição para dar conta da razão do vibrante simples /r/ não constar no quadro de consoantes fonológicas.

5.1 Nasalização

O leitor já deve ter notado que nasalização é contrastiva em Tukano. De fato, foneticamente falando, esse contraste pode ser observado tanto em vogais quanto em consoantes. Considere os dados em (35) a (38):

- (35) a. *yai* [jái] ‘jaguar’
b. *yãí* [jáí] ‘wither’
- (36) a. *watí* [vãátí] ‘dandruff’
b. *wãtí* [vããtí] ‘demon’
- (37) a. *ba’á* [mbãá] ‘to eat’
b. *ma’á* [mãã] ‘path’
- (38) a. *dikí* [ndiikí] ‘cassava stem’
b. *nikí* [niikí] ‘jungle’

Os exemplos acima demonstram claramente que, em Tukano, as palavras tendem a ser completamente nasalizadas ou completamente orais. Por essa razão, basicamente todos os estudos prévios (cf. Welch; West, 1967; Ramirez, 1997) tratam a nasalização como um suprasegmento. Welch e West (1967) assumem que a nasalização é um suprasegmento atribuído à primeira vogal da palavra, que posteriormente se espalha para a direita. Em Ramirez (1997) nasalidade é considerada uma propriedade do morfema, no sentido que cada morfema deve ser considerado oral ou nasal²³.

Outra faceta da nasalização, que concede credibilidade à análise no nível morfêmico, é a interação entre raízes e sufixos. Compare os dados em (39) a (41) abaixo:

²³ Ramirez (1997) constrói sua análise sobre a proposta de Kaye (1970) para o Desano.

- (39) a. *mi'í yi'í-re ã'ya-ápi*
 [mĩĩ jĩĩ-rê ãã-ãpi]
 2SG 1SG-ACC see-REC.PAST.VIS.2
 'You saw me'
- b. *yi'í mi'í-re ã'ya-ápi*
 [jĩĩ mĩĩ-rê ãã-ãpi]
 1SG 2SG-ACC see-REC.PAST.VIS.1
 'I saw you'
- c. *kĩĩ mari-re ã'ya-ámi*
 [kĩĩ mãĩĩ-rê ãã-ãmi]
 3MSG 1PL.INCL-ACC see-REC.PAST.VIS.3MSG
 'He saw us'
- (40) a. *kĩĩ kii-gá-re ba'a-ámi*
 [kĩĩ kii-gá-rê bàã-ãmi]
 3MSG manioc-CLS-ACC eat-REC.PAST.VIS.3MSG
 'He ate the manioc'
- b. *yi'í ãrê-ga-re ba'a-ápi*
 [jĩĩ ãrê-ãã-rê bàã-ãpi]
 1SG peach.palm-CLS-ACC eat-REC.PAST.VIS.1
 'I ate the peach palm fruit'
- (41) a. *wi'ma-gó diã-pi baa-mó*
 [vĩãmã-ãó diã-pi bàã-mó]
 child.FSG river-LOC swim-PRES.VIS.3FSG
 'The girl swims in the river'
- b. *wi'ma-rã makã-pi apê-ma*
 [vĩãmã-rã mããkã-pi àãpê-mã]
 child-PL village-LOC play-PRES.VIS.3PL
 'The children play in the village'

Da mesma forma que as raízes, os sufixos podem ser intrinsecamente orais (e.g. {-pi} 'loc', {-re} 'acc') ou nasais (e.g. {-rã} 'pl', {-mo} 'pres. vis.3pl'). Contudo, uma vez que a nasalidade é uma propriedade atribuída ao nível do morfema, em sentenças completas, como as citadas em (39) a (41), é possível observar o que acontece quando há interação entre morfemas orais e nasais. Especificamente é possível verificar que há espalhamento nasal tanto regressivo quanto progressivo, em termos de direção. O espalhamento

progressivo é iterativo, como pode-se verificar em (40b), embora ele não ultrapasse a fronteira de palavras e possa ser bloqueado pela presença de uma consoante desvozeada na fronteira de morfemas (e.g. {-p̥i} em (41)). O espalhamento regressivo, contudo, é bem mais restrito e só se aplica a uma sílaba oral do morfema precedente, como se pode observar nas últimas vogais dos verbos em (41). Segundo Ramirez (1997) o espalhamento regressivo é bem menos frequente do que o progressivo.

Um último argumento em favor da interpretação da nasalidade como suprasegmento vem da existência de alternância como aquela demonstrada em (42) abaixo:

- (42) a. *i'tá* [i'tá] 'feces'
b. *ĩ'râ* [ĩ'rẫ] 'to defecate'

Essa nasalidade no nível morfêmico é bem pervasiva em Tukano. No entanto, um assunto que ainda não foi trabalhado é o da pré-nasalização. Sempre que uma oclusiva vozeada ocorre no início de uma sentença, em uma palavra oral, ela se torna pré-nasalizada (i.e. *ba'â* pode ser pronunciado tanto como [ᵐbẫá], no início de sentença, ou como [bẫá], se estiver no meio da frase fonológica). Isoladamente, tais exemplos podem ser usados para argumentar que as oclusivas vozeadas são, na verdade, intrinsecamente nasais, sendo oralizadas em um contexto oral (i.e. ao preceder uma vogal oral). O principal problema com essa análise é que ela implicaria em um processo de assimilação oral, no qual o traço [-nasal] fosse espalhado. Isso seria problemático tanto em termos descritivos, uma vez que esse seria o único contexto de espalhamento oral em Tukano²⁴, quanto em termos teóricos, uma vez que tem se defendido que o traço [nasal] não é binário²⁵ (cf. Steriade, 1993). A pré-nasalização é, portanto, um fenômeno que ainda precisa ser melhor investigado por pesquisas futuras.

²⁴ Em contraste com as diversas ocorrências do espalhamento nasal já observadas nessa seção.

²⁵ I.e. só existe o traço [+nasal].

5.2 Lenição

Lenição é um termo geral usado para se referir a qualquer processo fonológico que “enfraqueça o som”²⁶ (Crystal, 2008, p. 274). Nesse caso, o termo está sendo usado para se referir ao processo que faz com que a oclusiva alveolar vozeada /d/ se torne um vibrante simples alveolar /r/ no contexto intervocálico. A distribuição complementar é explicada em termos gerais pela regra em (43) e o processo é formalizado usando traços binários (Chomsky; Halle, 1968) em (44):

(43) /d/ → [r]/V_V

(44) [- sonorante]
[- continuante] → [+ sonorante]/[+ silábico]_[+silábico]
[+ coronal]

Esse processo explica por que o vibrante simples alveolar /r/ não é incluído no quadro de consoantes fonêmicas, apresentado no início do capítulo. De fato, os processos descritos aqui nessa seção, juntamente com as discussões apresentadas nas seções anteriores, devem ser suficientes para dar ao leitor uma compreensão geral da estrutura fonológica da língua Tukano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, oferece-se um breve panorama da fonologia da língua Tukano. Na primeira seção foi apresentado o inventário fonêmico. Na segunda seção se mostrou o padrão silábico. A terceira seção discutiu a tonologia do Tukano. A quarta seção expôs os processos fonológicos mais essenciais à compreensão básica da fonologia da língua.

Em termos gerais, o sistema tonal, especialmente sua interação com os traços laríngeos, parece ser a área da fonologia Tukano que mais precisa de pesquisas posteriores, embora muitas afirmações acerca da nasalização e do licenciamento de codas, por exemplo, também precisem ser verificadas mais a fundo.

²⁶ Tradução livre. Original: “weaken the overall strength of a sound”.

ABREVIATURAS

1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
ACC	Acusativo
C	Consonante
CET	Constricted epilaryngeal tube (tubo epifaringal constrito)
CLS	Classificador
DBT	Dubitativo
F	Feminino
H	Tom alto
L	Tom baixo
LOC	Locativo
M	Masculino
PAST	Passado
PL	Plural
PRES	Presente
REC	Recente
REM	Remoto
SG	Singular
[+/- SG]	Spread glottis (glote estendida)
STF	Stiff vocal folds (cordas vocais enrijecidas)
SP	Espécie de
O	Objeto
TOP	Topicalizador
V	Vogal
VIS	Evidência visual

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, Alexandra Y. Areal diffusion and language contact in the Içana-Vaupés basin, north-west Amazonia. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Orgs.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. cap. 14, p. 382-416.

BARNES, Janet. Tucano. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Orgs.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. cap. 7, p. 207-226.

BERTET, Denis. The ten tonemes of Ticuna, an Amazonian oddity. In: *AMAZÓNICAS*, 7, 2018, Baños, Ecuador. *Abstract*. Disponível em: [http://www.ddl.cnrs.fr/fulltext/Bertet/Bertet_2018_The%20ten%20tonemes%20of%20Ticuna%20\(Amaz%C3%B3nicas%207,%20Ba%C3%B1os,%202018\)_ABSTRACT.pdf](http://www.ddl.cnrs.fr/fulltext/Bertet/Bertet_2018_The%20ten%20tonemes%20of%20Ticuna%20(Amaz%C3%B3nicas%207,%20Ba%C3%B1os,%202018)_ABSTRACT.pdf). Acesso em: 13 abr. 2021

BIONDO, Delson. O estudo da sílaba na fonologia auto-segmental. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 2, n. 2. p. 37-51, jan.-jun. 1993.

CHACÓN, Thiago Costa. Estrutura Métrica em Kubêo. *ReVEL*, edição especial, n. 3., p. 1-22, 2009.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.

CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. Oxford: Oxford University Press, 2008

DAVIUS. *Tukano Languages* [map]. 2009. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tukano_Languages.png. Acesso em: 17 abr. 2021.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). *Censo Nacional de Poblacion de 2005*. Disponível em: https://www.mininterior.gov.co/sites/default/files/upload/SIIC/PueblosIndigenas/pueblo_tukano.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

GOMEZ-IMBERT, Elsa; KENSTOWICZ, Michael. Barasana Tone and Accent. *International Journal of American Linguistics*, v. 66, p. 1-69, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Elsa-Gomez-Imbert/publication/249112014_Barasana_Tone_and_Accent/links/53e7203d0cf2fb74872185f0/Barasana-Tone-and-Accent.pdf. Acesso em: 17 abr. 2021

HALL, Tracy A. Segmental Features. In: DE LACY, Paul. *Cambridge Handbook of Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press. 2007. p 311-333.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>. Acesso em: 24 nov. 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Tukano. *Povos Indígenas no Brasil*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tukano>. Acesso em: 24 nov. 2020.

KAYE, Jonathan D. *The Desano Verb: Problems in Semantics, Syntax and Phonology*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Columbia, New York, 1970.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Curso de Língua Geral (Nheengatu ou Tupi Moderno): A Língua das Origens da Civilização Amazônica*. São Paulo: Paym, 2011.

PRINCE, A; SMOLENSKY, A. *Optimality Theory: constraints and interaction in Generative Grammar*. Boulder: University of Colorado/Rutgers University, 1993

RAMIREZ, Henri. *A Fala Tukano dos Ye'pâ-Masa*. Tomo I Gramática. Manaus: CEDEM. 1997.

SALINAS, Nelsy Lorena Orjuela. *Fenômenos de glotalização-laringalização em três línguas Tukano Oriental, fronteira Colômbia-Brasil: Tuyuka, Tukano e Makuna*. 2014. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Wilson. The status of the laryngeals ‘?’ and ‘h’ in Desano. In: AVELINO, Heriberto; COLER, Matt; WETZELS, Leo (eds.). *The Phonetics and Phonology of Laryngeal Features in Native American Languages*. Leiden: Brill, 2015.

STERIADE, Donca. Orality and Markedness. *Proceedings of the Nineteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society: General Session and Parasession on Semantic Typology and Semantic Universals*, p. 334-347, 1993. Disponível em: <http://lingphil.mit.edu/papers/steriade/Steriade1993Orality.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

WELCH, Betty; WEST, Bridie. Phonemic System of Tucano. In: ELSON, Benjamin (Ed.). *Phonemic Systems of Colombian Languages*. Norman: SIL, 1967. p. 11-24. Disponível em: <https://www.sil.org/system/files/reap-data/11/09/80/110980607431599641102492031867569967949/23476.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

WELCH, Betty; WEST, Bridie. El Tucano. In: GONZÁLEZ DE PÉREZ, María Stella; RODRÍGUES DE MONTES, María Luisa (Eds.). *Lenguas indígenas de Colombia: una visión descriptiva*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2000. p. 419-136.

CAPÍTULO III

ESTATUTO GRAMATICAL DO MORFEMA CAUSATIVO {MU-} NA LÍNGUA TENETEHÁRA-GUAJAJÁRA (TUPÍ-GUARANÍ)

Quesler Fagundes Camargos

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é analisar o estatuto gramatical do morfema causativo {*mu-*} na língua Tenetehára¹ (família Tupí-Guaraní, tronco Tupí), a partir da proposta teórica de Pylkkänen (2002, 2008). Apresentarei evidências de que a introdução de argumento externo não é uma propriedade inerente da causativização por meio dessa morfologia. Dessa maneira, o Tenetehára pertence ao conjunto de línguas naturais que projeta os núcleos de VoiceP e de vP_{CAUSE} de forma cindida e não sincrética. Além disso, demonstrarei que esse morfema causativo tem o estatuto de um núcleo causativo que seleciona como complemento uma raiz $\sqrt{\quad}$. Assim, devido às propriedades semânticas de {*mu-*}, os transitivos causativos em Tenetehára apresentam estruturas bieventivas e comportamento de predicados mono-oracionais. Além de Pylkkänen (2002, 2008), esta pesquisa se pauta nos trabalhos de Parsons (1990), Hale e Keyser (1993, 2002), Kratzer (1994, 1996), Chomsky (1995), Harley (1995, 2008), Doron (1999), Schäfer (2008) e Blanco (2011).

Este trabalho está dividido em 6 seções. Na seção 1, apresento o objetivo deste trabalho que consiste na descrição da causativização em Tenetehára e na análise do estatuto gramatical do morfema {*mu-*}. Na seção 2, introduzo

¹ A língua Tenetehára é falada no Estado do Maranhão por dois povos indígenas: os Tembé e os Guajajára. De acordo com Rodrigues (1985), essa língua pertence ao Ramo IV da família linguística Tupí-Guaraní, do tronco Tupí. Os dados presentes neste trabalho pertencem à variante falada pelos Guajajára da Terra Indígena Arariboia.

os pressupostos teóricos básicos presentes em Pykkänen (2002, 2008) para a implementação da proposta teórica. Na seção 3, descrevo o processo de causativização em Tenetehára. Na seção 4, apresento evidências de que a língua Tenetehára projeta os núcleos de VoiceP e vP_{CAUSE} de forma cindida. Na seção 5, faço a análise teórica do estatuto gramatical do morfema causativo $\{mu-\}$, mostrando que esse núcleo seleciona como complemento uma raiz \surd . Por fim, na seção 6, encerro este trabalho com as considerações finais.

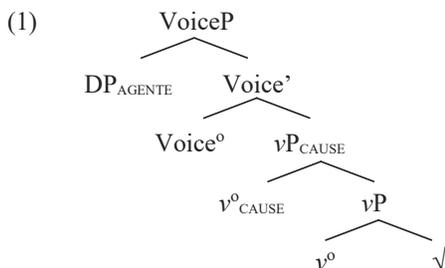
2 QUADRO TEÓRICO

O propósito desta seção é apresentar alguns desdobramentos mais recentes da Teoria Gerativa a fim de fundamentar a proposta teórica acerca do morfema causativo $\{mu-\}$ na língua Tenetehára. Mais precisamente, formulo minha hipótese teórica a partir da proposta de Pykkänen (2002, 2008). Conforme essa autora, o núcleo causativo nas línguas naturais pode variar parametricamente: (i) os núcleos Voice^o e v^o_{CAUSE} podem se realizar em um núcleo sincrético ou em dois núcleos distintos e (ii) o núcleo v^o_{CAUSE} pode c-selecionar um complemento que seja uma raiz \surd , um vP ou um vP fásico.

2.1 Parâmetro Agregação de VoiceP

Com o intuito de aperfeiçoar a proposta de Kratzer (1994, 1996), Pykkänen (2002, 2008), acompanhando Parsons (1990), propõe que a introdução de um novo argumento sintático não é uma propriedade universal da causativização. Além disso, o traço distintivo básico, presente nos verbos causativos e ausente em sua contraparte não causativa, é um argumento eventivo implícito, denominado como evento da causação. Dessa forma, todas as construções causativas contêm um vP_{CAUSE} que se combina com um predicado não causativo e que introduz um evento da causação, mas não necessariamente introduz um argumento externo causador². Para isso, Pykkänen (2002, 2008) dissocia o núcleo Voice^o do núcleo v^o_{CAUSE} , conforme a estrutura a seguir:

² De acordo com Pykkänen (2002, 2008), uma causação é, na verdade, uma relação entre dois eventos: o evento da causação (i.e. o evento causador) e o evento causado. O evento da causação é um evento implícito, o qual é introduzido pelo núcleo de vP_{CAUSE} . Ele tem a função



Uma das evidências empíricas que permitiu que Pylkkänen (2002, 2008) propusesse tal mapeamento deveu-se ao fato de línguas como o japonês e o finlandês, por exemplo, aceitarem causativizações sem que um argumento externo agente seja necessariamente introduzido no evento. Nesse sentido, as causativas em japonês têm a chamada interpretação de adversidade, conforme o exemplo (2), retirado de Pylkkänen (2002, p. 81).

- (2) *Taroo-ga musuko-o sin-ase-ta*
 Taro-NOM filho-ACC morrer-CAUS-PAST
 (i) “Taro fez seu filho morrer.”
 (ii) “O filho de Taro morreu em detrimento de Taro.” (causativa de adversidade)

Note que, em (2), a interpretação (i) é esperada, tendo em vista a morfologia causativa no verbo. No entanto, se considerarmos a leitura (ii), cujo argumento nominativo *Taroo-ga* é interpretado como um afetado pela mudança de estado sofrida pelo seu filho, não é tão clara a leitura causativa, apesar de haver morfologia causativa. Pylkkänen (2002, 2008) afirma que o DP nominativo é um argumento externo na causativa lexical, conforme a interpretação (i), mas não o é na causativa de adversidade, conforme a interpretação (ii). A

de desencadear o evento causado. Este último, por sua vez, corresponde à contraparte não causativa do predicado causativizado. Pylkkänen (2002, p. 79) ilustra essa relação com o exemplo a seguir:

- (i) John melted the ice
 (ii) *John was an agent of some event that caused a melting of the ice*
 (iii) The ice melted

Se a causação é uma relação entre dois eventos, o significado da sentença (i) é grosseiramente o sentido em (ii). Note que a sentença causativa (i) tem duas características que não existem na contraparte não causativa em (iii), a saber: uma relação de causação relaciona o evento da causação em direção ao evento causado e uma relação temática de agente é estabelecida entre o evento da causação e o indivíduo expresso como argumento externo.

proposta da autora apoia-se no seguinte fato: a contraparte passiva da sentença (2) tem somente a leitura causativa e não tem a leitura de adversidade, conforme o exemplo (3), o qual foi extraído de Pylkkänen (2002, p. 82):

- (3) *musuko-ga sin-ase-rare-ta*
 filho-NOM morrer-CAUS-PASS-PAST
 (i) “O filho foi morto.”
 (ii) * “O filho de alguém foi morto em detrimento desse alguém.” (afetado implícito)

Além do mais, Pylkkänen (2002, 2008) argumenta que a causativa de adversidade em (2) tem uma leitura semanticamente causativa. Para tal, a autora mostra que, a causativa de adversidade pode ser comparada com outra construção, a saber: com a passiva de adversidade, conforme o exemplo abaixo, o qual foi retirado de Pylkkänen (2002, p. 82).

- (4) *Taroo-ga musuko-ni sin-are-ta*
 Taro-NOM filho-DAT morrer-PASS-PAST
 “O filho de Taro foi morto em detrimento de Taro.” (passiva de adversidade)

Note que a causativa de adversidade em (2) tem uma leitura causativa, enquanto que a passiva de adversidade em (4) não tem. Além disso, essa proposta pode ser corroborada com os dados abaixo, em que somente a causativa de adversidade em (5a) pode ser modificada pelo sintagma posposicional que introduz uma especificação de evento da causação. Portanto, Pylkkänen (2002, 2008) propõe que somente causativa de adversidade tem um evento da causação que é ausente na passiva de adversidade como em (5b). Veja os exemplos retirados de Pylkkänen (2002, p. 82) abaixo.

- (5a) *Taroo-ga sensoo-ni.yotte musuko-o sin-ase-ta*
 Taro-NOM guerra-por filho-ACC morrer-CAUS-PAST
 “O filho de Taro foi morto em detrimento de Taro pela guerra.”
- (5b) * *Taroo-ga sensoo-ni.yotte musuko-ni sin-are-ta*
 Taro-NOM guerra-por filho-DAT morrer-PASS-PAST
 “O filho de Taro morreu em detrimento de Taro pela guerra.”

Observe, mais precisamente, que o adjunto adverbial *sensoo-ni.yotte* “pela guerra” só pode se adjungir a construções que denotam uma leitura cau-

sativa, como ocorre em (5a). Caso a construção não tenha morfologia causativa, como (5b), é impossível que o evento da causação emergja por meio de adjunção. Portanto, Pylkkänen (2002, 2008) sustenta a hipótese de que as causativas lexicais em japonês com leitura de adversidade não introduzem um argumento externo. Note que, nos exemplos acima, apesar de o verbo ter sido causativizado, nenhum argumento externo agente foi introduzido na estrutura argumental do verbo. Dessa maneira, a causativização não proporciona mudança de valência.

Também em finlandês, é possível que um morfema causativo seja adicionado a verbos inergativos, conforme os exemplos em (6). O resultado é uma construção causativa com um argumento partitivo e um significado desiderativo. Apesar de a leitura causativa não ser clara, Pylkkänen (2002, 2008) assume que essas construções envolvem um significado causativo. Logo, há uma semântica causativa sem a introdução de argumento externo.

(6a) *Maija-a laula-tta-a*
Maija-PART cantar-CAUS-3.SG
“Maija sente vontade de cantar.” (Pylkkänen, 2002, p. 86)

(6b) *Maija-a naura-tta-a*
Maija-PART sorrir-CAUS-3.SG
“Maija sente vontade de sorrir.” (Pylkkänen, 2002, p. 86)

Pylkkänen (2002, 2008) afirma que o DP partitivo em (6) não é argumento externo. A autora se fundamenta no fato de que o Caso partitivo emerge em DPs na função sintática de objetos em construções atélicas. De fato, as construções desiderativas de (6) são estativas. Assim, os DPs partitivos nos exemplos acima são sujeitos derivados de verbos estativos. Logo, não poderiam ser argumentos externos de um núcleo lexical.

Schäfer (2008), por sua vez, afirma que as construções desiderativas com causativo em finlandês permitem que o evento da causação possa ser interrogado, como em (7a). No entanto, na construção desiderativa padrão, o evento da causação não pode ser interrogado (já que não há uma leitura causativa), de acordo com o exemplo (7b).

(7a) *minu-a naura-tta-a mutt-en tiedä mikä*
 eu-PART sorrir-CAUS-3.SG mas-não.1.SG saber o.que.NOM
 “Algo me faz sentir vontade de sorrir, mas eu não sei o quê.” (Schäfer, 2008, p. 63)

(7b) * *halua-isi-n nauraa mutt-en tiedä mikä*
 querer-COND-1.SG sorrir mas-não.1.SG saber o.que.NOM
 “Gostaria de sorrir, mas não sei o que (me faz querer sorrir).” (Schäfer, 2008, p. 63)

Com base nos exemplos em (7), Schäfer (2008) afirma que as causativas desiderativas em finlandês tem um argumento implícito que é ausente na sentença desiderativa padrão. Este argumento implícito é um evento e não é um argumento externo.

A fim de apresentar mais uma evidência a favor da cisão proposta por Pylkkänen (2002, 2008), veja que, de acordo com Camargos (2015b), o Paresi-Haliti (Arawak) também pertence ao conjunto das línguas que projeta de forma cindida os núcleos de VoiceP e vP_{CAUSE} . O principal argumento apresentado pelo autor é que os núcleos Voice^o e v^o_{CAUSE} são instanciados por dois morfemas distintos, conforme os exemplos abaixo.

(8a) *Jura halaityoa-ø*
 Jura saltar-PERF
 “Jura saltou.” (Silva, 2013, p. 271)

(8b) *Kolobi a-halaityoa-ki-tya Jura*
 Kolobi CAUS-saltar-VOICE-PERF Jura
 “Kolobi faz Jura saltar.” (Silva, 2013, p. 271)

Em termos descritivos, note que o verbo *halaityoa* “saltar”, para ser causativizado, aciona simultaneamente o prefixo {*a-*} e o sufixo {-*ki*}. O fato de haver dois morfemas envolvidos nesse processo é uma indicação de que há, pelo menos, dois núcleos instanciados quando ocorre o processo de causativização. Diante disso, Camargos (2015b, p. 122), acompanhando as intuições de Brandão (2010, 2014) e Silva (2013), propõe que “o prefixo {*a-*} é a instanciação morfológica do núcleo de vP_{CAUSE} , uma vez que é o responsável pela introdução da semântica causativa. [...] o sufixo {-*ki*} é o responsável por instanciar o núcleo de VoiceP, cuja função é introduzir um argumento externo agente com controle.”

A análise de Camargos (2015b) fundamenta-se no fato de que as construções causativas que não apresentam um argumento externo agente prototípico não podem receber o morfema $\{-ki\}$. Para ser mais preciso, essas estruturas devem apenas acionar o causativo $\{a-\}$, conforme o exemplo (9a). De fato, o sujeito *kamae* “sol” é um argumento com a função semântica de causador sem volição, uma vez que é uma entidade inanimada. Pelo fato de esse sujeito não ser um argumento externo agente, não deve ser introduzido por meio de VoiceP prototípico. Por isso, o sufixo $\{-ki\}$ não se manifesta em (9a). Note que, caso o sufixo $\{-ki\}$ se realize, a sentença torna-se agramatical, conforme o exemplo (9b).

(9a) *kamae* *a-iyo-heta* *imi-ti*
 sol CAUS-secar-REG roupa-UNPOSS
 “O sol secou minhas roupas.” (Brandão, 2014, p. 263)

(9b) **kamae* *a-iyo-heta-ki-tsa* *imi-ti* (compare com (8b))
 sol CAUS-secar-REG-VOICE-TH roupa-UNPOSS
 “O sol secou minhas roupas.” (Brandão, 2014, p. 263)

Para Camargos (2015b), a presença do morfema $\{-ki\}$ na causativização do exemplo (9b) implica na projeção de um argumento externo com a função semântica de agente com controle, o que é incompatível com um participante inanimado. Essa sentença só seria gramatical se o argumento fosse uma entidade capaz de carregar essa propriedade semântica, conforme o exemplo (10a). Veja que o DP Paula é introduzido por VoiceP, cujo núcleo é instanciado pelo sufixo $\{-ki\}$. Por isso, esse argumento externo apresenta as propriedades semânticas de agente com controle. Curiosamente, essa sentença pode ser produzida sem a realização do morfema $\{-ki\}$. O resultado é a sentença (10b), a qual, segundo Brandão (2014), é ambígua quanto à volição do DP Paula. Mais precisamente, em termos descritivos, não se sabe se o argumento nuclear Paula exerce a ação descrita pelo verbo de forma voluntária.

(10a) *Paula* *a-iyo-heta-ki-tsa* *imi-ti*
 Paula CAUS-secar-REG-VOICE-TH roupa-UNPOSS
 “A Paula (intencionalmente) secou minhas roupas.” (Brandão, 2014, p. 263)

(10b) *Paula* *a-iyo-heta* *imi-ti*
 Paula CAUS-secar-REG roupa-UNPOSS
 “A Paula secou minhas roupas.” (com ou sem volição) (Brandão, 2014, p. 263)

ainda em Paresi-Haliti causativas de adversidade ou causativas desiderativas, como há em japonês e finlandês, respectivamente. Na verdade, a argumentação a favor da cisão de vP se fundamenta principalmente no fato de essa língua, diferentemente do que ocorre em japonês e finlandês, apresentar como expediente morfológico pelos menos um morfema no núcleo de VoiceP e outro morfema no núcleo de vP_{CAUSE} . O fato de o Paresi-Haliti motivar morfológicamente a existência de VoiceP é o que o torna uma língua excepcional para a análise que tem como objetivo evidenciar que os núcleos de VoiceP e vP_{CAUSE} podem ter projeções independentes. Tal comportamento é uma prova que sustenta as previsões e as intuições de Pylkkänen (2002, 2008), permitindo, assim, um aperfeiçoamento das estipulações iniciais e a proposição de modelos teóricos mais robustos, uma vez que são comprovadas por dados concretos.

2.2 Parâmetro Seleção categorial de v^o_{CAUSE}

No âmbito das construções causativas, além de propor a cisão entre VoiceP e vP_{CAUSE} , Pylkkänen (2002, 2008) assume que, dependendo do parâmetro de cada língua, o núcleo v^o_{CAUSE} pode c-selecionar, pelo menos, três tipos de complementos, conforme (12).

- (12) Parâmetro: c-seleção do complemento de v^o_{CAUSE}
- a. Seleção de raiz
 v^o_{CAUSE} seleciona uma raiz acategorial (i.e. \sqrt{P}).
 - b. Seleção de verbo
 v^o_{CAUSE} seleciona um sintagma verbal sem argumento externo (i.e. vP).
 - c. Seleção de Fase
 v^o_{CAUSE} seleciona um vP fásico (i.e. uma fase é uma estrutura que deve hospedar um argumento externo ou um argumento aplicado alto).

Pylkkänen (2002, 2008) propõe as seleções paramétricas em (12) com base em um conjunto de diagnósticos morfológicos e sintáticos, reproduzidos no Quadro 1.

Quadro 1 – Diagnósticos que predizem os complementos de v°_{CAUSE}

Diagnósticos	Seleção de raiz \surd	Seleção de vP	Seleção de vP fásico
a. Permite modificação adverbial de vP abaixo de v°_{CAUSE} ?	Não	Sim	Sim
b. Permite morfologia verbal entre v°_{CAUSE} e a raiz \surd ?	Não	Sim	Sim
c. Permite modificação adverbial orientada para agente abaixo de v°_{CAUSE} ?	Não	Não	Sim
d. Permite morfologia de aplicativo alto entre v°_{CAUSE} e a raiz \surd ?	Não	Não	Sim

Fonte: Pykkänen (2002, p. 96)

Na próxima seção, apresento descritivamente os processos morfológicos de causativização em Tenetehára. Embora o objetivo desta pesquisa seja investigar o estatuto gramatical apenas do morfema $\{mu-\}$, descrevo ainda as propriedades do causativo $\{-kar\}$. Os dados da próxima seção são necessários para subsidiar a proposta teórica, a qual será apresentada na seção subsequente.

3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O objetivo desta seção é apresentar, em termos descritivos, os causativos morfológicos em Tenetehára, tendo em vista seus aspectos morfossintáticos e semânticos. Pode-se afirmar que os morfemas causativos $\{mu-\}$ e $\{-kar\}$ estão em distribuição complementar quanto às propriedades gramaticais do predicado não causativo. Assim, o prefixo $\{mu-\}$ se afixa apenas a radicais intransitivos, enquanto que o sufixo $\{-kar\}$ se junta a predicados transitivos. Será mostrado ainda que esses dois morfemas apresentam propriedades semânticas distintas. Ao passo que $\{mu-\}$ introduz uma semântica causativa direta, o sufixo $\{-kar\}$ introduz uma semântica causativa indireta.

3.1 Aspectos morfossintáticos

Os verbos em Tenetehára podem ser causativizados, aumentando a valência do verbo em um argumento, por meio de dois morfemas causativos. O prefixo {*mu-*} se afixa a verbos inacusativos (13) e inergativos (14), transformando-os em verbos transitivos, enquanto que o morfema {-*kar*} se junta a verbos transitivos (15), tornando-os bitransitivos (cf. Harrison, 1986, 1995; Castro, 2007; Duarte; Castro, 2010; Silva, 2010; Duarte; Camargos, 2011; Camargos, 2011a, 2011b, 2013).

(13a) *h-aku* *takihe* *a'e* *kury*
 3-quente faca ela agora
 “A faca está quente agora.”

(13b) *u-mu-aku* *awa* *takihe* *a'e* *kury*
 3-CAUS-quente homem faca ele agora
 “O homem esquentou a faca agora.”

(14a) *u-zahak* *kwarer* *a'e*
 3-banhar menino ele
 “O menino tomou banho.”

(14b) *u-mu-zahak* *kuzà* *kwarer* *a'e*
 3-CAUS-banhar mulher menino ela
 “A mulher deu banho no menino.”

(15a) *u-pyhyk* *kuzà* *pira* *a'e*
 3-pegar mulher peixe ela
 “A mulher pegou/segurou o peixe.”

(15b) *u-pyhyk-kar* *awa* *pira* *kuzà* *ø-pe* *a'e*
 3-pegar-CAUS homem peixe mulher C-por ele
 “O homem fez a mulher pegar/segurar o peixe.”

O morfema causativo {-*kar*} só pode se juntar a verbos transitivos. Por esse motivo, para que um verbo intransitivo receba essa morfologia, é necessário que seja inicialmente transitivizado, por meio, por exemplo, do causativo {*mu-*} ou do aplicativo {*eru-*}, conforme os dados abaixo. Observe

que, nos exemplos em (a) abaixo, há um verbo intransitivo o qual foi transitivizado por meio de um aplicativo alto e do causativo $\{mu-\}$. Nos exemplos em (b), quando o verbo torna-se transitivo, o novo predicado é capaz de receber o morfema causativo $\{-kar\}$.

(16a) *w-eru-'ar* *kuzà* *kwarer* *a'e* *kury*
 3-APPL-cair mulher menino ela agora
 “A mulher caiu com o menino.”

(16b) *w-eru-'ar-kar* *awa* *kwarer* *kuzà* *ø-pe* *a'e* *kury*
 3-APPL-cair-CAUS homem menino mulher C-por ele agora
 “O homem fez a mulher cair com o menino.”

(17a) *u-mu-zahak* *kuzà* *kwarer* *a'e*
 3-CAUS-banhar mulher menino ela
 “A mulher deu banho no menino.”

(17b) *u-mu-zahak-kar* *awa* *kwarer* *kuzà* *ø-pe* *a'e*
 3-CAUS-banhar-CAUS homem menino mulher C-por ele
 “O homem fez a mulher dar banho no menino.”

Em suma, em termos morfossintáticos, o prefixo $\{mu-\}$ só pode causativizar estruturas intransitivas, ao passo que o sufixo $\{-kar\}$ só pode causativizar construções transitivas ou transitivizadas. Na próxima seção, será mostrado que os morfemas causativos $\{mu-\}$ e $\{-kar\}$ também se distinguem quanto à natureza semântica da causação. Enquanto que o primeiro introduz uma causação direta, o segundo apresenta uma causação indireta.

3.2 Aspectos semânticos

Como foi visto na seção anterior, os morfemas causativos, em termos morfossintáticos, distinguem-se entre si quanto ao fato de, por um lado, o morfema causativo $\{mu-\}$ causativizar apenas verbos inacusativos e inergativos e, por outro, o morfema $\{-kar\}$ causativizar predicados transitivos. Nesta seção, mostrarei que esses dois morfemas diferenciam-se também quanto ao tipo semântico de causação que cada um introduz, a saber: causação direta e indireta.

De acordo com Whaley (1997), a distinção básica entre a causação direta e a causação indireta refere-se à capacidade da mente humana em descrever a relação entre dois eventos. Como os nomes já indicam, a causação direta refere-se a uma situação em que as ações de um causador têm um impacto imediato sobre as ações do participante causado, ao passo que a causação indireta refere-se a uma situação em que a causação é mais distante. Para ser mais preciso, veja a seguir como Whaley (1997, p. 194) descreve cuidadosamente a distinção entre essas duas causações.

Você está sentado em um banco em um cruzamento movimentado e tem a infelicidade de presenciar um terrível acidente. Uma menina pequena persegue uma bola de basquete que ela foi driblando até a rua. Depois, a bola ricocheteou em seu pé. Nesse exato instante, um carro em alta velocidade vira a esquina e atinge a menina. É muito mais provável que você grite: “Eu acho que ele a matou” ao invés de “Eu acho que ele fez com que ela morresse”. Se ambas as declarações são causativas, por que a primeira seria tão obviamente preferida? A construção analítica causativa *fazer morrer* implica uma causação indireta. Mas nesse cenário não há dúvidas de que a ação do motorista levou diretamente a morte da menina, independentemente de ter ou não a intenção de fazê-lo. Portanto, a expressão *fazer morrer* é enganosa. Ela falha em capturar a natureza da causação.³

Para Camargos (2013), a causação na língua Tenetehára pode ser direta ou indireta⁴. Segundo esse autor, essa língua utiliza o morfema {*mu-*} para indicar a causação direta e emprega o morfema {-*kar*} para denotar a causação indireta. Veja os exemplos abaixo em que figuram essas duas construções:

³ “You are sitting on a bench at a busy intersection and have the misfortune of witnessing a terrible accident. A small girl chases a basketball that she has been dribbling into the street after it caroms off her foot. At just the moment, a speed car zips around the corner striking the girl. It is far more likely that you yell out “I think he killed her” than “I think he caused her to die”. If both the utterances are causative, why would one be so obviously preferred? The analytical causative construction cause to die implies indirect causation, but in this scenario there is no doubt that the driver’s actions directly brought about the girl’s death, even if there was no intention to do so. Therefore, to use cause to die is misleading. It fails to capture the nature of the causation” (Whaley, 1997, p. 194).

⁴ Leite (1994) já havia mostrado na língua Tapirapé (Tupí-Guaraní) a distinção entre uma causativização que envolve (i) o morfema {*ma-*} e (ii) os morfemas {*ma-*} e {-*akât*} simultaneamente. Segundo a autora, no primeiro caso, o agente está diretamente envolvido na ação expressa pelo verbo, ao passo que, no segundo caso, o agente está envolvido indiretamente.

- (18a) *u-hem kwarer tàpuz ø-wi a'e*
 3-sair menino casa C-de ele
 “O menino saiu da casa.”

Causação direta:

- (18b) *u-mu-hem awa kwarer tàpuz ø-wi a'e*
 3-CAUS-sair homem menino casa C-de ele
 “O homem tirou o menino da casa.”

Causação indireta:

- (18c) *u-mu-hem-kar awa kwarer tàpuz ø-wi a'e*
 3-CAUS-sair-CAUS homem menino casa C-de ele
 “O homem fez o menino sair da casa.”

Observe que o morfema causativo {*mu-*} é utilizado para indicar a causação direta, conforme o exemplo (18b). A causação indireta, por sua vez, é marcada pela dupla causativização quando o predicado básico for inacusativo ou inergativo, como em (18c). Acompanhando o modelo explicativo de Whaley (1997), considere a seguinte situação hipotética para o exemplo (18b): “uma casa está pegando fogo e um menino encontra-se inconsciente em seu interior; assim, um homem adentra a casa e retira o menino”. Nesse contexto, o menino recebe um impacto direto da ação do agente causador. Já no exemplo em (18c), a situação é, por exemplo, a seguinte: “há um grupo de meninos que estão brincando de se esconder; em um determinado momento, um dos meninos adentra sem autorização uma casa; de repente, o dono da casa se aproxima e repreende o menino, que imediatamente se retira da casa”. Nesse último contexto, o menino não recebe diretamente o impacto da ação do causador. Isso porque não é exatamente o homem que retira o menino da casa, mas cria uma condição que provoque a sua saída. Observe mais um exemplo a seguir.

- (19a) *w-ata kwarer a'e*
 3-andar menino ele
 “O menino andou.”

Causação direta:

- (19b) *u-mu-ata* *awa* *kwarer* *a'e*
3-CAUS-andar homem menino ele
“O homem fez o menino andar, segurando-o.”

Causação indireta:

- (19c) *u-mu-ata-kar* *awa* *kwarer* *a'e*
3-CAUS-andar-CAUS homem menino ele
“O homem fez o menino andar.”

Ao se comparar o exemplo (19b) com o exemplo (19c), pode-se conceber os seguintes cenários hipotéticos: na primeira situação, “um homem, ensinando um menino a andar, dá a mão para a criança, fazendo-a andar”. No último exemplo, “o menino está muito cansado e não quer caminhar; porém, o homem dá uma ordem para que o menino ande”. Assim, nesse último exemplo, o participante causado não recebe diretamente o impacto da ação do causador, mas é levado indiretamente a andar.

Devido ao fato de o morfema {*mu-*} produzir apenas a causação direta, alguns verbos inacusativos e inergativos não podem ser causativizados por meio desse morfema. Note que a agramaticalidade abaixo se deve a uma restrição semântica do verbo intransitivo.

Verbo inergativo:

- (20a) *u-puka* *kwarer* *a'e*
3-rir menino ele
“O menino riu.”

- (20b) **u-mu-puka* *kuzà* *kwarer* *a'e*
3-CAUS-rir mulher menino ela
“A mulher fez o menino rir.”

- (20c) *u-mu-puka-kar* *kuzà* *kwarer* *a'e*
3-CAUS-rir-CAUS mulher menino ela
“A mulher fez o menino rir.”

Verbo inacusativo:

(21a) *i-azu* *pako* *a'e*
3-maduro banana ela
“A banana está madura.”

(21b) **u-mu-azu* *awa* *pako* *a'e*
3-CAUS-maduro homem banana ele
“*O homem amadureceu a banana.”

(21c) *u-mu-azu-kar* *awa* *pako* *a'e*
3-CAUS-maduro-CAUS homem banana ele
“O homem fez a banana amadurecer.”

Os exemplos em (b) acima são agramaticais devido ao fato de os eventos descritos pelos predicados causados não permitirem que sejam externa e diretamente causados. Na verdade, os eventos indicados pelos verbos *puka* “rir” e *azu* “estar maduro” só aceitam uma causação indireta, como indicam as sentenças em (c). Uma outra forma de explicar a agramaticalidade desses exemplos é considerarmos que os eventos descritos pelos predicados em (a) são direta e internamente causados. Por isso, não podem ser direta e externamente causados (Smith, 1970). Logo, não aceitam uma causação direta, apenas indireta.

Em suma, esta seção mostrou que o causativo {*mu-*} em Tenetehára é restrito sintaticamente a predicados intransitivos e introduz uma causação direta. O morfema causativo {-*kar*}, por sua vez, é restrito sintaticamente a predicados transitivos e denota uma causação indireta. O objetivo das próximas duas seções é examinar o estatuto gramatical do morfema causativo {*mu-*}, quanto aos parâmetros propostos por Pylkkänen (2002, 2008).

4 PARÂMETRO AGREGAÇÃO DE VOICE

Além de os afixos {*mu-*} e {-*kar*} aumentarem a valência verbal, a língua Tenetehára dispõe de um terceiro morfema cuja função é adicionar um argumento à grade temática do verbo, a saber: o prefixo {*eru-*}. Ao analisar esse

mesmo prefixo na língua Tupinambá, Rodrigues (1953) afirma que tal unidade gramatical apresenta uma dupla função semântica, uma causativa e outra comitativa. Por isso, propôs o termo causativo-comitativo com a finalidade de indicar tais propriedades semânticas. A partir disso, a denominação causativo-comitativo passou a ser utilizada no âmbito dos estudos descritivos de línguas Tupí-Guaraní. No entanto, Vieira (2001, 2010), analisando o Tupinambá e o Guaraní-Mbya, línguas também pertencentes à família Tupí-Guaraní, foi a primeira autora a identificar esse morfema como aplicativo alto, o qual tem a função de licenciar um objeto com a propriedade semântica de comitativo. Na língua Tenetehára, em termos descritivos, essa morfologia se junta a verbos inacusativos e inergativos a fim de introduzir um objeto sintático com a função semântica de comitativo, conforme os exemplos abaixo:

(22a) *w-eru-ata* *awa* *kwarer* *a'e*
 3-APPL-andar homem menino ele
 “O homem anda com o menino.”

(22b) *w-eru-hem* *awa* *kwarer* *tàpuz* *ø-wi* *a'e*
 3-APPL-sair homem menino casa C-de ele
 “O homem sai da casa com o menino.”

Na língua Tenetehára, pode-se afirmar que o prefixo {*eru-*} não possui uma função causativa. Dessa maneira, não poderia, portanto, ser classificado como, por exemplo, um tipo de causação sociativa (cf. Shibatani; Pardeshi, 2002). Essa análise se fundamenta nos exemplos abaixo. Veja que, se o prefixo {*eru-*} fosse um causativo sociativo, sentenças como (23) seriam agramaticais, uma vez que o objeto aplicado *maraka* “maracá” é inanimado e, assim, incapaz de ser levado a realizar as ações dos verbos *ata* “andar” e *hem* “sair”.

(23a) *w-eru-ata* *awa* *maraka* *a'e*
 3-APPL-andar homem maracá ele
 “O homem anda com o maracá.”

(23b) *w-eru-hem* *awa* *maraka* *tàpuz* *ø-wi* *a'e*
 3-APPL-sair homem maracá casa C-de ele
 “O homem sai da casa com o maracá.”

O curioso é que, quando o prefixo {*eru-*} se junta a verbos transitivos⁵, nenhum argumento adicional é licenciado na estrutura argumental. Assim, o verbo transitivo inicial mantém a mesma quantidade de argumentos nucleares. No entanto, a adição dessa morfologia faz com que o sujeito inicialmente agentivo passe a exercer a função semântica de comitativo, conforme o seguinte exemplo.

(24a) *u-zuhaw* *awa* *ywyra* *a'e*
 3_K-derrubar homem_K árvore ele
 “O homem derrubou a árvore.”

(24b) *w-eru-zuhaw* *awa* *ywyra* *a'e*
 3_K-APPL-derrubar homem_K árvore ele
 “Fez-se derrubar a árvore com o homem.”

Veja que as duas sentenças em (24) possuem um evento da causação e um evento causado, mas só a sentença (24a) introduz um argumento externo agente⁶. O sujeito *awa* “homem” em (24b) não é um argumento externo, introduzido por VoiceP, mas sim um argumento aplicado, introduzido por ApplP. Essa análise se fundamenta no fato de o argumento *awa* “homem” ser um agente em (24a) e um comitativo em (24b).

O morfema aplicativo {*eru-*} pode ainda se juntar a verbos que tenham sido morfologicamente causativizados pelo prefixo {*mu-*}, conforme o exemplo (25b).

(25a) *o-mo-nohok* *awa* *kyhàhàm* *a'e*
 3_K-CAUS-partir homem_K corda ele
 “O homem partiu a corda.”

(25b) *w-ero-mo-nohok* *awa* *kyhàhàm* *a'e*
 3_K-APPL-CAUS-partir homem_K corda ele
 “Fez-se partir a corda com o homem.”

⁵ É necessário salientar que, em Tapirapé (Praça, 2007), Parakanã (Silva, 2003) e Arawaté (Solano, 2009), línguas que também são da família Tupi-Guaraní, o morfema aplicativo {*eru-*} só se junta a verbos intransitivos. A coocorrência desse morfema com verbos transitivos resulta em sentenças agramaticais, conforme os autores.

⁶ O exemplo em (24a) pode ser parafraseado da seguinte maneira: “O homem foi o agente de algum evento que causou a derrubada da árvore”. O exemplo (24b), por sua vez, pode ser interpretado da seguinte forma: “Ocorreu um evento que causou a derrubada da árvore com o homem”.

Observe que as duas sentenças acima introduzem o evento da causação, o qual é particularmente instanciado pela morfologia causativa {*mu-*}. Contudo, apesar de (25b) ser morfologicamente causativizado, nenhum argumento externo agente/causador é introduzido na estrutura argumental, já que o DP *awa* “homem” é, na verdade, um argumento aplicado na função sintática de sujeito comitativo. Essa proposta pode ser corroborada com os dados abaixo, em que somente a construção transitiva causativa com o morfema aplicativo (26b) pode ser modificada pelo sintagma posposicional que introduz uma especificação do evento da causação. A sentença (26a) é agramatical porque há dois causadores, um na função sintática de sujeito e outro em adjunção⁷.

(26a) **o-mo-nohok* *awa* *kyhàhàm* [*kuzà* *ø-puhuz-haw* *ø-pe*]
 3-CAUS-partir homem corda mulher C-pesado-NOML C-por
 “*O homem partiu a corda por causa do peso da mulher.”

(26b) *w-ero-mo-nohok* *awa* *kyhàhàm* [*kuzà* *ø-puhuz-haw* *ø-pe*]
 3-APPL-CAUS-partir homem corda mulher C-pesado-NOML C-por
 “Partiu-se a corda com o homem por causa do peso da mulher.”

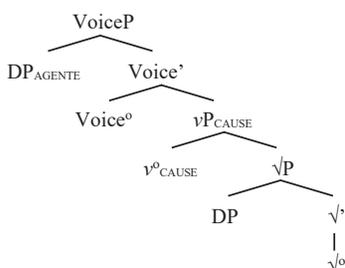
Veja, mais precisamente, que o adjunto adverbial *kuzà puhuzhaw pe* “pelo peso da mulher” só pode se adjungir a construções que denotam uma leitura causativa e que não tenham introduzido o argumento externo agente/causador, como ocorre em (26b). Caso a construção já tenha um argumento externo agente, como (26a), é impossível que o evento da causação emergja por meio de adjunção. Ademais, exemplos como (26b) reforçam a argumentação de que o prefixo {*eru-*}, de fato, não corresponde a uma causativo sociativo, nos termos de Shibatani e Pardeshi (2002).

De acordo com Camargos (2013), exemplos como (26b) só são possíveis devido aos parâmetros selecionados pela língua Tenetehára. O autor propõe que os núcleos VoiceP e vP_{CAUSE} são projetados de forma cindida. Por isso, é possível que haja construções causativas sem a introdução de argumento externo agente, conforme a estrutura configuracional apresentada em (27b).

⁷ O exemplo em (26a) pode ser parafraseado da seguinte maneira: “*O homem foi o agente do evento peso da mulher que causou o rompimento da corda”. O exemplo (26b), por sua vez, pode ser interpretado da seguinte forma: “O peso da mulher é o evento que causou o rompimento da corda com o homem”.

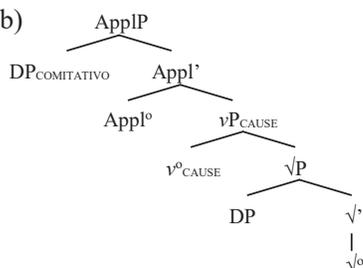
Sujeito Agente:

(27a)



Sujeito Comitativo:

(27b)



O que essas duas estruturas arbóreas mostram é a similaridade que o aplicativo alto em Tenetehára tem com a projeção VoiceP, na medida em que esses dois núcleos são capazes de se combinar com vP_{CAUSE} . Por essa razão, o participante adicional se relaciona com o evento da causação introduzido por vP_{CAUSE} , situação na qual o papel temático que o argumento adicional ostenta é definido. Contudo, diferentemente do que ocorre em outras línguas (cf. Pylkkänen, 2002; Cuervo, 2003; Torres Morais, 2006; McGinnis, 2001, 2004), a projeção VoiceP em Tenetehára é aparentemente incapaz de se combinar com ApplP, razão pela qual um objeto aplicado não é licenciado em construções transitivas, conforme os exemplos agramaticais a seguir:

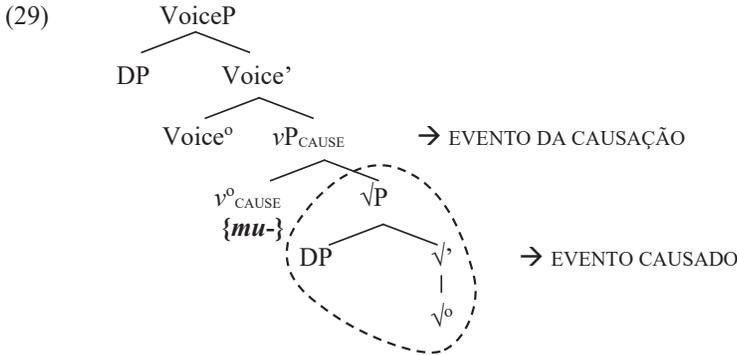
(28a) **w-eru-zuhaw* *awa* *ywyrá* *kwarer* *a'e*
3-APPL-derrubar homem árvore menino ele
“O homem derrubou a árvore com o menino.”

(28b) **w-ero-mo-nohok* *awa* *kyhàhàm* *kuzà* *a'e*
3-APPL-CAUS-partir homem corda mulher ele
“O homem partiu a corda com a mulher.”

Na próxima seção, investigarei o estatuto gramatical do morfema causativo {*mu-*} quanto as suas propriedades selecionais. Mostrarei, mais precisamente, que esse morfema se junta, em termos de categoria sintagmática, a uma raiz $\sqrt{\quad}$. Para isso, será apresentada uma série de testes morfossintáticos e semânticos.

5 PARÂMETRO SELEÇÃO CATEGORIAL DE v^0_{CAUSE}

O objetivo desta seção é apresentar evidências empíricas a favor da hipótese de que o morfema $\{mu-\}$ é a realização do núcleo causativo v^0_{CAUSE} o qual seleciona uma raiz $\sqrt{\quad}$ como seu complemento imediato. Minha proposta é a de que a estrutura configuracional que representa a configuração dos verbos transitivos causativos em Tenetehára é a seguinte.



Minha proposta, com base em Parsons (1990) e Pyllkkänen (2002, 2008), é que há uma relação entre dois eventos nas construções causativas com o morfema $\{mu-\}$ em Tenetehára. Dessa maneira, o evento da causação é um evento implícito que desencadeia o evento causado. Ao passo que o evento da causação é introduzido pelo núcleo de vP_{CAUSE} , o evento causado corresponde ao complemento de v^0_{CAUSE} , como mostra a configuração arbórea acima. O que faz da língua Tenetehára um caso excepcional, quando a comparamos com o japonês e o finlandês, é que a relação entre esses dois eventos é direta e não indireta (cf. Whaley, 1997), como vimos na seção 3. A consequência imediata é que, embora resulte em estruturas bieventivas, o causativo $\{mu-\}$ apresenta propriedades morfossintáticas mono-oracionais. Veja que essa proposta se distancia substancialmente de Doron (1999), uma vez que esta autora nega, nos contextos de construções causativas, a existência de dois eventos e relaciona o argumento externo diretamente com o evento causado por meio do papel temático de causador.

Para fundamentar a hipótese de que o morfema $\{mu-\}$ de fato seleciona uma raiz $\sqrt{\quad}$, aplicarei na língua Tenetehára os diagnósticos relacionados no quadro abaixo, os quais são inspirados em Pyllkkänen (2002, 2008), Schäfer (2008) e Blanco (2010).

Quadro 2 – Diagnósticos para causativos que selecionam uma raiz \checkmark

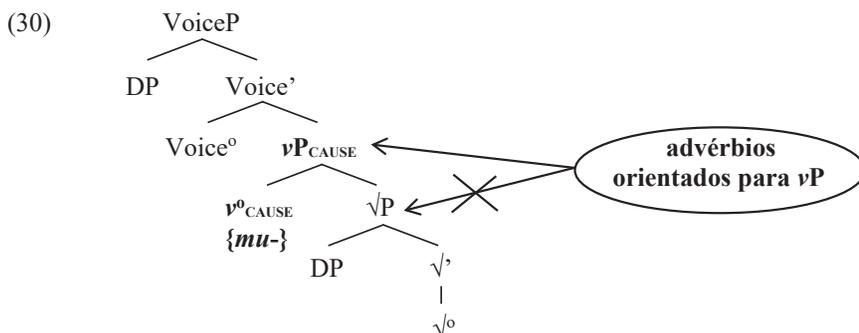
Diagnósticos	Seleção de raiz \checkmark
a. Permite modificação adverbial de νP abaixo de ν^o_{CAUSE} ?	Não
b. Permite morfologia verbal intervindo entre ν^o_{CAUSE} e a raiz \checkmark ?	Não
c. Permite modificação adverbial orientada para agente abaixo de ν^o_{CAUSE} ?	Não
d. Permite morfologia de aplicativo alto entre ν^o_{CAUSE} e a raiz \checkmark ?	Não
e. Permite causativização de inergativos e transitivos?	Não

Fonte: Adaptado de Pylkkänen (2002, 2008), Schäfer (2008) e Blanco (2011)

Começo com o primeiro teste, o qual mostra que a causação com o morfema $\{mu-\}$ não permite modificação adverbial de νP abaixo de ν^o_{CAUSE} .

5.1 Modificação de νP abaixo de ν^o_{CAUSE}

Para Pylkkänen (2002, 2008), o evento causado só pode ser modificado por advérbio orientado para νP , se e somente se, o complemento de ν^o_{CAUSE} for um νP (i.e. sem argumento externo) ou um νP fásico (i.e. com argumento externo). Visto que nossa proposta se sustenta no fato de que o morfema $\{mu-\}$ seleciona como complemento uma raiz \checkmark , os advérbios orientados para νP só podem ter escopo sobre próprio νP_{CAUSE} , conforme a estrutura abaixo:



Note que é impossível que haja advérbios modificadores de νP com escopo abaixo de ν^o_{CAUSE} , uma vez que o núcleo ν^o_{CAUSE} seleciona uma raiz \checkmark como seu complemento. Logo, sentenças com o causativo direto $\{mu-\}$ não

serão ambíguas quanto ao uso desses advérbios. Nas próximas duas subseções, apresento dados que sustentam essa hipótese.

5.1.1 Advérbio de modo

O causativo {*mu-*} em Tenetehára realiza um núcleo v^0_{CAUSE} que seleciona como complemento uma raiz $\sqrt{\quad}$. A consequência disso é que o advérbio *meweharupi* “lentamente”, que é um advérbio orientado para vP^9 , no exemplo abaixo, tem escopo obrigatório sobre o evento da causação e não sobre o evento causado.

- (31a) *meweharupi* *u-mu-ata* *awa* *kwarer* *a'e*
 lentamente 3-CAUS-andar homem menino ele
 “O homem andou lentamente o menino.” (falso se a ação do homem não foi lenta)

Note que esse advérbio não pode ter escopo apenas sobre o evento causado “o menino andou”, o qual é o complemento do núcleo v^0_{CAUSE} . Na verdade, o advérbio de modo em Tenetehára deve ter escopo sobre o evento da causação (i.e. ação executada pelo DP *awa* “o homem”), o qual incide diretamente sobre o evento causado.

Semelhantemente ao que ocorre em (31a), no exemplo (31b), o advérbio *na'aritykahy* “rapidamente” também não pode ter escopo sobre o evento causado, mas sim sobre o evento realizado pelo DP sujeito.

- (31b) *na'aritykahy* *u-mu-zerew* *awa* *zawar* *a'e*
 rapidamente 3-CAUS-deitar.se homem cachorro ele
 “O homem deitou rapidamente o cachorro.” (falso se a ação do homem não foi rápida)

⁸ O advérbio *meweharupi* “lentamente” possui a seguinte derivação morfológica:

(i) *mewe-ha(w)* *r-upi*
 lento-NOML C-com
 “lentamente”

⁹ A fim de demonstrar que o advérbio *meweharupi* “lentamente” de fato tem escopo sobre um vP , o qual não introduz argumento externo agente, veja que, no exemplo abaixo, o único argumento da predicação é o DP *ka'a* “folha”, o qual não é introduzido pelo núcleo de VoiceP, uma vez que não exerce a função semântica de agente.

(i) *meweharupi* *u-'ar* *ka'a* *wâ*
 lentamente 3-cair folha PL
 “As folhas caíram lentamente.”

Note que, em (31b), o advérbio *na'aritykahy* “rapidamente” não pode ter escopo sobre o evento causado (i.e. sobre o evento “o cachorro deitou”), uma vez que v^o_{CAUSE} seleciona uma raiz $\sqrt{\quad}$ e não um vP . Esse advérbio de modo tem escopo sobre todo o predicado, inclusive sobre a ação do homem. Mais precisamente, o evento descrito em (31b) não é uma situação na qual o cachorro seja impelido pelo homem a realizar a ação independentemente da do homem.

Além do mais, a sentença (31b) é falsa se o advérbio não se referir ao evento desencadeado pelo DP *awa* “o homem”. Se o causativo $\{mu-\}$ selecionasse um vP , seria totalmente possível que o advérbio *na'aritykahy* “rapidamente” tivesse escopo apenas sobre o evento causado, situação impossível em Tenetehára.

De modo geral, essa é uma evidência de que o núcleo v^o_{CAUSE} , quando instanciado pelo morfema $\{mu-\}$, não seleciona um vP nem um vP fásico. Se assim fosse, seria totalmente possível distinguir uma interpretação semântica em que os advérbios *meweharupi* “lentamente” e *na'aritykahy* “rapidamente” tivessem escopo apenas sobre o complemento de v^o_{CAUSE} (i.e. evento causado). Como foi visto, tal interpretação semântica não é possível.

5.1.2 Advérbio de lugar

Assim como os advérbios de modo, os advérbios de lugar também não têm escopo sobre raiz $\sqrt{\quad}$, mas sim sobre vPs ¹⁰. Veja que, no exemplo a seguir, o advérbio de lugar em Tenetehára deve ter escopo sobre toda a predicação, inclusive sobre o evento da causação, o qual é engatilhado pelo DP *awa* “o homem”.

- (32) *u-mu-kuhem* *awa* *kwarer* *ka'a* \emptyset -*pe* *a'e*
 3-CAUS-gemer homem menino mata C-em ele
 “O homem assustou o menino na mata.” (falso se o homem não estiver na mata)

¹⁰ Veja que, no exemplo abaixo, o advérbio de lugar *tàpuz me* “na casa” tem escopo sobre um vP , o qual não introduz argumento externo agente. Dessa forma, veja que os advérbios de modo em Tenetehára tem escopo sobre vP e não sobre vP fásico.

⁽ⁱ⁾ *u-pyta temi'u* *tàpuz* \emptyset -*me* *a'e*
 3-ficar comida casa C-em ela
 “O alimento ficou na casa.”

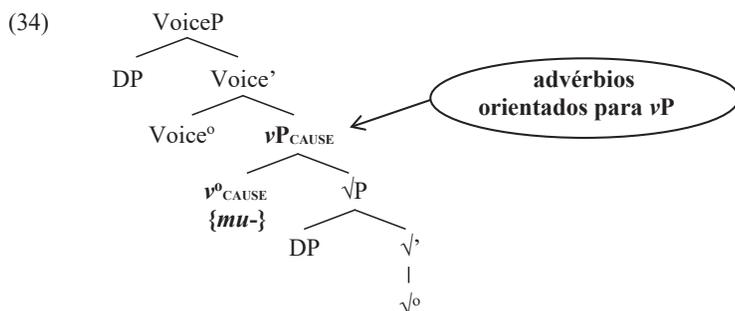
Para uma melhor compreensão do exemplo (32), observe que, em termos pragmáticos, o homem e o menino estavam andando pela mata, quando de repente o homem o assusta (i.e. causativo direto). Assim, essa sentença é falsa se o advérbio não tiver como escopo a ação do homem sobre o menino. Isto mostra que o causativo {*mu-*} em Tenetehára não seleciona como complemento um *vP* ou *vP* fásico, mas sim uma raiz $\sqrt{\quad}$.

Adicionalmente, no exemplo (33), o advérbio de lugar *yrykaw pe* “no riacho” também não pode ter escopo apenas sobre o evento causado, mas sim sobre evento da causação, que opera diretamente sobre o evento causado.

- (33) *u-mu-zahak* *awa* *kwarer* *yrykaw* *ø-pe* *a'e*
 3-CAUS-banhar homem menino riacho C-em ele
 “O homem banhou o menino no riacho.” (falso se o homem não estiver no riacho)

A estrutura bieventiva acima não é uma situação na qual o menino seja levado pelo homem a realizar a ação de banhar-se de forma independente. Ao contrário, as ações do sujeito agente (causador) tem impacto imediato sobre o participante causado (i.e. o DP *kwarer* “o menino”).

Com essas considerações, concluo, portanto, que os advérbios de modo e de lugar agregam um forte argumento a favor da hipótese de que o morfema causativo {*mu-*} realmente seleciona como complemento uma raiz $\sqrt{\quad}$, conforme a estrutura configuracional repetida abaixo:

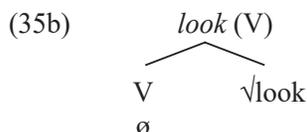
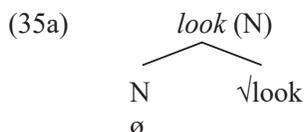


Na próxima subseção, apresento outro diagnóstico a favor da hipótese delineada nesta seção.

5.2 Morfologia verbal entre v^{CAUSE} e a raiz $\sqrt{\quad}$

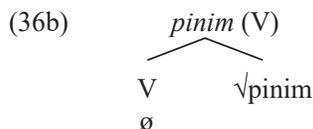
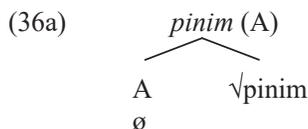
Segundo Pylkkänen (2002, 2008), o que entra na sintaxe são (i) raízes categoricamente neutras e (ii) núcleos funcionais categoricamente definidos (por exemplo: V deriva verbos, N produz nomes, A gera adjetivos, etc.). Desse modo, segundo a autora, o nome *look* “o olhar” e o verbo *look* “olhar”, em inglês, são tratados da seguinte maneira: há apenas uma raiz $\sqrt{\quad}$, mas dois núcleos funcionais distintos, a saber: N e V, respectivamente. Consta-se que, nas estruturas em (35), retiradas de Pylkkänen (2002, p. 94), os núcleos funcionais em inglês são fonologicamente indistinguíveis (i.e. nulos $\{\emptyset\}$).

Formação de nome (N) e verbo (V) em inglês:



Os dados colhidos até o momento demonstram que um padrão semelhante também ocorre na língua Tenetehára. Note que, no exemplo abaixo, há apenas uma raiz $\sqrt{\quad}$, a saber: *pinim*. Essa raiz $\sqrt{\quad}$ pode ser selecionada por dois núcleos funcionais não realizados fonologicamente. Mais precisamente, essa seleção gera o adjetivo *pinim* “pintado” em (36a) e o verbo *pinim* “ser pintado” em (36b).

Formação de adjetivo (A) e verbo (V) em Tenetehára:



O que me permite propor e fundamentar o contraste das configurações em (36) são os dados abaixo. Veja que, em (37a), temos a raiz *pinim* “pintado” atuando como um adjetivo, enquanto, em (37b), essa mesma raiz $\sqrt{\quad}$ funde-se a um núcleo de natureza verbal.

Adjetivo (A) em Tenetehára:

- (37a) *zàwàruhu pinim*
onça pintado
“Onça pintada.”

Verbo descritivo (V) em Tenetehára:

- (37b) *zàwàruhu i-pinim*
onça 3-pintado
“A onça é pintada.”

Vale ressaltar que o prefixo {*i-*} em (37b) não é a realização morfológica de um verbalizador na língua, mas equivale ao prefixo de pessoa que sinaliza a concordância do verbo com o sujeito da sentença. Note que esse prefixo de concordância não é engatilhado no exemplo (37a), uma vez que esse núcleo não é um verbo deadjetival, mas sim um núcleo adjetival.

Apesar de não existir morfologia de verbalização em Tenetehára que possa detectar se é possível ou não haver morfologia entre o núcleo v°_{CAUSE} e a raiz $\sqrt{\quad}$, temos de averiguar se outros morfemas verbais podem intervir entre esse núcleo e essa raiz. Os dados colhidos até o momento apontam para o fato de que o morfema reflexivo {*ze-*}, por exemplo, deve figurar antes do núcleo causativo {*mu-*} e da raiz $\sqrt{\quad}$, conforme os exemplos a seguir:

- (38a) *i-pinim kwarer zany paw ø-pupe a'e*
3-pintado menino jenipapo C-com ele
“O menino está pintado com jenipapo.”

- (38b) *u-mu-pinim awa kwarer zany paw ø-pupe a'e*
3-CAUS-pintado homem menino jenipapo C-com ele
“O homem pintou o menino com jenipapo.”

- (38c) *u-ze-mu-pinim awa zany paw ø-pupe a'e*
3-REFL-CAUS-pintado homem jenipapo C-com ele
“O homem se pintou com jenipapo.”

Caso o morfema reflexivo {ze-} intervenha entre o morfema causativo {mu-} e a raiz *pinim* “pintado”, a sentença torna-se agramatical, conforme se vê pelo exemplo (38d).

(38d)	<i>*u-mu-ze-pinim</i>	<i>kwarer</i>	<i>zany paw</i>	<i>ø-pupe</i>	<i>a'e</i>
	3-CAUS-REFL-pintado	menino	jenipapo	C-com	ele

A agramaticalidade de (38d) acima sinaliza para o fato de que o único ordenamento possível é aquele em que o morfema causativo figure sempre após o morfema reflexivo e mais próximo à raiz, nunca o contrário. A mesma situação se observa com o verbo *zuka* “matar”, já que o reflexivo {ze-} não pode intervir entre o prefixo causativo {mu-} e a raiz √. Se isso ocorrer, o resultado é uma sentença agramatical, como em (39c).

(39a)	<i>u-zuka</i>	<i>kuzà</i>	<i>zapukaz</i>	<i>a'e</i>
	3-matar	mulher	galinha	ela
	“A mulher matou a galinha.”			

(39b)	<i>u-ze-zuka</i>	<i>kuzà</i>	<i>a'e</i>
	3-REFL-matar	mulher	ela
	“A mulher se matou.”		

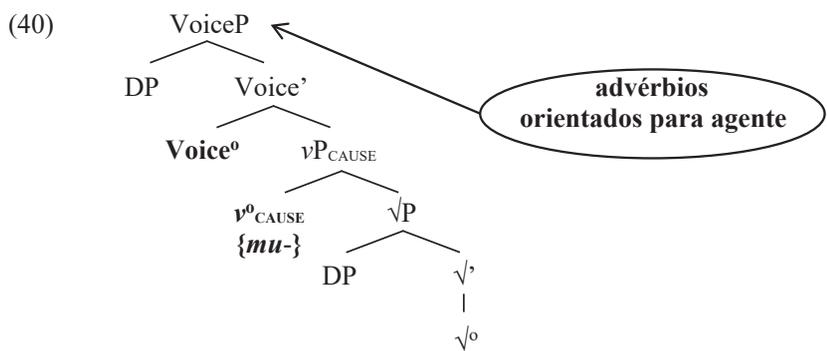
(39c)	<i>*u-mu-ze-zuka</i>	<i>kuzà</i>	<i>(awa</i>	<i>(ø-pe))</i>	<i>a'e</i>
	3-CAUS-REFL-matar	mulher	homem	C-por	ela

Em suma, as restrições de ordenamento dos afixos reflexivo e causativo favorece a proposta de que o morfema {mu-} realmente seleciona apenas uma raiz √. Na seção seguinte, forneço mais evidências a favor dessa hipótese.

5.3 Modificação orientada para agente abaixo de v^0_{CAUSE}

De acordo com Pylkkänen (2002, 2008), a modificação de evento causado por meio de advérbios orientados para agente somente é possível em contexto no qual o núcleo v^0_{CAUSE} seleciona um vP fásico, uma vez que esse complemento contém um argumento externo agente. Estruturas desse tipo permitem uma leitura ambígua, já que há duas posições sintáticas capazes de

receber modificadores orientados para agente: o VoiceP mais alto e o VoiceP mais baixo. Já nos contextos em que v^o_{CAUSE} seleciona uma raiz $\sqrt{\quad}$, é impossível haver ambiguidade, visto que modificadores adverbiais orientados para agente podem manter escopo apenas sobre o argumento introduzido por Voice^o que é projetado acima v^o_{CAUSE} . Neste tipo de estrutura, o complemento de v^o_{CAUSE} (i.e. o evento causado) não projeta argumento externo agente. Assim, não há como advérbios orientados para agente se adjunirem a \sqrt{P} , conforme demonstra a configuração a seguir:



Línguas cujo núcleo v^o_{CAUSE} seleciona um vP ou uma raiz $\sqrt{\quad}$ só podem exibir ambiguidade caso o modificador seja orientado, respectivamente, para vP , como em (41), retirado de Pylkkänen (2002, p. 106), ou orientado para raiz $\sqrt{\quad}$, como em (42), extraído de Pylkkänen (2002, p. 101).

Finlandês: o núcleo v^o_{cause} seleciona um vP :

- (41) *opettaja laula-tti kuoro-a kauniisti*
 professor cantar-CAUS coro-PART lindamente
 “O professor fez o coro CANTAR LINDAMENTE.” (a ação do professor não precisa ser linda)

Inglês: o núcleo v^o_{cause} seleciona uma raiz $\sqrt{\quad}$:

- (42a) *John partly closed the door.*
 (42b) *Roger half filled the glass.*
 (42c) *Nicolas mostly filled the glass.* (Tenny, 2000, p. 304)

Os dados do Tenetehára demonstram que o prefixo causativo {*mu-*} seleciona apenas raiz $\sqrt{\quad}$, como no inglês em (42). Assim, o advérbio orientado para agente *hameteharomo*¹¹ “com dedicação” não pode ter escopo sobre o argumento do evento causado, mas somente sobre o argumento introduzido pelo núcleo VoiceP, acima de v^0_{CAUSE} . Isso fica particularmente evidenciado pelas interpretações apuradas abaixo.

- (43) *u-mu-zahak* *kuzà* *kwarer* *hameteharomo* *a'e*
 3-CAUS-banhar.se mulher menino com.dedicação ela
 (i) “A mulher, com dedicação, banhou o menino.”
 (ii) * “A mulher banhou O MENINO COM DEDICAÇÃO.”

No exemplo (43), o advérbio *hameteharomo* “com dedicação” tem como referência o argumento externo *kuzà* “a mulher”, projetado acima de v^0_{CAUSE} , conforme a interpretação em (i). Caso esse advérbio tenha referência sobre o argumento interno, o qual é projetado abaixo de v^0_{CAUSE} , a sentença torna-se agramatical, conforme a leitura em (ii).

O fato de a interpretação (ii) do exemplo (43) não ser possível constitui um forte argumento adicional a favor da hipótese de que o morfema causativo {*mu-*} realmente não seleciona como complemento um vP fásico. Mais especificamente, não há a projeção de um argumento externo agente abaixo do núcleo que hospeda o morfema causativo {*mu-*}.

A subseção seguinte fornece outro diagnóstico de que o morfema {*mu-*} seleciona exclusivamente uma raiz $\sqrt{\quad}$, a saber: não pode haver morfologia de aplicativo alto entre o morfema causativo e a raiz $\sqrt{\quad}$.

5.4 Morfologia de aplicativo alto entre v^0_{CAUSE} e a raiz $\sqrt{\quad}$

Conforme Pykkänen (2002, 2008), línguas que possuem um núcleo v^0_{CAUSE} capaz de selecionar vP fásico permitem a realização de morfologia de aplicativo alto entre v^0_{CAUSE} e a raiz $\sqrt{\quad}$. Isso se confirma em línguas como Venda

¹¹ O advérbio *hameteharomo* “com dedicação” possui a seguinte derivação morfológica:

(i) *hamete-ha(r)* *romo*
 verdade-NOML ASSOC
 “com dedicação”

e Luganda, uma vez que o morfema aplicativo pode intervir entre o núcleo causativo e a raiz $\sqrt{\quad}$, como pode ser notado nos exemplos abaixo, extraídos de Pylkkänen (2002, p. 108).

Luganda:

- (44) *-tshimbila-e-dz-a*
 andar-APPL-CAUS-RADIC
 “fazer [andar por]”

Venda:

- (45) *-tambul-i-z-a*
 andar-APPL-CAUS-RADIC
 “fazer [andar por]”

Contudo, quando o núcleo v°_{CAUSE} seleciona apenas uma raiz $\sqrt{\quad}$, não pode haver uma situação em que morfemas de aplicativo alto intervenham entre o núcleo causativo e a raiz $\sqrt{\quad}$. Essa restrição se confirma em Tenetehára, já que o morfema aplicativo alto $\{eru-\}$ de fato não pode figurar entre v°_{CAUSE} , o qual é instanciado pelo morfema $\{mu-\}$, e a raiz $\sqrt{\quad}$, conforme atesta a agramaticalidade dos exemplos em (c) abaixo.

- (46a) *u-mu-ata* *awa* *kwarer* *a'e*
 3-CAUS-andar homem menino ele
 “O homem andou o menino.”

- (46b) *w-eru-ata* *awa* *kwarer* *a'e*
 3-APPL-andar homem menino ele
 “O homem andou com o menino.”

- (46c) **u-mu-eru-ata* *awa* (*kwarer* (*ø-pe*)) *a'e*
 3-CAUS-APPL-andar homem menino C-por ele

(47a) *u-mu-hem* *awa* *kwarer* *tàpuz* *ø-wi* *a'e*
 3-CAUS-sair homem menino casa C-de ele
 “O homem tirou o menino da casa.”

(47b) *w-eru-hem* *awa* *kwarer* *tàpuz* *ø-wi* *a'e*
 3-APPL-sair homem menino casa C-de ele
 “O homem saiu da casa com o menino.”

(47c) **u-mu-eru-hem* *awa* (*kwarer* (*ø-pe*)) *a'e*
 3-CAUS-APPL-sair homem menino C-por ele

Se o morfema {*mu-*} selecionasse como complemento um *vP* fásico, dados como (46c) e (47c) seriam gramaticais na língua. Todavia, não é o que pode ser visto acima. Diante disso, a impossibilidade do morfema aplicativo {*eru-*} intervir entre o morfema causativo {*mu-*} e a raiz $\sqrt{\quad}$ serve como diagnóstico a favor da hipótese de que o núcleo v^o_{CAUSE} não seleciona como complemento um *vP* fásico.

5.5 Causativização de verbos transitivos e inergativos

O morfema causativo {*mu-*}, em Tenetehára, é incapaz de afixar-se a bases que sejam estruturalmente transitivas ou inergativas, uma vez que estas duas configurações projetam argumento externo agente, o qual é licenciado pelo núcleo de VoiceP. Veja a causativização de um verbo transitivo a seguir:

(48a) *u-zuka* *kuzà* *zapukaz* *a'e*
 3-matar mulher galinha ela
 “A mulher matou a galinha.”

(48b) **u-mu-zuka* *awa* *zapukaz* (*kuzà* *ø-pe*) *a'e*
 3-CAUS-matar homem galinha mulher C-por ele

Note que, em (48a), o verbo *zuka* “matar” projeta dois argumentos nucleares: o DP agente *kuzà* “mulher”, cuja função é a de sujeito, e o DP *zapukaz* “galinha” que figura na posição sintática de objeto. Em (48b), todavia, o dado se torna agramatical, visto que o prefixo {*mu-*} não pode causativizar estruturas

que projetem argumento externo agente. Para que o verbo *zuka* “matar” seja causativizado, é necessário que a base transitiva *zuka* “matar” receba o morfema causativo {-kar} e não o morfema {mu-}, conforme o exemplo abaixo:

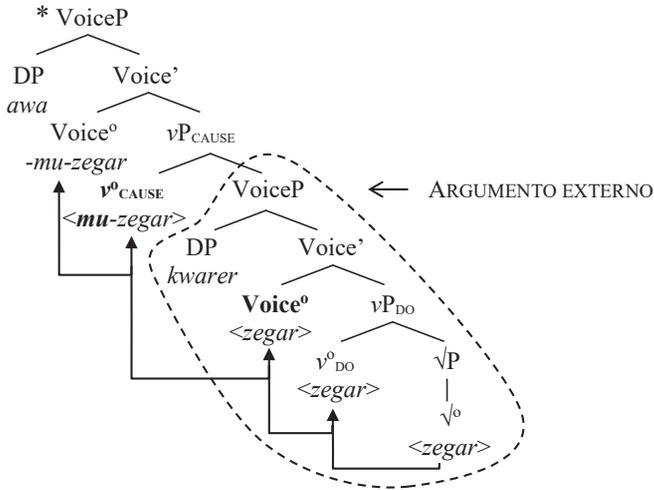
- (48c) *u-zuka-kar* *awa* *zapukaz* *kuzà* *ø-pe* *a'e*
 3-matar-CAUS homem galinha mulher C-por ele
 “O homem fez a mulher matar a galinha.”

Paralelamente ao que ocorre com os verbos transitivos, os verbos es-
 tritamente inergativos também não podem ser causativizados com o morfema
 causativo {mu-}, conforme o exemplo abaixo:

- (49a) *u-zegar* *kwarer* *a'e*
 3-cantar menino ele
 “O menino cantou.”
- (49b) **u-mu-zegar* *awa* *kwarer* *a'e*
 3-CAUS-cantar homem menino ele
 “O homem fez o menino cantar.”

Observe que o verbo *zegar* “cantar”, em (49a), o qual projeta o DP agente *kwarer* “o menino”, argumento que exerce a função sintática de sujeito, não pode receber o morfema causativo {mu-}, como em (49b). Mais precisamente, verbos inergativos tais como *zegar* “cantar” obstam a causativização direta, já que as ações de um suposto DP agente (causador) não pode ter impacto imediato sobre o evento causado. Note que, na estrutura configuracional abaixo, o evento causado (i.e. o complemento de v^o_{CAUSE}) possui na sua configuração interna a projeção de VoiceP, cuja função é introduzir um argumento agente. O fato de esse verbo inergativo projetar tal argumento agente inviabiliza a causativização por meio do morfema causativo {mu-}. Assim, esse processo não converge, conforme a estrutura a seguir:

(50)



Para que o verbo *zegar* “cantar” seja causativizado, é necessário que a base inergativa seja inicialmente transitivizada pelo causativo {*mu-*}, só depois é possível a causativização do verbo transitivo *-mu-zegar* pelo morfema causativo {*-kar*}. Vale ressaltar que o sufixo {*-kar*} tem a função de causativizar um evento de forma indireta, conforme exemplo abaixo:

- (51) *u-mu-zegar-kar* *awa* *kwarer* *a'e*
3-CAUS-cantar-CAUS homem menino ele
“O homem fez o menino cantar.”

O curioso é que alguns verbos inergativos em Tenetehára podem ser causativizados pelo morfema {*mu-*}, o que, sem a análise que será desenvolvida nas próximas linhas, contraria a proposta acima. Veja os exemplos abaixo.

- (52a) *w-ata* *kwarer* *a'e*
3-andar menino ele
“O menino andou.”

- (52b) *u-mu-ata* *awa* *kwarer* *a'e*
3-CAUS-andar homem menino ele
“O homem andou o menino.”

(53a) *u-zahak kwarer a'e*
 3-banhar menino ele
 “O menino tomou banho.”

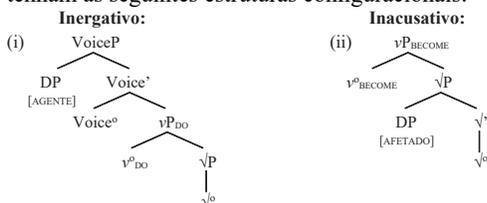
(53b) *u-mu-zahak kuzà kwarer a'e*
 3-CAUS-banhar mulher menino ela
 “A mulher deu banho no menino.”

Pode-se notar que, em (52a) e (53a), há dois verbos inergativos, *ata* “andar” e *zahak* “banhar”, os quais introduzem o DP sujeito *kwarer* “o menino” com a função semântica de agente. No entanto, quando examinamos criteriosamente o processo de causativização desses verbos apresentados em (52b) e (53b), nota-se que o DP sujeito passa a ocupar a posição sintática de objeto com a função semântica de afetado, ao passo que um novo argumento é inserido com a propriedade semântica de agente.

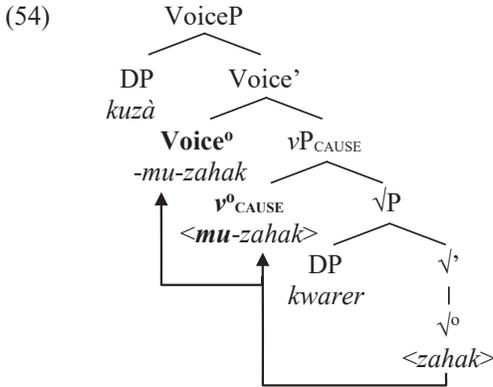
Mais precisamente, o DP *kwarer* “o menino”, tanto em (52a) quanto em (53a), recebe a propriedade semântica de agente. Logo, por ser um argumento externo, deve ser introduzido por VoiceP. No entanto, esse mesmo argumento, quando passa a exercer a função sintática de objeto, recebe o papel temático de afetado. Desse modo, não deve ser introduzido por VoiceP, uma vez que é um argumento interno e não externo.

Defendo que, apesar de os exemplos em (a) acima serem de verbos inergativos, quando são causativizados, eles se comportam sintaticamente como verbos inacusativos¹², conforme a derivação do exemplo (53b) proposta a seguir:

¹² Com base nos trabalhos de Hale e Keyser (1993, 2002), Pylkkänen (2002, 2008), Harley (1995, 2008) e Kratzer (1994, 1996), proponho que os verbos inergativos e inacusativos tenham as seguintes estruturas configuracionais:



Assumo que a raiz do verbo inergativo em (i) não projeta argumento interno. Ademais, essa raiz, ao se incorporar no núcleo v°_{DO} , permite que VoiceP seja projetado a fim de introduzir



Observe que, ao comparar as estruturas presentes em (50) e (54), pode-se notar que em (50) a raiz do verbo inergativo *zegar* “cantar” é incapaz de introduzir um argumento interno. Ademais, essa raiz se incorpora ao núcleo v°_{DO} e, posteriormente, projeta VoiceP, a fim de que um argumento externo agente seja introduzido na estrutura argumental. A consequência direta é que o causativo {*mu-*} não pode causativizar esse tipo de estrutura, uma vez que esta estrutura corresponde a um vP fásico. Na configuração em (54), no entanto, o verbo inergativo *zahak* “banhar” comporta-se como verbo inacusativo, uma vez que a raiz *zahak* “banhar” introduz um argumento interno com a função semântica de afetado¹³. Por se comportar como inacusativo, este verbo, além

o argumento externo agente. Veja que essa análise incorpora essencialmente as propostas de Hale e Keyser (1993), segundo a qual os verbos inergativos são formados a partir da incorporação de uma raiz nominal ao núcleo verbal, e de Kratzer (1994, 1996), segundo a qual o argumento externo agente, por não pertencer a grade temática do verbo, deve ser introduzido por um núcleo independente de vP , a saber: VoiceP. Por sua vez, adoto a estrutura (ii), retirada de Harley (2008, p. 39), como a configuração dos verbos inacusativos. Note que essa raiz inacusativa pode projetar um argumento interno com a função semântica de afetado (ou objeto estativo). Além disso, essa raiz se incorpora ao núcleo v°_{BECOME} , o qual foi proposto por Harley (1995) e Marantz (1997), a fim de diferenciar esse núcleo do núcleo causativo v°_{CAUSE} . Segundo esses autores, esse núcleo está presente em construções incoativas, mas não projeta argumento externo. A meu ver, v°_{BECOME} é o núcleo responsável pela denotação da forma incoativo-intransitivo, nos termos de Parsons (1990) e Hale e Keyser (1993).

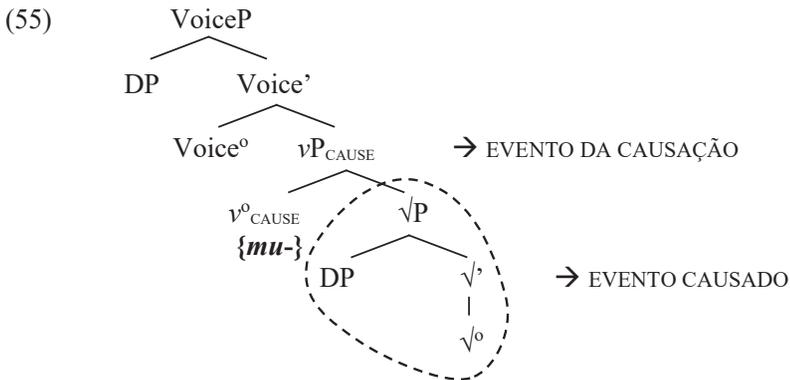
¹³ Levanto como solução a hipótese de que os verbos inergativos em Tenetehará se subdividem em dois subgrupos, a saber: (i) os que podem ser causativizados com o morfema {*mu-*} e (ii) os que não podem ser causativizados com o morfema {*mu-*}. No primeiro caso, quando são submetidos ao processo de causativização, esses verbos se comportam necessariamente como verbos inacusativos, uma vez que seu argumento interno recebe o papel temático de afetado. No segundo caso, os verbos são incapazes de licenciar um argumento afetado, uma vez que a raiz dessa subclasse de verbos inergativos não introduz argumento interno. Diante

de não projetar um VoiceP, permite a causativização por meio do morfema {*mu-*}, como mostra a configuração em (54).

Em suma, tendo em vista a agramaticalidade dos exemplos acima, assumo que, parametricamente, o morfema {*mu-*} em Tenetehára não pode selecionar como complemento um vP fásico (i.e. um vP que introduz um argumento externo). Se o morfema {*mu-*} em Tenetehára fosse capaz de selecionar vP fásico, esperaríamos que dados como (48b) e (49b), por exemplo, fossem gramaticais, uma vez que o evento causado projetaria argumento externo agente. Situação impossível na língua em análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da proposta teórica de Parsons (1990), Kratzer (1994, 1996), Doron (1999), Pylkkänen (2002, 2008), Schäfer (2008) e Blanco (2011), este trabalho teve por objetivo investigar o estatuto gramatical do morfema causativo {*mu-*} na língua Tenetehára. Com base no inventário de diagnósticos discutidos neste trabalho, propus que os verbos transitivos causativos em Tenetehára devem apresentar a seguinte estrutura configuracional.



Assumi que a introdução de argumento externo agente não é uma propriedade inerente ao processo de causativização engatilhado pelo mor-

desse contexto, postulo essas duas subclasses devido às propriedades da raiz, nos termos de Alexiadou (2001). Trabalhos futuros deverão investigar mais detalhadamente o processo de causativização desses verbos inergativos na língua Tenetehára.

fema {*mu-*}, o que mostra que essa língua pertence ao conjunto de línguas naturais que projeta os núcleos de VoiceP e de vP_{CAUSE} de forma cindida e não sincrética. Para isso, apresentei construções em que, embora esteja presente a morfologia causativa, nenhum argumento externo agente/causador é introduzido na grade temática do verbo. Propus ainda que, apesar de esse causativo apresentar propriedades semânticas de causativo direto, os verbos transitivos causativos em Tenetehára envolvem a realização de dois eventos, em que o evento da causação tem um impacto direto e imediato sobre o evento causado (cf. Pylkkänen, 2002, 2008). Veja que essa análise é contrária, por exemplo, à intuição de Doron (1999), segundo a qual estruturas causativas devem envolver apenas um evento. Com base ainda no modelo teórico de Pylkkänen (2002, 2008), mostrei ainda que esse morfema causativo tem a propriedade sintática de se juntar, em termos de categorias sintagmáticas, a raiz $\sqrt{\quad}$, conforme estrutura acima. Os testes aplicados mostram que de fato não há abaixo do núcleo causativo qualquer projeção verbal. Diante dessas propriedades, o que a língua Tenetehára apresenta de interessante é o fato de que os transitivos causativos, apesar de apresentam estruturas bieventivas, comportam-se com predicados mono-oracionais.

ABREVIATURAS

1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
ACC	Caso acusativo
APPL	Morfema aplicativo
C	Prefixo que marca a adjacência do complemento
CAUS	Morfema causativo
COND	Condicional
CORR	Prefixo correferencial {w- ~ o- ~ u-}
DAT:	Caso dativo
DIM:	Diminutivo
EXORT	Exortativo
IMP	Imperativo
NC	Prefixo que marca a não adjacência do complemento
NEG	Morfema de negação
NOM	Caso nominativo
PART	Caso partitivo
PASS	Morfema de passiva
PAST	Morfema de tempo passado
PL	Plural
PSP	Posposição
REFL	Prefixo reflexivo
SG	Singular

REFERÊNCIAS

ALEXIADOU, Artemis. *Functional Structure in Nominals: nominalization and ergativity*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2001.

BLANCO, Mercedes Tubino. *Causatives in Minimalism*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2011.

BRANDÃO, Ana Paula Barros. 2014. *A reference grammar of Paresi-Haliti (Arawak)*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Texas, Austin. 2014.

BRANDÃO, Ana Paula Barros. *Verb morphology in Paresi-Haliti (Arawak)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – University of Texas, Austin. 2010.

BURZIO, Luigi. *Italian syntax: A Government-Binding approach*. Dordrecht: Reidel, 1986.

CAMARGOS, Quesler Fagundes. Estruturas bieventivas em Tenetehára (Família Tupí-Guaraní): Evidência da realização dos núcleos Cause e Voice. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE LA AMÉRICA LATINA, 16., 2011, Alcalá de Henares. *Anais...* Madrid: ALFAL, 2011.

CAMARGOS, Quesler Fagundes. *Estruturas causativas em Tenetehára: uma análise minimalista*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CAMARGOS, Quesler Fagundes. O parâmetro “Agregação de Voice” e as funções de v-zinho em quatro línguas indígenas brasileiras. *Revista Lingüística*, v. 31, n. 2, 2015b, p. 111-129.

CAMARGOS, Quesler Fagundes. Processo de causativização de verbos de-adjetivais e suas consequências para o sistema de Caso em Tenetehára. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 2., 2011, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU-UFU, 2011.

CASTRO, Ricardo Campos. *Interface morfologia e sintaxe em Tenetehára*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology: syntax and morphology*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

CUERVO, Maria Christina. *Datives at large*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística), Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2003.

DIXON, R. M. W. Ergativity. *Language*, n. 55, p. 59-138, 1979.

DORON, Edit. Semitic Templates as Representations of Argument Structure. *Proceedings of the Texas Linguistic Society Conference on Perspectives on Argument Structure*. Austin: University of Texas, 1999.

DUARTE, Fábio Bonfim; CAMARGOS, Quesler Fagundes. Núcleos causativos na língua Tenetehára: natureza dos complementos selecionados por CAUSE. In: RODRIGUES, A. D.; CABRAL, A. S. A. C. *Línguas e Culturas Tupi*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2011. p. 147-162.

DUARTE, Fábio Bonfim; CASTRO, Ricardo Castro. Incorporação nominal, inergatividade e estrutura causativa em Tenetehára. In: CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D. (Org.). *Línguas e Culturas Tupi*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2010.

HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay (Org.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.

HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay. *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge: MIT Press, 2002.

HARLEY, Heidi Britton. *Subjects, events, and licensing*. 1995. 236 f. Tese (Doctor of Philosophy) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1995.

HARLEY, Heidi. On the causative construction. In: MIYAGAWA, Shigeru; MAMURO, Saito (Ed.). *The Oxford Handbook of Japanese Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 20-53.

HARRISON, Carl. The interplay of causative and desiderative in Guajajára. *Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras UFPA*, v. 4, p. 83-113, 1995.

HARRISON, Carl. Verb prominence, verb initialness, ergativity and typological disharmony in Guajajara. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (Org.). *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 407-439.

KRATZER, Angelika. Severing the External Argument from its Verb. In: ROORYCK, Johan; ZARING, Laurie (Ed.). *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.

KRATZER, Angelika. *The Event Argument and the Semantics of Voice*. Amherst: University of Massachusetts, 1994.

MARANTZ, Alec. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge: MIT Press, 1984.

MCGINNIS, Martha. *UTAH at merge: evidence from multiple applicatives*. Alberta: University of Calgary, 2004.

MCGINNIS, Martha. Variation in the phase structure of applicatives. *Linguistics Variation Yearbook*, v. 1, p. 105-146, p. 2001.

PARSONS, Terence. *Events in the Semantics of English: a study of subatomic semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990.

PERLMUTTER, David M. Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, v. 4, p. 157-189, 1978.

PRAÇA, Walkiria Neiva. *Morfossintaxe da língua Tapirapé (Família Tupí-Guaraní)*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PYLKKÄNEN, Liina. *Introducing Arguments*. 2002. 137 f. Tese (Doctor of Philosophy) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2002.

PYLKKÄNEN, Liina. *Introducing Arguments*. Cambridge: MIT Press, 2008.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A Estrutura do Tupinambá. In: CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara Cabral; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; DUARTE, Fábio Bonfim (Orgs.). *Línguas e Culturas Tupí*. Vol 2. Campinas: Curt Nimuendajú; Brasília: LALI/UnB, 2010 [1981].

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Morfologia do verbo em Tupí. *Letras*, v. 1, p. 121-152, Curitiba, 1953.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, v. 27/28, p. 33-53, 1985.

SCHÄFER, Florian. *The Syntax of (Anti-)Causatives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2008.

SHIBATANI, Masayoshi; PARDESHI, Prashant. The causative continuum. In.: SHIBATANI, Masayoshi. *The grammar of causation and interpersonal manipulation*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 85-126.

SILVA, Gino Ferreira da. *Construindo um dicionário Parakanã-Português*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SILVA, Glauber. *Morfossintaxe da língua Paresi-Haliti*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Tabita Fernandes. *História da língua Tenetehára: contribuições aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família Tupí-Guaraní do tronco Tupí*. 2010. 1145 f. Tese (Doutora em Linguística) – Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SMITH, C. S. Jespersen. “Move and Change” Class and Causative Verbs in English. In: JAZAYERY, M. A.; POLOME, E. C.; WINTER, W. (Org.). *Linguistic and Literary Studies in Honor of Archibald A. Hill*. The Hague: Mouton, 1970. p. 101-109.

SOARES, Marília Facó. Categorias funcionais e conhecimento enciclopédico ou sintaxe e significado no domínio verbal: noções aspectuais e expressão da causatividade em Ticuna. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 187-234, 2010.

SOLANO, Eliete de Jesus Bararuá. *Descrição gramatical da língua Araweté*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2009.

TENNY, Carol L. Core events and adverbial modification. In: TENNY, Carol L.; PUSTEJOVSKY, James. *Events as Grammatical Objects*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 2000.

TENNY, Carol L. Core events and adverbial modification. In: TENNY, Carol L.; PUSTEJOVSKY, James (Ed.). *Events as Grammatical Objects*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 2000.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. Argumentos dativos: um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1/2, 2006, p. 239-266.

VIEIRA, Márcia Maria Damaso. A natureza das sentenças possessivas em Mbyá-Guarani. In.: QUEIXALÓS, F. *Des noms et de verbs en Tupi-Guarani: état de la question*, Muenchen, Lincom Europa, 2001.

VIEIRA, Márcia Maria Damaso. Os núcleos aplicativos e as línguas indígenas brasileiras. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 141-164, 2010.

WHALEY, Lindsay. *Introduction to typology: the unity and diversity of language*. Newbury Park: Sage Publications, 1997.

CAPÍTULO IV

O COMPORTAMENTO DO NÚCLEO VOICE NO CURSO DA DERIVAÇÃO SINTÁTICA DE SENTENÇAS CAUSATIVAS E ANTICAUSATIVAS NA LÍNGUA TENETEHÁRA

Ana Claudia Menezes Araujo

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo¹ trata de um estudo sobre a tipologia de Voice encontrada em sentenças da língua Tenetehára, pertencente à família linguística Tupi-Guarani, tronco Tupi, que passam pela alternância causativa. Estabeleço como objetivo principal desta pesquisa analisar o comportamento sintático do núcleo Voice em estruturas causativas e anticausativas marcadas na língua Tenetehára à luz do modelo de sintaxe cíclico baseado em fases. Os dados a seguir são exemplos de sentenças causativas e anticausativas do Tenetehára:

- (1a) *a-kamik-amik* *he-paper* *ihe*
1-amassar-RED 1SG-livro 1SG (causativa)
“Eu amassei os meus livros.”
- (1b) *u-ze-kamik-amik* *he-paper* *a'e* *wà*
3-AC-amassar-RED 1SG-livro ele PL (anticausativa)
“Os meus livros (se) amassaram.”
- (2a) *heru* *u-pe'àg* *wàhu* *a'e*
meu pai 3-partir coco ele (causativa)
“Meu pai partiu o coco.”
- (2b) *u-ze-pe'àg* *wàhu* *a'e*
3-AC-partir coco ele (anticausativa)
“O coco (se) partiu.”

¹ Este trabalho integra minha pesquisa de doutorado sobre a alternância causativa em Tenetehára no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PosLin/UFMG).

- (3a) *Jessivan* *u-mo-wok* *ywyrá* *a'e*
 Jessivan 3-CAUS-rachar madeira ela (causativa)
 “Jessivan rachou a madeira.”
- (3b) *ywyrá* *u-ze-wok* *a'e*
 madeira 3-AC-rachar ela (anticausativa)
 “A madeira (se) rachou.”

Os exemplos de (1) a (3) constituem pares da alternância causativa dos verbos *kamik* “amassar”, *pe'ág* “partir” e *wok* “rachar” do Tenetehára. A alternância causativa explica a possibilidade de um verbo ocorrer em duas sentenças distintas, sendo uma transitiva e a outra intransitiva, ambas resultando na mudança de estado do argumento externo desse verbo.

As estruturas em (1a), (2a) e (3a) apresentam a versão causativa, na qual figuram os verbos transitivos, enquanto (1b), (2b) e (3b) contêm as variantes anticausativas. Como se pode observar, as sentenças anticausativas são marcadas pelo morfema anticausativo {*ze-*}, o qual é afixado aos verbos em sua forma intransitiva.

Para proceder às derivações sintáticas das estruturas causativas e anticausativas em análise, embaso-me na abordagem da Morfologia Distribuída e adoto o modelo de derivação por fases proposto por Chomsky (2001).

As hipóteses que levanto inicialmente a respeito de sentenças como as de (1) a (3) são as seguintes: i) nas sentenças causativas é licenciado um Voice fásico; ii) nas anticausativas marcadas ocorre o instanciamento de um Voice expletivo e atemático que, por sua vez, não constitui uma fase.

Essas hipóteses baseiam-se na proposta teórica de Alexiadou et al. (2015), conforme a qual a alternância causativa é uma alternância de tipos de Voice. Seus estudos foram realizados com base na investigação de causativas e anticausativas do inglês, do alemão e do grego.

Esse texto está organizado em cinco seções: na seção 2, apresento o arcabouço teórico sobre a estrutura argumental; na seção 3, discuto a sintaxe das sentenças causativas lexicais e anticausativas marcadas e não marcadas; na seção 4, apresento as derivações de sentenças causativas lexicais e anticausativas

marcadas da língua Tenetehára, seguidas da proposta teórica para essas estruturas; e por fim, na seção 5, desenvolvo conclusões parciais sobre o estudo.

2 ESCOPO TEÓRICO SOBRE A ESTRUTURA DE ARGUMENTOS

Para subsidiar os estudos sobre a estrutura argumental das sentenças que passam pelo processo de alternância causativa, utilizo o modelo gerativo da arquitetura da gramática adotada pela Morfologia Distribuída (DM).

De acordo com a Morfologia Distribuída, a sintaxe consiste em um conjunto de regras que geram estruturas sintáticas que, durante o processo da derivação, ficam sujeitas a outras operações sintáticas (como *merge* e *move*) nos níveis da PF (*Phonetic Form*) e da LF (*Logical Form*).

Carvalho (2018, p. 666), ressalta que “uma das principais características desse modelo é a assunção de que a formação de palavras não difere da formação de sentenças, já que ambas ocorrem no componente sintático e estão sujeitas às mesmas operações”. Nesse sentido, os princípios da morfologia são também, em grande parte, os princípios da sintaxe.

As unidades que passam pelas operações sintáticas são os morfemas, os quais podem ser de dois tipos: i) raízes, que não têm categoria gramatical e, por isso, não podem aparecer vazias, em virtude de estarem em um relacionamento local com um núcleo funcional; ii) morfemas abstratos, como [SG], [PL], [Pret], que são os conteúdos das categorias funcionais (v, n).

De acordo Hale e Keyser (1993, 2002), os verbos, por exemplo, são formados a partir da fusão de uma raiz ($\sqrt{\quad}$) acategorial e um núcleo sintático v^0 . Assim, essa raiz é categorizada a partir de sua combinação com esse núcleo de categorização v .

A Morfologia Distribuída adota em suas pesquisas o modelo de sintaxe baseado na derivação por fases, de Chomsky (2001). De acordo com Alexiadou et al. (2015), o que constitui um domínio de fase na sintaxe corresponderá a um domínio local na formação das palavras e tal domínio local prevê aspectos da fonologia e da interpretação das palavras.²

² Para um estudo mais aprofundado da DM e teoria de fases, ver Alexiadou et al. (2015), Marantz (2001), Chomsky (2001).

A teoria de derivação por fases, desenvolvida por Chomsky (2001), postula que a estrutura sintática é construída em fases, com destaque para os dois núcleos sintáticos considerados como tal, vP transitivo e CP. Para esse teórico, ao final de cada fase, parte da estrutura sintática já formada sofre transferência para os componentes fonológico e semântico. Como resultado disso, essa parte da estrutura que foi enviada para *spell out* fica inacessível para outras operações sintáticas desde então.

Levando em consideração essa teoria de fases, Alexiadou et al. (2015) propõem que os núcleos funcionais v e Voice se qualificam como núcleos fáscicos e, portanto, acionam *spell out* de seus complementos. No âmbito dessa proposta, o v se qualifica como núcleo de fase na ausência de Voice.

2.1 A introdução dos núcleos Voice e v_{cause}

Os estudos de Marantz (1984) a respeito dos argumentos externos esclarecem que estes não constituem argumentos do verbo independente, mas sim da combinação do verbo com seu objeto. Assim, um tipo específico de argumento interno quando combinado com determinado verbo gera uma interpretação particular do argumento externo, tendo em vista que os argumentos internos estão diretamente ligados ao significado dos verbos.

Todavia, o contrário não acontece, pois os argumentos externos não contribuem de forma direta para o significado dos verbos com os quais se relacionam, como sugere a relação entre os verbos e as expressões idiomáticas estudadas por Marantz (1984), às quais não se tem uma tradução exata para o português: a) *kill a cockroach*; b) *kill a conversation*; c) *kill an evening watching TV*.

Com base nesses estudos, Kratzer (1996) conclui que argumentos externos (sujeitos) não são argumentos verdadeiros de seus verbos. Essa conclusão levou essa autora a propor que os argumentos externos são introduzidos nas sentenças por um núcleo funcional diferente de VP, qual seja, o Voice. Assim, o argumento externo deixa de ser argumento do verbo e passa a ser argumento de uma projeção de Voice.

Conforme Kratzer (1996), a relação entre o verbo da sentença e seu argumento externo é mediada pelo argumento evento. Nesse contexto, para a autora, Voice deve ser a projeção localizada imediatamente acima do VP, considerando que essa projeção faz parte do evento.

Em contribuição à proposta de Kratzer, Pylkkänen (2008) destaca que em todas as estruturas causativas deve haver, além de um núcleo Voice^o, um núcleo v^o_{cause}. O Voice^o irá introduzir o argumento externo, enquanto v^o_{cause} é o núcleo relacional que ligará o evento da causação ao evento causado.

Pylkkänen (2008) argumenta, ainda, que o predicado CAUSE pode aparecer sem um argumento externo (como ocorre com as anticausativas). Nesse caso, o argumento externo nos verbos causativos não deve ser um argumento imediato do predicado CAUSE, ele é introduzido por uma projeção de Voice acima de CAUSE.

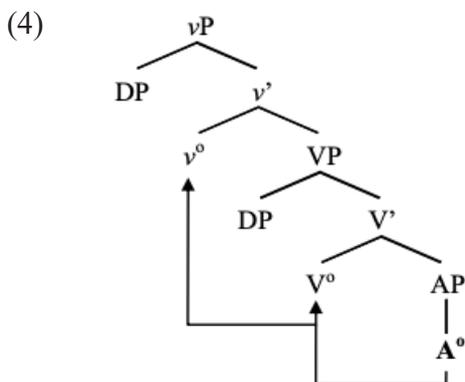
Essa proposta de instanciação de Voice e CAUSE mostrada acima auxilia na compreensão dos verbos de mudança de estado que passam pelo processo de alternância causativa/anticausativa.

2.2 Os verbos de mudança de estado

Os verbos que expressam mudança de estado de quaisquer línguas constituem uma classe semântica que admite a alternância causativa. Esses verbos têm uma estrutura de eventos complexa que envolve um predicado de resultado estativo e um ou mais predicados de eventos.

Segundo Hale e Keyser (1993, 2002), os verbos que expressam mudança de estado têm em sua base raízes adjetivais e, por meio da operação conhecida como *conflation*³, a valência do verbo será determinada pelas propriedades contidas na raiz. De acordo com esse processo, um núcleo A^o junta-se ao núcleo V^o e depois junta-se ao núcleo causativo, como se vê na estrutura abaixo retirada de Camargos (2013):

³ O conceito de *conflation* consoante Hale e Keyser (2002, p. 63): “Conflation consists in the process of copying the p-signature of the complement into the p-signature of the head, where the latter is ‘defective’.”



Levando em conta a hipótese de que Voice introduz o argumento externo em sentenças causativas e anticausativas (Kratzer, 1996), Alexiadou et al. (2006, 2015) propõem a decomposição de eventos dos verbos de mudança de estado da seguinte forma:

(5a) *The door opened.*

(5b) [v-CAUSE [the door √ OPEN]]

(6a) *John opened the door.*

(6b) [John Voice [v-CAUSE [the door √ OPEN]]]

De acordo com Alexiadou et al. (2006, 2015), os DPs, que podem ser agentes ou causadores nas sentenças causativas, são introduzidos no mesmo tipo de projeção, ou seja, em Spec-VoiceP, localizado acima de v_{cause} . Pode-se observar, além disso, que o componente CAUSE está contido tanto em causativos como em anticausativos.

3 A SINTAXE DAS SENTENÇAS CAUSATIVAS E ANTICAUSATIVAS

Nesta seção, elaboro uma caracterização das estruturas sintáticas causativas e anticausativas. Seguindo Alexiadou et al. (2015), demonstro que as variantes causativas e anticausativas dos verbos que passam pela alternância não diferem em termos de complexidade e decomposição de eventos, mas apenas quanto à presença ou ausência do núcleo Voice em suas estruturas.

3.1 Causativas

Como discutido neste capítulo, a alternância causativa é marcada pela alternância de transitividade verbal, na qual figura uma sentença transitiva e outra intransitiva. O termo “causativa” é usado para se referir à sentença transitiva que participa do par alternante, assim como se vê em (7a).

(7a) Maria fechou a porta.

(7b) A porta fechou.

Comrie (1981) enfatiza que o processo de causativização varia em três formas estratégicas: causativização lexical, causativização analítica ou perifrástica e causativização morfológica. Neste estudo, nos reportaremos apenas às estruturas causativas lexicais da língua Tenetehára⁴.

No processo de causativização lexical, o predicado sofre ampliação de valência e, por sua vez, não recebe nenhuma morfologia especial afixada ao verbo. Segundo Comrie (1981), as causativas lexicais podem ser de dois tipos, a saber: i) causativas lexicais homônimas, quando não há alteração na forma verbal transitiva em relação à sua contraparte intransitiva; ii) causativas lexicais heterônimas, quando as formas verbais do par alternante são diferentes morfológicamente. Seguem alguns exemplos:

Causativas lexicais homônimas:

Inglês:

(8a) *The chair broke.*

“A cadeira quebrou.”

(8b) *The girl broke chair.*

“A garota quebrou a cadeira.”

⁴ A língua Tenetehára possui os três tipos de estruturas causativas, quais sejam: causativas lexicais, causativas perifrásticas e causativas morfológicas. Para maiores informações sobre os processos de causativização em Tenetehára, consultar Camargos (2013).

Português:

- (9a) Maria queimou as folhas secas no quintal.
(9b) As folhas secas queimaram.

Causativas lexicais heterônimas:

Inglês:

- (10a) *The jaguar died.*
“A onça morreu.”
(10b) *The hunter killed the jaguar.*
“O caçador matou a onça.”

Tenetehára:

- (11a) *u-pen* *takyhe*
3-quebrar faca
“A faca quebrou.”
(11b) *a-zuhaw* *takyhe* *he-wemimutar* *rupi*
1-quebrar faca 1SG-propósito de
“Eu quebrei a faca de propósito.”

Em (8) e (9), temos exemplos de causativas homônimas em inglês e português, em que a forma verbal não apresenta diferença do verbo anticausativo para o causativo. Em (10) e (11), os verbos causativos do inglês e do Tenetehára são diferentes de suas variantes anticausativas, sendo, portanto, considerados heterônimos.

No processo de causativização analítico ou perifrástico, as sentenças são estruturadas a partir da junção de um verbo auxiliar (como “fazer” e “causar”) e um verbo lexical, promovendo aumento de valência verbal. Quanto à causativização morfológica, o verbo transitivo sofre aumento de valência por meio da adição de um morfema causativo.

No que tange à decomposição de eventos das sentenças causativas, Alexiadou et al. (2006) explicam que essas estruturas projetam um Voice responsável pela introdução do argumento externo, localizado acima de CAUSE. O predicado CAUSE, por sua vez, é responsável pelo evento da causação. Abaixo temos a decomposição:

(12a) The abstract decomposition of *anticausatives*

(12b) [CAUSE [$\sqrt{\text{Root}}$ + DP_{theme}]]

Consoante Alexiadou et al. (2006), é a presença da propriedade [+AG] no núcleo Voice que será responsável pelo licenciamento de argumentos externos “agente” ou “causador” em estruturas causativas.

3.2 Anticausativas

As anticausativas são as sentenças intransitivas do par que figura na alternância causativa/anticausativa. Retomando o par de sentenças apresentadas em (7), tem-se em (13):

(13a) Maria fechou a porta.

(13b) A porta fechou.

O verbo “fechar” na sentença anticausativa (13b) dispõe de apenas um argumento, o interno “a porta”. Pode-se observar que o único argumento do verbo intransitivo nessa sentença tem a mesma relação temática com o verbo que o objeto da variante transitiva, isto é, argumento interno “tema”.

Como o objeto da variante causativa é o sujeito da variante anticausativa, evidencia-se que os verbos anticausativos são formas prototípicas de verbos inacusativos. Nesse sentido, verbos anticausativos e inacusativos compartilham algumas características estruturais, quais sejam: i) dispõem de um único argumento interno; ii) o argumento interno recebe papel temático de tema.

De acordo com Alexiadou et al. (2015), os anticausativos são semanticamente causativos, ou seja, não diferem dos causativos quanto à decomposi-

ção de eventos. Nesse caso, o que irá diferir será a ausência do argumento externo introduzido por VoiceP (Kratzer, 1996), pois ambas as variantes contêm um evento e um estado resultante. Assim, temos a decomposição semântica das anticausativas em (10):

(14) [CAUSE [Root + DPtheme]]

As línguas podem apresentar classes diferentes de anticausativos, ou seja, marcados e não marcados. Os anticausativos marcados são aqueles que apresentam morfologia especial extra, como afixos, pronomes clíticos ou expletivos, por exemplo; enquanto os anticausativos não marcados não apresentam marca nenhuma. Considerem-se os exemplos a seguir:

Anticausativas marcadas:

Tenetehára:

(15) *u-ze-pe'ág wàhu a'e*
 3-AC-partir coco ele
 “O coco partiu.”

Grego:

(16) *I supa keg.ete*
 The soup.NOM burns.NAct
 “The soup is burning.” (Alexiadou et al. 2015)

Anticausativas não marcadas:

Inglês:

(17) *The window broke.*
 “A janela quebrou.”

Português:

(18) *A carne assou.*

Nos exemplos de (15) a (18), temos sentenças anticausativas marcadas e não marcadas. Em (15), a língua Tenetehára marca o verbo *pe'ág* “partiu” com o afixo {*ze-*}⁵. Na sentença do grego em (16), o verbo é marcado com morfologia não ativa (NAct). Em (17), o verbo intransitivo da sentença anticausativa em inglês não tem marca morfológica no verbo *broke* “quebrou”. E no último exemplo em (18), o português também não marca morfológicamente o verbo intransitivo “assou”.

Segundo Haspelmath (1993), todas as línguas que possuem duas classes de anticausativos, como é o caso do Tenetehára por exemplo, a variação não é totalmente aleatória. Para esse autor, essa partição tem a ver com a conceituação dos verbos e destaca especialmente os eventos de mudança de estado, pois tais eventos devem ser organizados em uma escala de ordem decrescente de espontaneidade.

Haspelmath (1993) propõe que esse agrupamento de conceitos verbais com marcação morfológica é impulsionado pela espontaneidade ou não dos eventos expressos por verbos anticausativos. Assim, línguas tendem a marcar iconicamente as versões anticausativas de verbos que expressam eventos que são menos espontâneos.

Alexiadou et al. (2015) também explicam que a marcação de anticausativos pode dever-se a critérios como telicidade ou a categoria ontológica da raiz, além do critério de espontaneidade. Os autores concluem que, embora a distribuição da morfologia anticausativa seja basicamente desencadeada por considerações da conceituação de espontaneidade, deve-se considerar também o resíduo de informação lexical das raízes verbais que são combinadas com a voz presente nessas estruturas.⁶

Do ponto de vista estrutural, as sentenças anticausativas são formadas a partir do licenciamento apenas do argumento interno ao VP. Assim, não é

⁵ O Tenetehára apresenta em sua estrutura sentenças anticausativas marcadas pelo morfema anticausativo {*ze-*} e também sentenças anticausativas não marcadas, isto é, que não apresentam nenhuma morfologia extra afixada ao verbo. Neste estudo, enfocamos somente as anticausativas marcadas, com vistas à análise do comportamento sintático do núcleo Voice presente nessas estruturas.

⁶ Não trataremos da motivação para a marcação de anticausativos neste trabalho. Sugerimos as leituras de Haspelmath (1993, 2016) e Alexiadou et al. (2015).

possível recuperar o argumento externo agente da causação, diferentemente do que ocorre com as passivas, que possuem um argumento externo implícito em sua estrutura.

Essas duas classes de sentenças mencionadas são diferentes uma da outra, por exemplo, pelo fato de passivas aceitarem *by-phrases* e anticausativas não. Pode-se exemplificar esse critério com as sentenças em português abaixo:

(19a) O copo foi quebrado **por João**.

(19b) *O copo quebrou **por João**.

(20a) *The ship was sunk by Bill / by the hurricane.*

“O navio foi afundado por Bill / pelo furacão. (Alexiadou et al. 2015, p. 20)

(20b) **The ship sank by Bill / by the hurricane.*

“O navio afundou por Bill / pelo furacão.” (Alexiadou et al. 2015, p. 20)

Em (19a) e (20a), vê-se sentenças passivas que licenciam *by-phrase* e em (19b) e (20b), estruturas anticausativas que não licenciam esses adjuntos. Contudo, Alexiadou et al. (2006, 2015) identificaram que as anticausativas licenciam um tipo particular de PP, que geralmente são adjuntos representados por causas. Os autores indicam, ainda, que esses PPs causais são licenciados tanto em anticausativas marcadas como nas não marcadas.

Carvalho (2016, 2018) exemplifica que no português, esses PPs são encabeçados pela proposição “com” e somente causas e eventos causadores podem ser recuperados com esse tipo de adjunto, como em “O portão abriu **com o vento**”. O mesmo parece ocorrer com a posição em sentenças com anticausativos marcados em Tenetehára:

(21a) *ywyra* *u-ze-wok* *a'e*

madeira 3-AC-rachar ela

“A madeira rachou.”

(21b) *ywyra* *u-ze-wok* *u-'ar-haw* *pupe*

madeira 3-AC-rachar 3-cair-NOM com

“A madeira rachou com a queda.”

- (22a) *u-ze-pitymawok* *uken*
 3-AC-abrir porta
 “A porta abriu.”
- (22b) *uken u-ze-pitymawok ywytu pupe*
 porta 3-AC-abrir vento com
 “A porta abriu com o vento.”

Com base nessa característica presente em anticausativas quanto ao licenciamento de PPs causadores, Alexiadou et al. (2006, 2015) evidenciaram a presença de um núcleo *v* causativo nessas sentenças tanto marcadas como não marcadas. No que diz respeito ao argumento causador do evento, isto é, o argumento externo com papel temático de agente, é ausente nessas sentenças intransitivas com os verbos anticausativos.

Todavia, no âmbito da proposta de Alexiadou et al. (2006, 2015), os anticausativos marcados fornecem evidências morfossintáticas para a presença de uma camada de voz, porém, eles não mostram nenhuma indicação semântica da presença de um argumento externo. Para explicar tais propriedades, esses autores propuseram que os anticausativos marcados envolvem uma projeção de Voice não temática, um Voice expletivo.

Nesse caso, o Voice expletivo não adiciona nenhuma semântica à frase verbal com a qual se combina. Difere, assim, do Voice temático presente em causativas, que introduz uma variável de argumento externo para o evento expresso pela frase verbal, o qual pode ser interpretado como uma agente ou uma causa.

4 O NÚCLEO VOICE NA LÍNGUA TENETEHÁRA E A DERIVAÇÃO POR FASES

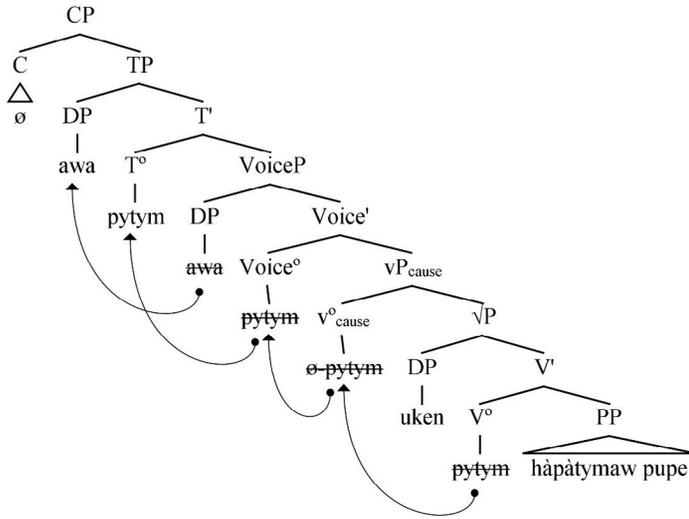
As sentenças causativas lexicais em Tenetehára são realizadas por um item lexical que sofre ampliação da valência verbal. A estratégia morfossintática de causativização lexical nessa língua pode ser visualizada nos pares de sentenças alternantes que apresentam uma transitiva e sua contraparte inacusativa em (23):

- (23a) *u-ze-pytym* *uken*
 3-AC-trancar porta
 “A porta trancou.”
- (23b) *awa* *u-pytym* *uken* *hàpàtymaw* *pupe*
 homem 3-trancar porta chave com
 “O homem trancou a porta do quarto com a chave.”
- (24a) *u-ze-pitymawok* *uken*
 3-AC-abrir porta
 “A porta abriu.”
- (24b) *Ana* *u-pitymawok* *uken*
 Ana 3-abrir porta
 “Ana abriu a porta.”
- (25a) *u-ze-kanaw* *pàn* *a’e*
 3-AC-dobrar pano ele
 “O pano dobrou.”
- (25b) *kuzà* *u-kanaw* *pàn* *a’e*
 mulher 3-dobrar pano ele
 “A mulher dobrou o pano.”

Podemos observar que os exemplos de (23) a (25) contam com pares de anticausativos/causativos lexicais homogêneos, pois a forma verbal não muda no par transitivo/intransitivo, quais sejam os verbos: *pytym* “trancar”, *pitymawok* “abrir”, *kanaw* “dobrar”.

Procedendo à derivação sintática da sentença em (26) de acordo com o modelo chomskyano de derivação por fases, temos a árvore sintática abaixo:

(26)



Em (26), o verbo *pytym* “trancar” se funde com o seu complemento, o PP *hàpàtymaw pupe* “com a chave”, e com seu especificador, o DP *uken* “a porta”, para formar o \sqrt{P} *uken pytym hàpàtymaw pupe*. Como o v_{cause}° (\emptyset) é afixal, ele engatilha o movimento do verbo *pytym* de sua posição V° para v°_{cause} , que constitui o núcleo do evento causado nessa sentença.

O VoiceP introduz o argumento externo, o DP *awa* “homem” na sentença, com função semântica de agente. As ações desse argumento externo tem um impacto direto sobre o evento causado desencadeado pelo núcleo v°_{cause} .

Conforme proposto por Alexiadou et al. (2006, 2015), o VoiceP constitui uma fase e, para eles, os núcleos de Voice vêm com características *phi* não valoradas em relação ao DP mais próximo. Dessa maneira, é o Voice, e não T, que inicia o processo de sondagem. No caso de (26), como o especificador de Voice, o DP *awa* está mais próximo que o seu complemento, a concordância será estabelecida entre os dois. O DP *awa* valora o traço de voz e se tornará nominativo, enquanto o DP argumento interno *uken* receberá acusativo.

Em seguida, o núcleo Voice° desencadeia o movimento do verbo causativo *pytym* de v°_{cause} para ocupar sua posição. Agora que a fase VoiceP foi concluída, Voice passará por um acordo cíclico com T para que seja valorado

com o caso nominativo. A hipótese de que nas sentenças causativas é licenciado um Voice fásico parece se confirmar.

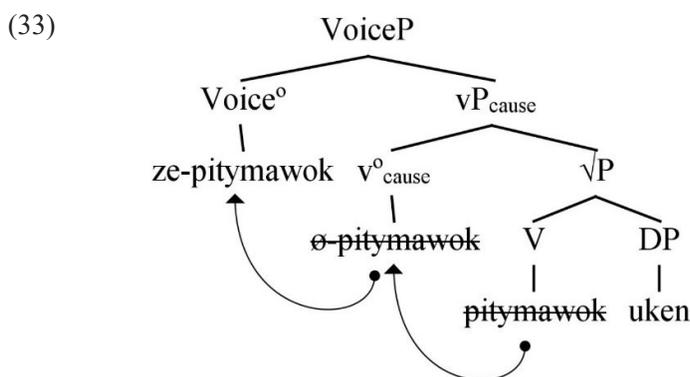
No que concerne às sentenças anticausativas da língua Tenetehára, o estudo aqui proposto se restringe à análise de anticausativas marcadas, com vistas ao exame do comportamento sintático núcleo Voice encontrado nessa classe específica. A seguir, são mostrados alguns exemplos de anticausativas em Tenetehára:

- (27) *u-ze-pitymawok uken*
3-AC-abrir porta
“A porta abriu.”
- (28) *u-ze-pytyw uken*
3-AC-trancar porta
“A porta trancou.”
- (29) *u-ze-kanaw pàn a'e*
3-AC-dobrar pano ele
“O pano dobrou.”
- (30) *u-ze-hàz powapyw-haw*
3-AC-desmanchar pulseira-NOM
“A pulseira desmanchou.”
- (31) *u-ze-tùhum ywyrà hàkà*
3-AC-balançar árvore galho
“O galho da árvore balançou.”
- (32) *u-ze-aiw temi'u*
3-AC-estragar comida
“A comida estragou.”

De (27) a (32) temos exemplos de anticausativas marcadas, as quais apresentam a marca morfológica {ze-} afixada aos verbos *pitymawok* “abrir”,

pytym “trancar”, *kanaw* “dobrar”, *tuhùm* “balançar” e *aiw* “estragar”, respectivamente. Nesse caso, constatamos que a voz anticausativa em Tenetehára é realizada pelo prefixo {ze-}.

Como já discutido no item “Anticausativas”, a voz anticausativa caracteriza-se pela impossibilidade de se recuperar o argumento externo agente ou causador. Conforme Alexiadou et al. (2008, 2015), a presença da morfologia em anticausativas gera um VoiceP, porém com característica expletiva. Logo abaixo, apresentamos a derivação sintática da sentença (27) embasada no modelo de fases em (33):



Na derivação da sentença anticausativa (33), analisamos o comportamento sintático do núcleo Voice com o intuito de verificar se este é um núcleo fásico, assim como ocorreu com a causativa lexical em (26).

Para dar início ao processo de derivação, o verbo anticausativo *pitymawok* “abriu” se funde com o seu argumento tema, o DP *uken* “porta”, e forma o \sqrt{P} *pitymawok uken*. Em seguida, este \sqrt{P} é mesclado com o v°_{cause} nulo (\emptyset) que, por sua propriedade afixal, desencadeia o movimento do verbo *pitymawok* de sua posição em V para fundir-se com o v°_{cause} , resultando no evento da causação.

Dando prosseguimento à derivação, ocorre a instanciação de um VoiceP, cujo núcleo é expletivo e apresenta a propriedade de núcleo funcional defectivo, ou seja, não possui traços de concordância para serem valorados.

De acordo com Alexiadou et al. (2006, 2015), é a marca morfológica anticausativa que torna o núcleo Voice não temático e, conseqüentemente, defectivo. A hipótese de que em anticausativas marcadas no Tenetehára ocorre o instanciamento de um Voice expletivo e atemático parece ser evidenciada com a análise da derivação de (29) *uzepitymawok uken* “A porta abriu”.

Nesse caso, a derivação da sentença até então mostra a impossibilidade de Voice encerrar uma fase. O processo de derivação da sentença anticausativa deverá continuar, de modo que a fase possa se encerrar com o núcleo CP.

5 PROPOSTA TEÓRICA

Na seção anterior, mostrei a derivação sintática das sentenças causativas e anticausativas marcadas na língua Tenetehára, à luz da teoria de derivação por fases, de Chomsky (2001). O objetivo principal foi demonstrar o comportamento sintático do núcleo Voice no par de sentenças alternantes dentro desse modelo sintático de derivação.

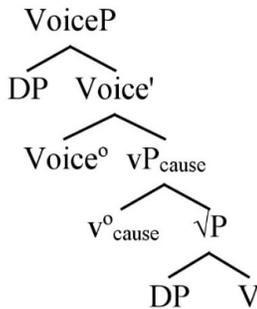
Nesse contexto, minha proposta teórica segue o que foi postulado por Alexiadou et al. (2006, 2015), a respeito da instanciação de um núcleo Voice fásico em sentenças causativas lexicais e um núcleo Voice expletivo em anticausativas que não é fásico.

Resumidamente, proponho para as sentenças alternantes do Tenetehára:

a) Causativas lexicais:

O núcleo Voice nas sentenças causativas é responsável pela introdução do argumento externo e encerra uma fase. Os constituintes são enviados para os componentes fonológico e semântico, tornando-se, então, inacessíveis para outras derivações sintáticas dentro da referida fase. A seguir, apresento a estrutura sintática referente às causativas lexicais em Tenetehára:

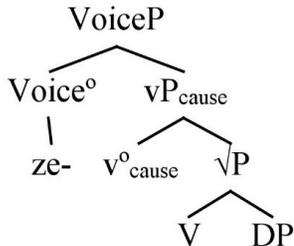
(34)



b) Anticausativas marcadas:

O núcleo Voice em sentenças anticausativas marcadas pelo morfema afixal {ze-} é considerado a instanciação de Voice expletivo, portanto, defectivo. Nesse sentido, não constitui um núcleo fásico, já que os argumentos contidos neste continuam disponíveis para a derivação sintática. Segue a estrutura sintática referente às anticausativas marcadas:

(35)



Essa proposta teórica se fundamentou nas evidências identificadas nos dados analisados até então. Contudo, é passível de reformulações, considerando que este é um estudo ainda preliminar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomo aqui o objetivo principal que norteou este estudo, qual seja, o de analisar o comportamento sintático do núcleo Voice em estruturas causati-

vas lexicais e anticausativas marcadas da língua Tenetehára à luz do modelo de sintaxe cíclico baseado em fases, para fazer as seguintes considerações parciais:

- a. Com base na análise, conclui-se que as sentenças causativas em Tenetehára possuem um núcleo Voice fásico que aciona o *spell out* de seus complementos;
- b. As sentenças anticausativas, por sua vez, instanciam um núcleo Voice expletivo, com propriedades defectivas que não possibilitam o encerramento de uma fase, pois seus complementos continuam ativos para a derivação sintática.

Essas conclusões são preliminares. Pretende-se fazer um estudo mais aprofundado do comportamento sintático do núcleo Voice nas sentenças causativas lexicais, perifrásticas e morfológicas, nas anticausativas marcadas, bem como analisar as anticausativas não marcadas. Com base em um número satisfatório de dados, resultados mais consistentes poderão ser alcançados.

ABREVIATURAS

1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
AC	Anticausativo
CAUS	Causativo
NACT	Morfologia não ativa
NOM	Nominalizador
PL	Plural
RED	Reduplicação
SG	Singular

REFERÊNCIAS

ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. *External arguments in transitivity alternations: a layering approach*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. The properties of anticausatives crosslinguistically. In: FRASCAREL-LI, Mara (Ed.). *Phases of interpretation*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2006.

CAMARGOS, Quesler Fagundes. *Estruturas causativas em Tenetehára: uma abordagem minimalista*. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CARVALHO, Janayna. *A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva*. 2016. 268f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CARVALHO, Janayna. A relação entre a presença do núcleo Voice e o clítico SE no português brasileiro. *DELTA*, v. 34, n. 2, p. 661-688, 2018.

CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.). *Ken Hale: A life Language*. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 1-52.

COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology: syntax and morphology*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay (Org.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.

HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay. *Prologomenon to a theory of argument structure*. Cambridge: MIT Press, 2002.

HASPELMATH, Martin. More on the typology of inchoative/causative verb alternation. In: COMRIE, Bernard; POLINSKY, Maria. (Orgs.) *Causatives and Transitivity*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

HASPELMATH, Martin. Universals of causative and anticausative verb formation and the spontaneity scale. *Lingua Posnaniensis*, v. 58, n. 2, p. 33-63, 2016.

KRATZER, Angelika. Severing the External Argument from its Verb. In: RO-ORYCK, Johan; ZARING, Laurie (Ed.). *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. *Unaccusativity: at the syntax – lexical semantics interface*. Cambridge: MIT Press, 1995.

MARANTZ, Alec. *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge: MIT Press, 1984.

MARANTZ, Alec. *Roots and argument structure. Handout of a talk given at the ‘Workshop on Verb Classes and Alternations’*. Stuttgart: University of Stuttgart, 2003.

PYLKKÄNEN, Liina. *Introducing Arguments*. Cambridge: MIT Press, 2008.

RADFORD, Andrew. *Minimalist Syntax: Exploring the Structure of English*. Cambridge: MIT Press, 2004.

SCHÄFER, Florian. *The Syntax of (Anti-)Causatives: External arguments in change-of-state contexts*. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

CAPÍTULO V

ESTRUTURAS ANTIPASSIVAS-DESIDERATIVAS EM TENETEHÁRA (TUPÍ-GUARANÍ)

Ricardo Campos Castro

1 INTRODUÇÃO

O estudo descritivo e sistemático das línguas indígenas brasileiras deve ser tomado em caráter de urgência, visto que muitas línguas faladas no território brasileiro estão em processo de extinção. Rodrigues (2005), por exemplo, mostra que o processo de desaparecimento das línguas indígenas tem sua origem no decurso da colonização extremamente violenta e que perdura até os dias de hoje. Em uma perspectiva puramente linguística, vemos que a descrição de línguas pouco conhecidas também contribui significativamente com os trabalhos teóricos em estudos linguísticos.

Diante disso, este capítulo pretende analisar o mecanismo de antipassivização na língua Tenetehára, que pertence, conforme Rodrigues (1985) e Rodrigues e Cabral (2002), ao Ramo IV da família linguística Tupí-Guaraní do tronco Tupí. Essa língua é falada por indígenas brasileiros das etnias Guajajara e Tembé, que habitam a América do Sul, mais especificamente no Brasil, cujas aldeias se situam nos estados do Maranhão e do Pará.

Em Tenetehára, conforme Castro (2013, 2017) e Duarte, Camargos e Castro (2014, 2017), o fenômeno sintático de antipassivização possui as seguintes propriedades sintáticas:

- (1) Propriedades da antipassivização em Tenetehára
 - (i) o predicado verbal apresenta o prefixo de voz antipassiva *{puru-}*;
 - (ii) o verbo aciona o paradigma de concordância absolutiva;
 - (iii) o DP objeto recebe a posposição *ehe*, transformando-se em um PP;
 - (iv) o predicado verbal deve engatilhar o sufixo desiderativo *{-wer}*.

Para fins ilustrativos, vejamos os seguintes exemplos que exibem as características gramaticais mencionadas acima:

(2a) *u-pyhyk* *kuzà* *ma'eputyр* *a'e*
3_{NOM}-pegar mulher flor 3
 “A mulher pegou a flor.”

(2b) *i-puru-pyhyk-wer* *kuzà* *ma'eputyр* **r-ehe** *a'e*
3_{ABS}-APASS-pegar-DESID mulher flor **C-em** 3
 “A mulher quer pegar a flor.”

No exemplo (2a), o predicado transitivo *pyhyk* “pegar” seleciona dois argumentos nucleares, a saber: o DP sujeito *kuzà* “mulher” e o DP objeto *ma'eputyр* “flor”. Por sua vez, em (2b), o verbo *pyhyk* “pegar” recebe o morfema antipassivo {*puru-*}, cuja função é tornar monoargumental o verbo da oração. Por conseguinte, o predicado verbal transitivo *pyhyk* “pegar” seleciona apenas o DP sujeito *kuzà* “mulher”. Adicionalmente, o argumento interno *ma'eputyр* “flor” perde seu estatuto de objeto direto e é selecionado pela posposição *ehe* (Castro, 2017).

Assim sendo, observe que o exemplo (2b) acima exemplifica bem as características em (1), uma vez que apresenta as seguintes propriedades gramaticais:

- (3) (i) o predicado verbal *pyhyk* “pegar” recebe o morfema antipassivo {*puru-*};
 (ii) o verbo concorda com o sujeito *kuzà* “mulher” por meio do prefixo do sistema absolutivo {*i-*};
 (iii) o objeto *ma'eputyр* “flor” é selecionado pela posposição *-ehe*;
 (iv) o verbo *pyhyk* “pegar” figura com o morfema sufixal desiderativo {*-wer*}.

Tipologicamente, conforme Foley e Van Valin (1985), De Vries (2002) entre outros, os estudos acerca de construções antipassivas enumeram uma ampla série de características gramaticais referentes a esse fenômeno. Como exemplos, podemos elencar: demissão do objeto por meio de adposições, redução a zero do objeto, pivô sintático etc. Contudo, neste capítulo, irei focalizar apenas no primeiro tipo aqui arrolado, o qual nos interessa para esta pesquisa.

O termo antipassiva foi inicialmente proposto por Silverstein (1976) com a finalidade de indicar que essa construção é a imagem espelhada da voz

mento externo, enquanto o DP *isda* “peixe” é projetado na posição sintática de argumento interno. Em contrapartida, em (4b), o predicado verbal intransitivo *d.ating* “chegar” seleciona apenas o DP argumento *babae* “mulher”. Note que o morfema de Caso absolutivo *ang* figura tanto com o objeto da oração transitiva quanto com o sujeito da intransitiva, acionando, por conseguinte, o sistema ergativo-absolutivo, já que o sujeito do verbo intransitivo e o objeto do verbo transitivo recebem a mesma marca de Caso.

É interessante notar que, no exemplo (5) abaixo, o argumento externo *babae* “mulher” do mesmo predicado transitivo *b.ili* “comprar” de (4a), pode também exibir marca de Caso absolutivo *ang* em vez da marca de Caso ergativo. Adicionalmente, o argumento interno em (5), diferentemente de (4a), é marcado com Caso oblíquo. Essas mudanças, tanto na estrutura argumental quanto no sistema de Caso da língua, levam-nos a concluir que a construção em (5) corresponde a um exemplo bem característico de sentença antipassiva. Uma evidência a favor dessa hipótese advém do fato de que o verbo transitivo deve receber o morfema de voz antipassiva {<um>}, conforme mostra o exemplo a seguir:

- | | | | | | |
|-----|-----------------------------|------------|------------------------|-----------|-------------|
| (5) | <i>B<um>ili</i> | <i>ang</i> | <i>babae</i> | <i>ng</i> | <i>isda</i> |
| | <INTR.PERF>comprar | ABS | mulher | OBL | peixe |
| | “A mulher comprou o peixe.” | | (Aldridge, 2012, p. 1) | | |

Além do mais, autores como Polinsk (2005) defendem a tese de que é muito comum a alternância transitiva/antipassiva gerar uma mudança da modalidade *realis* para a *irrealis*. Por exemplo, de acordo com Spreng (2001), em relação à língua Inuktitut – falada na ilha Baffin no Canadá –, as construções transitivas são télicas, enquanto as antipassivas são atélicas.

Com o intuito de deixar evidente que existem contextos nos quais a voz antipassiva gera mudança aspectual, conforme a previsão de Polinsk (2005), apresento os exemplos a seguir a partir do Iucateque – uma das línguas indígenas da América do Norte, pertencente ao tronco Maia. Observe que a primeira construção abaixo figura na voz ativa, enquanto a segunda, na voz antipassiva. O que chama a atenção nestes exemplos é que a versão transitiva possui leitura

télica, já a versão antipassiva/intransitiva apresenta leitura atélica. Esta distinção fica particularmente evidenciada, uma vez que o morfema que expressa o aspecto perfectivo {-ik} emerge somente na construção transitiva ativa em (6a).

(6a) *mà'alog'* *'a-tan-ik* *màayah*
 bem 2SG-falar-PERF Maia
 “Você fala maia bem.” (Blight, 2004, p. 113)

(6b) *mà'alog'* *'a-t'àan* *'itS* *màayah*
 bem 2SG-falar.APASS PREP Maia
 “Você fala maia bem.” (Blight, 2004, p. 114)

Desta forma, a previsão de que o aspecto gramatical pode ser condição fundamental para se determinar a alternância ativa/antipassiva parece ganhar sustentação adicional por meio da observação de que o morfema de aspecto figura apenas em construções ativas. Assim, é possível notar que construções antipassivas favorecem uma leitura em que o evento é atélico, situação oposta àquela ocorrida nas construções ativas.

Adicionalmente, de acordo com Duarte, Camargos e Castro (2013, 2017), as construções antipassivas em Tenetehára são desencadeadas pelo aspecto desiderativo, o qual codifica atelicidade. Assim, nessa língua, o aspecto desiderativo é instanciado pelo morfema sufixal {-wer}, cuja função é indicar as noções de “querer, desejar, gostar, ter vontade”, conforme as intuições de Borges (2006, p. 167) em relação ao morfema desiderativo {-ej} da língua Avá Canoeiro (Ramo IV da família linguística Tupí-Guaraní do tronco Tupí).

Tendo em vista essas assunções, o intuito da próxima seção é investigar, em algumas linguas Tupí, morfemas cognatos ao morfema aspectual desiderativo {-wer} do Tenetehára.

2 SUFIXOS DESIDERATIVOS NAS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Nesta seção, primeiramente apresentarei os sufixos desiderativos em Avá Canoeiro, Tupí Antigo e Kamaiurá, para, em seguida, evidenciar sua ocorrência em Tenetehára.

2.1 Desiderativos em Avá Canoeiro, Tupí Antigo e Kamaiurá

De acordo com Borges (2003, p. 42), o morfema afixal aspectual {-ej}, pertencente à língua Avá Canoeiro, só ocorre como uma forma dependente e “tem sua origem em *tsej “querer”, do Proto-Tupi-Guarani.” Além disso, a autora fornece o seguinte exemplo:

- (7) /tʃĩ+ i +u+ej/ [ˈtʃĩwej]
1So+água+beber+querer
“Eu estou com sede.” (Borges, 2006, p. 167)

Ademais, outro morfema semelhante à unidade gramatical {-wer} da língua Tenetehára é o afixo instativo {-sûér} do Tupí Antigo¹. Consoante Rodrigues (1953, p. 141), esta unidade gramatical é utilizada para indicar que o processo está na iminência de acontecer sem, contudo, atingir sua finalização. O autor apresenta os seguintes exemplos em que {-sûér} coocorre com os predicados verbais intransitivos *mano* “morrer” e *ar* “cair”:

- (8) *a-mano-sûér*
1SG-morrer-INSTT
“Quase morri.”
- (9) *a-ar-ixûér*
1SG-cair-INSTT
“Estive na iminência de cair.” (Rodrigues, 1953, p. 77)

Além disso, Rodrigues (1953) evidencia que, no Tupí Antigo, o morfema {-sûér} também atua como um item nominalizador de verbos intransitivos. De acordo com o autor, essa unidade gramatical deriva nomes que indicam “aquele que tem tendência ou propensão a realizar um processo”, conforme o exemplo abaixo:

¹ Rodrigues (1953) serve-se da expressão “Tupí Antigo” com o intuito de se referir à língua falada pelos indígenas Tupinambá na porção oriental do Brasil no período que inclui os Séculos XVI e XVII.

- (10) *atá-sûér-a*
andar-PROP-ARG
“Indivíduo dado a andar, andejo.” (Rodrigues, 1953, p. 148)

A mesma unidade gramatical exibida em (10) é referida por Lemos (1956, p. 291) como um morfema participial. Segundo esse pesquisador, {-sûer} figura com verbos intransitivos e significa “aquele que frequentemente executa uma ação”, consoante os dados abaixo, os quais o morfema coocorre com os verbos *îabab* “fugir” e *nheeng* “falar”.

- (11) *îabab-ixûera*
fugir-PART
“Fujão.”

- (12) *nheeng-atã-ndúera*
falar-com.força-PART
“Aquele que costuma falar gritando.” (Lemos, 1956, p. 291)

Finalmente, Seky (2000) destaca o prefixo {-wep} na língua Kamaiurá (Ramo VII da família Tupí-Guaraní), cuja função é denotar aspecto iminente, conforme o exemplo abaixo:

- (13) *o-mano-wep*
3-morrer-IMIN
“Ele quase morreu.” (Seki, 2000, p. 134)

A comparação entre os dados de (7) a (13) constituem-se em uma comprovação inicial acerca da hipótese de que, de fato, os morfemas {-ej} do Avá Canoeiro, {-sûér} do Tupí Antigo e {-wep} do Kamaiurá são predicados aspectuais auxiliares que ocorrem com verbos intransitivos e possuem propriedades sintáticas, semânticas e morfológicas análogas ao morfema {-wer} do Tenetehára. A seguir, teço breves considerações acerca dessa unidade gramatical.

2.2 O morfema desiderativo {-wer} em Tenetehára

O morfema sufixal aspectual desiderativo {-wer} é um verbo auxiliar, cuja função é evidenciar o aspecto desiderativo, sendo utilizado em estruturas intransitivas. A hipótese é a de que o morfema sufixal desiderativo {-wer} só pode, a princípio, ocorrer tendo como base um predicado verbal intransitivo. Observe os exemplos abaixo.

(14a) *w-ata* *tapixi* *a'e*
3-andar coelho 3
“A coelho anda.”

(14b) *i-ata-wer* *tapixi* *a'e*
3-caminhar-DESID coelho 3
“O coelho quer andar.”

(15a) *u-zai'o* *awa* *a'e*
3-chorar homem 3
“O homem chora.”

(15b) *i-zai'o-wer* *awa* *a'e*
3-chorar-DESID homem 3
“O homem quer chorar.”

(16a) *u-'ar* *kuzà* *a'e*
3-cair mulher 3
“A mulher cai.”

(16b) *i-'ar-wer* *kuzà* *a'e*
3-cair-DESID mulher 3
“A mulher quer cair.”

- (17a) *u-màno* *awa* *a'e*
 3-morrer homem 3
 “O homem morre.”
- (17b) *i-màno-wer* *awa* *a'e*
 3-morrer-DESID homem 3
 “O homem quer morrer.”
- (18a) *w-apyk* *zawar* *a'e*
 3-assentar.se cachorro 3
 “O cachorro se assenta.”
- (18b) *i-apyk-wer* *zawar* *a'e*
 3-assentar.se-DESID cachorro 3
 “O cachorro quer se assentar.”
- (19a) *w-ezyw* *ka'i* *ywyrá* *ø-wi* *a'e*
 3-descer macaco árvore C-PSP 3
 “O macaco desce da árvore.”
- (19b) *i-ezyw-(w)er* *ka'i* *ywyrá* *ø-wi* *a'e*
 3-descer-DESID macaco árvore C-PSP 3
 “O macaco quer descer da árvore.”
- (20a) *u-hapukaz* *kwaharer* *a'e*
 3-gritar menino 3
 “O menino grita.”
- (20b) *i-hapukaz-wer* *kwaharer* *a'e*
 3-gritar-DESID menino 3
 “O menino quer gritar.”

Os predicados verbais dos exemplos (14a-20a), a saber: *ata* “andar”, *zai'o* “chorar”, *'ar* “cair”, *màno* “morrer”, *apyk* “assentar-se”, *ezyw* “des-

cer” e *hapukaz* “gritar” são intransitivos. Por isso, como pode se ver nos dados (14b-20b), o morfema desiderativo {-*wer*} não tem restrição de coocorrência como esses verbos, gerando os predicados *atawer* “querer andar”, *zai’ower* “querer chorar”, *’arwer* “querer cair”, *mànower* “querer morrer”, *apykwer* “querer assentar-se”, *ezywer* “querer descer” e *hapukazwer* “querer gritar”, respectivamente.

Já em verbos transitivos, para que seja possível emergir o complexo [verbo.transitivo+*wer*], o predicado verbal deve sofrer redução de valência por meio de (i) incorporação nominal ou (ii) antipassivização, como será exibido na próxima seção.

3 EXPEDIENTES DE DIMINUIÇÃO DE VALÊNCIA EM TENETEHÁRA

Em Tenetehára, os predicados verbais transitivos podem ter sua valência diminuída por intermédio de (i) incorporação nominal ou (ii) antipassivização (dentre outros). Início com a definição de incorporação nominal, translinguisticamente.

3.1 O fenômeno da incorporação nominal

Conforme Baker (1988), a incorporação nominal é um fenômeno sintático em que um núcleo é movido de sua posição de base para uma posição mais alta. Dessa maneira, o autor postula que incorporação é o movimento de um núcleo para outro núcleo, uma instância generalizada de Mover α^2 . Para fins de exemplificação, observe os seguintes dados da língua Mohawk – uma língua indígena americana, da família linguística Iroquoiana.

² De acordo com Chomsky (1981), Mover α associa duas representações estruturais. Segundo esta regra é possível mover qualquer categoria para qualquer posição, deixando um vestígio na posição inicial. O movimento é, no entanto, restringido por princípios gerais da gramática.

(21a) *iʔi ye-k-hrek-s ne yao-kar-ʔ*
 eu TL-1SS-empurar-PERF DET PRE-barco-SUF
 “Eu empurrei o barco.” (Postal, 1962)

(21b) *iʔi ye-k-kar-hrek-s*
 eu TL-1SS-barco-empurrar-PERF
 “Eu empurrei o barco.” (Postal, 1962)

Conforme mostra o exemplo (21a), o predicado transitivo *hrek* “empurrar” seleciona o sujeito de primeira pessoa *iʔi* e o DP objeto *kar* “barco”. Por sua vez, em (21b), há um processo de incorporação do núcleo do DP objeto *kar* “barco”; logo o predicado verbal passa de transitivo a intransitivo. Ao final desse processo, forma-se uma configuração sintática cuja natureza é equivalente a uma estrutura intransitiva, visto que o núcleo do objeto se move para a posição de núcleo da raiz verbal a partir de uma posição argumental.

A seguir, apresento a diminuição de valência de verbos transitivos em contextos de incorporação do argumento interno de predicados transitivos na língua Tenetehára.

3.2 Incorporação nominal em Tenetehára

De acordo com Castro (2007, 2013, 2017, 2021), Duarte e Castro (2010) e Castro e Camargos (2021a, 2021b), a incorporação nominal é um importante dispositivo de diminuição de valência na língua em análise.

Conforme os autores acima, é muito comum que o argumento interno de predicados transitivos se incorpore à esquerda da raiz verbal, como pode ser visto por intermédio dos seguintes exemplos.

- (22a) *u-pyhyk* *awa* ***pira*** *a'e*
 3-pegar homem peixe 3
 “O homem pegou o peixe.”
- (22b) *u-pira-pyhyk* *awa* *a'e*
 3-peixe-pegar homem 3
 “O homem pescou.” (Lit. O homem pegou peixe)
- (23a) *u-'u-tete-a'u* *awa* ***ma'e*** *a'e*
 3-comer-INTS-AUM homem coisa 3
 “O homem comeu muita coisa.”
- (23b) *u-mai-'u* *tete-a'u* *awa* *a'e*
 3-coisa-comer INTS-AUM homem 3
 “O homem comeu muito.”

Em (22a) e (23a) ocorrem os verbos transitivos *pyhyk* “pegar” e *'u* “comer”, os quais selecionam os seguintes argumentos nucleares: o sujeito *awa* “homem” e os argumentos internos *pira* “peixe” e *ma'e* “coisa”, respectivamente. Já em (22b) e (23b), pode-se observar que os argumentos internos se incorporam à raiz verbal, derivando os predicados intransitivos *pirapyhyk* “pescar (lit. pegar peixe)” e *mai'u* “comer (coisa)”, nessa ordem. Note que esses dados são semelhantes aos exemplos em (21) da língua Mohawk. Pode-se afirmar que, nos exemplos acima, o argumento interno se incorpora ao verbo transitivo, de tal sorte que ele se inergativiza nos termos de Hale e Keyser (1993), Bobaljik (1993) e Laka (1993).

Ademais, após serem intransitivizados, os predicados verbais de (22) e (23) podem receber o morfema {-*wer*} a fim de codificar o aspecto desiderativo.

(22c) *i-pira-pyhyk-wer* *awa* *a'e*
 3-peixe-pegar-DESID homem 3
 “O homem quer pescar.” (Lit. O homem quer pegar peixe)

(23c) *i-mai-'u-wer* *tete-a'u* *awa* *a'e*
 3-coisa-comer-DESID INTS-AUM homem 3
 “O homem quer comer muito.”

Assim, os predicados transitivos *pyhyk* “pegar” e *'u* “comer”, sendo intransitivizados, tornam-se *pirapyhyk* “pescar” e *mai'u* “comer (coisa)”. Por isso, esses verbos se tornam aptos a coocorrer com a morfologia desiderativa de forma a figurar como *pirapyhykwer* “querer pescar” e *umai'uwer* “querer comer (coisa)”, respectivamente.

Ademais, os dados em (22) e (23), por exemplo, comparados com os dados da língua Avá Canoeiro, fornecidos por Borges (2004, p. 42), confirmam a hipótese de que os predicados verbais transitivos precisam sofrer redução de valência, a fim de receber a morfologia desiderativa. Destarte, repito o exemplo do Avá Canoeiro de (7) como (24) abaixo e o comparo com o dado de incorporação nominal em (25) da língua Tenetehára. Note, adicionalmente, que tanto o dado em (24) de Borges (2004) quanto o exemplo em (25) são claramente exemplos de incorporação nominal que receberam a morfologia aspectual desiderativa {-*ej*} e {-*wer*}.

(24) /tʃi+ i +u+ej/ [ˈtʃiwej]
 1So+água+beber+querer
 “Eu estou com sede.” (Borges, 2006, p. 167)

(25) *he-'y-'u-wer*
 1-água-ingerir-DESID
 “Eu quero beber água”
 “Eu estou com sede.”

A próxima subseção tem como intuito apresentar a diminuição de valência de predicados verbais que selecionam como seu argumento interno o objeto direto *teko* “gente”. Como será visto, tal tipo de incorporação nominal é idiossincrática em Tenetehára.

3.3 Incorporação nominal idiossincrática

As estruturas com diminuição de valência por intermédio de incorporação nominal que selecionam como seu argumento interno o objeto direto *teko* “gente” são idiossincráticas na língua Tenetehára. Isso, porque o radical nominal *teko* “gente” só pode ocorrer como um nome não incorporado, ao passo que na versão com incorporação nominal apenas o morfema prefixal {*puru-*} “gente” pode coocorrer com a raiz verbal. Tal comportamento contrasta com os dados (22) e (23), por exemplo, em que as versões com o nome não incorporado e com o nome incorporado possuem a mesma raiz nominal. Para fins de exemplificação, observe os seguintes dados:

(26a) *u-pytywà* *Kahiw* *teko* *a'e* *wà*
 3-ajudar Kahiw pessoa 3 PL
 “Kahiw ajuda as pessoas.”

(26b) *u-puru-pytywà* *Kahiw* *a'e*
 3-gente-ajudar Kahiw 3
 “Kahiw ajuda (gente).”

Contudo, mesmo nesse tipo de incorporação nominal, a unidade gramatical {*puru-*}, após diminuir a valência de verbos transitivos, habilita a nova predicação a receber a morfologia aspectual desiderativa {*-wer*}, conforme se nota pelos exemplos abaixo.

- (27a) *u-mu'e* *kuzà* ***teko*** *ka'a* *ø-pe* *a'e*
 3-ensinar mulher pessoas mata 3-PSP 3
 “A mulher ensina pessoas na mata.”
- (27b) *u-puru-mu'e* *kuzà* *ka'a* *ø-pe* *a'e*
 3-gente-ensinar mulher mata 3-PSP 3
 “A mulher ensina (alguém) na mata.”
- (27c) *i-puru-mu'e-wer* *kuzà* *ka'a* *ø-pe* *a'e*
 3-gente-ensinar-DESID mulher mata 3-PSP 3
 “A mulher quer ensinar (alguém) na mata.”
- (28a) *u-zuka* *awa* ***teko*** *yrykaw* *i-zywyr* *a'e*
 3-matar homem pessoas rio 3-na.beira.de 3
 “O homem mata pessoas na beira do rio.”
- (28b) *u-puru-zuka* *awa* *yrykaw* *i-zywyr* *a'e*
 3-gente-matar-DESID homem rio 3-na.beira.de 3
 “O homem mata (alguém) na beira do rio.”
- (28c) *i-puru-zuka-wer* *awa* *yrykaw* *i-zywyr* *a'e*
 3-gente-matar-DESID homem rio 3-na.beira.de 3
 “O homem quer matar (alguém) na beira do rio.”
- (29a) *u-kutuk* *kuzà* ***teko*** *aguz* *ø-pupe* *a'e*
 3-furar mulher pessoas agulha 3-com 3
 “A mulher fura pessoas com a agulha.”
- (29b) *u-puru-kutuk* *kuzà* *aguz* *ø-pupe* *a'e*
 3-gente-furar mulher agulha 3-PSP 3
 “A mulher fura (alguém) com a agulha.”
- (29c) *i-puru-kutuk-wer* *kuzà* *aguz* *ø-pupe* *a'e*
 3-gente-furar-DESID mulher agulha 3-PSP 3
 “A mulher quer furar (alguém) com a agulha.”

Nos exemplos em (27a-29a), os predicados *mu'e* “ensinar”, *zuka* “matar” e *kutuk* “furar” são transitivos, uma vez que selecionam os DPs *kuzà*

“mulher” e *awa* “homem” como seus sujeitos e *teko* “gente” como seu objeto. Já nos dados em (27b-29b), tais predicados verbais exibem um nome incorporado, representado pela unidade gramatical {*puru-*} “gente”; o que torna os predicados verbais transitivos em intransitivos. Após isso, em (27c-29c), os verbos agora intransitivos estão habilitados a receber o morfema de modo desiderativo {-*wer*}.

Na próxima subseção, apresento a redução de valência de predicados verbais transitivos por intermédio da estratégia de antipassivização na língua em análise.

3.4 Diminuição de valência por meio de construções antipassivas

Em Tenetehára, nas construções antipassivas, o objeto direto da versão transitiva é demovido, o qual deixa de receber Caso acusativo do verbo e passa a receber Caso oblíquo do núcleo do sintagma posposicional. Semânticamente, nas sentenças transitivas, a leitura é télica; ao passo que nas construções antipassivizadas a interpretação é atélica; isso que corrobora as hipóteses de Polinsk (2005) e Spreng (2001), bem como confirmam as assunções de Rodrigues (1953, p. 141) de que o morfema instativo {-*sûér*} do Tupí Antigo indica que o processo está em iminência de acontecer sem, contudo, atingir sua finalização. Nesta perspectiva, observe os seguintes dados.

(30a) *w-exak* *kuzà* *ma'eputy* *a'e*
 3-ver mulher flor 3
 “A mulher vê a flor.”

(30b) *i-puru-exak-wer* *kuzà* *ma'eputy* *r-ehe* *a'e*
 3-APASS-ver-DESID mulher flor C-PSP 3
 “A mulher quer ver a flor.”

- (31a) *u-zuka* *awa* *zàwàruhu* *a'e*
 3-matar homem onça 3
 “O homem mata a onça.”
- (31b) *i-puru-zuka-wer* *awa* *zàwàruhu* *r-ehe* *a'e*
 3-APASS-matar-DESID homem onça C-PSP 3
 “O homem quer matar a onça.”
- (32a) *u-'u* *ka'i* *pako'a* *a'e*
 3-comer macaco banana ele
 “O macaco come a banana.”
- (32b) *i-puru-'u-wer* *awa* *pako'a* *r-ehe* *a'e*
 3-APASS-comer-DESID macaco banana C-em 3
 “O macaco quer comer a banana.”
- (33a) *o-mono* *imem* *jaka* *w-emiriko* *ø-pe* *a'e*
 3-dar marido jaca 3.CORR-esposa C-PSP 3
 “O marido dá a jaca para sua (própria) esposa.”
- (33b) *i-puru-mono-wer* *imem* *jaka* *r-ehe* *w-emiriko* *ø-pe* *a'e*
 3-DSTR-dar-DESID marido jaca C-PSP 3.CORR-esposa C-PSP 3
 “O marido quer dar a jaca para sua (própria) esposa.”

Os dados em (30a-33a) evidenciam os verbos transitivos *exak* “ver”, *zuka* “matar”, *'u* “comer” e *mono* “dar” com seus respectivos argumentos, a saber: os DPs sujeitos *kuzà* “mulher”, *awa* “homem”, *ka'i* “macaco” e *imem* “marido”, bem como os objetos diretos *ma'eputy* “flor”, *zàwàruhu* “onça”, *pako'a* “banana” e *zaka* “jaca”, nesta ordem. Já nos exemplos de (30b-33b), tais predicados verbais foram antipassivizados seguindo padrão evidenciado em (1), repetido como (34):

- (34) Propriedades da antipassivização em Tenetehára
- (i) o predicado verbal apresenta o prefixo de voz antipassiva {*puru-*};
 - (ii) o verbo aciona o paradigma de concordância absoluta;
 - (iii) o DP objeto recebe a posposição *ehe*, transformando-se em um PP;
 - (iv) o verbo deve engatilhar o sufixo desiderativo {-*wer*}.

O objetivo da próxima seção é evidenciar a gramaticalização do morfema {*puru-*}, bem como apontar uma mudança linguística em relação às construções desiderativas.

4 GRAMATICALIZAÇÃO DO MORFEMA {*PURU-*} E MUDANÇA LINGUÍSTICA EM CONSTRUÇÕES DESIDERATIVAS, HIPÓTESES INICIAIS

O intuito desta seção é evidenciar a gramaticalização da unidade lexical {*puru-*}, bem como a mudança linguística que as construções com o morfema {-*wer*} têm apresentado. Com isso, pretendo lançar as primeiras hipóteses acerca de tais questões gramaticais.

4.1 Gramaticalização do morfema {*puru-*}

O morfema {*puru-*} é o item responsável por diminuir a valência em verbos transitivos nos contextos de antipassivização. Contudo, nestes contextos, esta unidade gramatical não pode ser traduzida como “gente” da forma que se observou nos dados de incorporação nominal. Na verdade, na antipassivização, houve uma gramaticalização da unidade gramatical lexical {*puru-*}, que sofreu uma dessemantização (esvaziamento semântico), perdendo o traço [+humano]. Ademais, essa unidade passou a ser mais gramatical ao deixar de ser um morfema lexical e se tornar um morfema gramatical antipassivo. Curiosamente, {*puru-*} mantém inalterada sua função de diminuir a valência dos predicados verbais a que se junta.

Essas afirmações corroboram as premissas de Hein e Kuteva (2002, p. 378) quanto à gramaticalização e os mecanismos deste processo, conforme o seguinte quadro.

Quadro 1 – Mecanismos do processo de gramaticalização

Mecanismo	Efeito
Dessemantização (branqueamento)	Perda de significado
Decategorialização (rebaixamento)	Perda de propriedades categoriais
Erosão (redução fonética)	Perda de substância fonética

Fonte: Hein e Kuteva (2002, p. 378)

Nessa linha de investigação, minha hipótese inicial é a de que os DPs objetos nas construções antipassivas só podem estar presentes por causa da dessemantização do morfema {*puru-*}. Dessa forma, como essa unidade gramatical não se constitui em um nome incorporado nessas construções, tendo sofrido dessemantização, a estrutura continuará a requerer um DP objeto. De forma mais específica, formalmente, as antipassivas são estruturas intransitivas; contudo, semanticamente, são construções transitivas já que requerem dois argumentos nucleares. Observe os seguintes dados, os quais dão robustez a essa hipótese.

- (35a) *u-zuka* *awa* *teko* *a'e*
 3-matar homem pessoas 3
 “O homem mata pessoas.”

Incorporação Nominal:

- (35b) *u-puru-zuka* *awa* *a'e*
 3-gente-matar homem 3
 “O homem mata (gente).”

Incorporação Nominal:

- (35c) **u-puru-zuka* *awa* *teko* *a'e*
 3-gente-matar homem pessoas 3
 “O homem mata gente.”

Antipassiva:

- (35d) *i-pur(u)-zuka-wer* *awa* *teko* *wa=r-ehe* *a'e*
 3-DESID-ver-DESID homem pessoas PL=3-PSP 3
 “O homem quer ver pessoas.”

Veja que, em (35a), figura o verbo transitivo *zuka* “matar”, o qual seleciona dois DPs, a saber: o sujeito *awa* “homem” e o objeto *teko* “pessoas”. Já em (35b), o verbo *puruzuka* “matar (gente)” requer, em sua estrutura interna, o argumento interno da predicação transitiva: o morfema {*puru-*} “gente”, além

do argumento externo sujeito *awa* “homem”. No exemplo (35c), a estrutura é agramatical tendo em vista o falante reconhecer dois objetos diretos, ou seja: a unidade gramatical lexical *{puru-}* “gente” e o objeto direto *teko* “pessoas”. Contudo, em (35d), não há restrição de coocorrência de *{puru-}* com *teko*, tendo em vista o morfema de antipassiva ter passado por dessemantização, corroborando a tese de que *{puru-}* em antipassivas perdeu o traço semântico [+humano].

Devido ao que fora apresentado nesta subseção, fico em condições de postular a ordem de ocorrência da morfologia e da posposição em antipassivas-desiderativas em Tenetehára. Assim, avento a seguinte ordem: (i) o morfema *{puru-}* é incorporado, a fim diminuir a valência do predicado verbal; (ii) emerge o morfema prefixal absolutivo *{i-}*, indicando que o verbo se tornou intransitivo; (iii) o DP objeto passa a ser selecionado por um PP e (iv) a unidade gramatical *{-wer}* é engatilhada.

O intuito da próxima seção é evidenciar uma curiosa mudança linguística que está ocorrendo na língua em análise.

4.2 Desiderativos em contextos de verbos transitivos

Paralelamente à ocorrência das estruturas antipassivas em Tenetehára, utiliza-se aspecto desiderativo em construções transitivas de forma a não desencadear a antipassiva, uma vez que pode ocorrer apenas o morfema sufixal aspectual desiderativo *{-wer}*. Nesses contextos, o predicado verbal transitivo não aciona concordância com o sujeito da sentença por meio do prefixo absolutivo *{i-}*, mas sim via prefixo nominativo *{u-}*. Ademais, nestas construções, não figuram nem o morfema antipassivo *{puru-}* nem a posposição *ehe*. Assim, existe uma outra construção possível para além das estruturas evidenciadas por meio dos dados das línguas Avá Canoeiro, Tupí Antigo, Kamaiurá e Tenetehára, cuja ocorrência da unidade gramatical aspectual desiderativa seria exclusiva de predicados verbais monoargumentais. Assim, observe os seguintes dados:

- (36) *w-exak-wer kuzà ma'eputyɾ a'e*
 3-ver-DESID mulher flor 3
 “A mulher deseja ver a flor.”
- (37) *u-zuka-wer awa zawaruhu a'e*
 3-matar-DESID homem onça 3
 “O homem quer matar a onça.”
- (38) *u-'u-wer ka'i pako'a a'e*
 3-comer-DESID macaco banana 3
 “O macaco quer comer a banana.”
- (39) *o-mono-wer awa jaka kuzàtaz ø-pe a'e*
 3-dar-DESID homem jaca menina C-PSP 3
 “O homem quer dar a jaca para a menina.”

Assim, nos exemplos em (36-39), corrobora-se o que fora dito acerca de verbos transitivos poderem receber o morfema aspectual desiderativo sem desencadear a antipassivização. A hipótese inicial é a de que uma mudança linguística esteja em curso.

Logo, em relação ao uso de construções desiderativas com verbos transitivos em Tenetehára, observa-se duas variantes no atual sistema: (i) desiderativas intransitivas antipassivas e (ii) desiderativas transitivas não antipassivas. Ademais, alguns professores indígenas têm relatado que sentenças as de (36-39) são proferidas pelos indígenas mais novos e as estruturas como as antipassivizadas são utilizadas por falantes mais idosos. Isso confirma o que fora dito por Faraco (2005, p. 23): “O estudo científico da história das línguas tem mostrado que a implementação das inovações é feita primordialmente pelas gerações mais jovens...”.

O autor faz a distinção entre “mudanças em tempo real” (mudanças linguísticas afastadas entre si no tempo) e “mudanças em tempo aparente” (uma vez que se pode detectar a mudança no tempo presente). Neste sentido, o que parece ocorrer neste caso é uma mudança morfossintática em tempo aparente,

tendo em vista que as duas variantes coexistem no sistema linguístico da língua em análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente capítulo foi investigar as construções antipassivas em Tenetehára (Tupí-Guaraní), às quais são desencadeadas pelo aspecto desiderativo. Morfologicamente, o desiderativo é instanciado por meio do morfema {-*wer*}, cuja função é indicar as noções de querer, desejar, gostar e ter vontade, codificando atelicidade. Esta unidade gramatical só ocorre como uma forma dependente e tem sua origem em **tsej* “querer”, do Proto-Tupí-Guarani. Como este morfema é exclusivo de verbos intransitivos, para que seja possível que ele ocorra com predicados verbais transitivos este deve sofrer redução de valência por meio de (i) incorporação nominal ou (ii) antipassivização.

Ademais, o morfema prefixal {*puru-*} é uma unidade gramatical que ocorre tanto em incorporações nominais quanto em antipassivizações. No primeiro contexto, este morfema pode ser traduzido como “gente”, já no segundo caso, esta unidade gramatical, que sofreu gramaticalização perdendo o traço semântico [+humano], passou a atuar como um morfema gramatical de antipassivização. Em relação à restrição do morfema {-*wer*} poder ocorrer apenas com verbos intransitivos, observa-se duas variantes no atual sistema: (i) desiderativas intransitivas antipassivas e (ii) desiderativas transitivas não antipassivas, o que aponta para uma evidente mudança linguística.

ABREVIATURAS

1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
ABS	Caso Absolutivo
APASS	Morfema antipassivo
ARG	Caso argumentativo
AUM	Aumentativo

C	Prefixo de contiguidade ao seu complemento
CORR	Prefixo correferencial e de terceira pessoa {w- ~ o- ~ u-}
DESID	Morfema de modo desiderativo
ERG	Caso ergativo
IMIN	Unidade gramatical de aspecto iminentivo
INSTATT	Instativo
INTENS	Intensificador
INTRANS	Intransitivo
NOM	Caso nominativo
OBL	Caso oblíquo
PART	Morfema participial
PERF	Perfectivo
PROP	Propensão
PSP	Posposição
SG	Singular
So	Sujeito de verbo inacusativo/descritivo
Ss	Sujeito singular
TRANS	Predicado transitivo

REFERÊNCIAS

ALDRIDGE, Edith. Antipassive and ergativity in Tagalog. *Lingua*, v. 122, n. 3, p. 192-203, 2012.

BAKER, Mark. *Incorporation: a theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BLIGHT, Ralph Charles. *Head Movement, Passive and Antipassive in English*. 2004. 256f. Doctoral Thesis – Faculty of the Graduate School, University of Texas at Austin, Austin, 2004.

BOBALJIK Jonathan. On Ergativity and Ergative Unergatives. *MIT working papers in linguistics*, v. 19, p. 45-88, 1993.

BORGES, Mônica Veloso. *Aspectos fonológicos e morfossintáticos do Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani)*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BORGES, Mônica Veloso. *Evidências fonológicas de parentesco genético entre Avá-Canoeiro e Tupi-Guarani*. Campinas: IEL/UNICAMP, 2003.

CAMARGOS, Quesler Fagundes CASTRO, Ricardo Campos; DIMANDE, Ernesto Mário. Verbos de controle e de alçamento na língua Rhonga (Tswa-Ronga, Bantu): ambiente sintático para o fenômeno da reestruturação. *CES – Revista do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, v. 33, n. 1, p. 118-147, 2019.

CASTRO, Ricardo Campos. *Interface morfologia e sintaxe em Tenetehára*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CASTRO, Ricardo Campos. *Morfossintaxe Tenetehára (Tupí-Guaraní)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CASTRO, Ricardo Campos. O epifenômeno da alternância de valência em Tenetehára (Tupí-Guaraní). *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 34, p. 347-391, 2013.

CASTRO, Ricardo Campos. Prolegômenos acerca da Incorporação Nominal em Tenetehára (Tupí-Guaraní). *Web Revista Sociodialeto*, v. 12, n. 34, 2021. No prelo.

CASTRO, Ricardo Campos; CAMARGOS, Quesler Fagundes. Nominalizations in Tenetehára (Tupi-Guarani). *MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, v. 58, p. 103-133, 2021b.

CASTRO, Ricardo Campos; CAMARGOS, Quesler Fagundes. The syntactic status of noun incorporation in the Tenetehára language (Tupí-Guaraní family). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 13, p. 367-395, 2021a.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Kaingáng: Questões de Língua e Identidade. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, v. 2, n. 1, p. 105-128, 2012.

DE VRIES, M. *The syntax of relativization*. Utrecht: LOT, 2002.

DIXON, Robert Malcolm Ward. Ergativity. *Language*, n. 55, p. 59-138, 1979.

DIXON, Robert Malcolm Ward. *Grammatical Categories in Australian Languages*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976.

DUARTE, Fábio Bonfim; CAMARGOS, Quesler Fagundes; CASTRO, Ricardo Campos. Antipassive structure in Tenetehára (Tupi-Guarani family). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 8, p. 61-82, 2016.

DUARTE, Fábio Bonfim; CAMARGOS, Quesler Fagundes; CASTRO, Ricardo Campos. Antipassive structure in Tenetehára (Tupi-Guarani family). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 8, n. 1, p. 63–85, 2017.

DUARTE, Fábio Bonfim; CASTRO, Ricardo Campos. Inergatividade, estrutura causativa e incorporação nominal em Tenetehára. In: CABRAL, Ana Suelly; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; DUARTE, Fábio Bonfim (Orgs). *Línguas e Culturas Tupi*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2010. p. 43-62.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FOLEY, William; VAN VALIN, Robert. Information packaging in the clause. In: SHOPEN, T. *Language Typology and Syntactic Description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 282-364.

GIVÓN, Talmy. *English Grammar: a functional-typological introduction*. Vol. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1993.

HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay (Orgs.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.

HEIN, Bernd; KUTEVA, Tania. On the evolution of grammatical forms. In: WRAY, Alison (Ed.). *The transition to language*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 376-397.

LAKA, Itzar. Unergatives that assign ergative, unaccusatives that assign accusative. *MIT working papers in linguistics*, v. 18, p. 149-172, 1993.

LEMON BARBOSA, Pe. *Curso de Tupi Antigo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

POLINSKY, Maria. Antipassive constructions. In: HASPELMATH, M; DRYER, M. S.; GIL, D; COMRIE, B. *The World Atlas of Language Structures*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

POSTAL, Paul. Antipassive in french. *Linguisticae Investigationes*, v. 1, p. 333-374, 1977.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2, 2005.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, v. 27/28, p. 33-53, 1985.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. Re- vendo a classificação da família Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suely; RODRIGUES, Aryon (Orgs.). *Línguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática e História*. Belém: Editora UFPA, 2002.

SEKI, Lucy. *Gramática do Kamaiurá: Língua Tupí-Guarani do Alto Xingu*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

SILVERSTEIN, Michael. Hierarchy of features and ergativity. In: DIXON, Robert M. W. (Org.). *Grammatical categories in Australian languages*. New Jersey: Humanities Press, 1976. p. 112-171.

SPRENG, Bettina. Little v in inuktitut: antipassive revisited. *Linguistica atlantica*, v. 23, p. 155-190, 2001.

CAPÍTULO VI

A CISÃO ERGATIVO/ACUSATIVA E A REFERÊNCIA REMISSIVA NÚMERO-PESSOAL NOS PREFIXOS VERBAIS DA LÍNGUA AMONDAWA

Wany Bernardete de Araujo Sampaio

1 INTRODUÇÃO

A língua Amondawa pertence ao tronco Tupi, família Tupi-Guarani, grupo Tupi-Kawahib. Atualmente, a população gira em torno de 150 pessoas, habitando o Posto Indígena Trancheira, na área indígena Uru-eu-uau-uau, região central do estado de Rondônia, Brasil. A maioria dos Amondawa fala sua língua materna, sendo que a maioria dos jovens e das crianças se comunicam também em português. Os primeiros contatos dos Amondawa com a sociedade não indígena aconteceram por volta de 1981 e, embora tendo sofrido muitas perdas culturais e sua população tenha sido drasticamente reduzida em decorrência de doenças e lutas advindas do contato, o povo Amondawa está em franco processo de reconstrução.

Meu intuito, com este trabalho, é verificar a possível existência de uma cisão ergatividade/acusatividade em Amondawa, através da referência remissiva (correferência) número-pessoal existente nos prefixos verbais. Na tipologia linguística, costuma-se classificar as línguas do mundo como agentivas, acusativas, ergativas, etc. Entretanto, entendo que talvez fosse melhor falar da existência de sistemas agentivos, acusativos e ergativos e que as línguas do mundo podem utilizar-se de mais de um sistema para sua organização gramatical; como bem disse Sapir (1980, p. 10),

As línguas, afinal de contas, são estruturas históricas excessivamente complexas. Importa menos dispor cada língua no seu escaninho determinado,

do que estabelecer um método flexível que nos permita, partindo de dois ou três pontos independentes, situá-la em relação a outra língua.

Há vários estudos disponíveis sobre a questão da ergatividade nas línguas indígenas brasileiras, dentre os quais citarei tão somente aqueles que têm orientados minhas leituras sobre essa temática, como o trabalho de Cheril Jansen (1998), que se reporta a marcadores correferenciais em línguas Tupi-Guarani. De acordo com a autora,

Typologically this language family is characterized by head-marking with no dependent marking to distinguish subjects from objects. The word order in independent clauses is flexible, the most likely basic order being *SOV or *SVO (Jensen, 1998). In independent clauses there is a split-S cross-referencing system in intransitive verbs as well as a split ergative system in transitive verbs. The latter is governed by a person hierarchy (1>2>3) which indicates whether A or O will be cross referenced. A nominative set (set 1) of prefixes which refers to Sa and A is limited to independent verbs: *a- '1SG', *oro- '1EX', *ja- '1IN', *ere- '2SG', *pe- '2PL', *o- '3'. This set occurs with A only when O is third person, and the A prefix is followed by the third-person object prefix from set 2, as in *ai-potár 'I like him'. Person markers from set 2 are used with both independent and dependent (subordinate and serial) verbs: *æé '1SG', *oré '1EX', *jané '1EX', *né '2SG', *pé '2PL', *i- '3'. In the split-S system they refer to So, in the split-ergative to O. In dependent verbs there is an ergative-absolutive cross-referencing system in which set 2 person markers refer to S or O. The same set of person markers is used to refer to a pronominal genitive on nouns and the object of postpositions. A set of coreferential prefixes (set 3) occurs in basically the same syntactic contexts as the person markers of this set (2), except for independent verbs (Jansen, 1998, p. 2).

Faço referência ao trabalho organizado por Gildea e Queixalós (2010), na obra *Ergativity in Amazonia*, que apresenta oito artigos de distintos estudiosos, envolvendo dados de 16 línguas da América do Sul, pertencentes a diferentes famílias linguísticas (duas isoladas, seis Pano, três Jê, três Carib, uma Tukano e uma Katukina).

Fábio Duarte Bonfim (2007) também organizou um volume intitulado *Cisão de caso, telicidade e posse em línguas indígenas brasileiras*, constituído por seis trabalhos envolvendo as línguas Ka'apor, Maxakali, Tenetehára, Mbyá-Grarani, Juruna, Kaingang e Xokleng.

Luciana Storto (2005, p. 59) analisou o Caso nas línguas do troco Tupi, argumentando

a favor a favor de um sistema cindido de Caso em quatro das dez famílias do tronco. Mostramos que a presença da morfologia de voz inversa em Karitiana (família Arikém), Mekéns (família Tupari) e Karo (família Raramama) causa uma mudança nos padrões de concordância e cliticização naquelas línguas (de ergativo-absolutivo para nominativo-acusativo).

Mais recentemente, conheci o trabalho de Joshua Birchall (2015), *A comparison of verbal person marking across Tupian languages*. Sob uma perspectiva tipológica, o autor busca explorar as maneiras pelas quais as diferentes línguas expressam argumentos sobre o predicado em orações principais independentes. De seu estudo, o autor afirma que a análise de parcimônia por ele utilizada dá suporte à afirmação de que “o Proto-Tupí, originalmente, tinha um sistema de indexação que marcou argumentos absolutivos sobre o predicado. A partir daí, o sistema começou a mudar nas línguas que se espalharam para fora de Rondônia, enquanto os ramos que permaneceram em Rondônia mantiveram o padrão absolutivo” (Birchall, 2015, p. 342).

Reporto-me, ainda, ao trabalho de Evangelista Koga (2020), que trata da a (cor)referencialidade em línguas Tupi Guarani, em que o pesquisador diz:

Arelada à ordem livre de palavras, a ocorrência dos sintagmas que desempenham função de argumento na sentença é facultativa em línguas da Família Tupi-Guarani. Isso só é possível por conta da ocorrência obrigatória dos índices pessoais, quando ela é permitida dentro do contexto sintático [...] Esse comportamento das línguas TG [...] evidencia a importância morfosintática desempenhada pelos marcadores de pessoa. Assim, o estudo desses morfemas é parte essencial para a compreensão do sistema referencial - tanto dêitico quanto discursivo - que vigora nessas línguas (Evangelista Koga, 2020, p. 13-14).

Devo também lembrar o trabalho de Yonne Leite (1990, p. 46-47), que analisou os clíticos referenciais de pessoa em Tapirapé, encontrando que “a co-referencialidade entre o sujeito de uma sentença simples [...] ou independente e um participante que se encontre em qualquer outro sintagma da oração é assinalada sempre em Tapirapé, qualquer que seja a pessoa envolvida”.

Resta-me esclarecer, então, o que estou tomando conceitualmente como uma sentença ergativa. Parto da concepção básica de que as sentenças transitivas, aquelas construídas com verbos transitivos, possuem dois argumentos: um sujeito transitivo (S) e um – ou mais de um – objeto (O). Esse sujeito é considerado agente (A) e o objeto paciente (P). Em cada língua, nós, enquanto falantes, temos maneiras para determinar qual desses dois argumentos vai ocupar a posição (ou exercer a função) de sujeito ou de objeto. Em muitas línguas do mundo, essa distinção acontece por intermédio da ordem das palavras na sentença. Em outras línguas, tal distinção independe da ordem, pois o sistema linguístico, em sua morfologia, conta com marcadores (morfemas) de caso (como o Latim, por exemplo) que evidenciam a função sintática que a palavra exerce na sentença.

Então, o que tomo aqui como uma sentença ergativa é assim explicado por Camara Jr. (1973, p. 191): “é uma frase transitiva com sujeito ativo em oposição a uma frase intransitiva, de sujeito inativo; ou antes, uma frase nominal com sujeito possessivo e objeto, em oposição a uma frase nominal impessoal, apenas com objeto”. Segundo o autor, alguns linguistas “[...] preferem ver na frase ergativa a exata contraparte da frase passiva, com sujeito-paciente, e um agente no predicado” (Camara Jr., 1973, p. 188). Nesse sentido, podemos dizer que o objeto (P) se arvora em sujeito (S) da sentença, como se dá em língua portuguesa:

- (a) João quebrou o **pote**. (Sentença transitiva, em que o sujeito é João e o objeto é pote)
- (b) O **pote** foi quebrado (por João). (Sentença passiva)
- (c) O **pote** quebrou. (Sentença intransitiva)

Nesses exemplos, percebe-se o deslocamento do objeto (pote) de sua posição original em (a) para: a **posição** de sujeito em (b), *sentença passiva*, em que João, o agente, posiciona-se no predicado; em (c), *sentença intransitiva*, em que pote se alinha exatamente a João, tanto na **posição** quanto na **função** sintática (S).

Assim, considerando que a ergatividade pode se manifestar através da ordem das palavras, da morfologia do nome ou pronome, através de prefixos ou sufixos, bem como na morfologia do verbo, segui alguns passos que julguei importantes para esta análise: em primeiro lugar, investiguei as diversas ordens em que podem ocorrer as palavras nas sentenças; em seguida, busquei verificar, no *corpus* disponível, a existência ou não de marcas de caso na morfologia nominal, pronominal e verbal. Algumas questões norteiam esta investigação:

- Como se dá, morfológica e sintaticamente, a realização do único argumento (S) de um verbo intransitivo? É igual ao argumento Agente (A) ou ao argumento Paciente (P) de um verbo transitivo? Ou difere de ambos?
- Qual a ordem de ocorrência dos itens pronominais em construções verbais transitivas, nos enunciados simples, em que (A) e (P) são não humanos?
- Qual a ordem de ocorrência dos itens pronominais em construções verbais transitivas, nos enunciados simples, em que A e P são humanos?
- Qual a ordem de ocorrência dos argumentos de um verbo transitivo (VT) quando A e P são não humanos?
- Qual a ordem de ocorrência dos argumentos de um VT quando A e P são humanos?
- Até que ponto o semantismo do verbo intransitivo influi na cisão ergatividade-acusatividade, se ela existe?

Como se pode ver, são muitas as questões que envolvem este trabalho, ainda em início de construção. Neste texto, de caráter meramente descritivo, apresento apenas uma síntese de minhas análises iniciais acerca da cisão ergatividade-acusatividade em Amondawa, manifestada através da correferência número-pessoal dos prefixos verbais; também discuto essa possível cisão com base na hierarquia de actância e no semantismo dos VI, considerando o

controle *versus* o não controle da ação verbal pelo sujeito (S). Antes, porém, apresento uma síntese daquilo que consegui perceber quanto à ordem das palavras nas sentenças independentes, pois considero que essa é uma questão importante para que se verifique resquícios de ergatividade.

2 A ORDEM DAS PALAVRAS NA SENTENÇA INDEPENDENTE

Aqui adoto a concepção de sentença enquanto uma “cadeia de palavras, bem formadas” (ou seja, seqüências bem formadas), ou de forma vocabulares, tais como em: “Hoje de manhã ele levantou tarde” (Lyons, 1987, p. 105). Compreendo, também, que “[...] há uma variação muito grande que cada língua faz da ordem dentro de sintagmas maiores” (Lyons, 1987, p. 123). Desse modo, para esta análise, baseei-me no estudo de um *corpus* constituído de seiscentas sentenças (482 independentes e 128 dependentes), envolvendo construções com verbos transitivos (VT), verbos intransitivos (VI) e verbos descritivos (VD) – por VD considere aqueles que descrevem estado, mudança de estado, cores, tamanho, qualidade, etc., cujo sujeito não é controlador. Das sentenças independentes, selecionei aquelas que apresentam sujeito (S) e objeto (O) presentes, com fins de verificar sua ordem de ocorrência na sentença, bem como se havia alguma marca de caso na morfologia das palavras.

Considero que o estudo da ordem pode oferecer evidências sobre se realmente há resquícios de ergatividade na língua, quando observada desse ângulo, isto é, se a ordem das palavras, principalmente a dos argumentos verbais, demonstra uma ordem mais própria de línguas com sistema ergativo ou de línguas com sistema agentivo, ou, ainda, se existe uma cisão ergativo-acusativa. Desse modo, passo a expor alguns dados que demonstram a ordem de ocorrência das palavras nas sentenças independentes em Amondawa, considerando a transitividade do verbo que as constitui, bem como características semânticas e gramaticais de S e O.

2.1 Construções sentenciais com VT

a) Sentenças com VT em que S e O estão presentes na construção:

a.1) Sentenças com VT em que S é humano e O é não humano:

Nesse tipo de construção, observam-se diferentes ordens. Se o sujeito é um pronominal, tem-se a ordem VSO:

- (1) *a-epien* *ji* *jagwara*
1s.-ver eu onça
V S O
“Eu vi a onça.”

- (2) *o-kwa* *ga* *jakarea*
3s-amarrar ele jacaré
V S O
“Ele amarrou o jacaré.”

Se o sujeito for um nome próprio, a ordem é SVO:

- (3) *Kwari ga* *mboji* *yvava*
Kwari ele derrubar cuia
S V O
“Kwari derrubou a cuia.”

- (4) *Mande’i* *hea* *kyji* *mboja vi*
Mande’i ela ter medo cobra de
S V O posp.
“Mande’i tem medo de cobra.”

Em (3) e (4), deve-se observar que os nomes próprios devem ser sempre seguidos por um pronominal pessoal independente, que funciona como marcador de gênero e número: nos exemplos, temos *ga*, para a 3ª pessoa masculino singular e *hea* para a 3ª pessoa feminino singular.

a.2) Sentenças com VT em que S e O são humanos:

Nas construções em que S e O são pronominais, geralmente O é enfático (enf.) e a ordem é VSO:

(5) *a-põnõi* *ji* *garehe*
 1s-empurrar eu ele (enf.)
 V S O
 “Eu empurrei ele.”

(6) *o-põnõi* *ga* *jirehe*
 3s-empurrar ele eu (enf.)
 V S O
 “Ele me empurrou.”

(7) *ere-koite* *nde* *jirehe*
 2s-gostar você eu (enf.)
 V S O
 “Você gosta de mim.”

(8) *a-koite* *ji* *nderehe*
 1s-gostar eu você (enf.)
 V S O
 “Eu gosto de você.”

Nas construções em que S e O são pronominais e V não está marcado por um prefixo pronominal número-pessoal, a ordem é necessariamente VSO. Isso parece acontecer apenas com relação ao prefixo de terceira pessoa:

(9) *ø-vavã* *ga* *hea*
 brigar ele ela
 V S O
 “Ele brigou com ela.”

(10) *ø-vavã* *hea* *ga*
 brigar ela ele
 V S O
 “Ele brigou com ela.”

Encontrei, porém, construções em que O é um pronome independente (não enfático) de primeira pessoa do singular, em que a ordem é OVS, como em (11):

- (11) *ji vavã ga*
 eu brigar ele
 O V S
 “Ele brigou comigo.”

Nas construções em que S e O são nomes próprios, a ordem é SVO:

- (12) *Warina ga ø-vavã Mãnde’i hea*
 Warina ele brigar Mande’í ela
 S V O
 “Warina brigou com Mande’í.”

- (13) *Mãnde’i hea ø-vavã Warina ga*
 Mande’í ela brigar Warina ele
 S V O
 “Mande’í brigou com Warina.”

Em construções com dois O, se S for um nome próprio, a ordem é SVO, sendo que o O posposicionado (o que conhecemos tradicionalmente como objeto indireto) ocupa sempre a última posição:

- (14) *Mongeta ga amondo takwara Warina ga pe*
 Monguetá ele dar flecha Warina ele para
 S V O O O posp.
 “Monguetá deu flecha para Warina.”

Em construções com dois O, se S for um pronominal, a ordem é VSO, sendo que a última posição será ocupada pelo O posposicionado:

- (15) *a-po ji ae-põpeara nde ve*
 1s-fazer eu pos. hum.-anel você para
 V S O O posp.
 “Eu fiz anel para você.”

- (16) *o-mim ga takwara nde vi*
 3s-esconder ele flecha você de
 V S O O posp.
 “Ele roubou flecha de você.”

a.3) Sentenças com VT em que S é não humano e O é humano?

Com esse tipo de construção, verificam-se as seguintes ordens: nas construções em que S é um nominal não humano e O é um nome próprio, teremos a ordem SOV, com uma referência cruzada para O, que é duplamente citado na sentença, antes (em forma pronominal) e depois do verbo (em forma nominal):

- (17) *jagwara hea 'u Mande'i hea*
onça ela morder Mande'í ela
“A onça mordeu Mande'í.”

Nas construções em que S é um nominal não humano e O é um pronominal humano, tem-se a ordem OVS:

- (18) *ji 'u jagwara*
eu morder cachorro
O V S
“O cachorro me mordeu.”

- (19) *ñãnde 'u jagwara*
nós(incl.) morder cachorro
O V S
“O cachorro mordeu nós dois (eu e você).”

Nas construções em que S é um nominal não humano e O é um pronominal humano posposicionado, tem-se a ordem VSO:

- (20) *kyji ka'ia ahe vi*
ter medo macaco gente de
V S O posp.
“Macaco tem medo de gente.”

a.4) Sentenças com VT em que S e O são não humanos

Nessa construção, a ordem será obrigatoriamente SVO:

- (21) *jagwara* 'u *mboja*
 cachorro morder cobra
 S V O
 “O cachorro mordeu a cobra.”

2.2 Construções sentenciais com VI

a) Sentenças com VI em que S é não humano:

Nessas construções sentenciais, verificam-se duas diferentes ordens: se a construção tiver apenas S mais VI, a ordem será VS:

- (22) *oka* *tuiuka*
 quebrar pote
 V S
 “O pote quebrou.”

- (23) *amono* *jagwara*
 morrer onça
 V S
 “A onça morreu.”

- (24) *mboijã* *ji-rupava*
 rasgar ls.pos.-rede
 V S
 “Minha rede rasgou.”

Se houver, na sentença, um sintagma circunstancial, a ordem será preferivelmente SV:

- (25) *amãna* o'in *yva-tyvyra-him* *varehe*
 chuva cair terra-seca-intens. em cima de
 S V CIRC.
 “A chuva caiu na terra seca.”

- (26) *kwara* *na-mo'e-i* *koroite*
 sol neg.-aparecer-neg. hoje
 S V CIRC.
 “O sol não apareceu (no céu) hoje.”

b) Sentenças com VI em que S é humano:

Nessas construções, a ordem é VS, haja ou não sintagmas circunstanciais na sentença:

- (27) *o-jaho* *ga*
3s-chorar ele
V S
“Ele chora.”
- (28) *o-popojypojy* *ta'yra* *ga*
3-vomitare criança ele
V S
“O menino vomitou.”
- (29) *are-ho* *are* *ypiterova* *pe*
1pl.excl.-ir nós cidade para
V S CIRC.
“Nós (eu e ele/a) fomos para a cidade.”
- (30) *o-ho ki* *ngã* *kopea ko*
3pl.-ir pass. eles roça pass.
V S CIRC.
“Eles foram à roça ontem.”
- (31) *d-o-ko-i* *ga* *awo*
neg-3s- ficar-neg. ele aqui
V S CIRC.
“Ele não mora aqui.”

2.3 Construções sentenciais com VD

Os verbos descritivos, cujo sujeito não é controlador, na verdade, são mais propriamente adjetivos que funcionam como construções verbais intransitivas. No *corpus* estudado, identifiquei duas possibilidades para a ordem desse tipo de construção: quando as construções com VD representam ideias adjetivas, a ordem é VS:

(32) *i-katu-hete* *kanindea-pepoa*
 3s-bonito-intens. arara-pena
 V S
 “A pena da arara é bonita.”

(33) *ñãnde-katu* *ñãnde*
 1pl.incl.-bonito nós
 V S
 “Nós dois (eu e você) somos bonitos.”

(34) *are-poaka-him* *are*
 1pl.excl-forte-intens. nós
 V S
 “Nós dois (eu e ela/a) somos muito fortes.”

Saliento que não me aprofundi na descrição de construções descritivas, por enquanto, porém encontrei construções com VD traduzindo um estado de S em relação a outra pessoa, possivelmente com função de O, em que S é enfatizado. Nesse caso, temos a ordem OVS:

(35) *nde arõi gaha*
 você feliz ele (enf.)
 O V S
 “Ele (está) contente com você.”

Esta descrição inicial sobre a ordem das palavras nas sentenças independentes sugere que, em Amondawa, a variabilidade da ordem se justifica pelas informações gramaticais trazidas na sentença. Para as sentenças transitivas, são admitidas as ordens VSO, SVO, OVS e SOV; para as sentenças intransitivas, tivemos as ordens VS e SV; para as sentenças descritivas tivemos as ordens VS e OVS.

A maior parte das sentenças independentes analisadas é compatível com a ordem VSO, visto que o verbo, preferencialmente, ocupa o primeiro

lugar, antes dos núcleos nominais. Quando não há possibilidade de ambiguidade entre os núcleos nominais, a ordem não é necessariamente obrigatória; porém, se existe tal possibilidade, é somente através da ordem que se podem determinar as funções gramaticais exercidas pelos núcleos nominais.

Em relação às sentenças transitivas, quando S e O são nominais, a ordem mais frequente é SOV; quando S ou O é um pronominal, a ordem mais frequente é VSO. Nas construções em que S e O são pronominais e ocupam lugar posposto ao verbo, a ordem é obrigatoriamente VSO, para se evitar a ambiguidade nas funções exercidas pelos núcleos pronominais, como em no exemplo (9) *vavã ga hea* “Ele brigou com ela”; ou, ainda, como em (11) *ji vavã ga* “Ele brigou comigo”, em que temos a ordem OVS. Esta ordem se impõe pela relação de hierarquia de actância existente entre S e O, em que a 1ª pessoa está em escala mais alta que a 3ª.

Convém ainda atentar-se para os casos em que O é duplamente citado na sentença, em que a ordem é SOV, como em (17) *jagwara hea 'u Mande'í hea* “A onça mordeu Mande'í”, onde se percebe claramente a referência cruzada entre o pronome pessoal *hea*, de 3ª pessoa feminino singular, que precede o verbo, e o nome a que ele se refere, *Mande'í*, que ocupa lugar posposto verbo. Registro que, em Amondawa, os marcadores de gênero existentes (*hea* e *ga*) são usados unicamente para seres humanos. Então, é impossível pensar que *hea* estaria vinculado a *jawara* em (17). Para os VI e VD, a ordem mais frequente é VS, sendo que para os VI ocorre também a ordem SV.

Essas observações me conduziram a suspeitar de que a ordem das palavras nas sentenças independentes, em Amondawa, apresenta uma cisão ergativo-acusativa, isto é, que o único argumento (S) agente (A) de um VI pode se identificar, em termos de posição na sentença, com o argumento paciente (P) de um VT, indicando resquícios de ergatividade:

- (36) *Uka ga o-ka ga tuiuka*
 Uka ele 3-quebrar ele pote
 S(A) VT A O(P)
 “Uká quebrou o pote.”

- (37) *oka tuiuka*
 quebrar pote
 VI S(P)
 “O pote quebrou.”

Ou, ainda, que o sujeito (S) de um VI pode se identificar, em termos de posição na sentença, com o argumento agente (A) de um VT, indicando acusatividade:

- (38) *Mongeta ga amondo takwara Warina ga pe*
 Mongetá ele dar flecha Warina ele para
 S(A) VT O(P) Benefac.
 “Mongetá deu flecha para Warina.”

- (39) *amãna o'in yhya-tyvyra-him varehe*
 chuva cair terra-seca-intens. em cima de
 S V CIRC.
 “A chuva caiu na terra seca.”

3 A CISÃO ERGATIVIDADE/ACUSATIVIDADE E A REFERÊNCIA REMISSIVA NÚMERO-PESSOAL DOS PREFIXOS VERBAIS

Nesta seção, investigo a possível cisão ergatividade/acusatividade sob o aspecto da referência remissiva (*cross-referencing*) número-pessoal dos prefixos verbais em Amondawa, considerando o semantismo dos VI (controle *versus* o não controle) e a hierarquia de actância entre os argumentos A (sujeito) e P (objeto) dos VT. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a língua Amondawa apresenta um sistema pronominal bastante complexo, conforme disposto no Quadro 1:

Quadro 1 – Sistema pronominal Amondawa

Pessoa/Número	Conjunto 1	Conjunto2	Conjunto 3
1 s	a -	ji	jihe/jirehe
	i -	i -	
2 s	ere -	nde	ndehe/nderehe
2 s imperativo	e -		
3 s masculino	o -	ga	gaha/garehe
3 s feminino	o -	hea	hehea/hearehe
3 geral	o -	ae/ahe	ae/ahe
3 pl	o -	ngã	ngãhã/ngãrehe
1 pl exclusivo	oro -	are	are/arehe
	are -		
1 pl inclusivo	xa -	ñande	ñande/ñanderehe
	xi -		
2 pl	pe -	pe-	pehe/perehe
2 pl imperativo	pe -		

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1 apresenta um sistema de quatro pessoas: primeira, segunda, terceira e inclusiva, sendo que a primeira pessoa do plural faz distinção entre inclusivo e exclusivo. Note-se ainda que existe uma distinção de gênero (masculino e feminino) para a terceira pessoa do singular. Esses três conjuntos de formas pronominais funcionam de diferentes maneiras na língua, em diferentes tipos de construções.

Dada a complexidade das formas pronominais em evidência, e com fins de facilitar a compreensão de seu funcionamento na sentença, consideremos como fórmula geral do verbo que: $V = \text{Pess. Ag} + R$. Isto significa que, no nível da construção intra-verbal, o verbo (V) contém, obrigatoriamente prefixado ao seu radical (R), o morfema número-pessoal referente ao único argumento A de um VT, ou seja, ao sujeito:

- (40) *a-hei* *ji* *ji-pira*
 1s-lavar eu 1s.pos.-pele/roupa
 VT A O
 “Eu lavo minha roupa.”

Convém observar, no entanto, que os prefixos pronominais geralmente serão omitidos quando houver, precedente ao verbo, um núcleo pronominal ou nominal que funcione como S ou O:

- (41) *ji* *vavã* *ga*
 eu brigar ele
 O V S
 “Ele brigou comigo.”

- (42) *jagwara* *'u*
 onça morder
 S V
 “A onça morde.”

Vejamos agora, como se dá o funcionamento das formas pronominais dos Conjuntos 1, 2 e 3. Para tanto é necessário retomarmos a ideia já tratada na seção 1, acerca de verbos transitivos, intransitivos e descritivos.

Analisemos as seguintes construções, em que utilizamos por base o VT *-po* “fazer”, no contexto “___ fazer comida para alguém”:

	Conj. 1	VT	Conj. 2	Nominal	Conj. 2	Postp
	Pref. n/p.		Sujeito	Objeto 1	Objeto 2	.
		<i>fazer</i>		<i>comida</i>		<i>para</i>
(43)	1s	a -	po	ji	mbatera	ji ve
(44)	2s	ere -	po	nde	mbatera	nde ve
(45)	3s masc.	o -	po	ga	mbatera	ga pe
(46)	3s fem.	o -	po	hea	mbatera	iña pe
(47)	3 geral	ae -	po	ae	mbatera	ae ve
(48)	3 pl	o -	po	ngã	mbatera	ngã pe
(49)	1pl excl	are -	po	are	mbatera	are ve
(40)	1pl incl	xi -	po	ñande	mbatera	ñande ve
(51)	2pl	pe -	po	pe	mbatera	pe ve

Verifica-se, nessas sentenças independentes: (i) a ocorrência das formas pronominais do Conjunto 1 como prefixos número-pessoais que se referem ao argumento A de um VT; (ii) a ocorrência das formas pronominais do Conjunto 2 como S independente e como O seguido de uma posição.

As formas pronominais do Conjunto 2 podem, ainda, ser usadas para indicar o genitivo, ou seja, o possuidor, quando prefixadas a um objeto ou coisa possuída:

	Possuidor	Possuído	
(52)	ji -	poa	“minha mão”
(53)	nde -	poa	“tua mão”
(54)	ga -	poa	“mão dele”
(55)	hea -	poa	“mão dela”
(56)	ae -	poa	“mão de gente”
(57)	are -	poa	“nossa mão” (minha e dele)
(58)	ñande -	poa	“nossa mão” (minha e tua)
(59)	pe -	poa	“mão de vocês”

Os pronominais enfáticos do Conjunto 3 serão usados como pronomes independentes, ocupando posição final na sentença, porém correferenciados a S, quando este é enfatizado. Exemplos de construções com S enfático:

(60) *a-kyji* *ji* *mboja vi* *jihe*
 1s-ter medo eu cobra de eu
 V S O posp. S (enf.)
 “Eu tenho medo de cobra.”

(61) *Kwari ga* *karovã-eté* *gaha*
 Kwari ele doente-intens. ele
 S V S(enf.)
 “Kwari está muito doente.”

No caso de exercer a função de O, não há necessidade de correferência, podendo o pronominal ocorrer sozinho, ocupando a última posição na sentença. Exemplos de construção com O enfático:

(62) *ere-koite nde jirehe*
 2s-gostar você eu
 V S O(enf.)
 “Você gosta de mim.”

(63) *a-põnõi ji nderehe*
 1s-empurrar eu você
 V S O (enf.)
 “Eu empurrei você.”

Nas construções com VI, são usadas as formas pronominais do Conjunto 1, a exemplo da sequência de sentenças a seguir, tendo por base o VI *-ho* “ir”:

		Conj. 1	VI	Coj. 2	
		Pref. n/p.		Sujeito	
(64)	1s	a -	ho	ji	“Eu vou”
(65)	2s	ere -	ho	nde	“Você vai”
(66)	3s masc.	o -	ho	ga	“Ele vai”
(67)	3s fem	o -	ho	iña	“Ela vai”
(68)	3 geral	ae -	ho	ae	“A gente vai”
(69)	3 pl	o -	ho	ngã	“Eles(as) vão”
(70)	1pl excl	are -	ho	are	“Eu e ele vamos”
(71)	1pl incl.	xa -	ho	ñãnde	“Eu e você vamos”
(72)	2pl	pe -	ho	pe	“Vocês vão”

Note-se, aqui, que existe uma diferença na forma prefixal referente ao sujeito de primeira pessoa do plural inclusiva: para os VT, a forma é *xi*, enquanto para VI a forma é *xa*.

Para os VD, são prefixadas formas pronominais do Conjunto 2, sendo que para a 3ª pessoa o morfema é { \emptyset }:

		Conj. 1	VD	Coj. 2	
		Pref. n/p.		Sujeito	
(73)	1s	i -	katu	ji	“Eu sou bonito”
(74)	2s	nde -	katu	nde	“Você é bonito”
(75)	3s masc.	∅-	katu	ga	“Ele é bonito”
(76)	3s fem	∅ -	katu	iña	“Ela é bonita”
(77)	3 geral	∅ -	katu	ae	“Gente é bonita”
(78)	3 pl	∅ -	katu	ngã	“Eles/Elas são bonitos”
(79)	1pl incl	are -	katu	are	“Eu e ele somos bonitos”
(80)	1pl excl.	ñãnde -	katu	ñãnde	“Eu e você somos bonitos”
(81)	2pl	pe -	katu	pe	“Vocês são bonitos”

Através dos exemplos analisados nesta seção, é possível observar que existe, no nível das construções intra-verbais e nas sentenças independentes, a obrigatoriedade de um prefixo verbal que concorde ou com S ou com O. Há diferenças no uso desses prefixos, conforme a transitividade do verbo. Em relação aos VT e VI, existe uma diferença na forma pronominal da primeira pessoa do plural inclusiva, em que a forma *xi* é prefixada aos VT, enquanto a forma *xa* é prefixada aos VI.

Quanto aos chamados VD (ou estativos) – os quais, no fundo, são adjetivos que resultariam em VI – apresentam uma construção completamente diferenciada em termos prefixais. Tal fato sugere haver uma distinção semântica gramaticalizada entre os VI: os controlados e os não controlados; isso indica que existe uma cisão dependente do controle de S sobre V. Assim, os VD, cujo S não é controlador, realizam-se com um conjunto de prefixos, enquanto os VI ativos, cujo sujeito é controlador, realizam-se com outro conjunto.

Nas sentenças transitivas, portanto com VT, essa cisão controle/não controle está diretamente relacionada ao *status* que A e P (indiretamente S e O) ocupam no *ranking* de hierarquia de actância. Vimos, neste estudo, que a ordem predominante das sentenças transitivas independentes é VSO, em que o prefixo verbal remete a S; porém, vimos também que há construções OV, ou seja, o prefixo verbal remete a O. Dessa maneira, podemos supor que os

verbos mostram uma hierarquia de actância em que a 1ª pessoa ocupa um *ranking* mais alto que a 2ª e que a 3ª: 1 > 2 > 3.

Assim, nas sentenças transitivas independentes, o prefixo verbal fará referência remissiva ao núcleo (pro)nominal que estiver no *ranking* mais alto: se o núcleo nominal for S, o prefixo verbal será do Conjunto 1:

- (82) *xi-ki* *ñãnde avaxia* *ga* *ve*
 1pl.incl-plantar nós milho ele para
 V S O¹ O² posp.
 “Nós plantamos milho para ele.”

- (83) *pe-ki* *pe* *avaxia* *ji* *ve*
 2pl-plantar vocês milho eu para
 V S O¹ O² posp.
 “Vocês plantaram milho para mim.”

Então, a troca dos prefixos pronominais verbais indica que um S (pro) nominal será associado ao S controlador e/ou ao S não controlador dos VI. Assim, pode-se interpretar a língua Amondawa como tendo um sistema acusativo, quando comparada a uma construção intransitiva agentiva (S controlador) e um sistema ergativo, quando comparada a uma construção paciente (S não controlador).

Muitas vezes a escolha do sujeito agentivo ou paciente é determinada lexicalmente; uns verbos requerem sujeito agentivo e outros requerem sujeito paciente. Entretanto, em Amondawa, alguns verbos podem ocorrer com sujeito agentivo ou paciente, o que se evidencia no prefixo verbal. Isso é particularmente observável em relação à 1ª pessoa do singular:

- (84) *i-mongwai* *jihe*
 1sP-cortar eu (enf.)
 “Eu me cortei.”
- (85) *a-mongwai* *ji* *tupahãma*
 1sA-cortar eu corda
 “Eu cortei a corda.”

Em (84) e (85) temos um VT em construção com dois argumentos. Em (85), o prefixo verbal $\{i-\}$ se refere a um argumento P (sujeito paciente). Na segunda sentença o prefixo verbal $\{a-\}$ se refere a um argumento A (sujeito agente).

Com os VI também encontramos construções que apresentam variação na forma pronominal da 1ª pessoa do singular:

(86) *i-jo-puta* *jihe*
 1sP-refl.-vir eu (enf.)
 “Eu vim (porque eu mesmo quis).”

(87) *d-a-ho-i* *ji* *i-kahupa* *ko*
 neg-1sA-ir-neg. eu 1sP-caçar pass.
 “Eu não fui caçar ontem.”

Comparando (84) a (86), poderíamos dizer que a presença do reflexivo $\{jo-\}$ em (86) e o fato de o sujeito de (84) ser também o objeto da ação verbal condicionariam a escolha de um morfema pacientivo. Porém isso não justifica (87), em que a construção apresenta dois verbos sequenciais, sendo que o verbo auxiliar *ho* apresenta a forma $\{a-\}$ A e o verbo principal, *kahupa*, apresenta a forma $\{i-\}$ P. Então, para (87) a escolha da forma $\{i-\}$ seria justificada pelo fato de que o sujeito do segundo verbo estaria correferenciado ao sujeito gramatical da sentença $\{ji-\}$, o qual, em verdade, não seria nem A nem P, já que o ato de ir caçar não foi por ele praticado. Mas isso é meramente uma suposição, merecedora de maiores estudos sobre o escopo semântico-gramatical da negação, considerando-se não somente a língua, mas, especialmente, a cultura dos falantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise inicial do *corpus* me permite supor que a língua Amondawa apresenta uma cisão ergativo/acusativa. Embora essa língua não disponha, na sua morfologia, de marcadores de casos, pude encontrar indícios desta cisão em relação à ordem das palavras nas sentenças independentes, considerando-se que a ordem se faz necessária para definir os argumentos A e P dos VI.

É possível, também, verificar a cisão ergativo/acusativa através da obrigatoriedade dos prefixos verbais número-pessoais que se referem a S, os quais sofrem uma cisão determinada por fatores semânticos (controle/não controle) adicionados a fatores sintáticos.

Embora seja este um estudo inicial, de caráter descritivo e ainda sem o devido aprofundamento em uma discussão teórica sobre a temática em foco, é minha intenção que os dados aqui disponibilizados e o esboço de minhas interpretações possam contribuir para estudos de outros pesquisadores interessados.

ABREVIATURAS

1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
A	Agente (Sujeito de transitivo)
benefac	Benefactivo
CIRC	Circunstancial
enf	Enfático
excl	Exclusivo
incl	Inclusivo
intens	Intensificador
neg	Negação
O	Objeto de transitivo
p	Plural
P	Paciente (objeto de transitivo)
pass	Passado
pos.hum	posse humana
posp	Posposição
refl	Reflexivo
s	Singular
S	Sujeito
VD	Verbo descritivo
VI	Verbo intransitivo
VT	Verbo transitivo

REFERÊNCIAS

BIRCHALL, Joshua. A comparison of verbal person marking across Tupian languages. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 10, n. 2, p. 325-345, maio-ago. 2015.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores de língua portuguesa*. 4ª ed. ver. aum. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1973.

DUARTE, Fábio Bonfim (Org.). *Cisão de caso, telicidade e posse em línguas indígenas brasileiras*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007. (Cadernos Viva Voz).

EVANGELISTA KOGA, Diogo Issaburo. *Revisitando a (cor)referencialidade em línguas Tupi Guarani*. 2020. 121 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

GILDEA, Spike; QUEIXALÓS, Francesc. *Ergativity in Amazonia*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2010. (Typological Studies in Language).

JANSEN, Cheryl. Coreferential marking in Tupí-Guaraní languages. *Journal of Amazonian Linguistics*, v. 1, n. 2, p. 1-49, mar. 1998.

LEITE, Yonne. Para uma tipologia ativa do tapirapé: os clíticos referenciais de pessoa. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 18, p. 37-56, jan.-jun. 1990.

LYONS, John. *Lingua(gem) e Linguística: uma introdução*. Trad. Marilda Winker Averburg e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1987.

SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980.

STORTO, Luciana R. Caso e concordância nas línguas Tupi. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 34, p. 59-72, 2005.

CAPÍTULO VII

A MANIFESTAÇÃO DA ERGATIVIDADE EM MAXAKALI NO PERÍODO SIMPLES E NO PERÍODO COMPOSTO

Carlo Sandro de Oliveira Campos

1 INTRODUÇÃO

A língua Maxakali é uma língua ergativa, o que significa que os argumentos externos de verbos transitivos e de verbos intransitivos ativos são diferenciados dos demais argumentos por meio de uma posposição *te* [tɛ]¹. Este texto tem o objetivo de descrever a manifestação da ergatividade na língua Maxakali. Com esse objetivo em mente, discuto primeiro sobre o alinhamento morfossintático dos argumentos e sobre a relação entre a semântica do sujeito e a marcação da ergatividade na língua. Tratarei também nesse ponto sobre as principais classes verbais em Maxakali. Conforme demonstrarei, embora haja uma tendência de haver uma interseção entre o papel semântico de agente do sujeito e a marcação ergativa, nem sempre o sujeito marcado ergativamente tem papel semântico agentivo. Antes, sujeitos experienciadores e afetados podem também

¹ Os dados da língua Maxakali apresentados neste texto foram escritos de acordo com as convenções ortográficas do povo Maxakali. Para o leitor não iniciado na escrita do Maxakali, forneço um breve resumo da relação grafema/fonema da língua. Adoto parcialmente as propostas de Gudschinsky, Popovich e Popovich (1970) e Silva (2020):

Os grafemas <p, t, x, k> representam as oclusivas desvozeadas /p, t, c, k/; <m, n, y, g> representam as nasais /m, n, ŋ, e ŋ/ e seus alofones orais [b, d, dʒ, g]. Diante de vogais nasais, tais consoantes permanecem nasais, mas, diante de vogais orais, elas se tornam orais. Neste ponto, sigo a análise de Gudschinsky, Popovich e Popovich (1970), ao considerar o *status* fonológico das consoantes nasais, em oposição à análise mais atual de Silva (2020), que considera as nasais alofones das consoantes orais /b, d, dʒ, g/; <h, ʔ> representam as glotais /h, ʔ/. A primeira consoante ocorre apenas no ataque da sílaba e a consoante /ʔ/ apenas eventualmente é registrada na escrita Maxakali. Sobre essa consoante, acompanharei a posição adotada por Silva (2020) ao não considerar o status fonológico dessa consoante. Os grafemas vocálicos <a, e, i, o, u> representam as vogais orais /a, e, i, o, u/ e as suas correspondentes nasais são escritas com til: <ã, ê, ï, õ, ü>, representando os fonemas /ã, ê, ï, õ, ü/.

ser distinguidos pela marca ergativa. Em seguida, tratarei sobre a manifestação da ergatividade em períodos simples e compostos. Diferentemente do período simples, no período composto, a marcação ergativa é menos frequente ou quase inexistente. Em contraste com outras análises realizadas, chamarei a atenção para o fato de que, apesar de no período composto ocorrer *switch reference* ou referência trocada, o Caso ergativo pode ainda assim emergir, o que sugere que a suposta cisão no alinhamento ergativo-absolutivo em favor do alinhamento nominativo-acusativo é pelo menos parcialmente equivocada.

2 A ERGATIVIDADE EM MAXAKALI

A língua Maxakali² é considerada uma língua ergativa desde Popovich (1970, 1971) e Pereira (1992). Argumentos (A) são identificados por uma posição ergativa *te*³, que identifica o Caso ergativo, e diferencia os argumentos (A) dos argumentos (So) e (O), que exibem Caso absolutivo:

(A) ----- *te* (Caso ergativo)

(S) ----- \emptyset (Caso absolutivo)

(O) ----- \emptyset (Caso absolutivo)

Os exemplos a seguir ilustram o alinhamento demonstrado por Pereira (1992):

² A língua Maxakali é a única língua indígena que restou sendo transmitida como língua materna no espaço delimitado geograficamente como Minas Gerais. É também a única língua da família Maxakali que restou viva, sendo falada como língua materna e, por consequência, a mais conhecida dentre as demais línguas que pertenciam à família: Pataxó, Pataxó-Hãhãhãe, Makuni, Panhame, Kumanaxó, Malali e Koropó (esta última incluída definitivamente na família Maxakali por Ramirez, Vegini e França, 2015). Atualmente o Maxakali é a língua materna de aproximadamente 2000 indivíduos em Pradinho e Água Boa (Pananiy xi Kõnãg Mai/Akma-mo), Cachoeirinha (Ïmmok Nãg), Aldeia Verde (Hãm Yixux) e Aldeia Escola-Floresta, respectivamente nos municípios de Bertópolis, Santa Helena de Minas, Topázio, distrito de Teófilo Otoni; Ladainha e Itamunheque, distrito de Teófilo Otoni. A língua segue sendo transmitida às novas gerações. O Maxakali pertence ao Tronco Macro-Jê de acordo com Mason (1950); Davis (1968), Rodrigues (1981, 1986a, 1986b, 1999) e Ribeiro (2006).

³ Campos (2009) apresenta evidências de que tal marca seja uma posposição e por isso irei manter aqui essa interpretação, embora a questão mereça ser revisitada em outro momento, já que *te* não parece ter outra função na língua além da marcação ergativa, o que sugere que esse elemento possa ser um afixo e não uma posposição.

- (1) *putuxnãg topaha*
 passarinho voar
 S V
 “O passarinho voou.” (Pereira, 1992, p. 25)
- (2) *kakxop te putuxnãg penãhã*
 criança ERG passarinho ver
 A ERG O V
 “As crianças viram o passarinho.” (Pereira, 1992, p. 25)
- (3) *putuxnãg te paxok mãhã*
 passarinho ERG milho comer
 A ERG O V
 “O passarinho comeu milho.” (Pereira, 1992, p. 25)

Campos (2007, 2009) demonstrou que verbos intransitivos na língua Maxakali se comportam de maneira distinta, dependendo da classe a que pertencem, isto é, se são verbos inativos ou se são verbos ativos, o que faz do Maxakali não só uma língua ergativa, mas uma há repetição língua ergativo-ativa⁴, devido à marcação do Caso ergativo não só nos argumentos (A), mas também nos argumentos (Sa), identificados tradicionalmente como intransitivos:

(A) ----- te
 (Sa) ----- te
 (S) ----- Ø

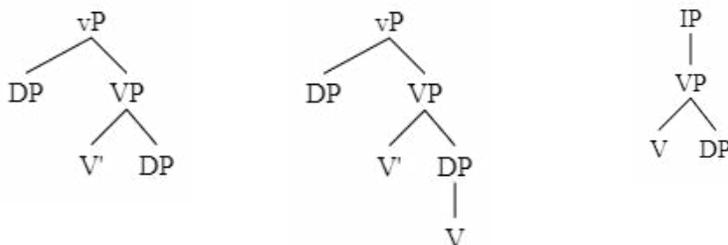
O esquema acima ilustra a distinção morfossintática entre argumentos (A) e (Sa) de um lado, marcados pela posposição *te*, e argumentos (S) sem essa marcação. Em Maxakali, portanto, há uma cisão nos verbos monoargumentais (Sa) e (So). A diferenciação morfossintática desses dois tipos de verbos em Maxakali expressa o que, nos quadros das teorias Relacional e Gerativa (Fillmore, 1968; Perlmutter, 1978; Burzio, 1986), identificam-se como verbos inergativos e inacusativos, tradicionalmente rotulados sem distinção como verbos intransitivos. Embora inergativos e inacusativos sejam monoargumentais, ou

⁴ De acordo com Woolford (1997), “línguas ergativo-ativas têm sujeito marcados com Caso ergativo, enquanto sujeitos intransitivos inativos são marcados com nominativo”. “[...] in active-type ergative languages, agentive intransitive subjects are marked with ergative Case while non-agentive intransitive subjects are marked with nominative (Woolford, 1997, p. 182-183)”.

seja, projetem apenas um argumento, a maneira como são gerados na estrutura difere substancialmente. Enquanto que verbos inergativos têm argumento externo ao VP⁵, o argumento de verbos inacusativos é interno ao VP. Portanto, o único argumento dos verbos inergativos corresponde ao sujeito, já o único argumento dos verbos inacusativos corresponde ao objeto do verbo.

As representações arbóreas a seguir ilustram a diferença estrutural entre verbos transitivos, inergativos e inacusativos:

Verbos transitivos: **Verbos inergativos:** **Verbos inacusativos:**



Considerando as estruturas distintas dos verbos transitivos, inergativos e inacusativos, é possível afirmar que os verbos em Maxakali refletem morfosintaticamente essas diferenças estruturais. Os exemplos seguintes ilustram a identidade que há entre (A = transitivos) e (Sa = inergativos) e sua distinção em relação aos argumentos (So = inacusativos):

Argumentos (A):

(4) *ãyuhuk* *te* *yip* *kũyĩy*
 não indígena ERG carro dirigir
 “O não indígena dirige o carro.”

(5) *kakxop* *te* *mãm* *put*
 menino ERG peixe pegar
 “O menino pegou o peixe.”

⁵ Segundo Hale e Keyser (2002), verbos inergativos são os verdadeiros verbos intransitivos.

Argumentos (Sa):

(6) *ũn* *te* *hãmyãg*
mulher ERG dançar
“A mulher dançou.”

(7) *kakxop* *te* *tatxok*
menino ERG nadar
“O menino nadou.”

Argumentos (So):

(8) *kakxop* *ũ-tuk* *xeka*
menino 3.crescer grande
“O menino está crescido.”

(9) *tonopexot* *ũ-kumuk*
professor 3.ruim
“O professor é ruim.”

A partir dessa análise, Campos (2007, 2008, 2009) relaciona os verbos do Maxakali em dois grandes grupos distintos, (1) o grupo dos verbos transitivos com argumentos (A) e (2) o grupo dos verbos intransitivos, subdivididos em dois subgrupos, o grupo dos verbos ativos ou inergativos de um lado, com argumentos (Sa), e o grupo dos verbos inativos ou inacusativos com argumentos (So). Este último grupo, por sua vez, é subdividido em duas classes distintas, a classe I e a classe II. A classe I abrange principalmente os verbos descritivos⁶ e de movimento. Já a classe II abrange verbos incoativos principalmente. O que permite postular as classes I e II como uma subclasse dos verbos intransitivos é a presença de três elementos de concordância que ocorrem juntamente a esses verbos. Verbos da classe I apresentam marcadores de pessoa, principalmente o marcador de terceira pessoa *ũ-*. Verbos da classe II ocorrem com o clítico reflexivo *yã* em posição precedente. A esse clítico, podem se juntar prefixos de pessoa (os mesmos mencionados no caso da classe I em posição precedente, especialmente o de terceira pessoa *ũ-*). Os exemplos a seguir ilustram os verbos das duas classes:

⁶ Muitos dos verbos dessa classe, especialmente os que atuam como adjetivos/verbos descritivos, apresentam alternância transitiva por meio do sufixo causativo *-ãhã*. (cf. Campos, 2009, p. 176).

Intransitivos inativos da classe I:

- (10) *kuptap* *ũ-yũm* *mĩm* *tu*
urubu 3.sentar SING pau em
“O urubu está pousado no pau.”
- (11) *mĩkax* *xap* *ũ-patonãg*
faca semente 3.estar molhado-DIM
“A pedra está molhada.”

Intransitivos inativos da classe II:

- (12) *yogano* *ũ-yãy* *pakũyĩy*
jogador 3.ele REFL distrair
“O jogador se distraiu.”
- (13) *mĩnut* *yãy* *kĩy*
flor REFL embrulhar
“A flor murchou/fechou.”

Uma característica importante que favorece a distinção de sujeitos de verbos intransitivos de ambas as classes (I e II) dos sujeitos (A) e (Sa) é a concordância verbal. Enquanto que os verbos intransitivos exibem concordância com o sujeito (So), verbos transitivos o fazem com o objeto, conforme se pode verificar nos exemplos a seguir:

Concordância com o sujeito (verbos intransitivos):

Classe I

- (14) *xokakak* *ũ-xok*
galinha 3.morrer SING
“A galinha morreu.”
- (15) *xokakak* *ũ-xakix*
galinha 3.morrer PL
“As galinhas morreram.”

Classe II

(16) mĩhĩm ũ-yãy *pot*
madeira (3.)REFL lascar
“A madeira lascou.”

(17) kokex ũ-yãy *koa*
cão (3.)REFL soltar
“O cão se soltou.”

Concordância com o objeto (verbos transitivos):

(18) *tu* *te* petenãg mõxuk *xagok* *hã*
ele ERG pimenta pôr SING saco em
“Ele pôs uma pimenta no saco.”

(19) *tu* *te* petenãg xuk *xagok* *hã*
ele ERG pimenta pôr PL saco em
“Ele pôs pimentas no saco.”

Como se pode observar pelos dados acima, além da concordância distinta, os argumentos identificados como sujeitos agentivos (A) e (Sa) são distinguidos pela marca ergativa *te* dos argumentos identificados como sujeitos inativos (So). Por outro lado, os argumentos identificados como objetos (O) apresentam identidade com os argumentos (So)⁷, conforme demonstra o quadro a seguir:

⁷ Campos (2009) demonstra que o Maxakali apresenta um alinhamento tripartido por serem os argumentos sujeito (So) diferenciados dos argumentos objeto (O) quando há presença dos prefixos pessoais ou do clítico reflexivo juntamente aos verbos (Û-V/yãy V). Neste caso, os prefixos pessoais codificariam os argumentos (S), diferenciando-os dos argumentos (O). Por outro lado, o mesmo alinhamento pode ser verificado, mesmo sem a presença dos prefixos pessoais junto aos argumentos (So). Nesta situação, seriam os argumentos (O) que se diferenciariam dos argumentos (So) quando há a ocorrência de formas reduzidas de nomes com função de objeto na posição pré-verbal (FR__V). Embora essas duas cisões, e ainda outras não mencionadas, sejam verificáveis na língua, elas não serão exemplificadas neste texto porque tratar delas fugiria aos objetivos aqui propostos. Neste texto, importa o fato de que morfologicamente argumentos (A) e (Sa) são diferenciados dos argumentos (So) e (O). Esta situação será retomada ao tratarmos do período composto.

Quadro 1 – Sistema de Caso Maxakali: alinhamento dos argumentos

CASO ERGATIVO	A_{TE}/Sa_{TE}
CASO ABSOLUTIVO	S_o (Ũ-V/yãy V)
CASO ABSOLUTIVO	O (FR__ V)

Fonte: Elaboração própria.

Vemos, portanto, que argumentos (A) e (Sa) são marcados na língua Maxakali com Caso ergativo⁸, sendo diferenciados dos argumentos (So) e (O), que por sua vez têm Caso absoluto. Conforme será explicitado adiante, a marcação ergativa será importante para discutir o alinhamento dos argumentos no período composto.

Um fato relativo à marcação ergativa que precisa ser explorado é a relação entre ergatividade e o papel semântico de agente/desencadeador. Embora haja uma tendência clara de argumentos-sujeito marcados com Caso ergativo terem papel semântico de agente/desencadeador, esse Caso identifica também argumentos-sujeito com outros papéis semânticos, conforme discuto a seguir.

3 MARCAÇÃO ERGATIVA NÃO PROTOTÍPICA

Verbos estabelecem uma relação de sentido com seus argumentos e lhes atribuem funções, que são expressas por papéis temáticos segundo Cancado (2012, p. 106). Dixon (1994) postula que há sempre uma base semântica para a atribuição das relações de argumentos (A) e (O). Tal base semântica

⁸ Na língua, há uma tendência a argumentos agentivos (Sa) serem marcados ergativamente. No entanto, essa identidade entre agentividade do argumento (Sa) e marcação ergativa não é sempre uniforme. Embora todo sujeito transitivo seja marcado ergativamente, o mesmo não se pode afirmar sobre a marcação do argumento (Sa), já que há também muitos verbos na língua que embora tenham argumentos semanticamente agentivos não são marcados por Caso ergativo (*pũn* “pular”, *kupih* “caçar”, *mãhãm* “trabalhar”, *mõg* “ir”, *xuxap* “mudar-se, etc.).

se relaciona ao significado prototípico do verbo usado. Verbos de uma classe determinada referem-se a uma série de tipos semânticos que se relacionam por sua vez a papéis semânticos ou temáticos⁹. Essa relação entre argumentos verbais e tipos semânticos ou papéis semânticos é a base da classificação de verbos do Maxakali empreendida por Campos (2009), como foi demonstrado até aqui. Argumentos (A) e (Sa) apresentam propriedades semânticas agentivas¹⁰ [+desencadeador, +controle] para as construções tipicamente transitivas ou inergativas:

(20) *kakxop* *te* *okoat* *kōyōy*
 menino ERG copo quebrar
 “O menino quebrou o copo.”

(21) *koxuk-xop* *te* *xataha*
 morto PL ERG gritar
 “Os mortos gritaram.”

Os argumentos em (20) (argumento A) e (21) (argumento Sa) têm papéis temáticos tipicamente agentivos. Embora pareça haver uma tendência à relação ergatividade/agentividade, à medida que a língua vai sendo melhor descrita, percebe-se que o conteúdo semântico decorrente da relação verbo-argumento das construções em que há Caso ergativo recobre propriedades que extrapolam a noção de agentividade. Assim, Campos (2009) mostra a ocorrência de argumentos de verbos transitivos e intransitivos com propriedade semânticas de [+experenciador] marcados com Caso ergativo em Maxakali:

⁹ O conceito de papéis temáticos foi introduzido por Gruber (1965), Fillmore (1968) e Jackendoff (1972), com o objetivo de expressar, de maneira mais acurada, relações semânticas que as noções de sujeito e de objeto, por exemplo, não conseguem evidenciar. (cf. Cançado, 2012, p. 105).

¹⁰ Segundo Cançado (2009), para cada argumento que é acarretado pelos predicadores há um grupo de propriedades semânticas que se relacionam a esse argumento. Tais propriedades especificam o conteúdo semântico da relação verbo-argumento. Ao grupo de propriedades que são acarretadas a um argumento dá-se o nome de papel temático. (cf. Cançado, 2009, p. 46).

- (22) *ũgʒetut tu te ũnnõy hã xũmãnãy*
 1.INAT esposa 3. AG ERG mulher FR com ter ciúmes
 “Minha esposa está com ciúmes da outra mulher.”
- (23) *ũn -te yĩm-xox yĩmkutuk*
 Mulher FR ERG mão ponta temer
 “A mulher tem medo do marido.”
- (24) *ũn-xohi -te gã̃y*
 mulher FR PL ERG bravo
 “As mulheres ficaram bravas.”

Nevins e Silva (2020) argumentam que construções verbais com numerais de 1 a 3 ocorrem com argumentos não marcados com *te*, mas construções com numerais acima de 3 ocorrem com a marca ergativa¹¹.

- (25) [*tik mõxupa*] *pxet*
 man run.sg one
 “The man ran once.” (Nevins; Silva, 2020, p. 283)
- (26) [*tik mõxupa (xohi) te*] *koat*
 man run.sg (many) erg four
 “The man ran four times.” (Nevins; Silva, 2020, p. 283)

Finalmente, a marcação ergativa ocorre também em citações diretas em Maxakali^{12, 13}:

- (27) (...) *ha yĩnxox mũn te :* “*ũyã gmõg tap tikmũ'ũn pehe*”
 e SD marido DET ERG 3.ENF 1. INAT já povo atrás (CD)
 “(...) e o marido disse: eu já vou atrás do povo.”

Nesse tipo de construção, a posposição ergativa¹⁴ encabeça um sintagma composto pelo argumento-sujeito que profere uma citação direta (“eu já

¹¹ Nevins e Silva (2020) e Silva (2020) demonstram que verbos emprestados e onomatopéicos em Maxakali atuam como verbos inergativos. Sobre essa questão, discutirei no próximo tópico a ser tratado neste texto.

¹² Sobre esse fenômeno no Maxakali e seus desdobramentos recentes (cf. Silva, 2020; Nevins; Silva; Campos, no prelo).

¹³ Trecho de uma narrativa sobre o *Kotkuphi* em que o marido diz à esposa que vai atrás dos companheiros que deixaram a aldeia.

¹⁴ No período composto, as conjunções *tu* e *ha* também exercem a mesma função que a marcação ergativa nas citações diretas.

vou atrás do povo”). O que é intrigante em ocorrências desse gênero é que não há nela um verbo foneticamente expresso; ele é apenas subentendido pelo contexto. A marcação ergativa em citações diretas é muito recorrente em narrativas Maxakali.

A próxima seção trata sobre a ocorrência de Caso acusativo na língua Maxakali.

4 ALINHAMENTO ERGATIVO-ACUSATIVO NA LÍNGUA MAXAKALI

Sob a perspectiva tipológica (cf. Dixon, 1994), é consenso que, em línguas ergativas, argumentos (A) têm Caso ergativo e argumentos (So) e (O) têm Caso absolutivo. Campos (2009) demonstrou que o Caso em Maxakali é um rótulo tipológico que recobre dois Casos estruturais distintos, Caso nominativo e Caso acusativo. Segundo essa análise, argumentos de verbos intransitivos inativos têm Caso nominativo, já o argumento interno de verbos transitivos recebe Caso acusativo. Na língua há três séries de marcadores pessoais que recebem os Casos nominativo, acusativo e dativo, conforme se pode observar para as três primeiras pessoas do singular¹⁵:

Quadro 2 – Argumentos pronominais do Maxakali

Sujeito ergativo (ergativo)	Sujeito inativo (nominativo)	Objeto (acusativo)	Alvo (dativo)
ãte	ũg	-j-/-k ¹⁶ -	ã-
xate	ã-	ã-	xa-
tute	ũ-	Ø-/nõ-	tu

Fonte: Elaboração própria.

Com relação às formas acusativas, vemos que elas diferem das formas nominativas na primeira pessoa e na terceira pessoa. Considerando essas mar-

¹⁵ As demais pessoas do singular e as do plural não apresentam formas distintas, exceto pela marcação ergativa, por isso não são aqui apresentadas. Para ver todas as formas pronominais da língua, vide Campos (2009) e Silva (2020).

¹⁶ Campos (2009) considera apenas a forma *j-*. Silva (2020), no entanto, demonstra que há uma alternância entre *-j-* e *-k-* motivada por razões fonéticas.

cas de pessoa, o Maxakali exibe um alinhamento tripartido, em que há identidade entre (A) e (Sa), mas estes argumentos diferem dos argumentos (So) e dos argumentos (O):

Quadro 3 – Alinhamento dos argumentos pronominais

	Caso		
	1.pess	2.pess	3.pess
(A)	ERG	ERG	ERG
(Sa)	ERG	ERG	ERG
(So)	ABS (NOM)	ABS (ACUS)	ACUS/ABS (ACUS)
(O)	ACUS (ACUS)	ABS (ACUS)	ACUS/ABS (ACUS)

Fonte: Elaboração própria.

As formas dessas marcas pessoais serão úteis para a discussão que teremos adiante. Alguns verbos da língua Maxakali requerem a presença de um sintagma posposicional:

(28) *Āte yōg kōpotano hã menex ax*
 1 ERG POSS 1 computador POSP vender FUT
 “Eu vou vender meu computador.”

(29) *hãnte kaxĩy hãg mōg nãpet tu tu tikxop hã*
 ontem em 1. INAT ir feira em e homem PL. com

topo putat hã
 topar estrada em
 “Ontem eu fui à feira e encontrei com os homens na estrada.”

O sintagma posposicional nessas construções pode ser interpretado ora como um adjunto ora como um argumento verbal. Nas sentenças acima¹⁷, a estrutura com a posposição *hã* “com” na sentença (28) parece ser um argumento verbal, mas, na sentença (29), parece ser um adjunto. Ocorre que na sentença (28) o verbo é claramente emprestado do português (menex [bɛdɛj] < vender).

Nikulin (2020), citando Nikulin e Silva (2020), trata sobre esses verbos e observam a ocorrência de verbos do Maxakali que exigem a presença de um suposto argumento com a posposição *hã*, como *yõna* “ajudar”, *menex*

¹⁷ Topar: termo regional equivalente a *encontrar* subitamente.

“vender” e *topo* “encontrar”. Segundo o autor, “a análise de Campos (2009) ‘falha’¹⁸ por não descrever o comportamento dessa subclasse de verbos”. A proposta dos autores (Nikulín, 2020; Nikulín; Silva, 2020¹⁹) é de que tais verbos constituiriam uma subclasse verbal que seguiria o padrão nominativo-acusativo, no qual argumentos (S) receberiam Caso nominativo e o argumento encabeçado pela posposição *hã* receberiam Caso acusativo. A interpretação de Nikulín (2020) e de Nikulín e Silva (2020) é de que verbos do Maxakali podem ser divididos em duas grandes classes, a dos verbos nativos e a dos verbos heterogêneos ou onomatopaicos. Segundo Nikulín (2020, p. 309),

Todos os verbos demonstradamente emprestados do português, tais como *ñũda* ‘ajudar’ (← ajudar), *bedeC* ‘vender’ (← vender), *picija* ‘precisar’ (← precisar), *tupu* ‘encontrar (com alguém)’ (← topou), *takaT* ‘caro’ (← tá caro), *tademẽT* ‘dever dinheiro’ (← tá devendo)” pertenceriam à classe dos verbos heterogêneos, segundo o autor, por serem, “em sua quase totalidade, de origem emprestada ou de natureza onomatopaica.

De fato, verbos emprestados do português tendem a exibir a posposição *hã* junto ao que poderia ser interpretado como um argumento verbal:

(30) *tute* *kakxop* *hã* *pimã* *ax*
 3.ele AG menino com filmar FUT
 “Ela vai filmar o menino.”

(31) *ãte yõg* *xenona* *hã* *kahega* *ax*
 1.AG POSS 1 celular com carregar FUT
 “Eu vou carregar meu celular.”

¹⁸ Conforme procurarei demonstrar, o fenômeno mencionado pelo autor, embora seja importante, não parece ter sido bem interpretado e assim não compromete a descrição de Campos (2009). A descrição empreendida por Campos (2009) teve o objetivo de descrever as principais classes verbais, a saber, verbos transitivos e verbos intransitivos, sendo que estes se dividem verbos inacusativos e inergativos. Contrariando o que o autor afirma, verbos emprestados do português, assim como as onomatopeias, parecem ser incorporados na língua Maxakali como verbos inergativos.

¹⁹ Silva (2020) é menos categórico e assume essa análise como uma possibilidade dentre outras aventadas pelo autor. (cf. Silva, 2020, p. 221-222). Direção diversa adotam Nevins, Silva e Campos (no prelo).

Em (30) e (31), os verbos *pimã* (< filmar) e *kahega* (<carregar) acionam a posposição *hã*. Curiosamente, essa posposição não é necessária quando se usa o verbo nativo correspondente a “carregar” (*heptat*):

- (32) *ãte yõg xenona hep-tat ax*
 1.AG POSS 1 celular líquido-carregar (=carregar) FUT
 “Eu vou carregar meu celular.”

Os dados evidenciam que a análise proposta por Nikulin e Silva (2020), Nikulin (2020) e sugerida por Silva (2020) está correta ao afirmar que verbos emprestados e provavelmente também as onomatopeias acionam a posposição *hã*. Por outro lado, é preciso considerar que existem muitos verbos nativos em Maxakali que também acionam essa posposição:

- (33) *ha nõhã yã gãy tãmnãg*
 e SD 3. POSP ENF bravo mesmo
 “E ela estava brava com ele.”

- (34) *ãte kayak hã nõy yãnãn ax*
 1.AG camisa POSP trocar FUT
 “Eu vou trocar a camisa.”

- (35) *tute yãmĩy hã yõnkup*
 3.ERG espírito POSP sonhar
 “Ele sonhou com o espírito.”

- (36) *ãmãxux te pamãg hã mõpip*
 anta ERG armadilha POSP cair
 “A anta caiu na armadilha.”

Nos exemplos de (33) a (36), todos os verbos são nativos e nenhum deles parece ser derivado por onomatopeia. Ainda assim, todos acionam a posposição *hã*. Além disso, todos os verbos nessas sentenças poderiam ser interpretados como verbos inergativos, apesar de alguns deles terem argumento com traços atípicos para inergativos [+afetado, -controle], já que podem dispensar as adjunções com *hã*²⁰:

²⁰ Com exceção talvez do exemplo (33).

- (37) *tute yõnkup*
3.ERG sonhar
“Ele sonhou.”
- (38) *ãte nõy yãnãñ*
1.ERG trocar
“Eu troco.”
- (39) *ãmãxux te mõpip*
anta ERG cair
“A anta caiu (=foi pega).”

Fazendo um paralelo destes verbos nativos com os verbos não nativos *pimã* “filmar” e *kahega* “carregar”, se estes últimos puderem ocorrer sem o sintagma posposicional, então seria uma evidência de que eles são na verdade verbos inergativos. De fato, ambos podem ocorrer sem o adjunto com *hã*, porém apenas com o acréscimo de *-nõ-*, que é uma das formas pronominais objetivas possíveis.

- (40) *tute nõpimã ax*
3.ele AG 3.filmar FUT
“Ela vai filmar.”
- (41) *ãte yõg nõkahega ax*
1.AG POSS 1 3.carregar FUT
“Eu vou carregar.”

A obrigatoriedade do elemento *nõ* em posição pré-verbal evidencia que tais verbos sejam transitivos e que de fato acionem Caso acusativo, já que *nõ* é de fato um elemento pronominal objetivo. Se, por outro lado, *nõ* é uma forma acusativa, não haveria explicação para que ela fosse marcada pela suposta marca acusativa posposicional, como sugere o dado (33) repetido como (42):

- (42) *Ha nõhã yã gãy tãmnãg*
e SD 3. POSP ENF bravo mesmo
“E ela estava brava com ele.”

Outra evidência que rejeita a hipótese aventada por Nikulin e Silva (2020), Nikulin (2020) e Silva (2020) é a ausência de traços- ϕ entre os predicadores não

nativos e seus argumentos externos. Os autores afirmam que verbos emprestados e onomatopeicos acionariam uma cisão no sistema de Caso da língua, desencadeando um alinhamento nominativo-acusativo. Ora, apenas a concordância de pessoa é passível de engatilhar o Caso nominativo no domínio de checagem do núcleo T⁰. A inexistência de concordância, portanto, torna impossível a emersão do Caso nominativo²¹ para os argumentos de verbos emprestados.

Pesquisas futuras deverão trazer novas evidências que permitam explicar com precisão o fenômeno de verbos emprestados e onomatopeicos do Maxakali. Há muitos outros grupos de verbos para serem descritos e compreendidos na língua Maxakali, e o esforço conjunto no trabalho de descrição da língua, incluindo o dos próprios indígenas, facilitará essa agenda. A seguir, tratarei sobre a marcação ergativa no período composto.

5 PERÍODO COMPOSTO E MARCAÇÃO ERGATIVA

O período composto em Maxakali inclui orações independentes e orações dependentes. Segundo Popovich (1971), “as orações coordenadas não são mais que longos períodos de orações independentes conectadas por conjunções”²² (cf. Popovich, 1971, p. 21). As orações dependentes por sua vez são introduzidas por uma das quatro conjunções a seguir: (1) *nūn* ou (2) *pu* (início e completude esperada), (3) *mōktu* ou (4) *nūktu* (aproximação do destino). Segundo o autor, “sujeitos são opcionais em orações intransitivas e objetos são opcionais em orações transitivas” (Popovich, 1971, p. 21). Conforme pretendo mostrar, também nas orações transitivas sujeitos têm ocorrência opcional.

No período composto, as conjunções não só conectam as orações, mas também indicam qual o sujeito de que se trata no momento, fenômeno conhecido como *switch reference*, doravante referência trocada. Nele, os períodos se concatenam por meio de conjunções heteromorfas que indicam se o sujeito da

²¹ Segundo Woolford (2003, 2006), a concordância verdadeira se relaciona a núcleos que licenciam Caso estrutural: “True agreement is associated with functional heads that potentially also license structural Case. What we traditionally call subject agreement cross-references all and only nominatives in many languages.” (Woolford, 2006, p. 10)

²² Tradução livre do original: “Maxakali coordinate sentences are nothing more than long strings of independent clauses linked by conjunctions.” (Popovich, 1971, p. 21).

oração em questão é o mesmo da oração anterior ou se é diferente, tendo sido já mencionado num período anterior ou não. Chamarei provisoriamente essas conjunções de conjunções de concordância, já que elas promovem uma relação de compartilhamento de traços de pessoa e em razão disso pode-se abrir mão da expressão dos argumentos nas orações. Como mostrarei adiante, compreender o sistema de referência trocada em Maxakali é de extrema importância para o entendimento do alinhamento dos argumentos da língua, já que o sistema ergativo, que é explícito no período simples, quase não tem expressão no período composto por causa do recurso das conjunções de concordância²³.

Popovich (1975) classifica os conectivos do Maxakali em lógicos e emocionais. Segundo essa classificação, os conectivos lógicos se subdividem em seis subcategorias: (1) propósito, (2) consequência, (3) distinção, (4) adição, (5) oposição e (6) orientação de tempo. Já os conectivos emocionais são subdivididos em sete subcategorias: (1) esperança, (2) medo, (3) dúvida, (4) arrependimento, (5) intenção consequente, (6) consequências irreais e (7) modo optativo. O quadro a seguir ilustra a subdivisão de Popovich (1975)²⁴:

²³ Sob o viés da educação, a compreensão do uso das conjunções de concordância na língua tem certamente um grande impacto na relação com a língua escrita, já que, o sistema de *switch reference* permite a ocorrência de períodos mais longos e sem pontuação. Essa situação promove um distanciamento natural dos falantes de Maxakali das convenções de pontuação adotadas no português, o que valoriza a língua Maxakali de um lado, mas de outro certamente dificulta o aprendizado dessas convenções para o português, o que mereceria ser pesquisado em estudos futuros.

²⁴ Os conectivos lógicos ligam os conteúdos de duas orações factuais. Por factual a autora entende eventos (1) que já aconteceram, (2) que estão acontecendo ou (3) que estão para acontecer num futuro próximo. Diferentemente dos conectivos lógicos, os emocionais, como o seu nome faz suspeitar, são mais subjetivos segundo a autora e estariam ligados a sentimentos do falante como desejos, esperanças, medos, arrependimentos incerteza, ilusão e a eventos localizados num futuro remoto. A tese de Popovich é de que o emprego de conectivos lógicos ou emocionais se relaciona à atitude do falante em relação à informação contida na oração. De acordo com os autores, o uso de conectivos lógicos expressaria sua segurança em relação ao enunciado ao passo que o uso de conectivos emocionais expressaria sua insegurança em relação a ele.

Quadro 4 – Subdivisão de conectivos

Conectivos lógicos	Conectivos emocionais
1.Propósito	1.Esperanças
nũy (MS), pu (SD)	Pũyĩ
2.Consequência	2.Medos
Hu (MS), yĩ ²⁵ (SD)	Ka
3.Distinção	3.Dúvidas
tu (MS), ha (SD)	Pe
4.Adição	4.Arrependimentos
xi	Paxpu
5.Oposição	5.Intenção consequente
pa, pa pa	Kopxix
6.Orientação temporal	6.Consequência irreal
‘ihã	Puxix
	7.Modo optativo
	Pũyã

Neste texto, tratarei apenas dos conectivos lógicos (1), (2) e (3), que são as conjunções de concordância. Delas, o par mais frequente é o par de distinção, descrito em (3): *tu* e *ha*. A conjunção *tu* retoma o mesmo sujeito e a conjunção *ha* sujeitos diferentes, como se pode observar nos exemplos a seguir:

- (43) *Kotkuphi ã-kupihi tu xapup nãg xumãhã tu*
 Kotkuphi 3.caçar e MS porco pequeno fazer sair CAUS e MS
- nĩnãhã nũy putex (...)*
 ir atrás CAUS para MS matar SING
- “Os *kotkuphi* fazem o *catitu* sair do mato e vão atrás dele para matá-lo.”

Neste exemplo, o primeiro argumento *kotkuphi* (um espírito determinado) é (So), porque o verbo *kupihi* “caçar” é intransitivo. Na oração seguinte, entretanto, há um argumento (O) *xapupnãg* “catitu” e um verbo transitivo. Não há, porém, o argumento externo aqui, porque a conjunção de concordância *tu* recupera o sujeito em questão, *kotkuphi*, já presente na primeira oração. A conjunção *tu*, portanto, compartilha traços de concordância de um mesmo sujeito. Vejamos o próximo exemplo, agora com a conjunção *ha*:

²⁵ Popovich (1975) apresenta as formas gráficas *yĩy* e *xix*. Tais formas foram atualizadas para *yĩ* e *xi* pelos professores Maxakali.

- (44) *kũnĩõg tik te nĩnãhã ha yã y xaxogãhã*
 tapiti homem ERG correr atrás CAUS e SD REFL perder CAUS
 “O homem perseguiu o tapiti e ele (o tapiti) sumiu.”

Neste período, há uma inversão. O primeiro argumento é (O) *kũnĩõg* “tapiti” e o segundo argumento é (A) *tikte*, marcado pela posposição *te* por ser argumento de um verbo transitivo, *nĩnãhã* “perseguir”. Na oração seguinte, o verbo *yã y xaxogãhã* “sumir” tem um único argumento (So), não presente na oração. Isso é possível graças à conjunção de concordância *ha*, que permite recuperar os traços de pessoa do argumento presente na oração anterior: *kũnĩõg* “tapiti”.

Apresento agora outro exemplo, um pouco mais longo que os anteriores. O objetivo dele é mostrar como o uso das conjunções de concordância permite omitir argumentos das orações, sejam eles sujeitos, (A), (Sa) ou (So) ou objetos (O):

- (45) *tik te kuxut xamõg kokex mũtix hãmtup tu xi*
 homem ERG tatu procurar cachorro com dia em e
- ãmnĩy hã òm mõtat ha kot tu put*
 noite em aquele (homem) pôr SING e SD toca em pegar SING
- tu ptex tuta nũn ãpet ha tu*
 e MS matar SING e MS MD vir 3. Casa para e MS
- xupep tu ku nũnĩy tu nõ poox tu pix*
 chegar e MS madeira acender e MS 3. OD pelar e MS lavar
- tuta kep pot tu mãg xut tu putyõn*
 e MS MD peito abrir e MS intestino tirar SING e MS jogar fora
- tu knĩy mõy xi patxi yĩn tuta xãmkup mep*
 e MS perna tirar PL e coxa carne e MS MD espinha cortar PL
- tu ktet ha puk ha ktok xop mũtix mãhã*
 E MS cozinhar e SD estar pronto e SD criança PL com comer

kot *hã.*
 mandioca com

“O homem procura tatu com cachorro de dia e de noite e de noite ele (o homem) põe (a armadilha) na toca e (ela, a armadilha) pega (o tatu) e (o) mata; então o leva para casa e (ele) chega, acende a lenha e (o) pela e (o) lava, então (ele) abre o peito e tira os intestinos e (os) joga fora e tira as pernas e a carne da coxa. Então corta a espinha e cozinha, e fica pronto, e come com mandioca com as crianças.”

A extensão do período acima é notável. Chama a atenção que a última oração tem como núcleo um verbo transitivo cujo argumento é foneticamente pronunciado apenas na primeira oração. É também notável a ausência de marcação de Caso ergativo ao longo desse período enorme. Novamente, é a alternância de conjunções de concordância que permitiu identificar o referente do último predicador presente no texto, o verbo *mahã* “comer”.

Silva (2020, p. 221) afirma que é o padrão nominativo-acusativo que ocorre na referência trocada. O autor, ao citar Popovich (1986), afirma que “a referência trocada segue um alinhamento nominativo, já que ela traça a concordância dos sujeitos de ambas orações, não importando a transitividade verbal” (Silva, 2020, p. 207).

Levanto algumas dúvidas em relação a essa afirmação. Uma delas é que, se não há argumentos expressos foneticamente, como afirmar que há um sistema de alinhamento de argumentos? Outra dúvida é em relação à presença de marcação ergativa no sistema de referência trocada. Em contraste com os exemplos fornecidos de (43) a (45), os exemplos abaixo mostram que o Caso ergativo pode ocorrer mesmo com a referência cruzada:

(46) *ãte* *hãmyãg* *ha* *xit tex* *putex*
 1. ERG dançar e SD ar ERG 1. matar (=cansado) SING
 “Eu dancei e fiquei cansado.”

(47) (...) *yã* *kumuk tãmnãg ha* *ãte* *yũmũ yõg*
 ENF ruim mesmo e SD 1. ERG 1. PL POSS

paye xop mũn tuktuk nõg *xeka*
 pajé PL DEF preocupar-se muito
 “(...) é muito ruim mesmo e eu me preocupo muito com nossos pajés.”

- (48) (...) *hak put mãy te hatoa. Põnãy yõg yip te mõgãhã*
 e SD 1. parir mãe ERG lá Funai POSS carro ERG levar
- ha ha tak te mõtonix ãxet ax hãg*
 paraSD e SD pai ERG motorista nome NOM com SD 1.INAT
- xanãhã Mãnip*
 chamar Marilton

“(...) e minha mãe me pariu lá (hospital). O carro da Funai me levou e o pai me chamou de Marilton.”

Nos três períodos de (46) a (48), o Caso ergativo emerge apesar da referência trocada. No exemplo (46), a forma verbal *xit tex putex* “cansei” é uma expressão fossilizada, o que explicaria a presença do Caso ergativo. Mas, nos exemplos (47) e (48), qual seria a razão para o Caso ergativo ocorrer se é o alinhamento nominativo-acusativo que vige aqui? Essa situação em que o Caso ergativo emerge na referência trocada não é incomum, embora, como já informei anteriormente, seja menos frequente que o contrário, ou seja, a ausência de argumentos, sejam eles agentivos ou não. Outro ponto que merece destaque é a concordância ergativa que há entre predicadores transitivos e seus argumentos internos. Como mencionei ao tratar da concordância, verbos transitivos acionam concordância com o objeto por meio de formas supletivas. Como relacionar um possível alinhamento nominativo-acusativo com a presença de concordância ergativa e com a emergência do Caso ergativo em uma oração ou outra dentro da referência trocada? Essas questões e outras que surgirem merecem ser retomadas numa próxima pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, procurei fornecer um panorama geral da marcação da ergatividade na língua. Procurei mostrar que a distinção entre verbos transitivos e verbos inergativos e inacusativos é fundamental para entender as classes verbais da língua e sua relação com o sistema de Caso. Com relação aos períodos simples e compostos, forneci evidências que confirmam que a marcação ergativa no período simples é preponderante em relação ao período composto. Apesar de ter ocorrência reduzida, ainda assim o Caso ergativo emerge no período composto, dando a entender que, se há uma cisão no sistema ergativo-absolutivo, ela não é plena, o que sugere a necessidade de novas análises sobre essa questão.

ABREVIATURAS

1	1ª pessoa
2	2ª pessoa
3	3ª pessoa
A	agente
ABS	absolutivo
AG	agentivo
CAUS	causativo
CONJ	conjunção
DIM	diminutivo
ERG	ergativo
FP	forma plena
FR	forma reduzida
FUT	futuro
IMP	imperativo
INAT	inativo
MS	mesmo sujeito
NOM	nominativo
O	objeto
PL	plural
POSP	posposição
POSS	possessivo
REFL	reflexivo
S	sujeito intransitivo
Sa	sujeito intransitivo agentivo
SD	sujeito diferente
SING	singular
So	sujeito intransitivo objeto ou afetado
V	verbo

REFERÊNCIAS

ADGER, David. *Core Syntax: A Minimalist Approach*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

BURZIO, L. *Italian Syntax: a Government and Binding Approach*. Dordrecht: Reidel Publishing Company, 1986.

CAMPOS, Carlo Sandro de Oliveira. *Morfofonêmica e morfossintaxe do Maxakali*. Doutorado em Linguística – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAMPOS, Carlo Sandro de Oliveira. Verbos transitivos, inergativos e inacusativos em Maxakali. In: DUARTE, Fábio Bonfim (org.). *Cisão de caso, telicidade e posse em línguas indígenas brasileiras*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2007.

CANÇADO, Márcia. Argumentos: complementos e adjuntos. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 35-59, 2009.

CANÇADO, Márcia. Hierarquia temática: uma proposta para o português brasileiro. *Revista Letras*, v. 61, p. 60-62, 2003.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. *On phases*. Cambridge: MIT, 2005.

CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

DAVIS, Irvine. Some Macro-Je Relationships. *International Journal of American Linguistics*, v. 34, n. 1 p. 42-47, jan. 1968.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DUARTE, Fábio Bonfim. Considerações sobre o fenômeno da ergatividade e da marcação de caso dos argumentos nucleares. In: GUESSER, Simone (Org.). *Linguística: pesquisa e ensino*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 9-32.

DUARTE, Fábio Bonfim. Ergatividade: uma síntese tipológico-funcional. In: DUARTE, Fábio Bonfim (Org.). *Cisão de caso, telicidade e posse em línguas indígenas brasileiras*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2007. (Revista Viva voz).

DUARTE, Fábio Bonfim; BARCELOS-SILVA, Isadora Maria. O estatuto do Caso ergativo em línguas Jê: uma abordagem formal. In: RODRIGUES,

A. D.; CABRAL, A. S. A. (Org.). *Estudos em línguas e culturas Macro-Jê*. Brasília: Lali-UNB, 2011. p. 121-141.

FILLMORE, The Case for Case. In: BACH, E; HARMS, R. (Orgs). *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinnehart and Winston, 1968.

GUDSCHINSKY, Sarah. C.; POPOVICH, Harold; POPOVICH, Frances. Native reaction and phonetic similarity in Maxakali phonology. *Language*, v. 46, n. 1, p. 77-88, 1970.

HALE, Ken; KEYSER, Jay. *Aspect and the syntax of argument structure*. Cambridge: MIT, 1992.

MASON, J. A. The languages of South American Indians. In: STEWARD, J. H. (ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 6. Washington D. C.: Smithsonian Institution, 1950. p. 157-317.

NEVINS, A.; SILVA, M. C.; CAMPOS, C. S. O. *Speech Reports and Ideophones in Maxakali*. No prelo.

NEVINS, Andrew; SILVA, Mário André Coelho da. Maxakali has suppletion, numerals and associatives but no plurals. In: LIMA, Suzi; ROTHSTEIN, Susan (Org.). *A typology of the mass/count distinction in Brazil and its relevance for mass/count theories*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2020. p. 271-287. (Special issue of *Linguistic Variation* 20:2).

NIKULIN, Andrey. *Proto-Macro-Jê: Um Estudo Reconstutivo*. Tese de doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NIKULIN, Andrey; SILVA, Mário André Coelho. As línguas Maxakali e Krenák dentro do tronco Macro-Jê. *Cadernos de Etnolinguística*, v. 8, n. 1, p. 1-64, 2020.

PERLMUTTER, D. Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. *Proceedings of the 4th Annual Meeting of the Berkley Linguistics Society*. Berkeley: UC Berkeley, 1978.

POPOVICH, Fran. *Maxakali connectives*. Summer Institute of Linguistics, 1975. (Arquivos do Museu Nacional).

RAMIREZ, Henri; VEGINI, Valdir; FRANÇA, Maria Cristina Victorino de. Koropó, Puri, Kamakã e outras línguas do Leste brasileiro: revisão e proposta de nova classificação. *LIAMES*, v. 15, n. 2, p. 223-277, 2015.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. Macro-Jê. In: BROWN, Keith. (ed.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. 2. Ed. Vol. 7. Oxford: Elsevier, 2006. p.422-426.

RODRIGUES, Aryon DallIgna. Nasalização e Fronteira de Palavra em Maxakalí. *Anais do V Encontro Nacional de Lingüística*, v. 2, p. 305-311, out. 1981.

RODRIGUES, Aryon DallIgna. *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986a.

RODRIGUES, Aryon DallIgna. Silêncio, pausa e nasalização. *Anais do Encontro Nacional de Lingüística*, v. 8, p. 153-159, 1986b.

RODRIGUES, Aryon DallIgna. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W.; AIKHEN-VALD, Alexandra Y. (eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 164-206.

SILVA, Mário André Coelho da. *Tikmũũn yĩy ax tinã xohi xi xahĩnãg: Sons e Pedacos da Língua Maxakalí: Descrição da Fonologia e Morfologia de uma Língua Macro-Jê*. Doutorado em Linguística – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

WHALEY, L. J. *Introduction to typology: The unity and diversity of language*. Newbury Park: Sage, 1997.

WOOLFORD, Ellen. Case-Agreement mismatches. In: BOECKX, Cedric (Ed.). *Agreement Systems*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2006. No prelo.

WOOLFORD, Ellen. Four-way case systems: ergative, nominative, objective and accusative. *Natural language and linguistic theory*, v. 15, p. 181-227, 1997.

WOOLFORD, Ellen. Lexical Case, Inherent Case, and Argument Structure. *Linguistic Inquiry*, v. 37, n. 1, p. 111-130, 2006.

CAPÍTULO VIII

PREDICAÇÃO NÃO VERBAL EM LÍNGUAS JÊ (MACRO-JÊ): UMA PERSPECTIVA TIPOLÓGICA

Maxwell Miranda

1 INTRODUÇÃO

As línguas da família Jê (tronco Macro-Jê) apresentam diversos predicados não verbais, os quais diferem de sua contraparte verbal com base em critérios semânticos, morfológicos e sintáticos. Nessas línguas, os mecanismos morfossintáticos pelos quais predicados não verbais se manifestam formalmente variam em diversos graus e o tratamento dado a essas construções nas descrições linguísticas mais atuais diverge consideravelmente, dificultando, na mesma medida, um exame cuidadoso dos padrões gramaticais mais recorrentes e também suas variações dentro da família Jê.

O objetivo deste texto¹ é examinar as propriedades gramaticais dos predicados não verbais em diversas línguas da família Jê, a fim de oferecer um quadro comparativo mais abrangente acerca das principais estratégias gramaticais em vários tipos desses predicados. Argumentarei que a variação sincrônica entre as línguas pode ser melhor compreendida dentro de um *continuum*, que vai desde orações sem verbo (*verbless clause*) (Dixon, 2010), passando pelo uso de partículas predicativas e, uso até o emprego de verbos posicionais com função de cópula ou verbos dedicados para esse tipo de construção.

O presente texto está dividido nas seguintes seções. A seção 2 discorre sobre a predicação não verbal a partir de uma perspectiva tipológica. Em seguida, na seção 3, analisam-se os seguintes predicados não verbais em lín-

¹ Este estudo é parte das atividades de Estágio de Pós-Doutorado, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp), sob a supervisão do Prof. Dr. Angel Corbera Mori, e contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na modalidade de bolsa de estudos (Processo nº 160318/2019-0).

guas Jê: (i) nominal, (ii) atributivo, (iii) possessivo, e (v) existencial. Algumas considerações são formuladas a partir dos resultados obtidos no decorrer deste estudo, em que a comparação de certos padrões gramaticais e suas variações entre as línguas é necessária para uma compreensão sistemática e precisa em línguas específicas.

2 PREDICAÇÃO NÃO VERBAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA TIPOLÓGICA

Predicação não verbal tem sido definida, em termos tipológicos, como uma construção oracional em que um elemento não verbal assume a função de predicado ao invés de um verbo (Overall et al., 2018). As tipologias propostas acerca da predicação não verbal variam, em larga escala, quanto aos parâmetros morfossintáticos e semânticos adotados na identificação e caracterização de cada tipo e subtipo de construção². Payne (1997, p. 114-127), por exemplo, propõe a seguinte tipologia de predicados não verbais: predicados nominais; (ii) predicados adjetivais/atributivos; (iii) predicados existenciais; (iv) predicados locativos, e (vi) predicados possessivos. A proposta de Dixon (2010, p. 159), por sua vez, baseia-se fundamentalmente nas relações semânticas que predicados não verbais podem exprimir, tais como: (i) identidade; (ii) atribuição; (iii) posse; (iv) beneficiamento, e (v) localização. Em se tratando exclusivamente de línguas amazônicas, Overall et al. (2018) apresentam uma proposta a partir dos tipos de predicados encontrados na região, em que incluem: (i) identificação; (ii) categorização; (iii) propriedade permanente; (iv) propriedade temporária; (v) localização; (vi) existência, e (vii) posse.

Predicados não verbais podem também diferir tipologicamente quanto ao emprego de um elemento predicator, sendo este mais usualmente um verbo cópula. As definições correntes de cópula enfatizam sua reduzida carga de conteúdo semântico-lexical, atuando mais como núcleo sintático do predicado (Givón, 2001, p. 20; Pustet, 2003, p. 6). Payne (1997, p. 114-119) examina seis tipos mais comuns de construções copulares abrangendo exclusivamente

² Outras tipologias existentes no domínio da predicação não verbal são a de Hegenveld (1992) e Stassen (1997), para as quais sugerimos ao leitor a consulta.

predicados nominais, mas que poderiam ser estendidas para outros predicados não verbais. É comum que um mesmo padrão gramatical, do qual um verbo cópula é núcleo sintático, especifique predicados distintos, por exemplo, predicados nominais e atributivos/adjetivais em português, como em *Você é pai e Você é alto*.

Em línguas que não dispõem de verbos cópulas, contudo, há modos alternativos que preenchem a função que seria exercida por ele. A principal delas é a aposição de constituintes sintáticos que também tem sido caracterizada como “oração sem verbo” (*verbless clause*) (Dixon, 2010, p. 160) ou “cópula zero” (Givón, 2001, p. 120).³ Tais construções apresentam propriedades oracionais comuns a outros tipos de predicados, como marcação de caso do sujeito, expressão de tempo, modo, aspecto, negação etc., exceto a presença de um elemento predicado. Ao contrário de orações com verbo cópula, orações sem verbo não se comportam de modo uniforme e a ausência de um verbo é geralmente determinada por fatores gramaticais, como tempo, por exemplo. Em tais línguas, orações no tempo presente/habitual com frequência aparecem sem verbo, mas ele aparece em tempo não presente (Givón, 2001, p. 120; Payne, 1997, p. 115; Stassen, 2013). Este contraste é ilustrativo a partir da língua Sanumá (Yanomami), em que predicados nominais faltam um verbo no tempo presente, como em (1a) e (1b), mas é obrigatório nos tempos passado e futuro como mostram os exemplos em (2a) e (2b).

Sanumá (Yanomami) (Borgman, 1991, p. 21):

- (1) a. *hisa* *sa*
 jovem:homem 1:SG
 “Eu sou um homem jovem.”⁴
- b. *ki* *ipa* *ulu* *a*
 este meu filho 3:SG
 “Este é meu filho.”⁵

³ Recentemente, Dixon e Aikhenvald (2021, p. 10) têm sugerido o termo “orações cópula de predicado nulo” (*Null-predicate copula clauses*), ao invés do termo “orações sem verbo” (*Verbless clauses*).

⁴ Texto original: I am a young man

⁵ Texto original: That is my child

- (2) a. *palata* *ti* *hösösö* ***ku-o-ma***
 borracha CLASS resina ser-PUNCT-CMPL
 “Era borracha.”⁶
- b. *kaikana* *te* ***ku-ki*** *kite*
 chefe 3:SG ser-FOC FUT
 “Ele será um chefe.”⁷

Embora as orações com verbo cópula e orações sem verbo difiram do ponto de vista de sua constituição interna e dos fatores semânticos que podem determiná-las, ao invés de concebê-las como dois polos extremos, Stassen (2013) sugere que seja preferível pensá-los dentro de um *continuum*, isto é, desde línguas com verbos cópulas obrigatórios, como as línguas românicas, àquelas que não exigem um elemento predicador, como são os diversos casos encontrados em línguas faladas na Austrália e Papua Nova Guiné, com casos intermediários em que a presença/ausência de um verbo cópula pode ser determinada pelo tempo da oração, como o caso da língua pensá-las ilustrado em (1) e (2).

Mesmo havendo uma diversidade de construções oracionais reunidas sob o rótulo de “predicação não verbal”, como pode ser notado nas tipologias mencionadas acima, em muitas descrições linguísticas, elas têm recebido um papel secundário. Payne (1997, p. 113) destaca que predicados nominais e construções relacionadas merecem descrições detalhadas, visto que eles constituem modelos gramaticais úteis para servir a outras funções discursivas, como foco e topicalização, bem como construções pragmaticamente marcadas, como é o caso de orações clivadas e passivas. Do ponto de vista diacrônico, predicados nominais podem tornar-se também fonte para novas orações principais. Assim, um exame mais abrangente e detalhado dessas construções pode trazer uma compreensão precisa acerca de seu funcionamento sincrônico na gramática, assim como os prováveis desenvolvimentos históricos aos quais são suscetíveis em razão de fatores internos ou externos.

⁶ Texto original: It was rubber

⁷ Texto original: He will be a headman

Na seção seguinte, são examinados os seguintes predicados não verbais: (a) nominais, (b) atributivos, (c) possessivos, e (d) existenciais. A presente análise contempla línguas dos três ramos da família Jê – setentrional, central e meridional – com a finalidade de oferecer um quadro representativo acerca das principais estratégias gramaticais empregadas no âmbito da predicação não verbal.

3 PREDICADOS NÃO VERBAIS EM LÍNGUAS JÊ: ESTRATÉGIAS GRAMATICAIS E CONSTITUIÇÃO ORACIONAL

Em línguas Jê, são observadas três estratégias gramaticais a partir dos quais predicados não verbais são constituídos do ponto de vista oracional: (a) orações sem verbo (*verbless clauses*), (b) partículas predicativas, e (c) verbos posicionais com função de cópula ou verbos auxiliares dedicados para esse tipo de predicado. A partir dessas estratégias, diferentes configurações oracionais são derivadas e tipos/subtipos de predicados não verbais podem ser distinguidos, como será visto nas próximas subseções.

3.1 Predicados nominais

Predicados nominais são caracterizados por ter um nome como núcleo e abrangem as noções de identificação e categorização (ou equação e inclusão própria na terminologia de Payne, 1997). Do ponto de vista semântico, o primeiro especifica uma relação de identidade entre o sujeito e o núcleo nominal do predicado, enquanto o segundo indica que um referente específico, isto é, o sujeito, pertence a uma classe de membros mais ampla expressa no predicado. Em línguas Jê Setentrionais, ambos subtipos de predicados nominais caracterizam-se por ser orações sem verbo, cujos sintagmas nominais são justapostos. Contudo, em muitas línguas, eles diferem entre si quanto a sua constituição interna, principalmente em relação à marcação do sujeito, em que os primeiros não são marcados, ao passo que os segundos são marcados em uma função oblíqua, de acordo como os exemplos de (3) a (10).

Apinajé (Oliveira, 2005, p. 244):

- (3) *pa na a-prô*
1SG RLS 2SG-esposa
“Eu sou tua esposa.”⁸

Kĩsêjtê (Suyá) (Santos, 1997, p. 139):

- (4) *krwa=n ata*
flecha=TOP isso
“Isso é flecha.”

Krahô (Miranda, 2014, p. 167):

- (5) *ku-ri ata awar Ø-ho*
R²-LOC DEM inajá R¹-folha
“Ali, aquela (é) folha de inajá.”

Panará (Dourado, 2001, p. 97):

- (6) *kiõpe sekikyî Ø-tô*
kiõpe sekikjy RC-irmã
“Kiõpe é irmã de Sekikyî.”

Tapayuna (Camargo, 2015, p. 173):

- (7) *i-n-ôkonɔ itha*
1SG-REL-peito DEM
“Este é meu peito.”

Xikrín (Costa, 2015, p. 163):

- (8) *lusiwaldo i=Ø-kami*
N.PESS 1SG=R¹-irmão
“Lucivaldo é meu irmão.”

⁸ Texto original: I’m your wife.

Xavante (Oscar Urebete, comunicação pessoal):

- (9) $\delta=h\tilde{a}$ $\tilde{i}=mama$
3SG=ENF 1SG=pai
“Ele é meu pai.”

Xerente (Cotrim, 2016, p. 190):

- (10) $k\tilde{a}h\tilde{a}$ $\tilde{i}=hidba$
esta 1SG=irmã
“Esta (é) minha irmã.”

Em algumas línguas, como o Krahô, é comum que o núcleo do predicado nominal seja focalizado pelo marcador *mã*. Em comparação com o exemplo (5), a ordem de constituintes é alterada, em que o núcleo do predicado é frontado para a primeira posição, o que torna este padrão oracional similar àquele da Kĩsêjtê (Suyá) em (4).

Krahô (Miranda, 2014, p. 169):

- (11) $i=j-\tilde{u}rkwa$ $m\tilde{a}$ ita
1SG=R¹-casa FOC DEM
“(É) minha casa, esta.”

Na extremidade do *continuum*, quanto às estratégias gramaticais usadas na codificação de predicados nominais exprimindo identidade de referentes, encontram-se as línguas Kaingáng⁹ e Laklãñõ (Xoklém), as quais empregam a partícula *vẽ* /*vã* com a função de exprimir aspecto estativo.

Kaingáng (Wiesemann, 2002, p. 28):

- (12) inh $kakr\tilde{a}$ $jap\tilde{y}$ $v\tilde{e}$
1SG sogro roça ESTAT
“É a roça de meu sogro.”

⁹ Os dados da língua Kaingáng fornecidos por Wiesemann (2002) foram segmentados e analisados por mim.

Laklãnõ (Xoklég) (Gakran, 2015, p. 162):

- (13) *tóg te ênh ji vã*
DEM ESPEC 1SG filho ESTAT
“Este é meu filho.”

Predicados nominais que exprimem a categorização de um referente em uma classe mais ampla distinguem-se daqueles examinados, até agora, com respeito à marcação do argumento sujeito. Em diversas descrições linguísticas, entretanto, a palavra que acompanha o sujeito desse predicado tem sido referida ora como “cópula” (Camargo, 2015, p. 175; Oliveira, 2005, p. 246; Sousa Filho, 2007, p. 212-213) ora como um elemento (posposição) com a função de “cópula” (Popjes; Popjes, 1986, p. 134; tal como é indicado nos exemplos abaixo.

Apinajé (Oliveira, 2005, p. 246):

- (14) *pa na ic-pe kupẽ*
1 RLS 1-COP estrangeiro
“Eu sou estrangeiro.”¹⁰

Kĩsêdjê (Suyá) (Santos, 1997, p. 137):

- (15) *ka-n ka a-we kupêkatfi*
2PS-TOP 2PS 2PS-COP estrangeiro
“Você é estrangeiro.”

Tapayuna (Camargo, 2015, p. 175):

- (16) *itha ra ku-we hwĩtotokjarêjkane*
DEM MS 3SG-COP professora
“Esta é a professora.”

¹⁰ Texto original: I'm a foreigner.

Xerente (Sousa Filho, 2007, p. 213):

- (17) *samũru to akwẽ*
N.PES COP xerente
“Samũru é Xerente.”

Uma interpretação alternativa ao elemento *pe/be/we*, para as línguas Jê Setentrionais, é que ele corresponde, na realidade, à posposição locativa/essiva em tais predicados nominais (Salanova, 2014, p. 256; Miranda, 2014, p. 169-170; Costa, 2015, p. 164), marcando, portanto, o sujeito em uma função oblíqua. Predicados nominais relativos à categorização seriam empregados, assim, para “localizar” ocupações, funções sociais, pertencimento a um grupo social, nomes pessoais etc. em referentes específicos/definidos, como é mostrado nos exemplos (18) e (19) a partir das línguas Krahô e Xikrin.

Krahô (Miranda, notas de campo):

- (18) a. *crate pê h-ũ=j-arẽ-n=catê*
N.PES LOC R²-ANTIP=R¹-contar-NMLZ=NMLZ.AGT
“Crate é contador de história.”

- b. *a=kra pê mã wajaca*
2SG=filho LOC FOC xamã
“Teu filho que é xamã.” (Lit. Em teu filho, (existe) o xamã)

Xikrin (Costa, 2015, p. 164):

- (19) *bẽptum Ø-be benjadzwərə*
Bep-tum R¹-ESSIVO chefe
“Bep-tum é chefe.”

Outros usos dessa construção são atestados para indicar a transmutação de uma entidade humana ou não humana em outra, como foi observado por Santos (1997, p. 137). Em Kĩsêjtê (Suyá), a posposição *we* (“cópula” na termi-

nologia adotada pelo autor) ao combinar-se com o prefixo *ku-* assume a forma *kwe*, como pode ser notado nos exemplos em (20).

Kĩsêjtê (Suyá) (Santos, 1997, p. 138):

(20) a. *tɛp ra kwe mɛndiye*
peixe MS 3.COP mulher
“O peixe virou mulher.”

b. *katirɛje tɕ ita ra kwe mɛropagande mã*
menino SING este MS 3.COP chefe FUT
“Este menino é para ser chefe.”

Entre as línguas Jê Setentrionais, Panará e Parkatêjê são os membros mais desviantes em relação ao padrão oracional de predicados nominais que especificam categorização. Dourado (2001, p. 60) não distingue predicados nominais de identificação (equativos) em contraste com os de categorização. Em ambas as línguas, como nos exemplos (21a) e (22a), tais predicados nominais empregam apenas a justaposição e não diferem estruturalmente daqueles que exprimem identidade em (22b) e (22b) respectivamente.

Panará (Dourado, 2001, p. 97-98):

(21) a. *ka tɔputũ*
2SG chefe
“Você é o chefe.”

b. *ĩkiey si pikõ*
mulher nome Pikõ
“O nome da mulher é Pikõ.”

Parkatêjê (Ferreira, 2003, p. 166):

(22) a. *infũm way*
meu.pai pajé
“Meu pai é pajé.”

b. *poaireteti pien ka*
NPR marido tu
“Tu és marido da Poiarêtêti.”

Em Xerente, Cotrim (2016, p. 191) interpreta a forma *to* como uma marca de foco, a qual pode ocorrer em predicados que especificam tanto identidade quanto categorização. Em comparação com o Xavante, exemplo (24), predicados nominais de categorização empregam apenas a justaposição dos constituintes com o sujeito ocupando a primeira posição em (23).

Xerente (Cotrim, 2016, p. 192):

(23) *warõn to peĩ-Ø=kwa*
Warõn FOC aconselhar-NLZ=AGT
“Warõn é conselheiro da paz.” (Lit. “aconselhador”)

Xavante (Oscar Urebete, c.p.):

(24) a. *ĩ=mama hã ã-tsõ're=’wa*
1SG=pai ENF 3-cantar.NMLZ=N.AGT
“Meu pai é cantor.”

b. *a=hã da’ahõri=’wa*
2SG=ENF lutar.NMLZ=N.AGT
“Você é lutador.”

Kaingáng e Laklãnõ (Xoklém) são línguas nas quais predicados nominais de categorização podem empregar tanto a palavra estativa *vẽ/vã* quanto

verbos posicionais como predicadores. Contudo, esses predicados marcam o sujeito em uma função oblíqua por meio da posposição instrumental *tỹ* em Kaingáng (Wiesemann, 2002, p. 89) e translativa *tõ* em Laklãnõ (Xoklém) (Gakran, 2015, p. 143), igualmente ao que tem sido reportado para boa parte das línguas Jê Setentrionais.

Kaingáng (Domingues, 2013, p. 85):

- (25) *Pedro vỹ tỹ professor jẽ*
 Pedro MS INSTR professor AUX
 “Pedro é professor.”

Laklãnõ (Xoklém) (Gakran, 2015, p. 163-164):

- (26) a. *ti tõ pa'i vã*
 3SG TRANS chefe ESTAT
 “Ele é cacique.”
- b. *ẽnh txõ kujá vã*
 1SG TRANS pajé ESTAT
 “Eu sou pajé.”

Ainda que os padrões oracionais examinados difiram consideravelmente do ponto de vista de sua constituição interna, em línguas como Panará, Parkatêjê, Xavante e Xerente, a distinção semântica entre predicados nominais de identificação e categorização pode depender de valores e normas culturais de cada sociedade em termos de ocupações e/ou papéis sociais que os indivíduos comumente desempenham nelas. Esta seria uma hipótese plausível para a relativa variação encontrada na codificação gramatical de predicados nominais que recorrem a diferentes padrões oracionais.

3.2 Predicados atributivos

Predicados atributivos exprimem uma qualidade ou propriedade referente ao sujeito, em que seu núcleo é geralmente expresso por um adjetivo. Em se tratando de línguas Jê, há divergências quanto ao status lexical de itens que denotam qualidades prototípicas, sendo descritos como uma classe exclusiva de adjetivos (Dourado, 2001, p. 33; Santos, 1997, p. 63; Domingues, 2013, p. 60; Gakran, 2015, p. 126), como uma subclasse de verbos (descritivos) (Oliveira, 2005, p. 115; Ferreira, 2003, p. 88; Estevam, 2015, p. 141) ou intransitivos estativos (Camargo, 2015, p. 116), ou ainda, como uma subclasse de nomes dependentes em razão das propriedades morfológicas e sintáticas que compartilham com essa classe de palavra (Sousa Filho, 2007, p. 116; Miranda, 2014, p. 73; Costa, 2015, p. 54).

Em diversas línguas Jê, predicados atributivos não diferem, do ponto de vista oracional, de outros predicados não verbais. A razão para incluí-los aqui reside, por um lado, em termos do conteúdo semântico que transmitem, e, por outro, nos variados meios gramaticais pelos quais eles se manifestam formalmente nas línguas da família como um todo e pelo modo como o sujeito é marcado. Para esse tipo de predicado, são distinguidas três estratégias principais: (i) orações sem verbo, (ii) partículas predicativas, e (iii) verbos auxiliares.

Predicados atributivos realizados por meio de orações sem verbo são encontrados exclusivamente em línguas do ramo setentrional da família Jê. Mesmo aquelas línguas para as quais o núcleo desses predicados tem sido referido como “adjetivo” ou “verbo”, elas apresentam um padrão oracional relativamente regular, como pode ser observado a partir das línguas Apinajé (27), Kĩsêjtê (Suyá) (28) e Panará (29).¹¹

¹¹ Em Panará, flexão relacional pode ser tomada como critério morfológico para distinguir adjetivos em função predicativa daqueles em uma função atributiva, como é mostrado a partir dos exemplos fornecidos por Dourado (2001, p. 35).

- a. *kan* *s-utĩ*
cesta RNC-pesado
“Cesta é/está pesada.”
- b. *kan* *y-utĩ*
cesta RC-pesado
“Cesta pesada.”

Apinajé (Koopman, 1976, p. 223):

- (27) *pěgi nã prêk*
Pěgi TEMPO alto
“Pěgi é alto.”

Kĩsêjtê (Suyá) (Santos, 1997, p. 64):

- (28) *ita ra krøk kumeni*
DEM MS fedido muito
“Ele está muito fedido.”

Panará (Dourado, 2001, p. 98):

- (29) a. *səperi tati*
vento forte
“O vento está forte/vento forte.”
- b. *pekə kə=rãprə*
roupa CLAS=vermelha
“A roupa é vermelha/roupa vermelha.”

Predicados atributivos nas línguas Xerente e Xavante são marcados pela partícula predicativa *di* (e alomorfes *ti* ~ *ki*, este último apenas em Xerente). Nessas construções, pelo menos em Xerente, exemplo (31), há restrições quanto à ocorrência de morfemas de tempo, modo, aspecto, o que implica no uso de morfemas específicos para algumas dessas categorias gramaticais como o marcador *kbi* (~ *kba*) para expressar “tempo passado perfectivo” (Sousa Filho, 2007, p. 218).

Xavante (Oscar Urebete, c.p.):

- (30) a. *ö hã uptó=di*
água ENF sujo=PRED
“A água está suja.”
- b. *wa hã wa=tsépu duré ã=höiba dzé=di*
1SG ENF 1SG=doente CONJ 1SG.POSS=corpo dor=PRED
“Eu estou doente e com dor no corpo.”

Xerente (Sousa Filho, 2007, p. 218-219):

- (31) a. *wa ã-kbudum-di*
eu 1-sujo-PRED
“Eu estou sujo.”
- b. *toka ai-mrõ kbi pse-di*
você 2-casamento PAS.PERF bonito-PRED
“Teu casamento foi bom.”

Do ponto de vista da marcação do sujeito, há subclasses de itens lexicais referentes a qualidades, como propriedade física e propensão humana, em que o sujeito experienciador é expresso em uma função oblíqua e marcado pela posposição dativa *mã*. Esse padrão oracional é consistente nas línguas Jê do ramo setentrional, de acordo com os exemplos de (32) a (35), exceto a língua Panará, como no exemplo (36).

Apinajé (Koopman, 1976, p. 327):

- (32) *ix-mã kô*
1SG-DAT sede
“Estou com sede.”

Krahô (Miranda, notas de campo):

- (33) *caxê=kwỳj mã ih-pec*
estrela=FEM DAT R²-triste
“Caxê=kwỳj está triste.”

Kĩsêjtê (Suyá) (Santos, 1997, p. 77):

- (34) *i-mã kri*
1PS-POSP frio
“Eu estou com frio.”

Mëbêngôkré (Mëtyktire) (Jefferson, 2013, p. 33):

(35) *djãm a=mã prãm?*

INT 2SG=DAT fome

“Você está com fome?”

Panará (Dourado, 2001, p. 54):

(36) *ka aripe ãkyẽ yi =ra =po yamã kri pey*

você triste eu.ABS REAL.INTR=1PL.ABS=chegar quando aldeia ABL

“Você estava triste quando eu cheguei da aldeia.”

Seguindo a mesma tendência dos predicados nominais, as línguas Kaingáng e Laklãnõ (Xoklêng) empregam tanto a partícula predicativa *vẽ/vã* quanto verbos posicionais¹² com a função de cópula. Como notado por Gakran (2015, p. 131) para o Laklãnõ, a seleção de um desses verbos como núcleo sintático do predicado depende de como o sujeito é percebido e categorizado em termos de sua posição, estado ou movimento pelo falante.

Kaingáng (Wiesemann, 2002, p. 22, 97; 62, 92):

(37) a. *ũn grĩ vẽ*

INDEF coxo ESTAT

“É um coxo.” (Lit. Alguém é coxo)

b. *fi tỹ nén ã tó kỹ, jẽmẽ-g sór tũg nĩ,*
3SG.FEM OBL coisa INDEF contar SUB escutar-NMLZ querer NEG AUX

vẽnh=ón=né fi vẽ!

muito.mentiroso 3SG.FEM ESTAT

“Quando ela conta alguma coisa, não dê atenção, ela é muito mentirosa!”

¹² Em Laklãnõ (Xoklêng) (LKL) e Kaingáng (KNG), auxiliares compreendem verbos posicionais e de movimento com suas respectivas contrapartes singulares e plurais: “estar.sentado” *nẽ.SG/jãgnẽ.PL* (LKL); *nĩ.SG/nĩgnĩ.PL* (KNG); “estar.deitado” *nõ.SG/jãgnõ.PL* (LKL); *nỹ.SG/nỹg-nỹ.PL* (KNG); “estar em pé” *jã.SG/kójã.PL* (LKL); *jẽ.SG/jẽgjẽg.PL* (KNG); “estar.pendurado” *txó.SG/jãgdjõ.PL* (LKL); *sa.SG/sygsam.PL* (KNG); “ir” *tẽ.SG/mũ.PL* (LKL); *tĩ.SG/mũ.PL* (KNG).

(38) a. *mru tóg sĩ pẽ nĩ*
 pica-pau TOP pequeno muito AUX
 “O pica-pauzinho é bem pequeno.”

b. *ti sĩ kã tóg, vagvá nĩ*
 3SG pequeno LOC TOP manco AUX
 “Ele é manco desde pequeno.”

Laklãnõ (Xoklém) (Gakran, 2015, p. 132, 109):

(39) a. *zi vãnhkágze vã*
 3FEM contente/feliz ESTAT
 “Ela é alegre.”

b. *klãdja tóg vũ u nõ*
 faca DEM MS bonita estar.deitado.AUX.2
 “Esta faca é bonita.”

Em tipologias mais recentes sobre predicação não verbal, como Overall et al. (2018, p. 7-8), entre os predicados atributivos são distinguidos os que exprimem uma propriedade permanente daqueles relacionados a uma propriedade temporária. Ainda que na maior parte das descrições disponíveis este contraste não seja nítido, existem mudanças substanciais no padrão oracional para sua codificação, mediante o uso de estruturas gramaticais mais marcadas em que elementos gramaticais típicos de predicados verbais estão envolvidos. O exemplo (40), a partir da língua Panará, poderia ser interpretado como indicação de tal contraste em relação ao exemplo (29a) que, por sua vez, expressaria uma propriedade permanente, do mesmo modo que (29b). Uma situação semelhante pode ser vista também em Krahô, em (41).

Panará (Dourado, 2001, p. 98):

(40) *sãperi yi =Ø =tãti*
 vento.ABS REAL.INTR =3SG.ABS=forte
 “O vento está forte.”

Krahô (Edivaldo Wakê Krahô, c.p.):

(41) a. *i=kra x-à*
1SG=filho R¹-doente
“Meu filho é doente.”

b. *i=kra apu h-à*
1SG=filho PROG R²-doente
“Meu filho ficou doente.” (Lit. Meu filho está adoecendo)

Neste aspecto, a língua Xerente não distingue predicados atributivos referentes a uma propriedade permanente vs. temporária, visto que em ambos os casos o mesmo padrão oracional é usado, como no exemplo (31). No entanto, a língua Xavante marca essa oposição sistematicamente, levando a reajustes morfossintáticos notáveis. Orações marcadas pela partícula predicativa *di* e alomorfes indicam propriedade permanente, enquanto aquelas relacionadas a uma propriedade temporária recorrem ao padrão oracional de predicados verbais. Isto pode ser notado a partir da ocorrência de marcas aspecto-pessoais, como em (42b).

Xavante (Oscar Urebete, c.p.):

(42) a. *ai='ra hã 'wahi-re di*
2SG=filho ENF magro-DIM PRED
“Teu filho é magro.”

b. *a=hã mã ai='wahi-re*
2SG=ENF 2PERF 2SG=magro-DIM
“Você está magrinho.”

Contrastes relativos à propriedade permanente vs. temporária parecem ser estabelecidos com base na seleção e uso do auxiliar estativo e verbos posicionais como núcleo sintático do predicado, em Laklãñō (Xoklêng) e Kaingáng. A princípio, estas línguas comportar-se-iam distintamente com respeito à expressão gramatical desse contraste, estando ausente na primeira língua,

como em (43) comparado aos exemplos em (39), mas presente na segunda, em que a partícula *vẽ* e verbos posicionais marcariam propriedade permanente, tal como no exemplo (37), ao passo que uma propriedade temporária é indicada pelo auxiliar imperfectivo *tĩ*, conforme é mostrado em (44).

Laklãnõ (Xoklég) (Gakran, 2015, p. 169, 134):

- (43) a. *ãg pãn_tel vã*
 1PL pé=dolorido/morto ESTAT
 “Nós estamos cansados.” (Lit. Nós estamos com pé dolorido/morto)
- b. *péhov hã=ta vũ txá nẽ*
 abóbora DEM MS maduro estar.sentado.AUX
 “Aquele abóbora está madura.”

Kaingáng (Wiesemann, 2002, p. 82, 93):

- (44) a. *inh mỹ tóg sér tĩ*
 1SG DAT TOP alegre AUX.IMPERF
 “Estou bem alegre.”
- b. *inh vãnhpra tóg tĩ*
 1SG preguiça TOP AUX.IMPERF
 “Estou com preguiça.”

Apesar de os exemplos apontar para uma distinção nítida entre propriedade permanente vs. temporária em Kaingáng, obviamente, não se trata de uma divisão absoluta, uma vez que o auxiliar imperfectivo *tĩ*, ao combinar-se com verbos posicionais¹³ ou com o próprio verbo de movimento nominalizado do qual se desenvolveu, como *tĩ-g=tĩ* ir.SG-NMLZ=AUX.IMPERF “habitual”, “sempre” (Wiesemann, 2002, p. 86), passa a exprimir uma propriedade/estado

¹³ Formas verbais compostas resultam da combinação do auxiliar *tĩ* “habitual” com verbos posicionais nominalizados pelo sufixo -g, como por exemplo, *jẽ-g=tĩ* “em pé habitualmente” (Wiesemann 2002: 30), *nĩ-g=tĩ* “fazer sentado habitualmente” (Idem: 66), *nỹ-g=tĩ* “deitado habitualmente” (Idem: 68), *sag=tĩ* “pendurado habitualmente” (Idem: 156).

permanente, como em (46a) e (46b), assim como verbos posicionais indicar uma propriedade temporária, como no exemplo (46c).

**Kaingáng (Damaris K. Felisbino, comunicação pessoal; Wiese-
mann, 2002, p. 82, 87):**

- (46) a. *inh=kósin* *vỹ* *kaga* *jẽ-g=tĩ*
1SG.POSS=filho MS doente estar.em.pé-NMLZ=AUX.IMPERF
“Meu filho é doente.”
- b. *tãnh* *jũn* *vỹ,* *ko* *há* *tĩ-g=tĩ*
palmeira miolo MS comer bom ir-NMLZ=AUX.IMPERF
“O miolo da palmeira é gostoso.” (Lit. O miolo da palmeira é bom de comer)
- c. *ã=kur* *tóg,* *tor* *pẽ* *nĩ*
2SG.POSS=roupa TOP sujo ADV AUX
“A sua roupa está bem suja.”

Uma explicação para a ocorrência de tais casos pode ser formulada em termos de novos valores aspectuais que o auxiliar *tĩ* adquire na composição com outros verbos, em sua maioria de natureza estativa, como é o caso de verbos posicionais. Desse modo, a noção de propriedade permanente resultante dessas combinações seria uma consequência imediata da extensão do período de tempo de uma dada situação, de acordo com a qual habitualidade é tipicamente caracterizada (Comrie, 2001, p. 27-28). Já o uso de verbos posicionais para descrever uma propriedade temporária pode estar associada não só às propriedades semânticas do referente, por exemplo, forma, tamanho, consistência etc., tal qual são percebidas pelos falantes e servem como meio apropriado de categorizá-los em posições específicas, mas também à constante necessidade de atualizá-los no discurso, em conformidade com os traços semânticos inerentes aos itens lexicais que exprimem propriedades, como dimensão, idade, valor, cor, propensão humana, propriedade física, velocidade, entre outros (Dixon, 2010, p. 73-74).

3.3 Predicados possessivos

Relações de posse estabelecidas em uma oração tendem a diferir daquelas expressas em um sintagma (Aikhenvald, 2013, p. 27; Payne, 1997, p. 126). Nesse tipo de predicado, em diversas línguas, é comum empregar construções existenciais ou locativas na expressão de posse. Similar ao que temos reportado para predicados nominais (e subtipos) e atributivos, predicados possessivos em línguas Jê variam consideravelmente em termos dos elementos gramaticais envolvidos e, em alguns casos, também com respeito ao tipo semântico do item possuído (alienável vs. inalienável).

As línguas Jê Setentrionais, em sua maior parte, dispõem apenas de justaposição como principal estratégia gramatical usada em predicados possessivos. Contudo, diferenças formais nesse tipo de predicado são observadas em relação à natureza semântica do item possuído, se alienável ou inalienável, tal como ocorre em sintagmas possessivos, que apresentam o classificador possessivo *-õ* para posse de nomes alienavelmente possuídos, enquanto nomes inalienáveis são possuídos diretamente, como ilustram os exemplos a partir das línguas Apinajé, Kĩsêjtê (Suyá), Měbêngôkré falado pelo povo Mětyktire, e Panará.

Apinajé (Ham et al., 1979, p. 48; dados adaptados por mim):

- (47) *xà a=tõx?*
INT 2SG=irmã
“Você tem irmãos?”

Kĩsêjtê (Suyá) (Santos, 1997, p. 142; Tempty Suyá, comunicação pessoal):

- (48) a. *i-kra*
1PS-filho
“Meu filho/ Eu tenho filho.”
- b. *i=khrandijta ta khĩ j-apjêrê*
1SG=filha TOP cabelo R¹-comprido
“Minha filha tem o cabelo comprido.”

Mêbêngôkré (Mětyktire) (Paimu M. T. Txucarramae):

- (49) *a=nh-ikra ti-re*
2SG=R¹-mão grande-DIM
“Você tem a mão grandinha.”

Panará (Dourado, 2001, p. 101):

- (50) *teseya s-ũpiə*
teseya RNC-pai
“Teseya tem pai.”

Em se tratando de predicados possessivos com nomes alienáveis, línguas como o Panará empregam uma estrutura análoga àquela de sintagmas possessivos, como em (51). Nesta língua, a principal diferença reside na alternância flexional por meio de prefixos relacionais que o classificador possessivo (descrito como “nome” por Dourado, 2001, p. 73) sofre ao ser determinado por um possuidor contíguo ou não contíguo. Outro modo para esse tipo de predicado é o uso de um padrão oracional comum àquela de orações verbais intransitivas, conforme é mostrado no exemplo (52).

Panará (Dourado, 2001, p. 73):

- (51) a. *teseya s-ō puu*
teseya RCN-posse roça
“Teseya tem roça.”
- b. *teseya y-ō puu*
teseya RC-posse roça
“a roça de Teseya.”
- (52) *kitakrit yi =Ø =sō pēkə*
kitakrit REL.INTR =3SG.ABS=posse vestido
“Kitakrit tem vestido.”

As línguas Apinajé e Mëbêngôkré exibem um padrão oracional análogo ao da língua Panará com respeito ao uso do classificador possessivo -*õ* tanto em sintagmas quanto em predicados, tal como é ilustrado nos exemplos (53) e (54). Entretanto, em Apinajé, há a possibilidade de um nome alienável ser possuído diretamente, sem recorrer ao uso do classificador possessivo. Provavelmente, a existência de ambas opções é o reflexo de subclasses semânticas de nomes alienavelmente possuíveis, em que itens intimamente ligados ao possuidor ou feitos por ele são tratados formalmente como inalienáveis, ao passo que aqueles que indicam propriedade ou não feitos pelo possuidor recorrem ao uso do morfema -*õ* (Ribeiro, 2002, p. 34).

Apinajé (Ham et al., 1979, p. 36; Oliveira, 2005, p. 245):

(53) a. *ỵ* *i=nh-õ* *kẽn* *ràràr*
 EXCL 1SG=R¹-CL.POSS miçanga amarela
 “Sim, tenho miçangas amarelas.”

b. *pa* *na* *ic-wapɔ*
 1 RLS 1-faca
 “Eu tenho uma faca.”¹⁴

Mëbêngôkré (Mëtyktire) (Paimu M. T. Txucarramae, comunicação pessoal):

(54) *i=nh-õ* *kàj* *mejkumrēj*
 1SG=R¹-CL.POSS facão bom
 “Eu tenho um facão bom.”

Em Krahô, predicados possessivos não diferem em termos da natureza semântica do item possuído. Nesse aspecto, o contraste mais evidente é na marcação oblíqua do argumento sujeito por meio da posposição dativa *mã*, desviando tal padrão oracional dos demais casos examinados até agora.

¹⁴ Texto original: I have a knife

Em (55), predicados possessivos são exemplificados com nomes inalienáveis e alienavelmente possuíveis.

Krahô (Edivaldo Wakê Krahô, comunicação pessoal):

(55) a. *cormã i=mã ãn-xê mẽ ãn=x-ũ*
 ainda 1SG=DAT 1SG=mãe CONJ 1SG=R¹-pai
 “Eu ainda tenho minha mãe e meu pai.”

b. *i=mã catôc*
 1SG=DAT espingarda
 “Eu tenho espingarda.”

Um modo alternativo de exprimir posse predicativa em Krahô é o uso de uma construção oracional com o sujeito focalizado, semelhante àquela de predicados nominais de identificação exceto pelo fato de que a noção de posse manifesta-se por meio da palavra *-takjê*. Esta construção é restrita a nomes alienavelmente possuídos, assim como a configuração oracional é distinta daquela exemplificada em (55). Sintaticamente, a palavra *-takjê* comporta-se como outros nomes inalienáveis ao receber marcação pessoal, sugerindo que sua provável fonte diacrônica tenha sido originalmente um nome. Correlatos dessa construção são encontrados também em Panará, como pode ser visto nos exemplos (56) e (57).

Krahô (Miranda, 2014, p. 171):

(56) a. *ikre itajê mã mẽ=ikwỳ takjê*
 casa DEM-PL FOC PL=1SG=parente POSS.PRED
 “Estas casas são dos meus parentes.”

b. *kwỳr kẽ-n xà mã a=takjê*
 mandioca ralar-NMLZ NMLZ.INSTR FOC 2SG=POSS.PRED
 “O ralador de mandioca é teu.”

Panará (Dourado, 2001, p. 67, 68):

(57) a. *pia kyëmera kia farĩya*
esta nós posse farinha
“Esta é a nossa farinha.”

b. *pia kyëmera kia sase*
esta nós posse rede
“Esta rede é nossa.”

Ambas estratégias gramaticais atestadas em Krahô para codificar posse em um predicado refletem, na realidade, dois esquemas de evento propostos por Heine (1997, p. 47), isto é, o esquema meta (*goal*) e igualdade (*equation*), os quais implicam uma proposição do tipo *Y existe para X* e *Y é (propriedade) de X*. Quanto a este último, isto explica a relativa similaridade formal entre orações marcadas por *-takjê* e predicados nominais que expressam igualdade de referentes. Além disso, é plausível que a distinção seja também motivada pragmaticamente, conforme Aikhenvald (2013, p. 29) argumenta para construções possessivas do tipo “*ter*” (*Have-construction*) e “*pertencer*” (*Belong-construction*) do inglês, com base em Heine (1997, p. 29). Desse modo, predicados possessivos marcados pela posposição dativa *mã* são sobre o possuidor e, inversamente, os predicados com *-takjê* são sobre o item possuído, considerando que ele é o argumento mais proeminente da oração.

Em Xerente e Xavante, relações de posse são distinguidas com base na oposição semântica entre nomes inalienáveis e alienavelmente possuídos. Tais línguas empregam o morfema *-ĩm* para tornar possuível um nome alienável dentro de um sintagma e, assim, ser determinado por um possuidor. Nessas línguas, predicados possessivos compartilham com predicados nominais a propriedade gramatical de ser marcados pela partícula predicativa *di* e alomorfes. Entretanto, isto se aplica somente a nomes referentes a partes do corpo, como é indicado nos exemplos (58) e (59). Predicados possessivos em que núcleo é um nome relativo a relações de parentesco não são marcados por essa partícula, pelo menos em Xavante (58c), que em seu lugar emprega uma construção cujo possuidor é marcado pela posposição instrumental *ré*, mas pode ser usada em Xerente (59b).

Xavante (Oscar Urebete, comunicação pessoal):

(58) a. *a=hã aipara 'ra-re di*
2SG=ENF 2SG=pé pequeno-DIM PRED
“Você tem o pé pequeno.”

b. *waptsã hã tsamõ pa di*
cachorro ENF rabo comprido PRED
“O cachorro tem o rabo comprido.”

c. *wa hã i=ré maparanẽ ã='ra*
1SG ENF 3SG=INSTR dois 1SG=filho
“Eu tenho dois filhos.” (Lit. É eu que estou com meus dois filhos)

Xerente (Cotrim, 2016, p. 192; Armando Sõpre, comunicação pessoal):

(59) a. *toka ai kwa-di*
2 2 dente-EST
“Você tem seu dente.”

b. *wa ã=mrõ=di*
1SG 1SG=esposa=PRED
“Eu tenho esposa.”

Predicados possessivos com nomes alienavelmente possuídos apresentam contrastes notáveis em ambas as línguas. Em tais predicados, como em (60), a língua Xavante marca o possuidor com a posposição genitiva *te*, ao lado da qual a partícula existencial *iré* pode coocorrer. A língua Xerente, por sua vez, emprega o morfema *-ĩm*, o qual é descrito como “nome genérico” por Sousa Filho (2007, p. 111) e “pertence” por Cotrim (2016, p. 88), sendo o núcleo do predicado marcado pela partícula predicativa *di* e alomorfes.

Xavante (Oscar Urebete, comunicação pessoal):

- (60) a. *wa hã ã=te 3sg=instr hõtõra duré unhi'ãtsiró*
1SG ENF 1SG=GEN EXIST machado CONJ espingarda
“Eu tenho um machado e uma espingarda.” (Lit. É eu que estou
com um machado e uma espingarda)
- b. *e a=te 3sg=instr róbduridza'ére?*
INT 2SG=GEN EXIST bicicleta
“Você tem uma bicicleta?” (Lit. Você está com ela, a bicicleta?)

Xerente (Sousa Filho, 2007, p. 216; Armando Sõpre, comunicação pessoal):

- (61) a. *ã-n-ãm-kupakubure-ki*
1-R3-NGR-biscoito-PRED
“Eu tenho biscoito.”
- b. *ã=kra s-ãm târawra di*
1SG=filho R¹-pertence motocicleta PRED
“Meu filho tem motocicleta.” (*tãra* “ferro”, *wra* “correr”, lit. ferro corredor)

Em Xavante, há ainda outro modo por meio do qual predicados possessivos podem ser obtidos, sendo estes restritos a nomes inalienáveis. Trata-se de uma construção baseada em um esquema companhia do tipo *X está com Y*, nos termos de Heine (1997, p. 47), em que o nome possuído é determinado pela posposição instrumental *ré* “com”, “cheio de”, “contendo” (Lachnitt, 2004, p 174), conforme pode ser visto nos seguintes exemplos.

Xavante (Oscar Urebete, comunicação pessoal):

- (62) a. *ã='ra hã ã-wa ré hã*
1SG=filho ENF 3SG-dente INSTR ENF
“Meu filho tem dente.” (Lit. Meu filho está com dente)
- b. *wa hã ã=nh-õrõwa ré*
1SG ENF 1SG=R¹-casa INSTR
“Eu tenho casa.” (Lit. Eu estou com minha casa)

- c. *e a=hã ai=mrõ ré hã?*
 INT 2=ENF 2SG=esposa INSTR ENF
 “Você tem esposa?” (Lit. Você está com tua esposa?)

Embora as diferenças sejam evidentes entre Xavante e Xerente com respeito à posse predicativa, não se deve descartar a hipótese de que mudança diacrônicas substanciais na última língua teriam levado a extensão de sintagmas possessivos para o domínio do predicado, com os devidos reajustes morfossintáticos. Em Xerente, no entanto, construções possessivas marcadas com a posposição genitiva *te* podem ainda ser encontradas, mesmo que sejam em menor frequência, como é mostrado em (63).

Xerente (Sousa Filho, 2007, p. 109):

- (63) a. *wa-ĩ-te wapsã*
 1-VL-PP cachorro
 “Meu cachorro” ou “O cachorro é meu.”
- b. *ai-te ti*
 2-PP flecha
 “Tua flecha” ou “A flecha é tua/A flecha é de você.”

A expressão de posse em um predicado nas línguas Laklãnõ (Xoklêng) e Kaingáng é relativamente similar a outros predicados não verbais, em se tratando do emprego de verbos auxiliares como núcleos sintáticos. Não obstante, é neste domínio gramatical onde são observados os contrastes mais notáveis entre elas, uma vez que essas línguas distinguem apenas a posse de animais domésticos no âmbito do sintagma possessivo¹⁵ em oposição a outras subclasses semânticas de nomes. Em Laklãnõ (Xoklêng), predicados possessivos podem vir marcados por um verbo posicional de acordo com as propriedades semânticas do referente (64a) ou um auxiliar imperfectivo (64b). Já o Kaingáng recorre a número bem mais reduzido de auxiliares envolvidos, sendo a maioria das orações marcada apenas por *nĩ*, como é mostrado em (65).

¹⁵ A posse relativa a animais de criação é usualmente marcada no sintagma possessivo pelo classificador possessivo *mãg* “xerimbabo” em Laklãnõ (Gakran, 2015, p. 95-96) e *mêg* “criação”, “animais domésticos”, em Kaingáng (Wiesemann et al., 2002, p. 60).

Laklãnõ (Gakran, 2015, p. 163, 203):

(64) a. *ẽnh ẽn vũ jã*
1 casa MS AUX
“Eu tenho casa.”

b. *ẽnh klã tũ vũ tẽ*
1 filho NEG MS IMPERF
“Eu não tenho filho/Eu sou sem filho.”

Kaingáng (Wiesemann, 2002, p. 43, 73; Damaris K. Felisbino, comunicação pessoal):

(65) a. *pẽn kãnhpar inh nĩ*
pé inchado 1SG AUX
“Tenho o pé inchado.”

b. *pẽn kãsir fi nĩ*
pé pequeno.PL 3SG.FEM AUX
“Ela tem pés pequenos.”

c. *inh nỹ fi vỹ krygmy mré pẽngre nĩ*
1SG mãe FEM MS porco com galinha AUX
“Minha mãe tem porco junto com galinha.”

Em Kaingáng, uma alternativa para obter um predicado possessivo é através do verbo *nỹtĩ*, o qual é registrado por Wiesemann (2002, p. 68) com o significado “sendo”, “ter”. Uma forma homófona desse verbo aparece também com o significado de “existir.PL” (Idem: 69). Com base nos dados fornecidos pela autora, é provável que o verbo *nỹtĩ* significasse originalmente “ter” e, em seguida, “existir”, visto que a frequência com valor existencial é bastante alta.

Kaingáng (Wiesemann, 2002, p. 78, 93):

(66) a. *inh krẽ vỹ régre nỹtĩ*
1SG filho.PL MS dois EXIST
“Tenho dois filhos.”

b. *inh mễg garĩnh ã tóg vẫgvẫ nỹtĩ*
1SG CL.POSS galinha INDEF TOP penugem EXIST
“Tenho algumas galinhas com penugem bonita.”

Predicados nominais de identificação podem também servir como meio para expressar um relacionamento possessivo, tal como acontece em Krahô e mostrado no exemplo (56). Em Kaingáng e Laklãnõ (Xoklém), essas construções são marcadas pela partícula estativa *vẽ/vẫ*, conforme pode ser visto nos exemplos em (67) e (68).

Laklãnõ (Gakran, 2015, p. 163):

(67) *ẽnh pãn pa vẫ*
1 pé enrolado ESTAT
“É meu sapato.”

Kaingáng (Wiesemann, 2002, p. 28, 78):

(68) a. *ẽg japry si vễ*
1PL caminho velho ESTAT
“É nosso caminho velho.”

b. *inh kósin rén vễ*
1SG filho último ESTAT
“É meu último filho (caçula).”

A expressão de posse em uma oração reflete, por um lado, a variabilidade de padrões oracionais encontrados dentro da família Jê como um todo e, simultaneamente, em uma mesma língua; por outro, a recorrência de modos

alternativos para esse tipo de predicado pode estar relacionada a motivações discursivo-pragmáticas que regulam seu uso em situações específicas.

3.4 Predicados existenciais

Predicados existenciais, do ponto de vista de sua constituição oracional, exigem um adjunto locativo ou temporal que especificam a localização de uma entidade (Payne, 1997, p. 123). Entre as línguas da família Jê, diversas estratégias gramaticais são encontradas em sua codificação, que vai desde orações sem verbo a orações marcadas por verbos com semântica existencial. Línguas do ramo setentrional adotam orações sem verbo (justaposição) como principal dispositivo morfossintático na construção de predicados existenciais.

Apinajé (Oliveira, 2005, p. 248):

- (69) *go kapre ã na rôr=ko pič*
água ao.longo LOC RLS babaçu=pedaço somente
“Tem babaçu em toda a margem do rio.”¹⁶

Kĩsêjtê (Suyá) (Santos, 1997, p. 141):

- (70) *kikre kãm na kusikũm*
casa LOC TOP fumaça
“Tem fumaça na casa.”

Krahô (Miranda, 2014, p. 173):

- (71) *cô ita kãm roh-ti*
água DEM LOC sucuri-AUM
“Neste córrego, tem sucuri.”

Mêbêngôkré (Mêtyktire) (Jefferson, 2013, p. 144):

- (72) *pur kam jât*
roça LOC batata-doce
“Há batatas-doces na roça.”

¹⁶ Texto original: There is babaçu all along the river shore

A negação de predicados existenciais constitui um dos principais parâmetros gramaticais para distingui-los de outros predicados nominais formalmente similares. Como é assinalado por Vaselineva (2013, p. 107), há uma tendência translinguística de que línguas usem uma estratégia especial para negar sentenças existenciais em comparação com aquelas que denotam eventos. Nas línguas em questão, tal estratégia é encontrada em boa parte delas, exceto nas línguas Kĩsêjtê (Suyá) (Santos, 1997) e Mêbêngôkré (Mêtyktire),¹⁷ assim como há uma relativa diversidade de formas envolvidas para essa função, como a negação existencial *amrakati* do Apinajé (73), *-amrêare* do Krahô (74), e *ĩkiɔw* do Panará (75)

Apinajé (Oliveira, 2005, p. 248):

- (73) *pičo=rã rərə=rɛ na ja=ri amrakati*
 planta=flor amarelo=DIM RLS aqui NEG.EXST
 “Não tem flores amarelas por aqui.”

Krahô (Miranda, 2014, p. 174):

- (74) *paněr kãm h-amrêare*
 panela LOC R²-NEG.EXIST
 “Na panela, não existe (algo).”

Panará (Dourado, 2001, p. 117):

- (75) *ĩkiɔw pakua kiokio*
 não banana madura
 “Não tem banana madura.”

Nas línguas Xavante e Xerente, a constituição interna de predicados existenciais diverge substancialmente em termos dos elementos gramaticais usados neles. Xavante, por exemplo, emprega a posposição instrumental *ré* que também pode ocorrer em predicados possessivos (3.3), enquanto Xerente

¹⁷ A língua Kĩsêjtê (Suyá) usa a forma negativa *kere* e Mêbêngôkré (Mêtyktire) *kêt* tanto para orações existenciais quanto verbais.

emprega a partícula predicativa (*estativa* na terminologia adotada por Cotrim 2016), de modo análogo aos predicados atributivos (3.2) e possessivos.

Xavante (Oscar Urebete, comunicação pessoal):

(76) a. *ni'ãpé! a'ubuni u hã iré wahi*
cuidado! mato DIR ENF EXIST cobra
“Cuidado! No mato tem cobra.”

b. *ãme(m)=hã iré abadze*
aqui EXIST animal.feroz
“Aqui tem animal feroz.”

Xerente (Cotrim, 2016, p. 194; Sousa Filho, 2007, p. 215):

(77) a. *hemõ hewa rtu-di*
para.cima céu áspero-EST
“Existe nuvem no céu (físico).”

b. *kri-wa wapsã-di*
casa-INES cachorro-PRED
“Tem cachorro na casa.”

Em Xerente, Cotrim (2016, p. 195) menciona outra possibilidade por meio da qual um predicado existencial pode ser realizado formalmente. Trata-se de uma construção com o morfema *mãr-* combinado com o morfema “etativizador” *di*, como é visto em (78). É provável que este morfema tenha como fonte histórica o pronome *mãri* “o que” que, ao se ligar à partícula *di*, passou a ter a forma *mãrdi* “há algo” (Krieger; Krieger, 1994, p. 26).

Xerente (Cotrim, 2016, p. 196):

(78) *akwẽ zakrui wa wapsã mãr-di*
povo aldeia INES cachorro EXIST-ESTAT
“Existe/há cachorro na aldeia.”

Embora Laklãõ (Xoklég) não disponha de um verbo existencial dedicado, como em (79), predicados desse tipo adotam como estratégia gramatical o uso de verbos auxiliares que abrangem diversos valores aspectuais, como verbos posicionais e o auxiliar imperfectivo *tẽ*. O Kaingáng, além de apresentar o verbo *nỹtĩ* “existir.PL”, como no exemplo (80), emprega com alta frequência o auxiliar imperfectivo *tĩ* e suas formas compostas, tal como é mostrado em (81).

Laklãõ (Xoklég) (Gakran, 2015, p. 133-134; 137):

(79) a. *ẽn te ban kajãg vũ tẽ*
 casa ESPEC POSP cerca MS IMPERF
 “Ao redor da casa tem cerca.”

b. *põn vũ ẽn klãm nẽ*
 cobra MS casa POSP AUX
 “Há uma cobra debaixo da casa.”

Kaingáng (Wiesemann, 2002, p. 37; 84, 99):

(80) *ka=nón=tĩ vỹ e nỹtĩ*
 pica-pau MS ADV EXIST
 “Existem muitas variedades de pica-paus.”

(81) a. *ẽg jamã tá ti tãnh tũ tĩ ha*
 1PL aldeia ADV 3SG.MASC palmeira NEG AUX.IMPERF ADV
 “Já não existem mais palmeiras na nossa aldeia.”

b. *nẽn pẽ kã vo tóg e nĩ-g=tĩ*
 mata verdadeiro LOC macuco TOP ADV sentado-NMLZ=AUX.IMPERF
 “Na mata fechada existem muitos macucos.”

Nesta seção, as principais estratégias gramaticais para codificação de predicados não verbais foram examinadas a partir de línguas dos três ramos da família Jê (Macro-Jê). A análise empreendida buscou mostrar que os padrões oracionais mais frequentes recorrem a diferentes mecanismos morfossintáticos e gramaticais, o que explica de algum modo sua relativa variabilidade. As principais contribuições deste estudo são apresentadas na seção seguinte, em que algumas questões fundamentais são destacadas para uma compreensão detalhada e abrangente da predicação não verbal em línguas Jê.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, predicados não verbais – nominais, atributivos, possessivos e existenciais – foram examinados em termos de suas propriedades semânticas e morfosintáticas. A análise permitiu-nos estabelecer, por um lado, a regularidade de padrões oracionais em que eles podem ser realizados gramaticalmente nas diferentes línguas, assim como em uma mesma língua, e, por outro, graus de variação gramatical encontrada dentro da família Jê como um todo. Os dados linguísticos examinados apontam para quatro estratégias gramaticais principais: (i) orações sem verbo (justaposição), (ii) partículas predicativas, (iii) verbos posicionais em função de cópula e auxiliares, e (iv) verbo existencial.

A variabilidade encontrada no domínio da predicação não verbal foi concebida a partir de um *continuum* que, até certo ponto, reflete a divisão da família em três ramos – setentrional, central e meridional. As línguas do ramo setentrional empregam exclusivamente orações sem verbo para expressão de vários tipos de predicados não verbais, alcançando, na sequência, as línguas do ramo central, em que a presença de partículas predicativas é um traço gramatical marcante. Nessas línguas, os contrastes existentes em relação ao uso de diferentes partículas pode ser o resultado de mudanças diacrônicas mais substanciais, acarretando a extensão de um tipo de predicado para outros intimamente relacionados, como por exemplo, em Xerente. No extremo do continuum encontram-se as línguas do ramo meridional, Kaingáng e Laklãõ (Xoklég), as quais dispõem de auxiliares funcionando como núcleo sintático da oração e têm sua seleção determinada por propriedades semânticas dos referentes sobre os quais predicam. Além disso, é importante destacar que a língua Kaingáng é única a exibir um verbo existencial dedicado, como *nỹtĩ* “existir.pl”.

Outras características gramaticais tipicamente associadas a predicados não verbais devem ser contempladas em futuros estudos dessas línguas, a fim de que tenhamos um retrato mais preciso e sistemático acerca do funcionamento dessas construções. Uma delas é a distinção semântica entre predicados nominais (identificação *vs.* categorização), atributivos

(propriedade permanente vs. propriedade temporária), possessivos (nomes inalienáveis vs. nomes alienavelmente possuídos). Assim, um exame detalhado dessas distinções semânticas pode relevar modos alternativos de marcação de caso do sujeito que tende a ser expresso em uma função oblíqua, sobretudo, nas línguas Jê Setentrionais.

Em linhas gerais, a análise conduzida aqui não pretendeu ser exaustiva, mas apontar direções para uma abordagem integrada de fatos gramaticais que contemple as línguas Jê de um modo geral. Apesar da variação notável no domínio da predicação não verbal, compreender detalhadamente o funcionamento dessas construções é uma tarefa fundamental para avanços mais significativos das futuras pesquisas.

ABREVIATURAS

1	1ª Pessoa
2	2ª Pessoa
3	3ª Pessoa
ABS	Absolutivo
ABL	Ablativo
ADV	Advérbio
AGT	Agente
ANTIP	Antipassivo
AUM	Aumentativo
AUX	Auxiliar
CLAS	Classificador
CL.POSS	Classificador possessivo
CMPL/COMPL	Completivo
CONJ	Conjunção
COP	Cópula
DEM	Demonstrativo
DIR	Direcional
DER	Derivacional

ENF	Enfático
ESTAT	Estativo
ESPEC	Especificador
EXCL	Exclamativo
EXIST	Existencial
DAT	Dativo
DIM	Diminutivo
FEM	Feminino
FOC	Foco
FUT	Futuro
GEN	Genitivo
LOC	Locativo
IMPERF	Imperfectivo
INDEF	Indefinido
INES	Inessivo
INSTR	Instrumental
INT	Interrogativo
INTR	Intransitivo
LOC	Locativo
IRLS	Modo Irrealis
ITER	Iterativo
M	Masculino
MS	Marca de Sujeito
N.PESS	Nome Pessoal
NEG	Negação
NEG.EXIST	Negação existencial
NGR	Nome genérico
NMLZ	Nominalizador
OBL	Oblíquo
PERF	Perfectivo
PL	Plural
POSS	Possessivo

POSP/PP	Posposição
PRED	Predicativo (Partícula)
PROG	Progressivo
PS:	Pessoa
PUNCT	Punctiliar
REFLX	Reflexivo
RLS	Modo Realis
R ¹ /RC/REL	Prefixo relacional de contiguidade
R ² /RNC	Prefixo relacional de não contiguidade
SING	Singular
SUB	Subordinador
TOP	Tópico
TRANS	Translativo (Posposição)
VL	Vogal de ligação

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, Alexandra Y. *Possession and ownership – A cross-linguistic typology*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORGMAN, Donald M. Sanuma. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*. Vol. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990. p. 15-248.

CAMARGO, Nayara da S. *Tapayuna (Jê): Aspectos morfossintáticos, históricos e sociolinguísticos*. 210f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

COMRIE, Bernard. *Aspect – An introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

COTRIM, Rodrigo G. P. M. *Uma descrição da morfologia e de aspectos morfossintáticos da língua Akwê-Xerente (Jê Central)*. 472f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

DIXON, R. M. W. *Basic Linguistic Theory*. Vol. 2 Grammatical topics. Oxford: Oxford University Press, 2010.

DIXON, R. M. W. *Where have all the adjectives gone? And other essays in Semantics and Syntax*. Berlin/New York/Amsterdam: Mouton, 1982.

DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. *Non-verbal predicates and copula clauses*. Initial orientation for LCRC 2021 Local Workshop. (Ms).

DOMINGUES, Gislaine. *Descrição morfossintática do nome e do verbo no Kaingang*. 117f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

DOURADO, Luciana G. *Aspectos morfossintáticos da língua Panará (Jê)*. 256f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ESTEVAM, Adriana M. Expressando conceitos de qualidade em Xavante: adjetivos ou verbos? *Revista Moara*, n. 43, v. 2, p. 141-165, 2015.

FERREIRA, Marília de N. de O. *Estudo morfossintático da língua Parkatêjê*. 266f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GAKRAN, Nambla. *Elementos fundamentais da gramática Laklãnõ*. 284f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: A introduction*. Vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

HAM, Patricia; WALLER, Helen; KOOPMAN, Linda. *Aspectos da língua Apinayé*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 1979.

HEINE, Bernd. *Possession – Cognitive sources, forces, and grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HENGEVELD, Kees. *Non-verbal predication: Theory, typology, diachrony*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1992.

JEFFERSON, Kathleen. *Gramática pedagógica Kayapó*. Anápolis: Sociedade Internacional de Linguística, 2013 [1989].

KOOPMAN, Linda. Cláusulas semânticas na língua Apinaje. Série Linguística nº 5. Brasília: SIL, 1976.

KRIEGER, Wanda B.; KRIEGER, Gunther C. (Orgs.). *Dicionário escolar: Português – Xerente; Xerente – Português*. Rio de Janeiro: Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, 1994.

LACHNITT, Georg. *Damreme'uwaimramidzé – Estudos sistemáticos e comparativos de gramática Xavante*. 3ª ed. Campo Grande: UCDB Editora, 2004.

LEON STASSEN. 2013. Zero copula for predicate nominals. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (Eds.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Disponível em: <http://wals.info/chapter/120>. Acessado em: 18 ago. 2021.

LEON STASSEN. *Intransitive predication*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MIRANDA, Maxwell G. *Morfologia e morfossintaxe da língua Krahô (Família Jê, tronco Macro-Jê)*. 327f. Tese de Doutorado - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OLIVEIRA, Christiane Cunha de. Lexical categories and the status of descriptives in Apinajé. *International Journal of American Linguistics*, v. 69, n. 3, p. 243-274, 2003.

OLIVEIRA, Christiane Cunha de. *The language of the Apinajé people of Central Brazil*. 444f. Tese de Doutorado – University of Oregon, Eugene, 2005.

OVERALL, Simon E.; VALLEJOS, Rosa; GILDEA, Spike (Eds.). *Nonverbal predication in Amazonian languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2018.

PAYNE, Thomas E. *Describing morphosyntax*. A guide for field linguists. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

POPJES, Jack; POPJES, Jo. Canela-Krahô. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (Eds.). *Handbook of Amazonian Languages*. Vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 128-199.

PUSTET, Regina. *Copulas – Universals in the categorization of the lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. O marcador de posse alienável em Karirí: um morfema Macro-Jê revisitado. *LIAMES*, v. 2, p. 29-46, 2002.

SALANOVA, Andrés Pablo. As posposições e a estrutura dos eventos. In: STORTO, Luciana; FRANCHETTO, Bruna; LIMA, Suzi (Orgs). *Sintaxe e semântica do verbo em línguas indígenas no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 237-260.

SALANOVA, Andrés Pablo. Uma análise unificada das construções ergativas em Mëbengokre. *Amerindia*, n. 32, p. 109-134, 2008.

SOUSA FILHO, Sinval Martins de. *Aspectos Morfossintáticos da Língua Akwê-Xerente (Jê)*. 330f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Goiás, Goiania, 2007.

VESELINOVA, Ljuba. Negative existentials: A cross-linguistic study. *Rivista di Linguistica*, v. 25, n. 1, p. 107-145, 2013.

WIESEMANN, Ursula Gojtėj. *Dicionário Kaingang – Português/Português – Kaingang*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2002.

CAPÍTULO IX

ESTRUTURA DA ORAÇÃO EM PYKOBJÊ

João Henrique Santos de Souza

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo¹, tenho o objetivo de descrever a estrutura básica de orações independentes da língua Pykobjê. Esta língua apresenta algumas particularidades gramaticais tais como ergatividade e intransitividade cindidas, sujeitos dativos, e um sistema de Caso cujos parâmetros sintático-semânticos engatilham o fenômeno conhecido como marcação diferencial de sujeito (cf. Santos, 2018; Santos; Duarte, 2020). Portanto, uma boa descrição da gramática oracional dessa língua pode nos levar a descobertas relevantes sobre sistemas de Caso e de marcação argumental, além de aumentar nosso conhecimento sobre as línguas do mundo.

A língua Pykobjê pertence ao grupo Timbira, juntamente com as línguas Parkatejê, Kyikatejê, Krĩkati, Canela e Krahô (Nikulin, 2020). Juntamente com as línguas Apinajê, Mebêngokré, Kisêdjê, Tapayuna e Panará, o grupo Timbira faz parte do ramo conhecido como Jê do Norte ou Jê Setentrional, o qual é uma das três divisões existentes atualmente sobre a família linguística Jê (Rodrigues, 1999). Por fim, a família Jê faz parte do tronco Macro-Jê, o qual compreende ainda famílias linguísticas estreitamente relacionadas à família Jê.

Diversas descrições da fonologia e da gramática da língua Pykobjê foram realizadas ao longo das últimas duas décadas (cf. Amado, 2004; Sá, 1999; Silva, 2011, 2017), mas notou-se a ausência de uma descrição básica e atuali-

¹ Este trabalho foi possível graças a recursos financeiros da Fapemig (trabalho de campo), CAPES (apoio à pós-graduação), e CNPq (bolsa de doutorado). Agradeço a essas agências pelo apoio e suporte.

zada sobre a estrutura da oração nesta língua. No presente momento, está sendo realizada uma descrição da morfossintaxe verbal da língua, com posterior estudo do seu sistema de Caso. Esta descrição e análise visa contribuir com os trabalhos realizados anteriormente sobre a língua, sem os quais muito do que é afirmado neste capítulo não seria possível.

O capítulo está organizado em sete seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, descrevo brevemente o sistema pronominal da língua. Na terceira, abordo a ordem de constituintes, focando na posição do argumento interno e nas relações gramaticais. Na quarta, descrevo as ocorrências de argumentos oblíquos, buscando uma explicação para a emergência de sujeitos oblíquos. Analiso a importância dos elementos pós-verbais, identificados como auxiliares na quinta seção. E na sexta, demonstro a relevância de marcadores de tempo, aspecto e modo para codificar noções gramaticais e discursivas. Finalmente, apresento as considerações finais na sétima e última seção.

2 SISTEMA PRONOMINAL

Assim como as outras línguas do grupo Timbira, o Pykobjê apresenta um sistema de pronomes pessoais divididos entre pronomes enfáticos, pronomes livres e pronomes presos². Conforme Amado (2004, p. 68), “os pronomes enfáticos são utilizados como forma de citação, como resposta simples a uma pergunta e também em situação de foco”. Vejam-se os exemplos abaixo:

- (1) *pa ěj-te ku jakji-n*
 eu 1-ERG água buscar-NF
 “Eu é que busquei água.”
 (adaptado de Amado, 2004, p. 68)

- (2) *tem jôm-te prutte ki-n? ta*
 INT algum-ERG jenipapo ralar-NF ele
 “Quem ralou jenipapo? Ele.”
 (adaptado de Amado, 2004, p. 68)

² A nomenclatura utilizada para se referir a esses pronomes podem variar de acordo com a autoria. Por exemplo, Amado (2004) e Silva (2011) se referem aos pronomes do Pykobjê como dependentes e independentes, mas, neste trabalho, refiro-me a eles como pronomes presos e livres, respectivamente.

Os pronomes livres são, segundo a autora, “usados como sujeitos dos verbos ativos (ou de ação), tanto transitivos quanto intransitivos, quando expressos nos tempos não passado (presente ou futuro)” (Amado, 2004, p. 69). Minha interpretação difere ligeiramente de Amado no sentido de que acredito que a principal diferença entre as formas pronominais é que as formas livres ocorrem no alinhamento nominativo-acusativo, codificando os sujeitos nominativos obrigatórios. Ou seja, os pronomes livres ocupam a posição dos argumentos A e S de verbos de ação na forma finita (aspecto imperfectivo)³. Observem-se os exemplos abaixo:

(3) *ki ha k^hwir ki*
 ele IRR mandioca ralar
 “Ele ralará mandioca.”
 (adaptado de Amado, 2004, p. 70)

(4) *∅ riʔmə k^hwir ki*
 ele DUR mandioca ralar
 “Ele ainda está ralando mandioca.”
 (adaptado de Amado, 2004, p. 70)

(5) *wir ki tẽ*
 N.FUT ele ir
 “Ele não virá.”
 (adaptado de Amado, 2004, p. 70)

(6) *∅ kormə tẽ*
 ele PRES ir
 “Ele está indo agora.”
 (adaptado de Amado, 2004, p. 70)

Minha proposta é que os pronomes livres aparecem nessa forma porque recebem o Caso nominativo, o qual é licenciado quando o verbo está no

³ SANTOS, João Henrique. *Alinhamentos sintáticos em Pykobjê*. Universidade Federal de Minas Gerais. Manuscrito.

aspecto imperfectivo/forma finita. Note-se que, nos exemplos acima, há itens lexicais marcando tanto tempo quanto aspecto da oração.

Já com relação aos pronomes presos do Pykobjê, Silva (2011, p. 106-107) afirma que cobrem o maior número de contextos na língua, pois podem “estar prefixados a partículas marcadoras de Caso⁴”, “aparecer ligados a uma classe dos verbos”, e “aparecer prefixados a um nome pertencente à subclasse semântica dos inalienáveis”. Os verbos a que a autora se refere são os verbos intransitivos estativos, e ativos *apenas* no aspecto perfectivo, nos quais aparece como sujeito *obrigatório*; ou como objeto de qualquer verbo transitivo. Verifiquem-se os exemplos a seguir:

- (7) *aa-te* *xore* *pro*
2-ERG raposa pegar
“O cachorro pegou a raposa.”
(adaptado de Silva, 2011, p. 106)

- (8) *mam* *co-mỹ* *cõ* *xen*
PAS/REM 3-DAT água gostar
“Antigamente ele gostava de água.”
(adaptado de Silva, 2011, p. 107)

- (9) *e'no'ny* *aa-te* *a'cět* *cỹm*
PAS/LEX 2-ir mata LOC
“Ontem você foi à mata.”
(adaptado de Silva, 2011, p. 107)

- (10) *a'craare-te* *e'-popo*
criança-ERG 3-ver
“A criança o viu.”
(adaptado de Silva, 2011, p. 107)

⁴ A autora se refere às posições *{te}* e *{mỹ}* como partículas marcadoras de caso por licenciarem, respectivamente, os argumentos com caso ergativo e dativo (cf. Silva, 2011).

(11) *ěj-kry* *hy*
1-cabeça doer
“Minha cabeça dói.”
(adaptado de Silva, 2011, p. 107)

(12) *aa-pejðje* *cator*
2-genro sair
“Teu genro saiu.”
(adaptado de Silva, 2011, p. 108)

O conjunto de exemplos acima ilustra as ocorrências possíveis dos pronomes presos, quais sejam: complemento de posposição, as quais podem operar como marcas morfológicas de caso; objeto direto de verbo transitivo e sujeito de alguns verbos intransitivos; e como marca de pessoa em nomes de posse inalienável.

Em suma, é possível concluir que os pronomes livres são assim chamados por não se ligarem a qualquer item lexical e por apresentarem uso independente na oração. Já os pronomes presos são assim chamados porque ocorrem sempre clíticos a algum item lexical, tais como posposições, verbos ou nomes. A seguir, listo os contextos nos quais cada conjunto de pronomes deve aparecer:

Pronomes livres:

- sujeitos de verbos intransitivos ativos na forma finita;
- sujeitos de verbos transitivos na forma finita.

Pronomes presos:

- único argumento de verbos intransitivos estativos e de intransitivos ativos no aspecto perfectivo;
- argumento interno de verbos transitivos;
- complemento de posposição;

- marcador de posse ligados diretamente a nomes inalienáveis, ou seguido da marca de genitivo antes de nomes alienáveis.

O quadro a seguir resume as formas pronominais dos três conjuntos encontrados em Pykobjê:

Quadro 1 – Pronomes pessoais em Pykobjê

Pronomes	Enfáticos	Livres	Presos
1º singular	pa	wa	ẽj-
2º singular	ca	ca	aa-
3º singular	ta	ø / qui	ø / ẽ'- / co-
1º plural exclusivo	me pa	co me	me ẽj-
1º plural inclusivo	me pa	wa me	me ẽj-
2º plural	me ca	ca me	me aa-
3º plural	me ta	ø me / qui me	me ø / me ẽ'- / me co-

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos quadros propostos em Silva (2011).

Alguns fatores importantes devem ser levados em consideração, em se tratando da marcação de terceira pessoa⁵. Se não houver algum elemento que obrigue sua realização morfológica, então ele pode aparecer como {ø}; mas se houver a presença de algum elemento do tipo, então a presença do pronome *qui* é obrigatória, como diante da partícula *ha*, de modo *irrealis*. Por sua vez, o pronome {co-} ocorre apenas preso a posições e a uma classe específica de verbos. A seguir, descrevo a ordem de constituintes em Pykobjê.

3 ORDEM DE CONSTITUINTES E O ARGUMENTO INTERNO

Nesta seção, descrevo a ordem de constituintes em Pykobjê, focando na posição do argumento interno. Como será visto, o argumento interno se refere tanto a objetos de verbos transitivos, quanto a alguns sujeitos de verbos intransitivos, uma vez que a língua apresenta dentre suas particularidades um fenômeno conhecido como intransitividade cindida⁶. Ou seja, tanto verbos

⁵ Para um melhor entendimento sobre a expressão pronominal de terceira pessoa em línguas Timbira, remeto o leitor ao excelente trabalho de Ribeiro-Silva (2016).

⁶ Para um melhor entendimento sobre o sintagma verbal em Pykobjê e sua relevância para o sistema de Caso, remeto o leitor ao trabalho de Santos (2021).

(15) *debemus iram uitare* (Sêneca)
 dever ira evitar
 “Devemos evitar a ira.”
 (adaptado de Rosário, [2021])

(16) *modum tenere debemus* (Sêneca)
 moderação guardar dever
 “Devemos guardar moderação.”
 (adaptado de Rosário, [2021])

Nos exemplos acima, os verbos *uolat* e *deportat* estão na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, porém seus argumentos estão marcados com os casos nominativo e acusativo, respectivamente. Em latim, argumentos com o caso nominativo desempenham a função sintática de sujeito, enquanto argumentos com o caso acusativo desempenham a função de objeto. Os outros exemplos mostram que a ordem na língua não parece ser tão relevante, uma vez que o verbo conjugado aparece no início da oração em um exemplo, enquanto no outro o mesmo verbo aparece no final. Outras línguas, como o inglês, recorrem à ordem argumental, uma vez que perderam a morfologia de caso que apresentavam em estágios anteriores da língua. Observem-se os exemplos a seguir:

Inglês:

(17) *he swims daily*
 ele nadar diariamente
 “Ele nada todos os dias.”

(18) *mary doesn't love him*
 mary NEG amar ele
 “Mary não o ama.”

Os exemplos mostram que o inglês apresenta uma ordem argumental S-V-O. No primeiro exemplo, *he* recebe o Caso nominativo, e desempenha a função sintática de sujeito, enquanto no segundo exemplo, o mesmo pronome

recebe o Caso acusativo, aparecendo como *him* após o verbo, e desempenhando a função de objeto. Note-se ainda que *Mary* também recebe Caso nominativo e aparece antes do verbo, desempenhando a função sintática de sujeito. O Pykobjê, por não apresentar rica morfologia de caso, recorre ao mesmo sistema de inglês (ordem argumental). Analisem-se os exemplos a seguir:

Pykobjê:

- (19) *wa ha xwa*
eu IRR banhar
“Eu vou banhar.”
- (20) *wa prÿmxu co*
eu mamão comer
“Eu como o mamão.”

Nos exemplos acima, o pronome de primeira pessoa aparece em sua forma nominativa, desempenhando a função de sujeito, e aparece na forma livre *wa* na oração. Note-se que o argumento que desempenha a função de objeto, *prÿmxu*, aparece imediatamente antes do verbo (a partícula funcional *ha* indica apenas modo *irrealis*, não se caracterizando como um argumento). Assim, diante dos exemplos mostrados, é possível inferir que a ordem argumental em Pykobjê é S-O-V. Outra característica dessa língua é que sujeito pronominais aparecem na forma presa quando ocupam a opção de objeto, como se vê nos exemplos a seguir:

Pykobjê:

- (21) *ca ha ěj-caxwy*
tu IRR 1-furar
“Tu vais me furar.”
- (22) *aajoo aa-jahi*
aajoo 2-assustar
“Aajoo te assusta.”

- (23) *aajoo* *tirrecwyj* *jahi*
 aajoo *tirrecwyj* *assustar*
 “Aajoo assusta Tirrecwyj.”

Nota-se, pelos exemplos acima, que sujeitos pronominais aparecem soltos na oração se forem nominativos, mas aparecem presos ao verbo se forem acusativos. *Grosso modo*, é possível afirmar que argumentos nominativos desempenham função de sujeito, enquanto argumentos acusativos desempenham função de objeto. Outra característica do Pykobjê demonstrada pelos exemplos acima é que argumentos realizados por nominais plenos não recebem qualquer marca morfológica, corroborando a hipótese de que a língua recorre à ordem argumental para codificar as relações gramaticais da sentença. Ou seja, *aajoo* desempenha o papel S e *tirrecwyj* desempenha o papel O, confirmando a ordem S-O-V da língua.

Finalmente, o Pykobjê apresenta o fenômeno conhecido como intransitividade cindida, já mencionado no início deste capítulo. Esse fenômeno ocorre quando o único argumento de um verbo intransitivo pode receber diferentes marcas de caso, a depender de aspectos da semântica verbal. Por exemplo, sujeitos pronominais de verbos intransitivos de ação normalmente aparecem na forma livre (comparem-se os exemplos abaixo com o único exemplo intransitivo acima), mas sujeitos pronominais de verbos intransitivos de estado aparecem na forma presa. Observem-se os exemplos a seguir:

Pykobjê:

- (24) *cormy* *ěj-towre*
 ASP:ainda 1-ser.jovem
 “Ainda sou jovem.”
- (25) *prěn pỳr ny* *ěj-pym*
 pequi pé POSP 1-cair
 “Eu caí do pé de pequi.”

Os exemplos acima mostram que o único argumento nuclear de um verbo intransitivo de estado, tais como o verbo “cair”, aparece na forma presa. Comparando-se esses exemplos com os exemplos de verbos transitivos mostrados anteriormente e cujos objetos sejam pronominais, nota-se que os argumentos de verbos de estado recebem o mesmo tratamento sintático de objetos. Assim, é possível inferir que esses argumentos recebem o Caso acusativo, ocupando a posição de argumento interno do verbo, objeto da sentença.

Além de verbos intransitivos de estado, alguns intransitivos de ação também engatilham pronome preso. Isso ocorre quando o verbo em questão se encontra no aspecto perfectivo, indicando ação completa. Veja-se o exemplo a seguir:

Pykobjê:

- (26) *ěj-xwyr*
1-banhar+NF
“Eu banhei.”

O exemplo acima mostra que verbos intransitivos de ação no aspecto perfectivo estão alinhados aos intransitivos de estado, pois seus argumentos pronominais aparecem na forma presa ao verbo, sugerindo que também recebem Caso acusativo. Portanto, além da ordem argumental canônica ser S-O-V, a língua Pykobjê também apresenta dois tipos de sintagma verbal (doravante SV), quais sejam: argumento interno mais verbo, para verbos transitivos e intransitivos, formando a ordem O-V; e apenas verbo, para verbos intransitivos cujo argumento recebe Caso nominativo, formando a ordem S-V, na qual S não faz parte do sintagma verbal.

Nesta seção, descrevi a ordem dos argumentos em Pykobjê, mostrando que esta língua apresenta uma ordem canônica, e propus ainda uma formalização para os tipos de SV na língua. A noção de SV é relevante porque ajuda na compreensão de outro tipo de argumento da língua, os argumentos oblíquos. Na próxima seção, passo a descrever as ocorrências desses argumentos em Pykobjê.

4 ARGUMENTOS E SUJEITOS OBLÍQUOS

Como descrito na seção anterior, a língua Pykobjê apresenta a ordem S-O-V. Foi mencionado que S se refere aqui ao argumento externo. Nesse sentido, argumento externo é aquele que recebe o Caso nominativo, uma vez que argumento interno recebe Caso acusativo. Em Pykobjê, o argumento nominativo não recebe qualquer tratamento morfológico especial, mas diferencia-se do argumento acusativo por sua posição dentro da oração. Uma questão interessante é que o argumento nominativo não faz parte do SV, mas forma um SN à parte, e, com o SV, forma uma sentença. Essa diferença é mais bem notada quando há a presença de um argumento oblíquo na oração, como mostram os exemplos abaixo:

Pykobjê:

(27) *awca'te* *wa* *e'ry'ry'ny* *ampra*
amanhã eu cedo+POSP acordar
“Amanhã eu acordo cedo.”

(28) **ẽ'no'ny* *wa* *ẽ'ry'ry'ny* *pẽmpra*
ontem eu cedo+POSP acordar+NF
“Ontem eu acordei cedo.”

Em Pykobjê, o verbo para “acordar” é um intransitivo de ação e, por esse motivo, pode aparecer tanto na forma finita, quanto na forma não finita. Os exemplos acima ilustram duas características interessantes da língua: (i) o advérbio *ẽ'ry'ry'ny* pode aparecer entre o argumento nominativo (posição de sujeito) e o verbo; mas (ii) o mesmo argumento oblíquo não aparece naquela posição se o verbo estiver na forma não finita.

Dois fatores explicam essa questão em Pykobjê. O primeiro deles é que o argumento nominativo não está ligado ao verbo, de forma que juntos formem um SV; o segundo é que verbos intransitivos de ação no aspecto perfectivo atribuem Caso acusativo a seu argumento. Isso explica a agramati-

calidade do segundo exemplo no conjunto acima, uma vez que o argumento pronominal deveria estar preso ao verbo. A mesma situação é observada nos exemplos a seguir:

Pykobjê:

- (29) *awca'te beaga cÿm ãj-cato*
 amanhã beagá LOC 1-chegar
 “Amanhã eu chego em Beagá.”
- (30) **awca'te wa beaga wyr cato*
 amanhã eu beagá LOC chegar
 “Amanhã eu chego em Beagá.”
- (31) *ẽ'no'ny ẽ'ry'ry'ny ãj-pẽmpra*
 ontem cedo+POSP 1-acordar+NF
 “Ontem eu acordei cedo.”

Em Pykobjê, *cator* “chegar” é um verbo intransitivo de estado e, por esse motivo, seu argumento pronominal deve aparecer preso ao verbo. Em tempo, a partícula *ny*, que aparece em alguns exemplos acima, é uma posposição temporal, ligada ao advérbio “cedo”. A partir desses dados, é possível inferir que também existe uma ordem canônica para argumentos oblíquos em Pykobjê. Minha hipótese é a de que argumentos oblíquos devem aparecer imediatamente antes do SV, seja ele composto de objeto mais verbo, ou apenas verbo. Os exemplos abaixo mostram alguns dados com argumento oblíquo:

Pykobjê:

- (32) *wa aajoo mÿ cacuc*
 eu aajoo DAT falar
 “Eu conversei com Aajoo.”
- (33) *ãj-te co-mÿ wacyy to cruu cooran*
 1-ERG 3-DAT faca INSTR porco matar+NF
 “Eu matei o porco com a faca para ele.”

- (34) **ěj-te* *wacyy to* *co-mỹ* *cruu* *cooran*
 1-ERG faca INTR 3-DAT porco matar+NF
 “Eu matei o porco com a faca para ele.”

Os exemplos mostram que parece haver uma ordem canônica também para os argumentos oblíquos. Por ora, ignorando o argumento introduzido pela posposição ergativa {*te*}, nota-se como parece haver uma ordem relevante dentre os argumentos oblíquos, uma vez que o informante identificou o último exemplo do conjunto acima como agramatical, embora tenha afirmado que continua fazendo sentido. Ainda assim, os exemplos mostram como os argumentos oblíquos aparecem sempre antes do SV. Portanto, é possível acrescentar à ordem S-O-V o seguinte esquema:

- (35) Sujeito – Oblíquo – Objeto – Verbo

Isso significa dizer que a língua não permite em sua estrutura oracional argumentos não oblíquos que não sejam o sujeito ou o objeto. Note-se ainda a gramaticalidade que surge a partir da presença de um argumento não oblíquo ocupando a posição dedicada a um argumento introduzido por posposição:

Pykobjê:

- (36) *wa* *ha* *nee* *awca 'te 'ny* *ěj-xwyr* *noore*
 eu IRR NEG amanhã+POSP 1-banhar+NF NEG
 “Eu não vou banhar amanhã.”

- (37) **wa* *ha* *nee* *awca 'te* *ěj-xwyr* *noore*
 eu IRR NEG amanhã 1-banhar+NF NEG
 “Eu não vou banhar amanhã.”

Nos exemplos acima, a agramaticalidade surge a partir da ausência da posposição introduzindo o argumento anterior ao SV, pois esta posição oracional é sempre ocupada por um argumento oblíquo. Caso o item lexical *awca te* seja utilizado sem a posposição temporal, seu uso mais apropriado é no início da oração, como se vê abaixo:

Pykobjê:

- (38) *awca'te wa ha nee ěj-xwyr noore*
 amanhã eu IRR NEG 1+banhar+NF NEG
 “Eu não vou banhar amanhã.”

Além disso, há situações em que o argumento oblíquo pode aparecer tanto no início quanto no final da oração, como se vê nos exemplos abaixo:

Pykobjê:

- (39) *awca'te'ny wỳr wa xwa*
 amanhã+POSP N.FUT eu banhar
 “Eu não vou banhar amanhã.”

- (40) *wa mō aa-japru braser wyr*
 eu MOV 2-levar Brasília LOC
 “Eu vou te levar para Brasília.”

Este fato não altera o entendimento de que existe uma posição canônica para o uso de argumentos oblíquos na oração em Pykobjê, apenas acrescenta-se o fato de que advérbios sem posposição não podem ocupar a posição imediatamente anterior ao SV. A possibilidade de um argumento posposicionado aparecer ora no início e ora no final da sentença se deve muito provavelmente a fatores discursivos.

Finalmente, existe uma particularidade nas línguas Timbira, que é a presença de sujeitos oblíquos. Estes sujeitos são aqueles que aparecem seguidos das posposições ergativa e dativa. Essas posposições introduzem um argumento oblíquo na oração, mas a sintaxe da língua transforma esses argumentos em sujeitos. Observem-se os exemplos abaixo:

Pykobjê:

- (41) *ěj-te* *amjõmy empej'cym* *wacyy* *cwÿn*
1-ERG de.propósito faca quebrar+NF
“Eu quebrei a faca de propósito.”
- (42) *e'no'ny* *aa-te* *ěj-par* *caxwyr*
ontem 2-ERG 1-pé furar+NF
“Ontem tu furaste meu pé.”
- (43) *aajoo te* *tirrecwyj* *jahir*
aajoo ERG tirrecwyj assustar+NF
“Aajoo assustou Tirrecwyj.”
- (44) *jÿtcy te* *aawar mÿ* *cruu ja'cree*
jÿtcy ERG aawar DAT porco mostrar+NF
“Jÿtcy mostrou o porco para Aawar.”

Como se nota pelos exemplos acima, existe um elemento responsável por introduzir um argumento ergativo na oração, a posposição *{te}*. Essa posposição ocorre sempre que um verbo transitivo se encontra no aspecto perfectivo (Santos, 2018). Assim, o argumento anteriormente nominativo (no aspecto imperfectivo) passa a vir acompanhado da posposição ergativa, a qual não parece ter outra função aparente a não ser atribuir Caso ergativo. Uma característica interessante da língua é que o argumento ergativo sempre equivale ao argumento nominativo daquele mesmo verbo transitivo. Outra informação relevante é que o argumento ergativo, embora seja um argumento oblíquo, desempenha também a função de sujeito da oração. Este é, assim, o primeiro sujeito oblíquo encontrado em Pykobjê.

Há outro tipo de argumento oblíquo muito produtivo em Pykobjê, o qual é introduzido pela posposição *{mÿ}*. Essa posposição introduz um argumento dativo na oração, mas, além de operar como argumento oblíquo em construções de duplo objeto, este argumento também opera com outros tipos de construções nessa língua⁷. Como se observou em diversos exemplos an-

⁷ SANTOS, João. Henrique. *O argumento dativo em Pykobjê*. Universidade Federal de Minas Gerais. Manuscrito.

teriores, o argumento dativo ocorre normalmente antes do SV. Observem-se agora os exemplos abaixo:

Pykobjê:

- (45) *ěj-mỹ* *cry*
1-DAT sentir.frio
“Eu estou com frio.”
- (46) *ěj-mỹ* *prỹm* *cate*
1-DAT sentir.fome muito
“Eu estou com muita fome.”
- (47) *me* *a'crajre* *mỹ* *pa*
PL criança DAT sentir.medo
“Crianças ficam com medo.”

Nos exemplos acima, nota-se principalmente a ausência de argumentos nominativos ou acusativos. O único argumento dos exemplos acima é introduzido pela posposição {*mỹ*}. Os verbos em questão são chamados de verbos de estado psicológico e seus sujeitos, chamados de sujeitos afetados, recebem sempre a marca de Caso dativo. O mesmo ocorre com os chamados verbos transitivos de estado psicológico. Observe-se a seguir:

Pykobjê:

- (48) *ěj-mỹ* *aa-quên*
1-DAT 2-gostar
“Eu te amo.”
- (49) *ěj-mỹ* *a'crajre* *quên*
1-DAT criança gostar
“Eu gosto de criança.”

- (50) *ẽj-mỹ* *aajoo* *caprĩre*
 1-DAT aajoo sentir.dó
 “Eu tenho pena de Aajoo.”

É interessante notar que o que diferencia os exemplos acima do conjunto anterior é a presença de um argumento interno ao verbo. Este argumento recebe o Caso acusativo, mas o sujeito em questão continua recebendo o Caso dativo, via posposição. Isso ocorre devido à semântica do verbo, que licencia apenas a posição de sujeito afetado, e a língua recorre à posposição {*mỹ*} para introduzir esse sujeito na oração. Esse é o segundo tipo de sujeito oblíquo encontrado em Pykobjê; a seguir, descrevo as consequências sintáticas de alguns elementos pós-verbais.

5 ELEMENTOS PÓS-VERBAIS

As línguas do grupo Timbira podem exibir alguns elementos na posição pós-verbal, como ocorre com marcadores de ênfase e outros advérbios. Veja-se o exemplo a seguir:

- (51) *ka* *tfwa* *kormə*
 2 banho PR
 “Você está banhando agora.”
 (adaptado de Amado, 2004, p. 102)

Conforme Amado (2004, p. 101-102), advérbios de tempo e partículas aspectuais não costumam alterar a forma do verbo quando aparecem em posição pós-verbal. Mas a autora já havia notado que verbos intransitivos podem requerer um pronome preso (além do argumento nominativo), dependendo de qual elemento aparece após o verbo (Amado, 2004, p. 102). É sobre a presença desses auxiliares e sua influência na estrutura da oração que trata esta seção.

Castro Alves (2010) apresenta alguns elementos pós-verbais que podem surgir em orações das línguas Timbira. Conforme a autora, a presença de um desses elementos ocasiona em uma marcação morfossintática interessante.

O que ocorre é que mesmo se o aspecto da oração não for perfectivo, o verbo aparece em sua forma nominal. Observe-se o exemplo a seguir:

Canela:

- (52) *kupri* *h-ʒpən* *tɔhi*
 girl 3-eat+NF many
 “The girl eats a lot.”
 “A garota come bastante.”
 (adaptado de Castro Alves, 2010, p. 452)

- (53) *ka* *ha* *a-j-ʒʔkuk^hrɛ̃n* *pɛj*
 you IRR 2-RP-run+NF good
 ‘You will run well.’
 ‘Você correrá bem.’
 (adaptado de Castro Alves 2010, p. 452)

Os exemplos acima mostram que a presença de certos elementos pós-verbais engatilha a forma não finita do verbo principal, e esses elementos são identificados como auxiliares. Além disso, se o verbo for intransitivo e seu único argumento for pronominal, então ele deve obrigatoriamente aparecer como pronome livre e preso simultaneamente. Se o argumento não for pronominal, então deve deixar uma marca de “concordância” no verbo.

Em Pykobjê, a presença de algum desses elementos também engatilha o que a autora chamou de alinhamento nominativo-absolutivo. Isso ocorre porque, mesmo se o verbo for intransitivo, ele deve obrigatoriamente apresentar dois argumentos, ou seja, um argumento nominativo, e um argumento absolutivo, preso ao verbo. Vejam-se os exemplos abaixo:

Pykobjê:

(54) *awca'te wa ha nee ěj-xwyr noore*
amanhã eu IRR NEG 1-banhar+NF NEG
“Eu não vou banhar amanhã.”

(55) *wa nee ěj-xwyr noore*
eu NEG 1-banhar+NF NEG
“Eu não estou banhando.”

(56) **wa nee xwa noore*
eu NEG banhar NEG
“Eu não estou banhando.”

(57) **wa ha nee xwa noore*
eu IRR NEG banhar NEG
“Eu não vou banhar.”

Observe-se que, nos exemplos acima, a ausência de um pronome preso ao verbo torna a sentença agramatical. É possível que isso ocorra porque o verbo na forma não finita deve sempre formar um SV com seu argumento interno. Assim, é possível inferir que alguns elementos verbais alteram a estrutura da oração, uma vez que o único argumento deve aparecer duas vezes, tanto alinhado com o sujeito nominativo, quanto com o objeto acusativo. A seguir, passo a descrever as ocorrências de alguns marcadores de tempo, aspecto e modo.

6 MARCADORES DE TEMPO, ASPECTO E MODO

Silva (2017, p. 126), ao discutir sobre a distinção entre tempo verbal L (de língua) e tempo verbal M (de metalinguístico), afirma que o Pykobjê é uma língua com ausência de tempo L, pois este não é morfossintaticamente marcado. A autora discorre sobre as noções de tempo, aspecto e modalidade (doravante TAM) em Pykobjê, buscando descrever as marcas a que a língua recorre para apresentar essas noções. Assim, descreve exemplos que fazem uso de léxico específico de TAM.

Com relação a léxico indicando tempo, a autora apresenta *ry'my'* para demonstrar um aspecto habitual no tempo presente; *e'no'ny* para passado recente; *e'no'cym* para passado de referência “há alguns dias”; *mam* para passado remoto; *awca'te* para futuro imediato; e *na cym* para futuro distante. A autora nota ainda sobre *ry'my'* que sua posição canônica é em início de frase (Silva, 2017, p. 127). Por não ser objetivo deste trabalho, não discuto sobre questões linguísticas intrínsecas às noções de TAM, mas busco descrever sua posição na oração. Observem-se os exemplos a seguir:

Pykobjê:

- (58) *ry'my'* *ẽjcre enta xët*
 HAB casa DEM queimar
 “Essa/esta casa está queimando.”
 (adaptado de Silva, 2017, p. 127)
- (59) *e'no'ny* *hõmre* *ngõr* *pex*
 PAS/LEX homem dormir bem
 “Ontem o homem dormiu bem.”
 (adaptado de Silva, 2017, p. 128)
- (60) *e'no'cým* *aa-te* *a'tor coran*
 PAS/LEX 2-ERG lambu matar+NF
 “Há poucos dias você matou lambu.”
 (adaptado de Silva, 2017, p. 129)
- (61) *mam* *co-mỹ* *cõ* *xen*
 PAS/REM 3-DAT água gostar
 “Antigamente ele gostava de água.”
 (adaptado de Silva, 2017, p. 130)

(62) *awca'te wa ha cwyr cor*
 FUT/LEX eu IRR mandioca comer
 “Amanhã comerei mandioca.”
 (adaptado de Silva, 2017, p. 131)

(63) *na cÿm wa ha cato*
 ano LOC eu IRR partir
 “Dentro de alguns anos irei embora.”
 (adaptado de Silva, 2017, p. 132)

Sobre os exemplos acima, nota-se imediatamente que os elementos marcadores de tempo ocorrem antes do sujeito nominativo ou do sujeito oblíquo. Ou seja, advérbios de tempo possuem como posição canônica o início da sentença. Como pode ser visto em exemplos anteriores ao conjunto acima, é possível que esses advérbios apareçam ao final da sentença, mas atribuo essa possibilidade a questões discursivas.

Silva (2017) também descreve algumas marcas de modalidade encontradas na língua Pykobjê. Dentre essas marcas, gostaria de focar aqui em *ha*, que é identificada como a partícula de modo *irrealis*; e *wywr*, que é identificada como uma partícula *portemanteau*, por condensar negação e futuro. Sobre esta partícula, a autora firma ainda que seu uso canônico é em tópico de sentença (Silva, 2017, p. 153); enquanto a partícula *ha* aparece sempre após o argumento nominativo. Observem-se os exemplos a seguir:

Pykobjê:

(64) *awca'te ny cahÿj ha cwyr cor*
 FUT/LEX POSP mulher IRR mandioca comer
 “Amanhã a mulher comerá mandioca.”
 (adaptado de Silva 2017, p. 154)

(65) *?wywr wa cõ japrõ*
 N.FUT eu água comprar
 “Eu não comprarei água.”
 (Silva, 2017, p. 153)

- (66) *wyyr wa ha cõ japrõ*
 N.FUT eu IRR água comprar
 “Eu não comprarei água.”
 (Silva, 2017, p. 153)

Sobre o uso da partícula *wyyr*, Silva (2017) afirma que seu uso condensado pode causar estranhamento, mas em meus próprios dados foram encontrados exemplos sem esse estranhamento, como se observa a seguir:

Pykobjê:

- (67) *wỳr wa ri awca'te'ny*
 N.FUT eu descer amanhã+POSP
 “Eu não vou descer amanhã.”
- (68) *wỳr wa xwa awca'te'ny*
 N.FUT eu banhar amanhã+POSP
 “Eu não vou banhar amanhã.”

Como se vê pelos exemplos acima, o uso condensado (negação e futuro) da partícula *wỳr* não parece causar estranhamento. Observa-se ainda sua preferência pelo uso em tópico da sentença. Diante dos exemplos apresentados, nota-se que as partículas usadas para marcar TAM têm uma tendência maior a aparecer no início da oração. Isso ocorre porque parece ser um léxico utilizado especificamente para marcar funcionalidade, ou seja, não é um léxico selecionado pelo verbo em sua estrutura argumental. Entretanto, alguns exemplos mostram que mesmo esse léxico funcional pode ocupar a posição de argumento oblíquo. Comparem-se os exemplos abaixo:

Pykobjê:

- (69) *empo* *aa-te* *e'no'ny* *ny* *coco?*
WH 2-ERG PAS/LEX POSP comer

“O que você comeu ontem?”

(adaptado de Silva, 2017, p. 128)

- (70) *?empo* *aa-te* *e'no'ny* *coco?*
WH 2-ERG PAS/LEX comer

“O que você comeu ontem?”

(adaptado de Silva, 2017, p. 128)

Os exemplos acima mostram que, se utilizarmos o léxico de “ontem” no meio da oração, é essencial que esta venha acompanhada da posposição temporal *ny*. A ausência dessa posposição causa estranhamento, sendo também possível que a sentença seja considerada agramatical. A partir da descrição gramatical realizada até aqui, é possível fazer as considerações finais do capítulo, as quais são realizadas na próxima e última seção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, busquei descrever a estrutura da oração na língua Pykobjê, demonstrando principalmente quais constituintes formam a oração e sua ordem canônica. Na primeira seção, foi apresentado o sistema pronominal da língua, pois ele revela diversas nuances gramaticais importantes, tais como marcação de Caso nominativo e acusativo. Na segunda seção, foi descrita a ordem argumental, ilustrando a relevância do sintagma verbal para o reconhecimento da posição canônica de argumento oblíquo.

Este argumento foi investigado na terceira seção, quando foi explicitada sua posição canônica, além de se demonstrar a emergência de sujeitos oblíquos. Na quarta seção, foi analisada a importância de alguns elementos pós-verbais para a estrutura da oração. Finalmente, alguns marcadores de tempo, aspecto e modo foram apresentados na quinta seção, pois esses elementos, além de possuírem uma posição canônica (embora não obrigatória) na ora-

ção, codificam noções gramaticais e discursivas importantes, uma vez que a língua Pykobjê não apresenta morfologia de tempo no verbo, dentre outras características.

No início do capítulo, foi afirmado que a ordem de constituintes em Pykobjê é S-O-V, onde S abrevia *sujeito* e O abrevia *objeto*. Posteriormente, foi acrescentada a informação de que argumentos oblíquos ocorrem canonicamente entre o sujeito e o sintagma verbal, assim, a ordem passaria a ser S-Obl-O-V. A partir de novas descrições, agora é possível acrescentar que alguns auxiliares pós-verbais são também relevantes na formação estrutural da oração em Pykobjê, sendo possível acrescentá-los à ordem de constituintes da língua.

Por fim, a partir da descrição de alguns marcadores de tempo, aspecto e modo, foi possível inferir que sua posição preferencial é em início de sentença, exceto pela partícula *ha*, que sempre ocorre após ao argumento nominativo. Portanto, a partir da descrição realizada ao longo deste capítulo, é possível propor uma ordem geral com todos os constituintes possíveis em uma oração da língua Pykobjê, como se vê a seguir:

Marcador de TAM + Sujeito + [*ha*] + Oblíquo + Objeto + Verbo + Auxiliar

Esses foram os principais constituintes encontrados até o presente momento em descrições da língua Pykobjê. É possível que novas descrições mostrem novas possibilidades de organização dos constituintes da oração, havendo também a possibilidade de surgirem novos elementos além dos descritos neste trabalho. Importante se atentar ao fato de que uma língua natural está sempre se alterando e evoluindo, então quando se fala em ordem canônica, não se está afirmando que elementos fora daquela ordem esperada sejam impossíveis. Assim, concluo afirmando que este trabalho cumpriu seu propósito, que era o de descrever a estrutura de orações independentes em uma língua do grupo Timbira e da família Jê, qual seja, a línguas Pykobjê.

ABREVIATURAS

1	primeira pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa
ASP	aspecto
DAT	dativo
DEM	demonstrativo
DUR	durativo
ERG	ergativo
FUT/LEX	futuro lexicalizado
HAB	habitual
INSTR	instrumental
INT	interrogativo
IRR	<i>irrealis</i>
LOC	locativo
N.FUT	negação futura
NEG	negação
NF	forma não finita
PAS/LEX	passado lexicalizado
PAS/REM	passado remoto
POSP	posposição
PL	plural
PRES	presente
PR	presente imediato
RP	prefixo relacional
WH	pronome interrogativo

REFERÊNCIAS

AMADO, Rosane de Sá. *Aspectos morfofonológicos do Gavião-Pykojê*. 2004. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CASTRO ALVES, Flávia de. Evolution of Alignment in Timbira. *International Journal of American Linguistics*, v. 76, n. 4, p. 439-475, out. 2010.

NIKULIN, Andrey. *Proto-Macro-Jê: um estudo reconstrutivo*. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RIBEIRO-SILVA, Nandra. *Pronomes em Parkatejê: a expressão da terceira pessoa*. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W.; AIKHEN-VALD, A. Y. (Orgs.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 165-206.

ROSÁRIO, Miguel Barbosa do. *Latim Básico*. Disponível em <https://latim-basico.pro.br/index.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SÁ, Rosane Muñoz de. *Análise fonológica preliminar no Pykojê*. 1999. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SANTOS, João Henrique. Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, João Henrique; DUARTE, Fábio Bonfim. Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira. *Revista Letras*, Curitiba, n. 101, p. 71-94, jan./jun. 2020.

SANTOS, João. Henrique. O sintagma verbal e sua contribuição para o sistema de Caso em Pykobjê. In: MATTOS, Elisa et al. (Orgs.). *Percursos Acadêmicos e Debates Interinstitucionais: pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, Florianópolis: Tribo da Ilha*, 2021. p. 181-195.

SILVA, T. R. Descrição e análise morfossintática do nome e do verbo em Pykobjê-Gavião (Timbira). 2011. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Talita Rodrigues da. *Tempo, aspecto e modalidade em Pykobjê-Gavião (Timbira): a linguística em discussão*. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CAPÍTULO X

VERBOS AVALENTES E MONOVALENTES NA LÍNGUA AIKANÃ: RELAÇÕES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS

Patrícia Goulart Tondineli

“O nó verbal [...] é uma representação teatral. Como um drama, envolve obrigatoriamente um processo e, na maioria das vezes, atores e circunstâncias.”¹ (Tesnière, 2015, p. 97).

1 INTRODUÇÃO

Este estudo, que faz parte do projeto de pesquisa Línguas indígenas do Cone-Sul de Rondônia, do GPEL, Grupo de Pesquisa em Estudos da Língua(-gem), tem como objetivo apresentar aspectos morfológicos da língua Aikanã, mais especificamente em relação à intransitividade de suas raízes verbais.

Esclareça-se que o Aikanã, língua originária considerada isolada, é falada por cerca de 200 pessoas. A maior parte do povo Aikanã vive na Terra Indígena Tubarão Latundê, no município de Chupinguaia, estado de Rondônia.

A língua Aikanã, semelhantemente a outras línguas amazônicas, “apresenta uma morfologia bastante rica, sendo que um certo grau de complexidade é observado nas formas verbais.” (Vasconcelos, 2002, p. 32). Expõe ainda a autora que a formação sujeito+objeto+verbo (SVO) seria a favorecida em Aikanã, além de ser comum o objeto iniciar a sentença. Além disso:

Estudos recentes, Payne (1990), dentre outros, mostram que as línguas ali faladas exibem uma tipologia morfológica característica daquela região, qual seja, a presença de determinados tipos de morfemas, especialmente nas construções verbais, até há pouco tempo consideradas raras. O Aikanã

¹ Tradução nossa: “The verbal node [...] is a theatrical performance. Like a drama, it obligatorily involves a process and most often actors and circumstances.”

não foge a esse padrão. Nessas construções podem ser incluídas informações sobre pessoa, tempo, aspecto, modalidade, causa e outras operações que mudam a valência do verbo. Verificam-se, também, morfemas referentes a categorias semânticas que têm a função de classificar o(s) argumento(s) do verbo. Além disso, são observados fenômenos de incorporação à forma verbal, de alguns elementos, especialmente partes do corpo humano. Em geral, a marcação de pessoa e outros tipos de afixação verbal ocorrem sempre à direita do morfema da raiz. (Vasconcelos, 2002, p. 32).

Para Voort (2013), substantivo, verbo e advérbio são as três principais classes de palavras da língua Aikanã, que “é uma língua de grande complexidade morfológica; a maioria dos morfemas presos são sufixos de vários tipos.” Quanto aos verbos, expõe o autor que “são obrigatoriamente flexionados para sujeito, mas a terceira pessoa singular tem marcação zero.” (Voort, 2013, p. 362), e complementa:

Além de morfologia flexional, há várias categorias derivacionais. Na língua, existe um sistema abrangente de classificadores. Também há morfemas direcionais, nominalizadores, morfemas que modificam a valência verbal, além de vários outros morfemas derivacionais. Substantivos não têm flexão obrigatória, e a maior parte da complexidade morfológica do Aikanã reside no verbo. Porém, substantivos podem ser morfológicamente bastante complexos devido à alta produtividade de nominalização. (Voort, 2013, p. 363).

Ponto comum a todos aqueles que trataram da língua Aikanã é a sua complexidade morfológica, principalmente no que se refere à morfologia verbal. Ainda sobre o assunto:

Uma compreensão adequada da morfologia verbal do Aikanã requer um estudo, o mais abrangente possível, da questão da transitividade. Esta é, talvez, um dos aspectos mais relevantes da morfologia Aikanã. É necessário detectar todos os mecanismos de transitividade juntamente com os de mudança de valência dos verbos para se ter um quadro objetivo desta área. É provável, por exemplo, que morfemas dos tipos classificadores e direcionais desempenhem um papel não trivial na transitividade e/ou valência dos verbos (Vasconcelos, 2002, p. 73).

Sobre a questão da transitividade verbal, é interessante trazer aqui algumas conclusões de Aikanã (2019), que tratou sobre a transitividade verbal da língua Aikanã sob a perspectiva do Funcionalismo Linguístico. Considerando verbos cujo contexto correspondesse à ação, a autora analisou nove orações assim subdivididas: “com um participante expresso e orações com dois participantes expressos” (Aikanã, 2019, p. 39).

Dentre diversos pontos abordados, conclui, a partir da análise do objeto em oração com um participante expresso, que há, entre outros, “(a) objeto-paciente anafórico, em que os verbos retomam uma formação já fornecida; (b) objeto-paciente inferido, cujos verbos são compreendidos por causa de outros elementos da oração.”, e conclui: “a transitividade ou a intransitividade determinada nas orações, sob esses aspectos, **são atribuídas por suas relações estabelecidas durante a argumentação.**” (Aikanã, 2019, p. 42; grifos nossos).

Verifica-se, portanto, como já previa Vasconcelos (2002), que o estudo da transitividade, da valência verbal e da relação sintático-semântica, dos papéis temáticos, é extremamente relevante para se compreender o sistema linguístico Aikanã e o uso que seus falantes fazem dele.

Sobre a análise a ser feita neste texto, é mister lembrar que toma por base o conceito de valência verbal, considerando a centralidade do verbo na análise frasal, mesmo que saibamos que a noção de valência e, conseqüentemente, a atribuição de papéis temáticos não se restringe aos verbos – assunto dentre os quais tecemos alguns comentários a seguir.

2 RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS DO COMPONENTE VERBAL

O vínculo papéis temáticos / funções sintáticas, em conformidade aos pressupostos gerativistas, define a construção - por exemplo, “a construção ergativa se caracteriza com tendo ‘sujeito Paciente’ e assim por diante.” (Perini, 2008, p. 336).

Além da definição da construção, “a valência verbal, o sistema de transitividade da língua resulta de aspectos pragmáticos como a intencionalidade e a necessidade comunicativa.”, como expõem Aguiar e Tondineli (2021, p. 132); e esclarecem:

[...] para análise e descrição linguística, devem ser considerados os aspectos formal e semântico da língua. Vejamos:

a. O gato dormiu.

b. O gato morreu.

Em uma abordagem puramente formal, as frases (a) e (b) seriam idênticas, pois ambas podem ser representadas por S (sujeito) + V (verbo). Por outro lado, é problemático considerar as duas frases como iguais, pois os falantes interpretam-nas de formas diferentes – isso ocorre pelo conhecimento verbal de cada um deles. Assim, é necessária a informação semântica para chegar o mais próximo do uso real de cada um dos verbos da língua pelos falantes.

Essa aproximação pode ser realizada por meio da atribuição de papéis temáticos, que produziriam, assim, a diferenciação sintático-semântica nas frases (a) e (b), possibilitando verificar ou se aproximando mais da realidade linguística dos falantes quanto ao emprego e ao uso das formas verbais.

Alerta Perini (2008), entretanto, que nem sempre é a função sintática que definirá o papel temático (contrariamente ao que pressupõe a literatura da área), por ser heterogêneo² o processo de atribuição de papel temático. E explica:

Em vez de um sistema único e coerente, como se encontra, por exemplo, nas propostas gerativistas atuais, temos um conjunto de recursos que são utilizados conforme as exigências do momento: podemos atribuir papéis temáticos com base na valência do verbo, mais a estrutura sintática; ou então com base na valência, mais considerações de cunho pragmático; ou ainda independentemente da valência verbal [...] (Perini, 2008, p. 345).

Ainda sobre a atribuição de papéis temáticos, esclarecemos que tais “relações semânticas [...] específicas entre o verbo e seus respectivos argumentos podem ser comparadas à identificação de personagens no *script* de um jogo.” As relações feitas entre o jogo (sintaxe verbal) e seus personagens (argumentos) “são referidas em termos de papéis temáticos ou papéis-theta (e-papéis) para abreviar.”³ (Haegeman, 1994, p. 49). Esclarece ainda o autor:

² Mesmo que o funcionamento heterogêneo possua, como qualquer sistema linguístico, certas restrições.

³ Tradução nossa: “[...] specific semantic relationships between the verb and its respective arguments may be compared with the identification of the characters in a play script. [...] are referred to in terms of thematic roles or theta roles (e-roles) for short.”

Embora muitos linguistas concordem com a importância da estrutura temática em certos processos sintáticos, a teoria dos papéis temáticos ainda é muito controversa. Por exemplo, na fase atual da teoria não há acordo sobre quantos papéis temáticos específicos existem e quais são seus rótulos.⁴ (Haegeman, 1994, p. 49)

Haegeman (1994), apesar de chamar a atenção para a ausência de consenso em relação ao número de papéis temáticos e à sua atribuição, alerta sobre a importância da estrutura temática para os processos sintáticos. Diz ainda que “nem sempre há uma combinação perfeita entre determinados tipos de papéis temáticos e a realização sintática correspondente” (Haegeman, 1994, p. 70)⁵.

Tal assertiva vai ao encontro da concepção de Perini (2008), já exposta anteriormente, e de Ackema (2014), para quem os papéis temáticos são definidos conforme o seu conteúdo semântico. Ackema (2014) esclarece que os papéis temáticos recebem um rótulo que descreve o papel que o argumento relevante desempenha no evento ou no estado expresso pelo elemento predicador.

Justamente por tal ausência de consenso é que trataremos nesta análise os papéis temáticos como representações mentais, “noções que dizem respeito à ligação entre conceito mental e sentido”, tendo em vista que pensar “a relação do evento com a estrutura conceitual mental, e da estrutura conceitual mental com a sintaxe” é ponto importante para melhor conhecer os processos sintáticos e de produção de sentidos nas línguas do mundo (Cançado, 2005, p. 111).

Em conformidade ao que expõe Chierchia (2003, p. 323), os papéis temáticos caracterizam-se “pelos *relata* de relações” nas frases. Essas relações, por sua vez, tendem a ser regulares quanto à estrutura temática das línguas naturais. Dessa forma, “é possível falar de uma lista de papéis temáticos associados aos verbos; tais papéis são simplesmente sua valência classificada de acordo com certos tipos muito gerais de consequências associadas às posições argumentais.” (Chierchia, 2003, p. 323).

⁴ Tradução nossa: “Although many linguists agree on the importance of thematic structure for certain syntactic processes, the theory of thematic roles is still very sketchy. For example, at the present stage of the theory there is no agreement about how many such specific thematic roles there are and what their labels are.”

⁵ Tradução nossa: “[...] there is not always a perfect match between certain types of thematic roles and the corresponding syntactic realization.”

Como neste trabalho adotaremos, de modo geral, a perspectiva de Haegeman (1994), com o fim de responder à questão sobre como os papéis temáticos associam-se à estrutura sintática de frases em Aikanã, elencamos, a seguir, alguns papéis temáticos expostos pela autora, em *Introduction to Government and Binding Theory* (1994). O primeiro deles é o de agente, ou ator, que corresponde à pessoa que inicia intencionalmente a ação constante no predicado frasal. O segundo papel temático é o de paciente, aquele ou aquilo é submetido à ação exposta no predicado frasal. Já o tema diz respeito àquele ou àquilo que se movimenta pela ação do predicado. O quarto papel temático é o de experienciador e refere-se àquele que experimenta algum estado (psicológico) expresso pelo predicado. Quando algo ou alguém se beneficia da ação dada no predicado, temos o papel temático beneficiário. Ainda em relação à ação expressa no predicado, quando é dirigida a algo ou alguém, esses equivalem ao objeto, ou objetivo. Se esse algo ou esse alguém é movido como resultado da ação dada no predicado, o papel temático que lhe é atribuído é de fonte. Por último, o papel temático localização, que corresponde ao local em que a ação ou o estado expresso pelo predicado se situa.

Haegeman (1994) assinala que este “inventário acima é muito provisório”, e complementa: “A identificação de papéis temáticos nem sempre é fácil, como o leitor pode ver por si próprio. No entanto, intuitivamente, a ideia deve ser clara”, valendo-se de uma “abordagem bastante intuitiva”⁶ (Haegeman, 1994, p. 50). Ainda na concepção da autora: “A informação sobre a relação semântica entre o predicado e os seus argumentos fazem parte do conhecimento lexical do falante nativo e deve, portanto, ser também registado no léxico.”; conseqüentemente: “Ao invés de se limitar a especificar o número de argumentos de um predicado, pode-se prever uma representação que especifica o tipo de papéis semânticos destes argumentos.”⁷ (Haegeman, 1994, p. 51).

⁶ Tradução nossa: “The inventory above is very tentative. [...] The identification of thematic roles is not always easy, as the reader can see for himself. However, intuitively the idea should be clear [...] drawing on this rather intuitive approach [...]”

⁷ Tradução nossa: “The information as to the semantic relationship between the predicate and its arguments is part of the lexical knowledge of the native speaker and should hence also be recorded in the lexicon. Rather than merely specifying the number of arguments of a predicate, one may envisage a representation which specifies the type of semantic roles of these arguments.”

Sobre a função do sujeito, especificamente, Haegeman (1994) declara que “é atribuída composicionalmente: ela é determinada pela semântica do verbo e de outros constituintes da VP”, isto é, da frase verbal (Haegeman, 1994, p. 71)⁸. Pensando, então, nas bases de formação de sentenças, expõe a autora o seguinte princípio:

1 Princípio da projeção

A informação léxica é representada sintaticamente.

O tipo de informação léxica com a qual nos preocupamos [...] é a estrutura temática do predicado, ou seja, o número e os tipos de argumentos que o predicado leva. A estrutura temática associada aos itens léxicos deve estar saturada na sintaxe, conforme indicado no critério teta:

2 Critério Theta

2a Para cada argumento é atribuído um e apenas um papel temático.

2b Cada papel é atribuído a um e apenas um argumento.

[...] A atribuição de funções temáticas é registrada por meio de índices referenciais associados a funções temáticas. Independentemente da estrutura argumental do predicado principal, é uma propriedade geral de sentenças que eles devem ter sujeitos. Esta propriedade é declarada no princípio de projeção estendida (PPE):

3 Princípio de projeção estendida (PPE):

$S \rightarrow NP - AUX - VP$

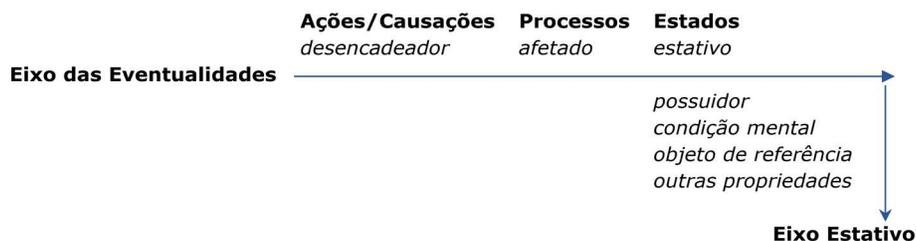
Para satisfazer o PPE, os chamados expletivos podem ter que ser inseridos na posição de sujeito de uma sentença. (Haegeman, 1994, p. 72-73)⁹.

⁸ Tradução nossa: “The theta role assigned to the subject is assigned compositionally: it is determined by the semantics of the verb and other VP constituents.”

⁹ Tradução nossa: “1 Projection principle. Lexical information is syntactically represented. The type of lexical information with which we have been mainly concerned [...] is the thematic structure of the predicate, i.e. the number and types of arguments which the predicate takes. The thematic structure associated with lexical items must be saturated in the syntax, as stated in the theta criterion: 2 Theta criterion. 2a Each argument is assigned one and only one theta role. 2b Each theta role is assigned to one and only one argument. [...] The assignment of thematic roles is registered by means of referential indices which are associated with thematic roles. Independently of the argument structure of the main predicate, it is a general property of sentences that they must have subjects. This property is stated in the extended projection principle (EPP): 3 Extended projection principle (EPP). $S \rightarrow NP - AUX - VP$. In order to satisfy the EPP, so-called expletives may have to be inserted in the subject position of a sentence.”

Já Cançado e Amaral (2017), em relação à língua portuguesa, propõem dois eixos nos quais se encontram as propriedades semânticas relevantes na constituição sintática.

Quadro 1 – Propriedades semânticas – eixo das eventualidades e eixo estativo



Fonte: Cançado e Amaral (2017)

A partir do Quadro 1, torna-se possível, segundo as autoras, estabelecer o Princípio de Seleção Argumental, cujas regras constituem:

- (i) no eixo das eventualidades, tem-se “Desencadeador > Afetado > Estativo” (nível semântico) e Sujeito > 1º Complemento > 2º Complemento (nível sintático), estabelecendo “a ligação entre as propriedades de argumentos de verbos eventivos e as posições sintáticas de sujeito e complementos” (Cançado; Amaral, 2017);
- (ii) no eixo estativo, tem-se “condição mental ou possuidor > objeto de referência > outros (nível semântico) e Sujeito > 1º Complemento (nível sintático), cujos verbos aqui analisados devem ser “estritamente estativos [...] que possuem dois argumentos com a propriedade de *ser ou estar em determinado estado*” (Cançado; Amaral, 2017; grifo dos autores);
- (iii) “violação da hierarquia”, prevendo-se que “alguns predicadores verbais permitem uma violação na ordem da hierarquia quando há uma reorganização sintática da estrutura da sentença”, como, por exemplo, em construções passivas, marcando com preposição o argumento violador (Cançado; Amaral, 2017).

Tais eixos são aplicáveis em análise do aspecto lexical dos verbos e, principalmente, na análise dos verbos em estruturas de decomposição de predicados. Dentre os tipos de análise elencados por Caçado e Amaral (2017), encontra-se ainda a análise de itens predicadores, principalmente os verbos, por papéis temáticos, que será o foco deste texto. Esclareça-se que todas as três análises compõem a área da Semântica Lexical, cujo objetivo “é determinar quais propriedades semânticas dos itens lexicais têm impacto na sintaxe, ou, em outras palavras, quais propriedades semântico-lexicais são gramaticalmente relevantes (Caçado; Amaral, 2017).

Nesse diapasão, expõe Haegeman (1994, p. 52):

Cada representação sintática de uma frase é digitalizada para o(s) predicado(s) que ela contém. Cada predicado é testado em relação à sua estrutura argumentativa. Os seus argumentos devem ser realizados. Mais especificamente, o predicado é testado para os seus papéis temáticos: cada papel deve ser atribuído a um argumento.¹⁰

Tendo em vista tais pressupostos, dois são os pontos que podemos associar no estabelecimento de papéis temáticos: (1) “algum tipo de correspondência sistemática entre os papéis e as posições sintáticas” e (2) “escolha do verbo” (Caçado, 2005, p. 118). A autora argumenta que algumas dessas associações são bastante previsíveis e, a partir da ordem canônica do português SVC (ou agente + verbo + tema ou instrumento), explica:

[...] existe uma tendência do português (e de outras línguas) em associar o papel temático de agente à posição sintática de sujeito, o de tema à posição sintática de objeto e o de instrumento à posição sintática de adjunto. Entretanto, essa não é a única possibilidade na língua **[portuguesa do Brasil]**. Uma outra possibilidade é quando um desses papéis é omitido e existe uma reorganização da estrutura sintática. [...]

¹⁰ Each syntactic representation of a sentence is scanned for the predicate(s) it contains. Each predicate is tested with respect to its argument structure. Its arguments must be realized. More specifically the predicate is tested for its thematic roles: each role must be assigned to an argument.

- (46) a. João espatifou o gelo com esta pedra.
b. Esta pedra espatifou o gelo.
c. O gelo (se) espatifou.

Temos, em (46a), *João* como o agente da ação e o sujeito da sentença, o *gelo* como o paciente que sofre a ação e o objeto direto da sentença, e *uma pedra* como o instrumento usado pelo agente para realizar a ação e o adjunto da sentença; em (46b), o agente é omitido e o instrumento ocupa a posição de sujeito; em (46c), o agente e o instrumento são omitidos e o paciente ocupa a posição de sujeito. Portanto, o verbo *espatifar* [...] permite a seus três papéis temáticos ocuparem a posição de sujeito. (Cançado, 2005, p. 118-119; negrito nosso).

Em muitas outras línguas, como sugere a literatura, o sujeito pode possuir papéis temáticos diversificados (agente, paciente, beneficiário, locativo, tema etc.), devido ao “Princípio da hierarquia temática¹¹”, como expõe Cançado (2005).

Especificamente quanto aos verbos de línguas indígenas, nosso objeto de estudo, necessário se faz obter informações não somente sintáticas, como a quantidade e o tipo de complemento que necessita, mas também semânticas – essenciais para a formação sintática e, portanto, cruciais para o conhecimento das línguas – ponto que discutimos a seguir.

3 RELAÇÕES LÓGICO-SEMÂNTICAS NAS LÍNGUAS INDÍGENAS

O trabalho de Storto e Rocha (2014, p. 21) explica, quanto à estrutura argumental da língua Karitiana, que, em verbos, os prefixos pessoais “são

¹¹ “[...] o princípio da hierarquia temática preside à organização da diátese dos predicadores (de sua representação lexical) e à distribuição dos argumentos nas posições da estrutura categorial-sintática das orações; a hierarquia temática tem um caráter implicacional no sentido de que ela pressupõe uma determinação de uma sucessiva construção das relações temáticas na dependência de outras conforme a eventualidade descrita; disso decorre que a hierarquia temática não é definida em um único plano (em uma única sequência linear), mas em uma estrutura pluridimensional complexa sob diferentes critérios convergentes: a diátese do predicador, o “tier” (da causação ou da locação) em que o papel temático se define, a propriedade semântica que o caracteriza em uma macro função ou função específica; processos componenciais estão em jogo: além da diátese das propriedades temáticas inscritas na representação dos itens lexicais predicadores, efeitos composicionais resultantes do sentido de seus argumentos ou adjuntos podem abrir outras possibilidades de instanciação sintática. (Franchi; Cançado, 2003, p. 128).

sempre analisados como absolutivos”, tomando por base Landin (1984) e Everett (2006). Na análise feita, dizem que “esta característica morfossintática pode ser usada como excelente diagnóstico de valência verbal”, e explicam:

[...] verbos intransitivos prefixam-se de morfemas marcadores de sujeito, e verbos transitivos prefixam-se de morfemas marcadores de objeto. Um verbo bitransitivo em Karitiana tem sempre um argumento com papel temático tema como objeto indireto e um argumento com papel temático alvo/recipiente como objeto direto. A concordância verbal dos bitransitivos reflete os traços do argumento alvo (objeto direto) [...] (Storto; Rocha, 2014, p. 21-22).

Ainda sobre a morfologia verbal, aqui, especificamente da língua Aikanã, na relação papéis temáticos / funções sintáticas, encontram-se presentes “morfemas referentes a categorias semânticas que têm a função de classificar o(s) argumento(s) do verbo.” (Vasconcelos, 2002, p. 32).

Tal pressuposição corrobora o estudo feito por Tondineli (2020), que prova a compatibilidade da hipótese de ser a língua Aikanã de tipologia ativa, isto é, “línguas que aparentemente são antecessoras tipológicas de línguas de tipologia ergativa consistente”, como em algumas línguas tupi-guarani: “Tupi, Guarani, Siriono, Camaiura etc.” (Klimov, 1974 apud Tondineli, 2020, p. 67). Reforçando tal hipótese:

Na interpretação de Klimov (1974), a estrutura ativa e a ergativa co-ocorrem com a ordem SOV; já a estrutura nominativa é predominantemente SVO.

Outro traço frequente de estrutura ativa, segundo Klimov (1974), é a falta de diferenciação no inventário dos constituintes frasais entre objeto direto e objeto indireto, e este não recebe qualquer marca especial que o distinga daquele, o que se verifica na língua Aikanã, cuja **transitividade verbal é atribuída pelas “relações estabelecidas durante a argumentação”** (Aikanã, 2019, p. 42). (Tondineli, 2020, p. 74; grifo nosso).

Pensando nessas relações argumentativas e, conseqüentemente, na atribuição de papéis temáticos, retomamos as 234 raízes verbais elencadas em

Aguiar e Tondineli (2021), que verificaram ser O^{PC} V^{AG} “a construção mais produtiva” na língua Aikanã, “com 116 ocorrências (49,57%) [...], seguida pela [10] V^{AG}, com 50 ocorrências (21,36%) e pela construção [1] S^{AG} O^{PC} V, com 27 ocorrências (11,54%).” (Aguiar; Tondineli, 2021, p. 155).

Ainda em relação às construções possíveis na língua Aikanã, das 74 expostas por Aguiar e Tondineli (2021, p. 156), apenas “a diátese [67], ADV^{IT}-ne V^{PC}, não teve nenhuma ocorrência”. Esclarecem os autores que a lista apresentada não esgota as possibilidades de construções, mas permitem analisar algumas questões referentes à valência verbal e à atribuição de papéis temáticos, permitindo-nos, portanto, visualizar e compreender melhor a organização do sistema linguístico Aikanã.

É exatamente nesse diapasão que intentamos analisar padrões quanto às estruturas sentenciais do sistema linguístico do Aikanã, tanto em nível sintático quanto no nível semântico. Tomando, pois, a lista de construções possíveis em Aikanã elaborada por Aguiar e Tondineli (2021), podemos traçar algumas hipóteses¹².

A primeira delas é a de que, na língua Aikanã, o sujeito pode ou não estar demarcado na sentença, como em:

- (1) Sentença [S O V]
hisa i' iwe-ye erika-ka-na-ẽ
eu onça-ACC ter medo-1SG-NEG- DECL
“Eu não tenho medo de onça.”

- (2) Sentença [O V]
eroe-ye bu-ke-pe-dukari-na-ẽ
porco-ACC bater-3SGOBJ-CLF-3PLSBJ-NEG-DECL
“Eles não bateram no porco.”

¹² Hipóteses porque tais listas e, conseqüentemente, as análises feitas neste texto, não podem ser vistas como definitivas, por prescindirem de dados *in loco* para validá-las ou não, ação ainda não realizada, devido à pandemia de COVID-19. Além disso, afirmamos novamente que, “Por outro lado, essas listas [...] são, inicialmente, pelo material de que dispúnhamos para consulta, o mais completas possível.” (Aguiar; Tondineli, 2021, p. 156-157).

Observe que, em (2), mesmo não estado demarcado como argumento externo, o sujeito da sentença encontra-se marcado no verbo pelo morfema *duka-ri-*, correspondendo à terceira pessoa do plural (3PL), com função de sujeito.

A segunda hipótese relaciona-se ao objeto, que também pode ou não estar demarcado explicitamente nas sentenças da língua. Podem, ainda, os objetos terem dupla ocorrência na sentença ou ocorrerem conjuntamente a adjuntos adverbiais.

- (3) Sentença [O V]
’ãti ‘apa-xa-ẽ
peixe ver-1PL-DECL
“Nós vimos o peixe.”
- (4) Sentença [\emptyset V]
pü-me-dukã-ẽ
cair-2SG-CLF-DECL
“Você caiu.”
- (5) Sentença [S O V O]
Peri chicha kawã-ke-ña-ẽ
Peri chicha-NMLZ fazer-3SGSUBJ-1PLOBJ-DECL
“Peri fez chicha para nós.”
- (6) Sentença [ADV V]
ite eryoa-ka-ẽ
Aqui viver-1SG-DCL
“Eu vivo aqui.”

Nesse ponto, gostaríamos de esclarecer que consideramos o advérbio um complemento, quando o seu papel temático equivaler a local. Consequentemente, para fins desta análise, desconsideramos tais verbos como intransitivos, por julgarmos, como afirma Kury (1970, p. 44), que essas raízes verbais só se completam com a adjunção de um advérbio de lugar, sendo, portanto,

“verbos de significação relativa, de predicação incompleta”, nomeados na literatura como verbos transitivos adverbiais.

Dessa forma, as construções cujo default continha ADV^{Lc} foram desconsideradas na análise de raízes verbais intransitivas da língua Aikanã, assunto que abordamos a seguir.

4 VERBOS AVALENTES¹³ E MONOVALENTES DA LÍNGUA AIKANÃ

Com relação às construções da língua Aikanã (Aguiar; Tondineli, 2021) que podemos considerar intransitivas, elencamos 26 (vinte e seis) delas, apresentadas no quadro a seguir, junto a exemplo de raiz verbal e da tradução Aikanã-português.

Quadro 2 – Construções intransitivas da língua Aikanã

Número	Construção	Exemplo de raiz intransitiva	Tradução Aikanã-português
1	S ^{AG} V-P ^{PC}	<i>ae-</i>	“ajudar”
2	S ^{PC} V	<i>ãu-</i>	“debulhar, destruir, esmagar; secar, estar seco”
3	V ^{AG} -P ^{PC}	<i>ẽpari-</i> ”	“ter relação sexual, copular”
4	V ^{PC}	<i>kẽzĩ-</i>	“acordar; assustar”
5	S ^{AG} V	<i>txãu-</i>	“voar”
6	V ^{AG}	<i>pyry-</i>	“fazer, agir, trabalhar, funcionar”
7	V-I ^{AG}	<i>apu-</i>	“produzir um som, zoar (motor etc.)”
8	V ^{AG} -I ^{PC}	<i>iy-</i>	“tornar plano, amolar”
9	V ^{AG} -P ^{CS}	<i>auza-</i>	“revidar, vingar-se de alguém”
10	V ^{XP} -P ^{CXP}	<i>hara-</i>	“não gostar de (alguém, algo), não querer (alguém, algo), recusar, estar com preguiça”
11	V ^{MT}	<i>duru-</i>	“abaixar-se, inclinar-se; tropejar”
12	V TM -ja	<i>ejy-</i>	“ser rápido, seguir rapidamente”

¹³ Seguimos aqui a definição de Tesnière (2015), que propõe utilizar o termo avalente para aqueles verbos que não necessitam de argumentos externos, mesmo que, como é o caso da língua Aikanã, possuam indicações de pessoa na sua composição, como exemplificado em (2), (3), (4) e (6).

13	S TM V	<i>ejy-</i>	“ser rápido, seguir rapidamente”
14	S ^{CXP} V-P ^{XP}	<i>erika-</i>	“estar com medo, assustar-se”
15	V ^{PC} -daika	<i>eryoa-</i>	“viver, morar, ficar, existir, nascer”
16	V ^{AG} -wa	<i>hapa-</i>	“abrir a boca”
17	V-I ^{PC}	<i>jerewa-</i>	“inchar”
18	V-P ^{PC}	<i>kikine-</i>	“estar com coceira”
19	V ^{AG} -I ^{LC}	<i>hyry-</i>	“levantar-se”
20	V ^{AG} -P ^{MT}	<i>ka-</i>	“dizer, avisar”
21	S ^{AG} V-I ^{PC}	<i>keräi-</i>	“cortar (com tesoura), aparar”
22	V ^{AG} -du	<i>nũ-</i>	“despejar, colocar (areia, terra, em recipiente)”
23	S ^{CXP} V	<i>pararake-</i>	“arder”
24	V ^{AG} -ja	<i>ware-</i>	“deslocar-se”
25	V ^{AG} -suna	<i>ware-</i>	“deslocar-se”
26	S V-I ^{PC}	<i>zārika-</i>	“sasar; demorar:”

Fonte: Adaptado de Aguiar e Tondineli (2021)

O primeiro ponto que gostaríamos de expor é que as raízes verbais listadas no Quadro 2 não necessariamente aplicam-se somente à construção da qual é exemplo. Vejamos o caso do verbo *eryoa-* (15), que, no sentido de “viver”, pode, entre outras, figurar em dois tipos de construções, a saber:

- (7) ADV V
ite eryoa-ka-ẽ
 Aqui viver-1SG-DCL
 “Eu vivo aqui.”
- (8) ADV S V
amã-ete aryme eryoa-e-ẽ
 mata-LOC anta viver-3SG-DCL
 “A anta vive na mata.”

Por outro lado, as raízes verbais (5), *txäu-*, (16), *hapa-*, (17), *jewa-*, e (64), *pararake-*, aplicam-se unicamente à sua construção correspondente,

conforme dados do Quadro 2. Destaquem-se ainda (24) e (25), cuja raiz verbal *ware-* é a única possibilidade em construções do tipo V^{AG}-ja e V^{AG}-suna.

Das 26 (vinte e seis) raízes verbais expostas no Quadro 2, apenas 10 (dez) delas podem ser consideradas como intransitivas plenas¹⁴, isto é, que não apresentam possibilidade de ocorrência em construções transitivas ou transitivas adverbiais.

Podemos, então, construir o seguinte quadro de raízes verbais do Aikanã cuja intransitividade é plena.

Quadro 3 – Construções intransitivas plenas da língua Aikanã

Número	Construção	Exemplo de raiz intransitiva	Tradução Aikanã-português
1	S ^{AG} V	<i>txãu-</i>	“voar”
2	V-I ^{AG}	<i>apu-</i>	“produzir um som, zoar (motor etc.)”
3	V ^{MT}	<i>duru-</i>	“abaixar-se, inclinar-se; tropejar”
4	V ^{AG} -wa	<i>hapa-</i>	“abrir a boca”
5	V-I ^{PC}	<i>jerewa-</i>	“inchar”
6	V-P ^{PC}	<i>kikine-</i>	“estar com coceira”
7	V ^{AG} -I ^{LC}	<i>hyry-</i>	“levantar-se”
8	S ^{AG} V-I ^{PC}	<i>keräi-</i>	“cortar (com tesoura), aparar”
9	S ^{CXP} V	<i>pararake-</i>	“arder”
10	S V-I ^{PC}	<i>zãrika-</i>	“sasar; demorar”

Fonte: Adaptado de Aguiar e Tondineli (2021)

Dessas construções, podemos dizer, em relação aos papéis temáticos, que os sujeitos, quando marcados sentencialmente, possuem a função de agente e/ou de paciente. Tais verbos monovalentes selecionam argumentos que se encaixam na categoria de movimento, mais especificamente, em Tema, no caso de (1), (8) e (10) – esta última construção, mesmo que não marcado o

¹⁴ Mesmo que aqui usemos o termo “transitividade plena”, esclarecemos que “é um fato que a transitividade gramatical é uma propriedade da sentença, e não do verbo que a constrói. Não há verbos exclusivamente transitivos, nem verbos exclusivamente intransitivos. É o uso na sentença que explicita a decisão tomada pelo falante.” (Castilho, 2010, p. 263).

sujeito como agente e/ou paciente, pelo papel temático paciente dado à marca de incorporação do verbo (I^{PC}), tomamo-la também com sujeito Tema, já que é possível a ocorrência de sentenças como *Oripäi zārikadykaneẽ* “A perna de Oripäi sarou”.

Já na construção S^{CXP} V (9), em que o papel temático do sujeito é de causador de experiência, cremos que também deva ser considerado como Tema, tendo em vista que, semanticamente, “arder” equivale à ação que se transfere à entidade, física ou abstratamente, como em *Hiba urukine para-rakeẽ* “Esta pimenta arde”.

Do mesmo modo, as construções V-I^{AG}, V-I^{PC} e V^{AG}-I^{LC} podem ser tomadas como Tema, já que se pressupõe a existência, na formação verbal, ou na semântica do verbo, da presença de uma entidade para a qual se transfere a ação. Vejamos:

- (9) *Apu-* “*apumaaẽ* minha barriga roncou.” (Silva, 2012, p. 28)
Hapa- “*hapatxewaẽ* abrimos a boca.” (Silva, 2012, p. 60)
Jerewa- “*jerewatapahaẽ* minha barriga inchou.” (Silva, 2012, p. 82)
Kikine- “*kikinehaẽ* estou com coceira.” (Silva, 2012, p. 92)
Hyry- “*hyrywarydukariẽ* levantaram-se do banco.” (Silva, 2012, p. 74)
Duru- “[...] *durukapeẽ* [...] abaixei-me.” (Silva, 2012, p. 47)

Como se comprova no Quadro 3, e de acordo com o que traz a literatura da área, nos predicados intransitivos da língua Aikanã, a ocorrência de argumentos é equivalente, exclusivamente, à função sintática de sujeito. Já em relação aos papéis temáticos, os sujeitos do Aikanã, semanticamente agentivos, nos permitem dizer que os verbos das construções em análise são intransitivos-ingerativos.

Além disso, e condizentemente ao que traz Haegeman: “Recordemos que, para além dos argumentos do verbo, as frases”, ou os verbos, como acontece na língua Aikanã, “também podem conter adjuntos, constituintes que fornecem informações adicionais, por exemplo, com respeito à maneira, ao

lugar, ao tempo etc.”¹⁵ (Haegeman, 1994, p. 45). Tal argumento, inclusive, reforça-se pelo que Storto e Rocha (2014) verificaram na língua Karitiana, comprovando-se que também na língua Aikanã os “verbos intransitivos prefixam-se de morfemas marcadores de sujeito” (Storto; Rocha, 2014, p. 21-2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No objetivo de apresentar aspectos morfológicos da língua Aikanã, mais especificamente em relação às relações lógico-semânticas em verbos avalentes e monovalentes, tomamos o conceito de valência verbal, considerando o verbo como central para fins de análise.

A partir daí, pudemos selecionar papéis temáticos para o verbo e demais argumentos da sentença, com o fim de melhor visualizar as relações sintático-semânticas da língua Aikanã e partir para a análise de verbos avalentes ou monovalente. Para tal fim, inicialmente, desconsideramos as construções com argumentos do tipo ADV^{Lc}, tendo em vista que, na nossa interpretação, só com tais complementos os verbos que prescindem de advérbios de local são satisfatoriamente significados.

A seguir, construímos um quadro com 10 (dez) diáteses verbais a que chamamos de “construções intransitivas plenas da língua Aikanã”. Os dados em questão – Quadro 3 – comprovaram que, na língua Aikanã, verbos intransitivos plenos ou não possuem ou possuem somente um argumento externo com a função sintática de sujeito.

Tais argumentos, analisadas as relações semânticas, podem ser considerados como agentivos, o que, retornando às diáteses verbais, nos permitiram chegar à conclusão de serem os verbos da língua Aikanã intransitivos-inergativos, fato que, certamente deverá ser foco de análises mais extensivas, tanto quanto a questões de constituição verbal quanto de relações causais, entre outras.

¹⁵ Tradução nossa: “Recall that in addition to the arguments of the verb, sentences may also contain adjuncts, constituents providing additional information, for instance with respect to manner, place, time, etc.”

A partir das análises aqui feitas, pudemos verificar que os verbos do Aikanã apresentam grande complexidade e são determinantes para a derivação das demais estruturas sintáticas. Nessa perspectiva, dizemos, sem dúvida alguma, que os processos morfológicos, sintáticos e semânticos que ocorrem nos verbos decorrem das propriedades das raízes, que carregam os traços centrais que restringem as estruturas sintáticas de cada núcleo verbal.

Por fim, tendo em vista tudo o que discutimos neste texto, fato é que o estudo das relação sintático-semânticas das diáteses verbais é extremamente relevante para se compreender o sistema linguístico Aikanã e o uso que seus falantes fazem dele.

ABREVIATURAS

AG	agente
ADV	advérbio
CXP	causador de experiência
DG	designador
DGN	designando
FT	fonte
I	marca de incorporação
IT	instrumento
LC	local
LZ	localizando
MT	meta
O	objeto
P	pessoa-número objeto
PC	paciente
PD	possuído
PS	possuidor

S	sujeito explícito
TM	tema (o que muda de lugar)
V	raiz verbal
XP	experienciador

REFERÊNCIAS

ACKEMA, Peter; ACKEMA, Peter. The syntax-lexicon interface. In: CARNIE, Andrew.SATO, Yosuke; SIDDIQI, Daniel (Eds.). *The Routledge handbook of syntax*. Londres: Routledge, 2014. p. 322-344. (Routledge Handbooks in Linguistics).

AGUIAR, Gabriel Cardoso de; TONDINELI, Patrícia Goulart. Estudo descritivo sobre as valências verbais no sistema linguístico da língua Aikanã. In: COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; TONDINELI, Patrícia Goulart (Orgs.). *Contextos de aprendizagem e de descrição de línguas autóctones e alóctones*. Porto Velho: EDUFRO, 2021. p. 129-159. (Coleção Pós-graduação).

AIKANÃ, Mariana Ranair. *A transitividade verbal na língua Aikanã sob a perspectiva teórica do funcionalismo linguístico*. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Departamento Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Vilhena, 2019.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercício*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. *Introdução à Semântica Lexical (De Linguística)*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. Edição do Kindle.

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Tradução de Luiz Arthur Paganini, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

HAEGEMAN, Liliane. *Introduction to government and binding theory*. Oxford: Blackwell, 1994.

KURY, Adriano da Gama. *Lições de análise sintática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1970.

PERINI, Mário A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola, 2008.

SILVA, Maria de Fátima dos Santos et al. *Primeiro dicionário da língua Aikanã*. Porto Velho: SEDUC, s/d.

SILVA, Maria de Fátima dos Santos. *Dicionário de raízes da língua aikanã*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, 2012.

STORTO, Luciana; ROCHA, Ivan. Estrutura argumental na língua Karitiana. In: STORTO, Luciana; FRANCHETTO, Bruna; LIMA, Suzi (Orgs.). *Sintaxe e semântica do verbo em línguas indígenas do Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 17-41.

TESNIÈRE, Lucien Tesnière. *Elements of structural syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2015.

TONDINELI, Patrícia Goulart. Classificação tipológica da língua indígena Aikanã. In: COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; FACUNDES, Sidney da Silva; PINTO, Aroldo José Abreu Pinto (Orgs.). *Diásporas amazônicas: língua, cultura e educação sob o signo da diversidade*. Porto Velho: Temática Editora, 2020a. p. 65-82.

VASCONCELOS, Ione Pereira. *Aspectos da fonologia e morfologia da língua Aikanã*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2002.

VOORT, Hein Van Der. Fala fictícia fossilizada: o tempo futuro em Aikanã. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 8, n. 2, p. 359-377, maio-ago. 2013.

CAPÍTULO XI

MARCADORES DE PERCEPÇÃO, COGNIÇÃO E SENSÇÃO EM ORO WARAM, WARI', TXAPAKURA: REFLEXÕES INICIAIS A PARTIR DA POLIVALÊNCIA DO MARCADOR PA?

Selmo Azevedo Apontes

1 INTRODUÇÃO

Em trabalhos sobre as línguas indígenas, é mais comum verificarmos os trabalhos a partir das marcas de oposição entre função argumental entre agente/paciente, entre doador/recebedor... Porém, poucos trabalhos em línguas indígenas tratam quando o argumento não é nem agente, nem paciente da ação verbal, e, sim, quando ele experiencia algo. Desse modo, selecionando os dados do Oro Waram, é perceptível que a estrutura dos constituintes oracionais organizam-se como V O S. No entanto, a ordem do S, pode variar segundo especificações próprias (não abordaremos aqui esse fato). O Verbo é, na verdade, um macro sintagma composto de palavras lexicais e gramaticais isoladas para identificar o TAM (Modo, Aspecto e “Tempo”), finalizando linearmente o sintagma com marcadores de concordância. Tendo em vista que a língua falada pelos Oro Waram se situa dentro da tipologia analítica, as palavras se organizam de forma isolada (tal como as isolantes), sejam elas palavras lexicais ou gramaticais, de forma livre ou pressa. O verbo pode ser composto simplesmente por uma palavra isolada, ou uma sequência de palavras verbos, tal como a construção serializada, em série. No entanto, entre o verbo e os marcadores de TAM, alguns verbos lexicais são requeridos para serem usados em situações específicas realizando-se em palavra gramatical para evidenciar alguma especificação no componente semântico descrito pela

sentença. Reforçamos a informação de que para completar as informações do leitor em relação a outros fenômenos da língua, sugerimos a leitura de Apontes (2015), Camargos e Apontes (2018).

Durante a composição da Tese de Doutorado (Apontes, 2015), a partir de um bom conjunto de dados, percebemos que a palavra *paʔ* havia função isolada, como um verbo pleno. No entanto, essa mesma palavra aparecia em diversas posições da estrutura do constituinte oracional com funções diferentes do núcleo verbal. E, outras vezes, voltava para o macro sintagma verbal não como o verbo principal, mas precedido de outro verbo, tais como *tati* “saber” e *trajy* “escutar”, por exemplo. Ampliando a busca, verificou-se que a mesma palavra pode ser usado em vários sentidos, a saber:

- a) Verbo: “ferir”, “bater”, “matar”
- b) 1ª pessoa do singular oblíqua
- c) Base/Preposição com o codificador do gênero neutro
- d) V + *paʔ*
- e) V *tati* “saber” + *paʔ*
- f) V *traju* “escutar” + *paʔ*

Segundo Payne (2006, p. 47-70), alguns verbos desempenham papéis semânticos revelando os papéis que os participantes desempenham na situação enunciada, se desempenham papéis de agentes ou pacientes. Muitas vezes é usado o termo argumento para se referir aos participantes e seus papéis semânticos que são normalmente associados a um dado verbo. Por outro lado, os papéis semânticos muitas vezes expressam a relação gramatical do sujeito, objeto e objeto indireto. Entre os papéis semânticos, Payne (2006) cita: agente, força, instrumental, experienciador, recipiente e paciente, local, direção, envio, propósito, modo etc.

Em algumas línguas ergativas, o papel de agente recebe uma marcação diferenciando de um papel não agente. Agente é consciente, atua com volição (ou propósito), e performa uma ação que tem um efeito físico visível (Payne, 2006, p. 49). Já em Oro Waram, veremos que o papel de agente é o papel não

marcado. O papel semântico desempenhado pelo paciente é que é marcado, ou seja: o realce morfológico com uma partícula específica será para marcar algo que não é feito com volição, algo que se recebe uma impressão, ou que se é o experienciador do fato enunciado.

Através do uso da mesma partícula *pa?*, veremos que vários papéis semânticos podem ser agrupados em um mesmo marcador: para classe de verbos indicando verbos experienciadores, verbos de cognição, experienciador, de sensação. Desse modo, o raciocínio que seguiremos é que a partícula monossilábica *pa?*, em construção pós-verbal, é um recurso requerido pelo sintagma verbal para especificar que o verbo está realizando uma performance em que quer deixar claro os papéis semânticos desempenhado na enunciação. Assim, a partícula direciona um tipo de classificação verbal segundo os papéis desempenhados.

Mas o que vem a ser um experienciador? Segundo Payne (2006, p. 50), um experienciador nem controla e nem é visivelmente afetado por uma ação. Normalmente, um experienciador é uma entidade que recebe uma impressão sensorial, ou de algum modo é o local de algum evento ou atividade que não envolve nem volição nem mudança de estado.

A função semântica de experienciador é diferente da função de paciente, pois paciente é um papel semântico não marcado. Se uma entidade não atua com volição, instiga um evento, recebe alguma coisa, ou experiencia uma impressão sensorial, ele é provavelmente um paciente (Payne, 2006, p. 50).

Givón (2001, p. 40-41) diz que questão da classificação dos verbos em relação aos complementos são feitas a partir das maiores classes, a saber: verbos de modalidade (“querer”, “iniciar”, “terminar”, “tentar” etc.), verbos de manipulação (“fazer”, “dizer”, “ordenar”, “perguntar” etc.) e verbos de percepção-cognição-discurso/elocução (doravante PCU) (“ver”, “conhecer”, “pensar”, “falar” etc.).

Veremos mais detalhadamente essa classificação, acrescentando verbos de sensação e de emoção à lista de Givón (2001). Para Payne (2006, p. 55), a classe de verbos definidos semanticamente pode envolver tratamento morfosintáticos distintos. Muitas línguas empregam várias operações derivacionais que ajustam a estrutura argumental do verbo. Vejamos as especificações de verbos de sensação, emoção e elocução, a partir de Payne (2006, p. 60-61).

Verbos de Sensação:

Verbos de sensação (ou “impressão sensorial”) expressam conceitos envolvendo os sentidos: ver, ouvir, sentir, provar, sentir, observar, cheirar, perceber. Os sujeitos desses verbos são mais propensos a ser experienciadores.

Emoção:

Verbos que expressam conceitos como temer, gostar/amar, estar com raiva (enraivar)/entristecer, enlutar, estar contente/alegre, ser agradável representam outra classe que é muitas vezes baseada sob um radical nominal que significa uma parte interna do corpo, tal como “coração”. Por exemplo, em muitas línguas Papuan, o centro do pensamento e sentimento é o fígado. Assim, expressões de emoção e cognição são compostos a partir do radical para “fígado”.

2 AS FUNÇÕES DO *PA?*

Verificaremos agora a exemplificação das diversas funções do *pa?*, a fim de comprovar se fazem parte ou não da classificação semântica de verbos PCU, ou ao menos em parte dessa classificação semântica. Os exemplos seguirão a ordem a seguir:

I. Verbo: “ferir”, “bater”, “matar”;

II. Marca de 1ª pessoa do singular oblíqua – Pronome Dativo

III. Base/Preposição com o codificador do gênero neutro

IV. Verbo leve, não na posição de núcleo do sintagma verbal. Poderia funcionar como um marcador de experienciador?

V. Acrescentado ao verbo *tati*, “saber”, poderia funcionar como um marcador de verbo de cognição ou poderiam ter mais de uma especificação?

VI. e acrescentado ao verbo *trajy* “escutar”, poderia funcionar como um marcador de verbo de cognição?

Vejamos então os exemplos apresentados em símbolos fonéticos.

Nos exemplos de (5) a (8), observa-se que o verbo *paʔ* pode significar “ferir” e, quando precedido do verbo *to*, acaba significando uma forma de “bater” em que se acaba ferindo.

2.2 Marca de 1ª pessoa do singular oblíqua – Pronome Dativo

Veremos que a mesma palavra, ocupando outra posição no macro sintagma verbal, é usada para indicar a primeira pessoa do singular na forma oblíqua/dativa, tal como pode ser verificado no exemplo abaixo:

(9) *tomi na paʔ fije-kem ʔnaʔ*
 falar 3SG 1SG.DAT outra-3SG.F mãe/tia

maw ta ʔna paʔ
 ir FUT 1SG 1SG.DAT
 “Minha outra mãe falou-me: - ‘eu vou viajar’. [Disse]-me.”

(10) *wayimʔ na paʔ paŋ wak neʔ*
 pedir 3SG 1SG.DAT PREP.N faca.N 1SG.GEN

ko pe hoʔ maʔ kʷa
 REL estar.SG IMD 2SG DEM
 “Ela pediu para mim a minha faca que estava logo ali.”

Nos exemplos (09-10), verificam-se que *paʔ* funciona como um codificador argumental dativo/oblíquo *paʔ*. Por questões morfofonológicas não há a aglutinação de alguns pronomes codificadores de argumentos, tal como ocorreu nos exemplos (1) a (8).

2.3 Base/Preposição com o codificador do gênero neutro

Como já observado no exemplo (10), a palavra *paʔ* pode ocorrer juntamente com o codificador de argumento neutro *-ŋ*, acrescida do marcador *ka*, juntos formam um adjunto circunstancial, como é demonstrado no exemplo a seguir:

(11) *paŋ ka kyt ʔin to kakamaʔ oro narimaʔ*
 PREP.N REL reunir/ajuntar estar.PL 3PL.F COL mulher

paŋ ka piʒim pe wa
 PREP.N REL conversar estar.SG INF

wijipa? *nana-n* *ka* *kom* *wa* *paja-kakam*
 ter vergonha 3PL-N REL/NOMIN cantar INF boca-3PL.F.GEN

“Na reunião, algumas mulheres tinham vergonha de cantar.”

(Lit.: Quando as mulheres estavam reunião para conversar, elas tinham vergonha da cantiga[som] da boca delas)

A nosso entender, nesse caso *paj* pode ter duas interpretações: uma como uma preposição e outra como uma “base” para receber o codificador do argumento de gênero neutro. Nesse caso, a interpretação que tomamos é que o conjunto, nessa situação, é tomado como uma preposição.

2.4 *Pa?* como uma palavra gramatical

Veremos alguns exemplos em que o *pa?* acaba sendo desprovido de sua qualidade de palavra lexical e transforma-se em um verbo leve, uma palavra gramatical, não ocupando a posição de núcleo do sintagma verbal. Será que poderia funcionar como um marcador de experienciador?

(12) *firam* *pa?* *na-n* *oro* *krawa?* *wiji-kam* *arawet*
 ter pena EXP 3SG-N COL animal.N DIM-3SG.F.GEN criança
 “A menina sente pena dos animais.”

(13) *firam* *pa?* *na-n* *oro* *wijimañ* *me?*
 ter pena EXP 3SG-N COL DIM-N ave.N
 “Ela sente pena de todas as aves pequenas [passarinhos].”

(14) *firam* *ton* *ham*
 ta?-on
 ter pena 1SG.FUT-M.SG peixe
 “Eu vou dividir peixe.”

A palavra gramatical *pa?* segue após o verbo *firam* para formar a indicação de “ter pena”. O verbo sem a partícula tem a tradução como “partir”, “dividir”, como em (14). Essa tradução talvez poderia levar a outra interpretação dos verbos como uma construção serial e não como uma partícula especificadora da sensação causada. A tradução como construção com verbo serial em (12), seria: “a pequena criança mata e divide todos os animais”; em (13), “ela mata e divide todos os animais pequenos”. Assim, essas duas traduções

não equivaleriam à construção de experienciar a sensação que “a pequena criança” “sente”. Portanto, aqui nesses exemplos, *paʔ* é uma palavra gramatical que indica esse verbo atua como experienciador, indicando a sensação sofrida pela criança.

Vejam os mais exemplos para completar a especificação semântica pretendida por nós, a partir da construção para o verbo “sentir vergonha”:

- (15) *wijipaʔ na paŋ ka ʔom pamiʔ tati nekyn*
 envergonhar-se 3SG PREP.N REL NEG pescar saber 3SG.M.GEN
 “Ele envergonha-se por ser um mal pescador.”
 “Ele envergonha-se quando o saber dele não pescar [mata e dá].”
 (Lit. Ele envergonha-se quando não mata e dá [o resultado da ação] dele)

Nos exemplos que precedem, verifica-se que o verbo “sentir vergonha” é uma construção formada de duas partes. A primeira parte também está presente nas demais palavras:

(em 15) *wiji+paʔ*

wiji também é a base também para “diminutivos”:

(em 13) *wiji-kam arawet*
 DIM-F.SG criança = “pequena criança” (feminino)

(em 14) *wiji-maŋ me*
 DIM-N.SG pássaro = “pássaro pequeno” (passarinhos)

Uma tradução aproximada (se a mesma base for realmente *wiji-*, e se tiver a única tradução como “diminutivo”) pode se explicar “a sensação de ser pequeno”, de “tornar-se pequeno, diminuto, diminuído”.

Já no último exemplo, (15), evidencia que a própria construção para verbo de “sensação” pode receber um outro marcador de verbos de sensação *wijipaʔ*, como que realçando a experiência do sentir vergonha, e não somente indicando que é um verbo de sensação; como que querendo deixar claro que experienciou a sensação de sentir vergonha.

2.5 Verbo *tati* “saber” + *pa?* seria um verbo de cognição?

Vejam os exemplos primeiro apresentando o verbo de *tati* sem a necessidade do uso de *pa?*:

- (16) *tati* *hap ta-n* *ma?*
 aprender rápido FUT-N 2SG
 “Você vai aprender com facilidade [a nossa língua].”

Os exemplos mostram que o verbo *tati* pode funcionar sem o auxílio de qualquer outra palavra gramatical para formar o sentido de “aprender, saber”.

- (17) *ka* *ʔom pa?* *tati* *nekyn*
 NMLZ NEG matar saber 3SG.M.GEN
 “Panema.”
 “O saber dele não mata.”

A nominalização mostra que há dois núcleos verbais que foram nominalizados: *pa?* e *tati*. No entanto, a composição para formar aquilo que chamamos de uma pessoa “panema” é formada pelo verbo “matar” e “saber”, iniciada pela palavra gramatical de negação, indica que alguém “não sabe matar”, resultado em uma tradução aproximada de “o saber dele não mata”.

Vejam agora exemplos com o acréscimo da construção formada por *tati pa?*:

- (18) *howa?* *ʔe* *tati pa?* *yryt* *paŋ* *ka* *tomi*
 acreditar RESTR saber EXP 1PL.EXCL PREP.N REL falar

kykyn *oro* *honana?*
 3PL.M.GEN COL antigos
 “Nós só confiamos/acreditamos nas palavras dos mais velhos.”
 “Nós somente confiamos quando os mais velhos falam.”
 “Nós somente sentimos confiança quando os mais velhos falam.”

- (19) *ma?* *na* *kajikon* *?iw ?iw* *ne-n* *mi?* *ko*
 ter 3SG espécie.3SG.M.GEN carrapicho 3N-N mata REL

kep *tati* *pa?* *ko* *ak* *ri* *kayikon* *?iw ?iw*
 pegar saber EXP REL APL EVID espécie.3SG.M.GEN carrapicho

“Tem folhas que grudam em nós como carrapicho.”

“Há tipo de carrapicho do mato que sempre gruda parecido realmente com um tipo de carrapicho.”

- (20) *kyt* *na-n* *tok^we* *nonon*
 pegar/escolher 3SG-N castanha 3PL.M/CITAT

“Dizem que aquele homem compra castanha.”

(Lit. Ele compra castanha, dizem)

- (21) *kyt* *tati* *pa?* *na-n* *tokwe* *ko* *kok^waŋ* *kem*
 pegar saber EXP 3SG-N castanha REL DEM.M também

“Aquele lá sabe quem compra castanha.”

(Lit. Aquele lá é que sabe [que] ele também pega/compra castanha)

Nos exemplos (18) a (21), verificamos que o verbo *tati* pode funcionar como um verbo pleno. No entanto, seguido da partícula *pa?*, usado como se fosse um composto, forma uma construção como um verbo leve, retirando a característica de verbo lexical. Desse modo, a formação *tati pa?* serve para indicar um conhecimento cognitivo já experienciado, ou seja, para indicar essa função semântica, o verbo não está dissociado do segundo complemento composto. O verbo recebe uma “classificação” que está envolta de uma especificação da experiência cognitiva: “o falante fala porque sabe/experienciou”.

- (22) *kokorok* *na-n* *ka* *ajin[?]* *wa*
 tremer 3SG-N NMLZ ter.medo INF

“Ele tremeu de medo”.

Vejam agora outra construção com *tati pa?*:

- (23) *ajin[?]* *tati pa?* *ryt* *kon* *kopakaw*
 ter.medo EXP/SENS 1PL.EXCL 3SG.M onça.M

“Nós sentimos medo de onça.”

- (24) *ajin[?]* *tati pa?* *nana-n* *pi* *ka* *?ok* *hijima?*
 ter.medo EXP/SENS 3PL-N espinho REL furar crianças

“As crianças sentem medo de tomar injeções.”

(Lit. As crianças sentem medo do espinho que fura)

- (25) *ajin[?] tati pa[?] na ?om ka het tati pa[?]*
 ter.medo EXP/SENS 3SG NEG REL sair saber
- kamaⁿ tim paⁿ trim nekem*
 3SG.NEG.N noite PREP.N casa 3SG.F.GEN
- “Ela sente medo. [por isso] Não sai à noite da casa dela.”

Nos exemplos apresentados em (23) a (25), temos o verbo “ter medo”. Por si só, não precisaria da especificação semântica de um marcador de “experenciador” (exemplo 22). No entanto, nos exemplos elencado, há a necessidade da construção no sintagma verbal para indicar a sensação percebida. Assim, independente do causador, a sensação experienciada pelo medo terá a mesma marcação *tati pa[?]*.

Vejamos uma construção para o sentido aproximado de “sentir-se aborrecido”:

- (26) *krik ron me[?] firak tati pa[?] na*
 ra-on
 ver 2SG.IMP-M.SG EXORT/HORT imprevisível saber EXP 3SG
- “Cuidado com ele. Ele é louco. Cuidado!”

- (27) *kok^waⁿ trama[?] ko kote ka k^waⁿ tama[?]*
 DEM.DIST.M homem REL grande 3SG.M.GEN DEM HAB
- firak tati pa[?] na*
 aborrecer saber EXP 3SG
- “Aquele homem grande está sempre aborrecido.”
 “Aquele homem lá que [é] grande, ele é sempre mal-humorado.”

- (28) ... *firak tati pa[?] na*
 [...] errado saber EXP 3SG
- “Ela sabe [que] é errado/mal costume???”
 “[Ela pediu de mim a faca que estava logo ali. Ela pegou e foi. Ela não trouxe de volta.] Ela sabe que é errado”

Nos exemplos (26) a (28), observam-se *firak* é uma palavra requerida para especificar uma qualidade negativa, “algo ruim”; se duplica duas vezes, a palavra toma o sentido de “encrenqueiro”, por isso encaixou na tradução para “aborrecido”, “imprevisível/louco”, “um costume errado”, seguido pela

construção *tati pa?*, o sujeito da sentença experimenta a sensação de um comportamento, ou sentimento “negativo”.

A partir dos exemplos, verifica-se que, se fosse apenas para indicar as classificações verbais de um verbo de cognição, não necessitaria dessa composição após a o verbo principal. No entanto, há uma necessidade de especificar a função semântica desempenhada pelo argumento do verbo ou o sujeito locucional. No entanto, não está clara se a especificação semântica é de experienciador ou de especificação de sensação. Para isso, acrescentamos o exemplo abaixo para ir ajudando a distinguir e esclarecer melhor a função da composição:

- (29) *wijipa?* *tati pa?* *pa?i?* [?]*na-n* *ka* *tomi* *wa* *pa?*
 envergonha-se saber EXP desejo 3SG-N REL falar INF PREP.N
- ri* *tokon* *wari?* *pa?* *fokri* *ka* *ani*
 EV olhar??? gente PREP bem nesse momento REL SEM
- ʔom* *pin* *na* *pa?*
 NEG PERF 3SG 1SG.DAT

“Eu tinha vergonha de falar em público, mas já passou.”

“Eu sei que tinha vergonha de falar olhando realmente para as pessoas, mas nesse momento agora não me envergonho mais (ou ela (vergonha) não me afeta).”

“Ela não [está] mais em mim; ou nela não tem mais efeito sobre mim.”

Verifica-se, no exemplo (29), a presença formal de quatro partículas *pa?* em diferentes posições e funções: núcleo do verbo *wijipa*, composição de palavras gramaticais para especificação de experienciador *tati pa?*, a base recebendo o marcador neutro formando uma “preposição” *pa?* e o pronome dativo *pa?*. Parece que essa possibilidade de utilização de uma mesma palavra, a depender da posição da organização oracional, pode indicar sua possibilidade funcional: função modifica a depender da configuração.

Por outro lado, a utilização da composição *tati pa?* indica algo que parece flutuar entre a especificação semântica de experiência e de sensação, como em conjunto com o *wijipa?*. Essa parte será verificada na parte de verbos de “sensação”.

2.6 Verbo *trajy* “escutar” seguido de *pa?*, verbo de cognição?

Observa-se nos exemplos que no verbo *tati* “aprender”, não há o requerimento obrigatório da palavra *pa?*, pois, por si mesmo já é um verbo que designa cognição. No entanto, há a possibilidade no verbo de cognição, com o acréscimo da ênfase dada não é propriamente para a atividade somente cognitiva, mas também a atividade “experienciadora”, ou seja, a proposição sendo permeada por uma atitude já experienciada.

Vejamus agora um conjunto de exemplo com o *trajy* “escutar”:

- (30) *ʔom ka trajy fo ta?*
 NEG REL escutar bem 1SG.NEG
 “Eu não ouço bem.”

Verifica-se no exemplo (30) que o verbo *trajy* pode funcionar como núcleo do sintagma verbal. Vejamus agora exemplos em que há o requerimento da palavra *pa?* pós-verbal. Outras vezes esse mesmo verbo realiza-se também com o verbo *tati* “saber” tornando-o como um verbo leve para delimitar o sentido que estamos chamando de um verbo de cognição/experienciar uma sensação.

“Escutar”+ *pa?*: “entender”:

- (31) *ʔom ka trajy pa? ta-n krawa? ka tomi ma?*
 NEG COMPL escutar EXP 1SG.NEG-N coisa [-humano] REL dizer 2SG
 “Eu não entendo o que você está dizendo.”

- (32) *trajy pa? maŋ ka tomi? nekyn hron kʷaŋ*
 escutar COGN 2SG-N NOMIN falar 3SG.M.GEN idoso DEM
 “Você entendeu o que o velho disse?”
 (Lit. Você entendeu a fala dele, aquele velho?)

- (33) *oro ko fohron nana ʔom ka trajy pa?*
 COL REL jovem 3SG NEG COMPL escutar EXP
- hap ka kaŋ ka pijim wa kokom*
 rápido 3SG.M DEM REL contar/conversar INF 3PL.M

oro honana? ko pijim tati pa? nana
 COL antigos idosos COMPL conversar saber/EXP 3PL

“[Os adolescentes/jovens] custaram (demoraram) a entender o que o contador de histórias falou.”

“O coletivo daqueles que são jovens não experienciaram rápido a escuta da conversa sobre os antigos que [foi] contada por aqueles que sabem [que experienciaram].”

(34) *trama? ko ?om tokon trajy pa? ?e na-n*
 homem REL NEG ter.olho/visão escutar EXP REST 3SG-N

ka tomi? nekyn kanari nekyn
 NMLZ.falar 3SG.M.GEN parentes 3SG.M.GEN

“O homem cego reconheceu os parentes pela voz.”

(Lit. O homem que não tem olho/visão só entende os parentes dele pela fala deles)

Nos exemplos (31) a (34), percebe-se que o verbo para “entender” é formado de “escutar” seguido da palavra *pa?*. A junção dos dois verbos forma o sentido de “compreender”, classificado como um verbo de cognição, ou dito de outra maneira: denota a experiência empreendida pelo argumento do verbo identificado no sujeito que teve uma experiência cognitiva de escutar, e não, apenas, “ouvir”.

2.7 V + *tati pa?*: experiência/sensação

Vejamos agora o mesmo composto *tati pa?* para indicar verbos que, a nosso ver, situa-se em um continuum entre “experiência”/“sensação”.

(35) *hohot tati pa? na pryt ka wita?*
 gostar saber EXP 3SG 1PL.EXC REL doce

“Nós gostamos muito de doce.”

(Lit. O [que é] doce faz bem para nós)

(36) *nok tati pa? ?non awom ko fyry? tamana?*
 detestar EXP/SENS 1SG-3SG.M algodão REL casa-1SG.GEN INTENS
 ?na-on

ara? ton pa? kayi ?dran
 fazer 1SG.FUT-M.SG PREP.N espécie lamparina/ferro

“Não gosto de roupa amarrotada, vou alisar com ferro.”

“Eu sinto detestar algodão que tem muitas casas. Vou fazê-lo [desfazer] com um tipo de ferro.”

- (37) *nok tati pa? non awom ko irikito*
 detestar EXP/SENS 3SG-M.SG algodão REL ser.grosso
narima ne?
 mulher SG.GEN
- hohot ?e tati pa? nam awom ko topifik*
 gostar RESTR EXP/SENS 3SG-F.SG algodão REL liso/escorrega
 “Minha mulher não gosta de tecido áspero, só gosta de tecido liso.”
 (Lit. Minha mulher detesta algodão grosso. Só o algodão que escorrega é bom pra ela)
- (38) *hohot tati pa? na pa? ka pijim ?iri ?o wa*
 gostar saber EXP 3SG 1SG.OBL REL história verdadeira
- nok tati pa? ?nax ka pijim mijen wa*
 detestar EXP/SENS 1SG-NREL história mentira INF
 “Gosto de histórias verdadeiras. Não gosto de histórias mentirosas.”
 (Lit. Histórias que são verdadeiras é bom para mim [apraz-me]. [Daquelas] histórias que são mentiras, eu não gosto)

Percebe-se, nos exemplos (35) a (38), que os verbos para “gostar” e “detestar”, no sentido de expressar uma sensação, requerem uma construção para indicar esse tipo de especificação, de classificação verbal. Então, não haveria a necessidade de ser acrescentado da composição *tati pa?*. Então, esse fato nos indica que há uma especificação detalhista em relação ao acréscimo da composição ao verbo principal.

O verbo de emoção: “sentir-se alegre” é uma construção do verbo *krik* “ver”, seguido da palavra gramatical *te*. O verbo *krik* refere-se à sensação visual, ao ato de “ver”. (Há outro verbo que se utiliza no sentido de *nro* “olhar”).

- (39) *kamkʷax wiji-kam arawet kʷax tama? tatam*
 DEM.3SG.f DIM-3SG.f criança DEM HAB rir
- krik te tati pa? na*
 ver ??? EXP/SEN 3SG
 “Aquela pequena criança ali, ela sempre ri alegremente [de um modo alegre].”

Precedido do verbo *tatam* “rir”, há o marcador aspectual de habitual. Depois do verbo principal, há a construção com *krik te* para indicar a sensação de “ver”. Esse fato indica a sensação que o “riso” causa “estar alegre”. Nesse sentido, qual a função semântica adicionada pela composição *tati pa?*? Estaria essa função especificando o núcleo verbal ou o argumento externo?

Nos verbos apresentados anteriormente não ficou claro a especificação de experienciar uma sensação. Vejamos agora a construção para “sentir calor”:

- (40) *nahare?* *tamana* *tati pa?* *wa* *paŋ* *kawati?*
 calor INTENS EXP/SENS INF PREP.N tempo de verão
 “Costuma fazer muito calor no verão [tempo de seca].”

Se “sentir calor” já é uma sensação, acrescentada de um intensificador, indica que é muito calor. Então, qual a função semântica que se quer especificar com a composição *tati pa?*?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Givón (2001, p. 42-43) especifica as propriedades sintáticas e semânticas dos verbos PCU (*perception-cognitive-utterance*) em dois protótipos: semânticos e sintáticos. No Protótipo semântico dos verbos PCU: a) O verbo na principal oração codifica tanto o estado mental ou o evento da percepção ou da cognição, ou um ato verbal do *utterance*; b) O sujeito do verbo ou é um dativo ou agente; c) O estado ou evento codificado no complemento é análogo ao paciente da principal oração do verbo. No caso dos dados apresentados, há verbos específicos de cognição e de percepção. No entanto, há um marcador acrescido para especificar que o verbo está exercendo a função semântica sobre um argumento. O sujeito nem sempre foi marcado pela forma dativa ou função de agente (como pode ser verificado nos exemplos).

Segundo a especificação semântica de Givón (2001), o sujeito é codificado pelo mesmo marcador pronominal de sujeito, e não de dativo. Isso significa que o sujeito é o experienciador da ação, não implica que seja o agente da ação. Atua mais como um experienciador. Agora, se o termo experienciador

deve englobar o sentido de paciente, não estou bem certo, pois os dados, até agora, não indicam isso.

De um modo geral, verificou-se que a palavra lexical *paʔ*, tem ao menos 5 funções: a) usada na língua como um verbo pleno para significar “bater”, “ferir”, “matar”; b) mudando a sua posição na estrutura organizacional da sentença, acaba funcionando também como um marcador de concordância na função de primeira pessoa do singular oblíquo; c) saindo da posição de predicação, funciona como uma base, uma “preposição” que recebe um marcador de gênero neutro; d) usado como um verbo leve, não na posição de núcleo do sintagma verbal, funciona como um marcador de experienciador; e) acrescentado ao verbo *tati* “saber”, funciona como um marcador de verbo de cognição; e f) acrescentado ao verbo *trajy* “escutar”, funciona também como um verbo de cognição. Assim, o argumento, na função sintática de sujeito, não age nem sofre uma ação, mas é impactado, e o marcador indica que o argumento experiencia algo. Essa especificação é resultado da forma como a língua organiza os conhecimentos, codificando os verbos para deixar claro que formam parte de um grupo de verbos de cognição, percepção e sensação. Assim, são necessárias mais pesquisas para especificar outros marcadores presentes na língua para deixar evidente os modos de organizar a especificação de algumas funções semânticas.

A partir da explicação de Givón e Payne, podemos ver que a palavra *paʔ* indica uma classificação de verbo como sendo verbos experienciadores, cognitivos, de sensação. Falta verificar na questão discursiva/elocução, pois, em muitos dados, o verbo de elocução *tomi* acaba sendo acrescido de duas palavras gramaticais: V + *ha* para indicar “obedecer”; e V + *hy* para indicar “aconselhar”. A intenção era colocar juntamente aos verbos PCU, mas devido ao fato de não ser marcado gramaticalmente com *paʔ*, optamos por deixar para uma outra oportunidade. Tivemos apenas um único (cf. exemplo 34) dado em nossos arquivos que aparecia um verbo de *utterance* = discurso/elocução em que foi realizado o verbo *tati paʔ* após *pijim*, na estrutura: ... *ko pijim tati pa nana*: na época traduzimos como “[aquilo] que o contador de história [disse]”. Assim, por falta de mais dados, resolvemos deixar para outro momento, mesmo sabendo que o verbo *pijim* bastaria ser acrescentado ou utilizado em forma de nominalização para indicar o “contador de história”. No fundo, não

é somente “contador”, mas algo como “sabedor das histórias”, ou que experienciou a contação das histórias.

No último exemplo (41, assim como a segunda parte do exemplo 38), além de apresentar o verbo *nahare?* “fazer calor” e a construção para indicar a sensação experienciada a partir do calor *tati pa?*, vem intercalado por um advérbio de intensidade. Talvez essa intercalação do marcado de modo seja uma pista não somente de limites de subdivisão do macro sintagma verbal, mas também para descrever as atuações sobre um determinado limite de atuação ou uma atuação sobre um determinado argumento. Nesse caso, suspeitamos que deve haver uma configuração no macro sintagma verbal que especifica o escopo da atuação: se é sobre o verbo ou sobre o argumento. O especificador modal dá uma pista de que a intensidade está atuando sobre um limite do verbo, da ação verbal. Já o marcador composicional *tati pa?* pode não estar atuando sobre o verbo e sim sobre seu argumento. Então, com o prosseguimento dessa pesquisa inicial deverá mostrar e delimitar fronteiras internas dentro do macro sintagma verbal para indicar a especificação de atuação dos marcadores.

Nossa suspeita é que deve haver uma especificação semântica muito fina, sendo refletida nos três modos de organização dos componentes: ou seja, a) quando uma palavra lexical é requisita para ser uma palavra gramatical anexada a um verbo principal {V + *pa?*}; b) quando ela for anexada a uma outra palavra lexical transformando em uma composição para especificar uma função semântica (no caso, {V {V+*pa?*}}; e quando houver uma especificação situada após Verbo + MODO {V MODO {V+*pa?*}}. Assim, como é uma língua com tipologia analítica, a língua utiliza recursos de reutilização de uma mesma palavra lexical e transformando em uma palavra gramatical de forma livre ou presa. Esse recurso conhecido como gramaticalização é um evidência de que a língua tem uma recursividade configuracional muito produtiva: a utilização de uma mesma palavra, configurada discursivamente em posições diferentes, funciona como um gatilho para especificar funções semânticas mais finas, que necessitam ser pesquisadas e delimitadas. Assim, a pesquisa sobre as funções semânticas desempenhadas pela palavra *pa?* e outros marcadores necessitam de uma pesquisa mais aprofundada.

ABREVIATURAS

1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
APL	Aplicativo
CITAT	Citativo
COGN	Cognitivo
COL	Coletivo
COMPL	Complementizador
DAT	Dativo
DEM	Demonstrativo
DIM	Diminutivo
DIST	Distante
EVID	Evidentivo
EXCL	Exclusivo
EXORT	Exortativo
EXP	Experienciador
F	Feminino
FUT	Futuro
GEN	Genitivo
HAB	Habitual
HORT	Hortativo
IMD	Imediativo
INCL	Inclusivo
INF	Infinitivo
INTENS	Intensificador
M	Masculino
N	Neutro
NEG	Negativo
NMLZ	Nominalizador
NOMIN	Nominalizador

OBL	Oblíquo
PL	Plural
PREP	Preposição
REL	Relativo
RESTR	Restritivo
SEM	Semelfactivo
SENS	Sensação
SG	Singular

REFERÊNCIAS

APONTES, Selmo Azevedo. *Descrição gramatical do Oro Waram (Wari'/Pacaa Nova, Txapakura): fonologia, morfologia e sintaxe*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CAMARGOS, Quesler Fagundes; APONTES, Selmo Azevedo (Orgs.). *Propriedades gramaticais dos sintagmas verbais em Oro Wari', Txapakura*. Ji-Paraná: DEINTER/UNIR, 2018.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2001.

MELO, Sara Azevedo dos Santos de. Padrões de estrutura argumental com verbos de percepção. In: JORNADA NACIONAL DO GELNE, 25., 2014, Natal. *Anais...* Natal: UFRN, 2014. p. 1-9. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/1001.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PAYNE, Thomas E. *Describing morphosyntax: a guide for field linguist*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006

SILVA, Leosmar Aparecido da. Corporificação da mente: prototipia e gramaticalização em construções com verbos de percepção no português brasileiro.

In: ANAIS DO SIELP, 1., 2011, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 473-482.

SILVEIRA, Eliete Figueira Batista da. Prototipicidade dos verbos de cognição e integração de eventos. In: PAULA, Alessandra de et al. (Orgs.). *Uma história de investigação sobre a Língua Portuguesa: Homenagem a Silvia Brandão*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 57-76.

SOBRE OS AUTORES

Ana Claudia Menezes Araujo – Professora Assistente I de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no *Campus* de Santa Inês. Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Letras Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Possui Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e graduação em Letras Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Grupo de Pesquisa LES (Linguagem, Escola e Sociedade) vinculado à UFPI-Cnpq. Integrante do LALIAFRO (Laboratório de Línguas Indígenas e Africanas) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência na área de Língua Portuguesa e Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociolinguística, Variação Linguística e Morfossintaxe. Atualmente desenvolve sua pesquisa de doutorado na área de morfossintaxe da língua indígena Tenetehára Guajajara.

Braulio Brandão de Oliveira Lopes – Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (Poslin/UFMG). Pertence ao Laboratório de Línguas Indígenas e Africanas (LaliAfro/UFMG), onde desenvolve pesquisa em linguística e trabalha com a língua Tukano.

Carlo Sandro de Oliveira Campos – Professor adjunto do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da UFMG. Tem graduação em Letras e mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi coordenador da equipe Maxakali do Projeto de documentação de línguas indígenas/PRODOCLIN/Museu do índio/FUNAI. Tem experiência de pesquisa nas áreas de fonologia, gramática e documentação linguística e atua em pesquisa de descrição linguística relacionada ao ensino de Português e de Línguas Indígenas como primeira e segunda línguas. É pesquisador/consultor em programas de revitalização linguística e de elaboração de materiais didáticos e paradidáticos.

Fábio Bonfim Duarte – Doutor em Estudos Linguísticos. Professor Associado IV da Faculdade de Letras da UFMG. Pós-doutorado em Linguística pela Universidade de Amherst/Massachusetts e pela Universidade de Toronto/Canadá. Membro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Poslin)-Fale-UFMG. Trabalha com pesquisas sobre línguas indígenas do Tronco Tupi e do Tronco Macro-Jê, com ênfase na descrição, documentação e revitalização dessas línguas. Vem elaborando livros de gramáticas, textos narrativos, artigos e capítulos de livros sobre as línguas Tenetehára, Apãniekra, Parkatejê, Maxacali, Gavião Pykobyê, dentre outras. Mais informações acessar o sites www.lettras.ufmg.br/fbonfim e http://www.lettras.ufmg.br/portal_laliafro.

Fábio Pereira Couto – Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Gramática pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH). Professor adjunto da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordenador do Laboratório de Línguas e Culturas Indígenas da UNIR do *Campus* de Ji-Paraná. Coordenador Adjunto do Saberes Indígenas na Escola da rede UNIR-UFAC. É pesquisador de línguas indígenas brasileiras do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília (UnB).

João Henrique Santos de Souza – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG (PosLin/UFMG) com bolsa CNPq. Desenvolve pesquisa no Laboratório de Línguas Indígenas e Africanas da UFMG (LaliAfro/UFMG). Mestre em Estudos Linguísticos (Linguística Teórica e Descritiva, 2018) pelo PosLin/UFMG com bolsa FAPEMIG, e licenciado em Letras (Língua Inglesa, 2016) pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atua no campo da Teoria e Análise Linguística, trabalhando principalmente com gramáticas de línguas indígenas e Teoria de Caso. Seus interesses voltam-se ao estudo de línguas indígenas e minoritárias/minorizadas, documentação e descrição linguística, e ensino de línguas.

Maxwell Gomes Miranda – Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB) (2015), tendo realizado Estágio de Pós-Doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2020-2021). É Professor Adjunto III na Universidade Federal de Mato Grosso, em Barra do Garças - MT. Atua como docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/IL/UFMT), no qual exerce a função de Editor da Revista Polifonia (Qualis B1) no biênio 2020-2022, e é Vice-Coordenador do Grupo de Pesquisa “Grupo de Estudos, Descrição e Documentação de Línguas Indígenas” (GEDDELI) (CNPq).

Patrícia Goulart Tondineli – Professora adjunta da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), atua em cursos de graduação em Letras e no Mestrado em Letras (PPGML/UNIR). Doutora em Letras e Linguística, coordena o Projeto de Pesquisa “Línguas indígenas do Cone-sul de Rondônia” e o Laboratório de Línguas Originárias, Minorizadas e de Imigração (LLOMI).

Quesler Fagundes Camargos – Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto do Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGML) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA/UNIR), na linha de pesquisa Estudos da Linguagem Intercultural, e membro do Laboratório de Línguas e Culturas Indígenas (LALIC/UNIR). Tem realizado pesquisas descritivas e teóricas a respeito das gramáticas das línguas Guajajára e Amondawa (Tupí-Guaraní), Wari’ (Txapakura), Paiter e Cinta Larga (Mondé) e Aikanã (língua isolada).

Ricardo Campos Castro – Professor visitante (pós-doutorado) no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Possui pós-doutorado em Linguística pela Universidade da Geórgia (UGA) nos Estados Unidos (USA). Mestre e Doutor em Linguística Teórica e Descritiva pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com perío-

do sanduiche na Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, Moçambique. Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atuante no Centro de Estudos de Línguas e Culturas Ameríndias (CELCAM) da UNICAMP. Conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo 2017/09615-9.

Selmo Azevedo Apontes – Pós-Doutorando no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Federal de Campinas (UNICAMP). Doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Graduação em Letras Língua Portuguesa e suas Literaturas pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professor Adjunto do Centro de Educação, Letras e Artes, da Universidade Federal do Acre (UFAC); Coordenador do Grupo de Pesquisa GEDAL; Docente no Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS da UFAC.

Wany Bernardete de Araujo Sampaio – Graduada em Letras-Língua Portuguesa e suas Literaturas (UFAM); Especialista em Letras (UNIR/UFMG), Mestre em Linguística (UNICAMP), Doutora em Linguística (UNIR), Doutora em Educação Escolar (UNESP), com Pós-Doutorado em Linguística Cognitiva (UoP-Inglaterra). Professora aposentada (UNIR). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos em Culturas, Educação e Linguagens (GECCEL/UNIR/CNPq). Desenvolve estudos nas seguintes áreas: descrição de línguas indígenas; metáfora, espaço e movimento; formação de professores; educação escolar indígena; literaturas emergentes: marcas linguístico-culturais de resistência.

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é uma instituição pública de ensino superior criada em 1982. Ao longo de aproximados 40 anos, as ações de ensino, pesquisa e extensão formaram profissionais qualificados para atuação em todas as esferas da sociedade e do mercado de trabalho. A partir do ano 2000, com o início da oferta de cursos de Pós-Graduação, essa ação foi sendo ampliada, sendo ofertados, atualmente, 24 mestrados e 04 doutorados, abrangendo diversas áreas do conhecimento e priorizando pesquisas atinentes às questões ambientais, sociais, educacionais, culturais, econômicas e geográficas da Amazônia e especialmente de Rondônia. Como política de apoio e fortalecimento à Pós-Graduação e à pesquisa na Universidade, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPESQ) instituiu a publicação de livros elaborados pelos programas de Pós-Graduação, como atividade de divulgação e compartilhamento dos resultados das pesquisas produzidas por pesquisadores desta Instituição, tendo a Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO), como unidade sistematizadora de todas as produções. Dessa forma, a coleção é resultado dos trabalhos elaborados pelos PPG da UNIR, com temas e abordagens disciplinares e transdisciplinares que visa a divulgação dos resultados das pesquisas elaboradas nessa Instituição e aproximação da UNIR das Instituições Estaduais, Municipais e de toda a Sociedade.

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – Diretora de Pós-Graduação

Artur de Souza Moret – Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

O desafio da Fundação Universidade Federal de Rondônia no ensino de graduação e de Pós-Graduação nunca foi tão grande, principalmente a partir dos recursos cada vez menores. Nesta pandemia por covid-19, o desafio foi não parar e a Pós-Graduação da UNIR não parou: defesas de dissertações e teses tornaram-se on-line e as produções acadêmicas-científicas não cessaram. A Coleção Pós-Graduação é a demonstração de que o esforço para o crescimento e a consolidação se mantém firme e constante. O futuro da Pós-Graduação na UNIR é o resultado das ações articuladas entre todos os atores, com maior abertura para a sociedade e para os setores públicos e com um grande objetivo que nos motiva, o de contribuir na formação em excelência de professores e pesquisadores nos países limítrofes. Os resultados nos colocam em papel de destaque na Amazônia e é isso o que desejamos: ser uma Instituição pública e gratuita, com forte apoio da sociedade para a oferta de cursos e formações que promovam o Desenvolvimento Regional e Sustentável do Estado de Rondônia.

Marcele Regina Nogueira Pereira - Reitora